Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ministério da Cultura

IPHAN



Patrimônio: Práticas e Reflexões

Programa de Especialização em Patrimônio
Artigos (Turma 2007)

A Série Patrimônio: Práticas e Reflexões, editada pela Coordenação-Geral de Documentação e Pesquisa (Copedoc/DAF/IPHAN), foi constituída a partir dos programas de pesquisa e formação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Ao trazer a público o resultado de debates acerca das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, a Série pretende integrar espaços de discussão em torno do campo do patrimônio.

Em comemoração aos dez anos do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP, atual Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – PEP/MP, a Série retoma em seu 6º volume a publicação de trabalhos do Programa de Especialização em Patrimônio, com uma coletânea de artigos originados das monografias desenvolvidas por bolsistas da turma de 2007, última turma formada na Especialização.

Partindo de demandas da própria instituição, os artigos ora apresentados trazem o olhar particular de bolsistas de diferentes áreas de formação, como arquitetura, ciências sociais, geografia e história. Inseridos em diferentes unidades do IPHAN distribuídas em todo território nacional, os bolsistas puderam explorar os temas que lhes foram apresentados pelos técnicos e dirigentes do IPHAN que os supervisionaram, compartilhar da prática institucional e refletir sobre a diversidade de questões e perspectivas que envolvem a preservação do patrimônio cultural no Brasil.

O caráter interdisciplinar – marca importante do Programa – caracteriza os objetos de estudo e as reflexões tratados nos artigos. Estes apresentam pesquisas relacionadas ao patrimônio de natureza material e imaterial, a questões legais da preservação, a contextos rurais e urbanos, assim como a abrangência territorial e local na observação dos bens para atribuição de valores de patrimônio.

Coordenação-Geral de Documentação e Pesquisa
Copedoc/DAF/IPHAN



PATRIMÔNIO:
PRÁTICAS E REFLEXÕES

PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO

ARTIGOS (TURMA 2007)

Presidente da República
Dilma Roussef

Ministro da Cultura
João Luiz Silva Ferreira

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Jurema de Sousa Machado

Procurador Chefe
Ronaldo Guimarães Gallo

Departamento de Planejamento e Administração
Marcos José Silva Rêgo

Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização
Andrey Rosenthal Schlee

Departamento do Patrimônio Imaterial
Mônia Silvestrin

Departamento de Articulação e Fomento
Luiz Philippe Peres Torelly

Coordenação-Geral de Documentação e Pesquisa (Copedoc)
Lia Motta

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PATRIMÔNIO:
PRÁTICAS E REFLEXÕES

PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO

ARTIGOS (Turma 2007)

Rio de Janeiro, Copedoc/DAF/IPHAN, 2015

Patrimônio: Práticas e Reflexões nº 6

Programa de Especialização em Patrimônio
Artigos (Turma 2007)

Organização
Beatriz Adams Landau

Comissão Editorial
Adriana Sanajotti Nakamuta
Bettina Zellner Grieco
Evandro Domingues
Lia Motta
Luciano dos Santos Teixeira
Lucieni de Menezes Simão
Lygia Maria Guimarães
Marcelo Antonio Sotratti
Márcia Regina Romeiro Chuva
Maria Beatriz Setúbal de Rezende Silva
Rafael Winter Ribeiro

Projeto Gráfico
Marcela Perroni – Ventura Design

Diagramação
Bettina Zellner Grieco

Foto Capa
Oscar Henrique Liberal

Revisão
Izabel Mendes

Elaborado por Biblioteca Noronha Santos/IPHAN

P314 Programa de Especialização em Patrimônio: artigos (turma 2007) / organização de Beatriz Adams Landau. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.
260 p.: il.; 16x23 cm. – (Patrimônio: Práticas e Reflexões; 6)

ISBN 978-85-7334-164-5

1. Metodologia de pesquisa. 2. Patrimônio cultural. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-Geral de Documentação e Pesquisa. II. Landau, Beatriz Adams. III. Série.

CDD – 363.690981

Sumário

Apresentação **7**

Arquitetura residencial moderna em Goiânia:
delineando um cenário
Ana Amélia de Paula Moura **11**

Engenhos: o doce patrimônio de Areia
Anna Cristina Andrade Ferreira **43**

Batuque, pena e maracá: mapeamento histórico e cultural das religiões afro-amazônicas na cidade de Belém
Juliana da Mata Cunha **67**

Uma proposta de acessibilidade urbana para o centro histórico de São Luís – Maranhão
Jusyanna Flávia de Souza e Silva **85**

O valor em perspectiva: o caso do *não* tombamento da capela de Ivaporunduva
Marina Sallovitz Zacchi **109**

Descortinando a paisagem: monumentos e moldura cênica no Conjunto Paisagístico de Cabo Frio
Marta Raquel da Silva Alves **133**

O Entorno da Igreja Nossa Senhora da Conceição de Viamão
Naiana Maura John **155**

Produtores de rapadura nos engenhos remanescentes do Cariri cearense
Naudiney de Castro Gonçalves **181**

Nos trilhos do patrimônio: a Estrada de Ferro Vitória a Minas e o seu processo de identificação
Nívea Muniz Vieira **201**

Objetos da nação: tombamento de acervos e coleções no IPHAN
Tatiana da Costa Sena **235**

Índice de figuras **259**

Apresentação

Esta publicação faz parte da comemoração dos 10 anos da implantação de uma nova frente de formação em patrimônio cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), inicialmente uma Especialização e hoje um Mestrado Profissional. A edição traz 10 artigos de alunos da última turma formada ainda na Especialização que, junto com aqueles já publicados na *Série Patrimônio: Práticas e Reflexões* números 1 e 3, oferecem ao público uma coletânea de 35 artigos, apresentando diferentes temas de interesse do campo do patrimônio cultural.

O Programa de Especialização em Patrimônio (PEP) iniciou suas atividades com a primeira turma em 2005, sendo aprimorado e tendo como desdobramento a proposta do atual Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP/MP), que mantém o caráter interdisciplinar, dedicando-se a profissionais graduados em diversas áreas de conhecimento para atuarem no campo da preservação. Também seguindo os moldes do PEP, a proposta pedagógica do Mestrado associa as práticas de preservação nas unidades do Iphan, distribuídas em todo território nacional, ao aprendizado teórico-metodológico e à pesquisa. Os alunos participam, ao longo de dois anos, do desenvolvimento de trabalhos da instituição, relativos à sua missão e às suas atribuições legais, e contam com a supervisão de técnicos, que acompanham a realização das atividades práticas profissionalizantes e das pesquisas. Durante o mesmo período são desenvolvidas atividades de caráter teórico-metodológico, que incluem leituras dirigidas, oficina nacional, módulos de aulas e seminários.

Na Especialização, os alunos tinham como trabalho de conclusão do curso uma monografia e, nessa nova fase como Mestrado, elaboram uma dissertação que é defendida perante uma banca examinadora. Nos dois cursos, o objeto de estudo trata de tema de interesse do Iphan, identificado no contexto das ações da Unidade onde o aluno desenvolve suas atividades práticas. Desde a Especialização, o Programa conta com professores com experiência reconhecida na área de preservação do patrimônio cultural.

Os artigos apresentados nesta publicação representam essa proposta de formação e a diversidade temática alcançada pelo Programa. Foram produzidos a partir das monografias desenvolvidas entre 2007 a 2009. Trata-se de parte da produção da turma, uma vez que os alunos atenderam à chamada de artigos,

não sendo obrigatória a adesão. Os autores, com formação em arquitetura, ciências sociais, geografia e história, tiveram oportunidade de desenvolver seus temas em diferentes unidades do Iphan: nas superintendências de Goiás, da Paraíba, do Pará, do Maranhão, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, no Escritório Técnico da Região dos Lagos no Rio de Janeiro e no Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização, que na ocasião contava com parte de seu funcionamento no Rio de Janeiro. Durante a vivência dos alunos nessas unidades, explorando temas que lhes foram apresentados pelos técnicos e dirigentes do Iphan que os supervisionaram, foram desenvolvidas reflexões importantes que norteiam as práticas de preservação.

Em linhas gerais, os artigos abordam temas diversos: a arquitetura residencial moderna em Goiânia, para a sua compreensão no contexto histórico de valorização da arquitetura moderna brasileira diante da configuração urbana da cidade construída na ditadura de Vargas para a renovação e modernização do estado de Goiás; a paisagem cultural da área rural do município de Areia, na Paraíba, analisando a cultura da cana-de-açúcar e o valor histórico dos engenhos de cachaça e rapadura, que mantêm ainda vivas sua produção e suas tradições, conformando a paisagem da região; outra abordagem da cultura da cana-de-açúcar, com uma reflexão sobre os saberes e fazeres dos mestres de rapadura e suas técnicas tradicionais no contexto dos engenhos remanescentes do Cariri cearense, discutindo as políticas públicas para a continuidade dessas práticas; o patrimônio ferroviário como parte do chamado patrimônio industrial e os métodos de atribuição de valor adotados pelo Iphan na seleção de bens para tombamento federal, estudando a Estrada de Ferro Vitória a Minas, suas transformações e de seu entorno; os aspectos legais relacionados à efetividade da preservação de coleções e acervos, examinando critérios e os conceitos que norteiam os processos de tombamento desses bens.

Também são colocados em pauta as discussões sobre as áreas de entorno dos bens tombados, considerando as transformações, os sentidos e usos na sua delimitação e o uso desse instrumento legal, abordando diferentes tipos de bens, com destaque para a Igreja Nossa Senhora da Conceição de Viamão, no Rio Grande do Sul, e para o Conjunto Paisagístico de Cabo Frio, no Rio de Janeiro; um conjunto de problemas advindos da "(in)distinção" das categorias de patrimônio cultural de natureza material ou imaterial e sua relação com as práticas do Iphan, a partir de estudo de caso do "não tombamento"

da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Ivaporunduva, São Paulo; a acessibilidade aplicada aos sítios históricos tombados, discutindo a ideia de rotas acessíveis e percursos livres de barreiras arquitetônicas e urbanísticas como estratégias adequadas e ilustrando o estudo com um percurso urbano do Centro Histórico de São Luís do Maranhão, cuja análise crítica orienta proposição de acessibilidade urbana; e o reconhecimento das religiões afro-amazônicas, a partir do entendimento da organização socioespacial das religiões de matriz africana na cidade de Belém do Pará nas três primeiras décadas do século XX, com uma análise comparativa em relação à distribuição dos terreiros na atualidade.

Além dos artigos trazidos a público nesta Série, as monografias dos alunos da Especialização e as dissertações do Mestrado compõem o acervo dessa frente de formação pós-graduada do Iphan, registrando a vivência dos alunos durante os procedimentos de interação com a instituição, seus diferentes olhares e reflexões sobre a atribuição de valores aos bens culturais e sobre a sua preservação. Procedimentos cada vez mais complexos e demandantes da produção de conhecimentos e de fóruns de troca e compartilhamento entre profissionais e sociedade, para os quais pretendemos que esta publicação seja uma contribuição.

Lia Motta
Coordenadora-Geral da Copedoc
Coordenadora do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan

Arquitetura residencial moderna em Goiânia: delineando um cenário

Ana Amélia de Paula Moura



Resumo

Esta pesquisa se propôs a levantar os exemplares residenciais modernos em Goiânia e, a partir disso, traçar um panorama geral sobre esse acervo. Investigamos a formação e consolidação do movimento moderno no Brasil e buscamos compreender de que forma a construção de Goiânia e a ditadura de Vargas imprimiram um ritmo de renovação e modernidade no estado de Goiás. A visão corrente do estilo moderno, tradicionalmente associada à Escola Carioca e suas obras monumentais, foi em grande parte construída pela atuação do Iphan, que durante muito tempo privilegiou em suas ações essa pequena fatia da produção arquitetônica moderna no país. Nesse sentido, nosso trabalho tem a intenção de contribuir com a ampliação da visão sobre a arquitetura moderna brasileira, abarcando os exemplares goianienses que, além do inegável valor arquitetônico, têm grande importância na configuração urbana e formação da imagem da cidade.

Ana Amélia de Paula Moura Arquiteta e urbanista, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB) e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília (UnB). Foi bolsista do PEP/IPHAN na Superintendência do IPHAN em Goiás, sob a supervisão da arquiteta e urbanista Simone Kimura. Atualmente é professora adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UniEvangélica, Centro Universitário de Anápolis/GO, onde ministra disciplinas dos ramos de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, e Projeto de Arquitetura.

Introdução

A construção de Goiânia nos anos 1930 representou um marco na urbanização e modernização do estado de Goiás. O plano para a nova capital e todos os edifícios a serem erigidos deveriam representar o espírito de renovação e modernidade empreendido por Vargas. A importância histórica e estética das primeiras construções foi reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2004, quando ocorreu o tombamento de 19 bens isolados e do traçado inicial da cidade, englobando o plano de Atílio Corrêa Lima e sua ligação com a porção correspondente à cidade de Campinas, hoje um bairro de Goiânia. O rápido desenvolvimento urbano local, acelerado pela construção de Brasília nos anos 1960, fez com que a arquitetura moderna chegasse à cidade a partir da década de 1950 e encontrasse um meio relativamente receptivo às inovações estéticas e programáticas propostas pela nova arquitetura.

O acervo estudado engloba as residências com características modernas construídas na capital entre os anos 1950 e 1960, cuja importância é destacada, especialmente pelo meio acadêmico goianiense. A inegável representatividade dos exemplares em questão, aliada às discussões recentes que buscam ampliar os limites até então impostos à arquitetura moderna no país, contribuíram para a escolha do tema.

A pesquisa contou com uma revisão bibliográfica e com trabalhos de campo, nos quais foram identificadas as principais residências que conservam características modernas. A escolha pela arquitetura residencial se deu por três pontos principais: a existência de exemplares muito significativos, sobretudo por sua implantação e qualidade estética; o fato de que a casa moderna, desde os primórdios do movimento, foi uma espécie de laboratório para os arquitetos, que tinham maior liberdade para experimentar as novas possibilidades estéticas e construtivas; a rápida mutação da paisagem urbana que tem condenado à destruição precoce muitos desses edifícios.

Arquitetura moderna no Brasil

> A antiga sede do Ministério da Educação e Saúde, o conjunto de Pampulha, o conjunto de Pedregulho e Brasília são unanimidades da arquitetura moderna. Todavia o questionamento que se coloca diante dessas unanimidades e outras é: a modernidade brasileira é homogênea? (Segawa, 1998).

As publicações sobre nossa modernidade arquitetônica abordam temas quase sempre recorrentes, como a busca pelas raízes dessa modernidade, o debate sobre a brasilidade da obra de Warchavchik – que em 1927, com a Casa da Rua Santa Cruz, lançou as sementes da nova estética no país – e em que medida foram os paulistas ou cariocas os precursores do modernismo no Brasil. Segawa (2002, p. 52) defende que a atuação inaugural de Warchavchik se deve ao fato de que sua obra incorpora a causa da arquitetura moderna racionalista. Esse "modernismo programático" foi levado à frente e tomou rumos mais rígidos na produção de arquitetos paulistas durante o final dos anos 1930 e seguintes[1].

Gregori Warchavchik foi o representante de uma visão modernista na arquitetura no âmbito da intelectualidade brasileira envolvida na Semana de 1922, ou seja, a elite artística que buscava aliar as vanguardas europeias à tradição e ao nacionalismo. Até então, a expressão máxima de uma nova estética era a levantada pelos defensores do estilo neocolonial, especialmente por José Mariano Filho e Ricardo Severo, que buscavam na arquitetura tradicional a inspiração para a construção de uma nova linguagem arquitetônica, nacional, que se afastava, portanto, dos estilos classicizantes de origem europeia até então predominantes no cenário arquitetônico brasileiro.

Até os anos 1930, não encontramos no Rio de Janeiro arquitetos que tenham levado adiante as discussões modernistas. Contudo, não podemos desconsiderar o fato de que a difusão de tais ideias – inclusive pela visita ao Brasil de arquitetos como Le Corbusier (1929)[2] e Frank Lloyd Wright (1931) – já vinha ocorrendo no país. Com Vargas à frente do governo federal, uma reestruturação no ensino das Artes na capital do país foi proposta.

---

1 O brutalismo paulista, que também é alvo de inúmeras discussões. Apresenta uma forma de se fazer arquitetura que tem no rigor das estruturas e no emprego do concreto na forma bruta sua maior singularidade. De certo modo, herdeiro do conceito "ornamento é crime" dos primórdios da vanguarda moderna, foi adotado por boa parte de uma geração de arquitetos (Zein, 2003, p. 155).

2 Nessa ocasião, Le Corbusier conheceu as obras de Warchavchik e o convidou a ser delegado do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (Ciam) para a América do Sul.

No primeiro momento, o nome de Lucio foi prontamente aceito pelos arquitetos tradicionalistas da Enba, devido ao fato de que até então a prática projetual adotada por ele era eclética e simpatizante do neocolonial de José Mariano Filho. Apesar da influência neocolonial, naquele momento (1930), Lucio já havia se desinteressado pelo movimento e propôs uma reformulação dos cursos, afastando todos os professores ligados ao academicismo e contratando um corpo docente alinhado com os conceitos da arte moderna. A reação foi imediata e, apenas sete meses após assumir o cargo, Lucio Costa foi exonerado das funções de diretor. Apesar da reformulação dos cursos não ter sido levada adiante, as consequências do movimento de renovação puderam ser percebidas, sobretudo pelos alunos, que tiveram consciência das profundas mudanças que estavam ocorrendo no campo da arte e da arquitetura.

Ao se afastar da Enba, Lucio Costa e Warchavchik abriram um escritório e passaram a desenvolver projetos seguindo a linha modernista. O escritório durou apenas três anos e, devido à crise econômica mundial do período e à Revolução Paulista de 1932, o setor da construção civil sofreu um retrocesso, fazendo com que Lucio atravessasse um período de ostracismo, rompido somente em 1935, quando o então ministro Gustavo Capanema o convidou para participar da elaboração no novo projeto para a sede do Ministério da Educação e Saúde.

Com a consultoria de Le Corbusier e a participação de um grupo de arquitetos – Afonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Jorge Machado Moreira e Oscar Niemeyer –, Lucio Costa realizou o projeto e lançou as bases para a consolidação da nova linguagem arquitetônica no país. Emblemático do ponto de vista da ruptura com o cenário arquitetônico, tal obra inaugurou também o patronato federal na arquitetura moderna do país (Comas, 1996 apud Franco, 2007) e deu início a um longo período de hegemonia carioca que teve seu auge com a construção de Brasília. "A primeira escola, o que se pode chamar legitimamente de 'escola' de arquitetura moderna no Brasil, foi a do Rio, com Lucio Costa à frente, e ainda inigualada até hoje" (Andrade, 1944 apud Xavier (Org.), 2003, p. 179)[3].

3 Andrade, Mario de. Brazil Builds. *Folha da Manhã*, São Paulo, 23 mar. 1944. Esse artigo foi republicado em Xavier (Org.), 2003. Note-se que aqui o autor inicialmente define a produção dos arquitetos liderados ideologicamente por Lucio Costa como "escola do Rio". Embora o termo mais encontrado nos textos críticos da arquitetura do período seja "Escola Carioca", não nos foi possível precisar o momento em que tal mudança terminológica tenha se dado.

O estabelecimento e a preponderância da chamada Escola Carioca no cenário da arquitetura moderna no Brasil pode ser compreendido, segundo Cavalcanti (2006), como resultado de três aspectos fundamentais: a construção de monumentos para o Estado Novo (destaque para o já citado Ministério da Educação e Saúde – 1936/1943), a constituição do patrimônio histórico nacional (atuação dos modernos à frente do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan) e a criação do campo da habitação popular no país, devido ao grande interesse que desde os primeiros tempos tais arquitetos tiveram em desenvolver projetos de habitação coletiva.

Vale destacar a importância que a produção da Escola Carioca teve em âmbito internacional, especialmente pela construção do Pavilhão do Brasil na Feira de Nova Iorque (1939-1940), de autoria de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, e pela exposição organizada pelo Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (Moma), *Brazil Builds: Arquitetura nova e antiga, 1652-1942*, inaugurada em 1943 e que percorreu várias cidades das Américas até 1946. Tais eventos, além de acelerarem internamente a "vitória" dos modernos sobre os estilos concorrentes, fizeram com que a crítica internacional lançasse os olhos sobre a arquitetura brasileira. Além do livro-catálogo da exposição, alguns pesquisadores deram início a investigações sobre nossa modernidade arquitetônica.

É inegável a importância de Lucio Costa para a formação das bases da modernidade nacional e da própria história da arquitetura no Brasil. Para Puppi (1998), os escritos de Lucio Costa representam o nó crucial de todo o problema da compreensão da historiografia da arquitetura brasileira, visto que foi a partir da revisão da história da arquitetura no Brasil que Lucio justificou a importância da nova estética e lançou os princípios teóricos que fundaram uma vertente local do movimento. A história, para Costa, era um instrumento para a demonstração de seus argumentos, o que acabou por conferir uma autoridade historiográfica ao programa teórico do modernismo brasileiro. Promoveu-se assim o encontro do estudo da arquitetura "tradicional" com as experiências modernas, conferindo legitimidade a ambas as partes e viabilizando todo o programa de trabalho dos modernos.

> Recursos construtivos coloniais, como as construções sobre estacas, as treliças, e o pau-a-pique, eram associados aos pilotis, aos brise-soleils e ao concreto armado. Para os arquitetos modernistas, a semelhança de sua arquitetura com a colonial não era de aparência ou efeito, como ocorria com as construções neocoloniais, e sim de estrutura (Fonseca, 2005, p. 188).

Os modernos se voltaram então contra o ecletismo e demais estilos que nasciam de expressões classicistas (inclusive o neocolonial, que, embora possuísse raízes tradicionalistas, era visto como uma variação do ecletismo historicista), já que o que se tornavam imperativos eram a pesquisa histórica e a preservação do patrimônio relacionado exclusivamente à produção artística que expressava as imposições de seu meio e lugar. Como consequência desse fato, assistiu-se a uma supervalorização da arquitetura do período colonial e a um verdadeiro desprezo pelo ecletismo, neoclássico, art déco e neocolonial.

A busca pelo entendimento de todos esses fatores é relativamente recente. Diversos pesquisadores têm se debruçado sobre o tema e o Iphan, como órgão de preservação do patrimônio cultural do país, teve um papel importantíssimo no processo de consolidação da arquitetura moderna no Brasil, bem como na chancela da historiografia, digamos que oficial, da arquitetura nacional, visto que tombamentos e mesmo pareceres emitidos pelo órgão reforçavam tal ideário.

Patrimônio moderno brasileiro – a atuação do IPHAN e a construção de um ideal de modernidade

A política de preservação no país esteve, em um primeiro momento, atrelada à ideia de construção de uma identidade nacional. A seleção de bens para o tombamento era subordinada ao pensamento defendido pelos artistas modernistas que estiveram à frente do Sphan nos primeiros anos. A concepção de valor artístico e histórico estava restrita a um período bem delimitado e englobava as produções do barroco colonial. A arte barroca era vista pelos modernistas como a representação máxima da cultura produzida no país. Certamente a beleza e a qualidade estética alcançadas pelos artistas desse período vieram ao encontro da intenção de se construir um ideal de cultura nacional, fundado nas expressões mais tradicionais.

Sob a égide da figura de Lucio Costa, eles buscavam estabelecer um diálogo com a produção do passado, produzindo uma arquitetura modernista de vanguarda (Escola Carioca) que absorvia elementos tradicionais (azulejos, madeira, muxarabis) e que, embora não possuísse um distanciamento histórico considerável, tornou-se objeto de interesse das ações de proteção. O tombamento da Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha em 1947 e do prédio do MES em 1948, considerados exemplos de boa arquitetura e inscritos no Livro de Belas Artes, corroboram tal tendência.

O tombamento da Igreja da Pampulha deu início a uma prática que se tornou recorrente: o tombamento preventivo de obras modernas. A Igreja, projetada em 1943 por Oscar Niemeyer, já considerada um dos ícones da inovação da nossa arquitetura, encontrava-se, em 1947, abandonada e em precário estado de conservação. Com o intuito de garantir a preservação de uma obra que, embora recente, encontrava-se ameaçada, o autor do pedido – Lucio Costa –, frente ao ineditismo de sua proposta, recorreu à figura do "tombamento preventivo" a fim de justificar tal medida:

> Considerando, enfim, que o valor excepcional desse monumento o destina ser inscrito, mais cedo ou mais tarde, nos Livros do Tombo, como monumento nacional, e que portanto seria criminoso vê-lo arruinar-se por falta de medidas oportunas de preservação, para se haver de intervir mais tarde no sentido de uma restauração difícil e onerosa, tenho a honra de propor, de acordo com os itens I e III do art. 9º do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o tombamento preventivo da Igreja de São Francisco de Assis, da Pampulha (Costa, 1947 apud Pessôa, 1999, p. 68).

A intenção de se garantir que as construções recém-concluídas não fossem destruídas ou tivessem seu projeto original mutilado foi levada ao extremo no caso do tombamento do Parque do Flamengo (1965). Projetado na cidade do Rio de Janeiro por Roberto Burle Marx e Afonso Eduardo Reidy, o parque, na ocasião do seu tombamento, tinha apenas um terço de suas obras realizadas. O temor de que futuros governantes não concluíssem o projeto fez com que o governador do estado encaminhasse, em 1964, o pedido de tombamento, que foi prontamente aceito. Tombou-se então o projeto original do parque, que foi anexado ao processo de tombamento, e o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional assumiu o papel de guardião de sua execução.

Dois anos depois, o tombamento da Catedral de Brasília[4] também seguiu a mesma tendência. Nesse caso, em 1962 um pedido de tombamento do edifício ainda em construção fora recusado por Lucio Costa. Contudo, com o precedente aberto pelo Parque do Flamengo e pelas dificuldades financeiras de se concluir a obra, o tombamento foi uma alternativa para que o bem, então protegido, tivesse sua obra concluída, segundo o projeto inicial de Niemeyer.

4 O primeiro edifício tombado em Brasília foi o Catetinho, projetado por Niemeyer e construído em 1956. A construção em madeira que serviu de residência provisória ao presidente Juscelino Kubitschek havia sido tombada em 1959, como marco inicial da epopeia da nova capital.

Durante o processo de consolidação e formação do Iphan, o que foi reconhecido como digno de preservação como exemplar de arquitetura moderna esteve restrito a uma produção elitizada, o que, para Franco (2007, p. 8), é reflexo do corporativismo presente na atuação do órgão nesse período. A ampliação da noção de valor artístico era recente e devido a isso o tombamento de edificações de estilos como o ecletismo e o neoclássico envolveu discussões acaloradas nos primeiros processos. A mudança nessa visão só ocorreu a partir do momento em que os pesquisadores se propuseram a analisar os estilos à luz do momento histórico em que emergiram.

No caso do modernismo, outras manifestações diversas da Escola Carioca, como as casas de Warchavchik na Vila Mariana, só foram consideradas a partir dos anos 1980. A ação dos moradores do bairro, no intuito de preservar a casa da Rua Santa Cruz, então ameaçada por um empreendimento imobiliário, levou ao estudo de três residências e o consequente tombamento delas em 1984 (Pessôa, 2006, p. 162). O parecer que recomendou o tombamento destacou a importância dessas na ação transformadora da moradia burguesa, dando a elas um valor que a historiografia oficial da arquitetura moderna no Brasil havia relegado a segundo plano.

O tombamento do Plano Piloto de Brasília ocorreu em 1990, embora nessa data a cidade já tivesse sido declarada Patrimônio da Humanidade. É importante destacar o caráter inovador dessa ação, uma vez que o que está protegido pela lei não é o conjunto de edificações existentes e sim as regras urbanísticas norteadoras de sua ocupação; a cidade como objeto de tombamento pensado não como um conjunto de arquiteturas notáveis, mas sim como documento resultante das ideias urbanísticas que se mantiveram durante a sua história.

Até 2005[5], dos 16 bens modernos inscritos, seis estão no Rio de Janeiro. Minas Gerais, Brasília e São Paulo contam com três cada e o único fora desse eixo é o Pavilhão Luiz Nunes em Recife-PE. Tais números são muito pequenos se comparados ao volume da produção arquitetônica moderna no Brasil. Isso nos faz crer que há uma carência de políticas de identificação desse acervo, o que, em última instância, impossibilita a realização de ações para a preservação dos exemplares mais representativos.

5 Vale ressaltar que em 2007 o IPHAN tombou 24 obras de Oscar Niemeyer, 23 monumentos de Brasília, escolhidos pelo próprio arquiteto, e a Casa das Canoas no Rio de Janeiro, casa projetada por ele, onde viveu por doze anos.

No caso da Superintendência do Iphan em Goiás, entende-se que há uma demanda para o conhecimento do acervo moderno existente na cidade de Goiânia. Devido aos objetivos do Programa de Especialização em Patrimônio (Pep), que visa à formação na área da preservação do patrimônio voltada à realidade e prática profissional do bolsista, consideramos que, ao propor um estudo que contempla as residências modernas na cidade, poderemos conciliar o debate sobre as questões da preservação da arquitetura moderna e da própria construção da modernidade no estado.

Construção de Goiânia – a modernidade chega ao sertão

A partir da Revolução de 1930, o governo federal promoveu um desmonte das oligarquias regionais, tendo como um dos mecanismos a indicação de interventores nos estados. A mentalidade política do momento preconizava o progresso e a instituição da modernidade aliados a um ideal nacionalista. Em Goiás, a nomeação de Pedro Ludovico como interventor suplantou a oligarquia dos Caiado que se encontrava no poder desde o início do século XX.

As dificuldades de se administrar em Vila Boa, atual Cidade de Goiás, eram enormes, visto que os antigos dirigentes possuíam grande influência na região. O ambiente de disputa política dividia a opinião dos moradores e colocava em risco o movimento revolucionário e seus ideais. A construção de uma nova capital vinha ao encontro da necessidade política do momento e representaria verdadeira ruptura com o Goiás arcaico das oligarquias vilaboenses, inaugurando um novo momento na história do estado. A modernidade que se almejava implantar, no caso de Goiás, serviria para dinamizar a economia e teria ainda um caráter "educativo", do ponto de vista da difusão dos novos padrões modernos urbanísticos e de moradia.

Em dezembro de 1932, Pedro Ludovico nomeou uma comissão para realizar a escolha do sítio para a implantação da nova capital. O lugar ideal seria as proximidades da então cidade de Campinas, localizada na região conhecida como Mato Grosso Goiano, porção sudoeste do estado, centro demográfico e com a economia mais próspera naquele momento.

Já em 1933, Pedro Ludovico encaminhou a Vargas um relatório de prestação de contas de três anos de governo que, na prática, tornou-se uma verdadeira propaganda, a venda de um projeto. No contexto de um Estado centrali-

zador e nacionalista, que buscava uma "arrancada" do Brasil rumo a si mesmo, ao interior, surgia o cenário ideal para a construção de Goiânia e a mudança da capital. Ainda em 1933, o governo estadual adquiriu as terras, definiu o perímetro urbano da nova capital e convidou o arquiteto Atílio Corrêa Lima para elaborar os projetos (Figura 1) e supervisionar a construção da cidade.

Em 1935, Atílio e o governo romperam o contrato e o interventor entregou a tarefa de construção da cidade à firma Coimbra Bueno e Pena Chaves. No ano seguinte, os irmãos Bueno convidaram Armando de Godoy para dar prosseguimento ao projeto de Goiânia iniciado por Atílio. Armando modificou o plano para o Setor Sul, empregando novo desenho inspirado nas cidades-jardim inglesas. Alterou também o desenho da Praça Cívica. Contudo, o traçado dos setores Central e Norte não sofreram maiores mudanças, pois se encontravam praticamente concluídos.

A partir de 1936, pela dificuldade de se deslocar até Goiânia, Godoy abandonou o projeto e os irmãos Bueno assumiram desse ponto em diante os papéis de urbanistas. Assim, a cidade assumiu seu terceiro formato, reconhecido pelo Decreto Lei 90-A, de 30 de julho de 1938. Ironicamente, Jerônimo Coimbra Bueno incluiu no plano oficial de Goiânia novo bairro, denominado cidade-satélite de Campinas (atual Setor Coimbra), localizado estrategicamente em terras de sua propriedade.

Durante o governo de Pedro Ludovico, a ocupação se deu nos limites da proposta de Godoy, ocorrendo, porém, a invasão do Setor Leste – previsto no projeto de Atílio. Essa área, que atualmente corresponde aos setores Vila Nova e Universitário, foi ocupada irregularmente por operários que trabalhavam na construção civil. Em 1945, com o fim do governo Vargas e a consequente realização de eleições diretas, Jerônimo Coimbra Bueno foi eleito governador pelo partido de oposição a Pedro Ludovico. Assim que subiu ao poder, Coimbra Bueno liberou seu loteamento para comercialização e, pressionado pelos proprietários de terras próximas ao núcleo urbano, liberou também novas áreas para serem loteadas e comercializadas.

Em 1947, a aprovação do Código de Edificações obrigou os loteadores a arcar com os custos da infraestrutura urbana, freando a implantação imediata de novos loteamentos. Houve a regulamentação dos setores Vila Nova e Bairro Botafogo (atual Setor Universitário) com seus projetos já definidos na Planta Geral de Urbanização de Goiânia de 1947. Segundo Oliveira (2005), a partir

de 1950, a grande pressão sofrida pelo governo por parte dos proprietários das terras e a grande demanda por áreas de moradia (causada pela crescente chegada de imigrantes: de 18.889 habitantes em 1940, a cidade passou a ter 39.871 em 1950) fez com que o artigo que obrigava os loteadores a arcar com

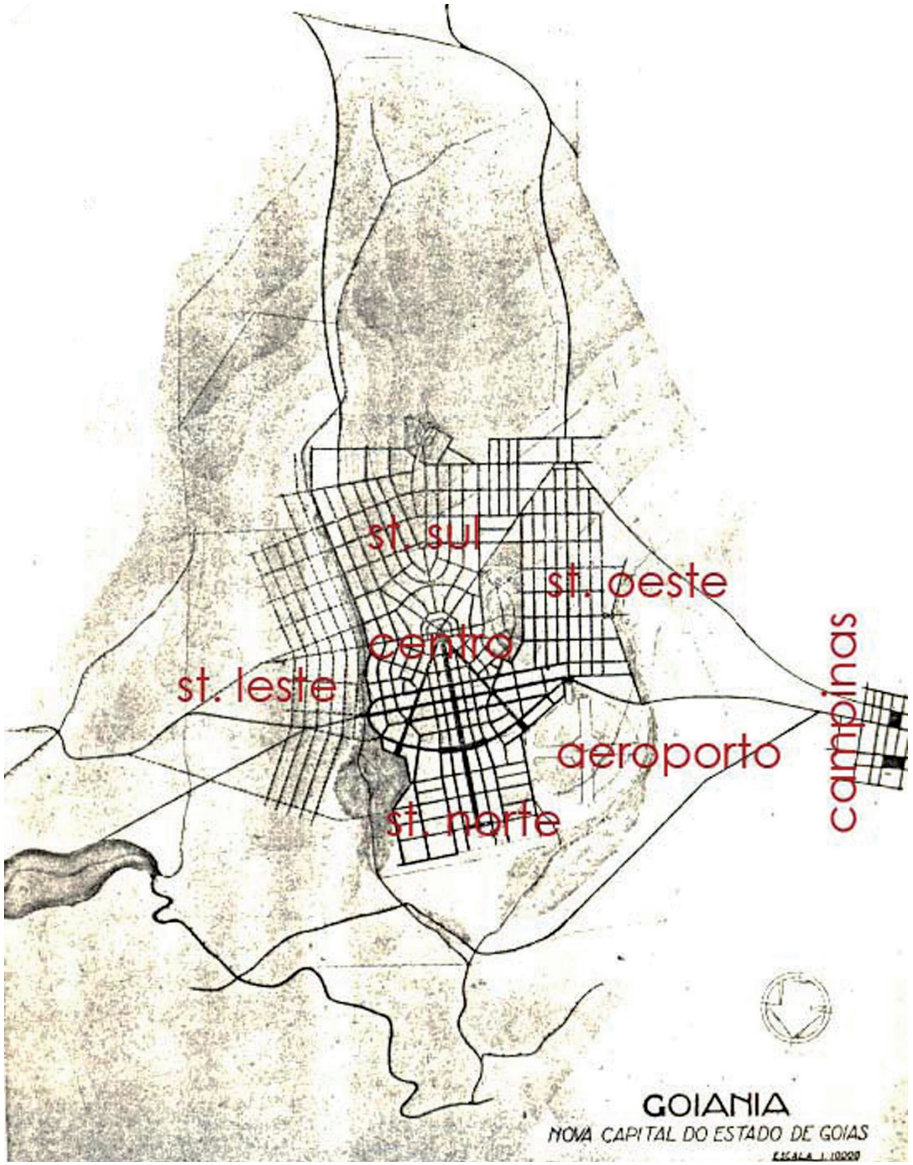


FIGURA 1 Planta geral de urbanização de Goiânia, segundo projeto original de Atílio Correia Lima. Sua proposta previa somente cinco bairros: Centro, Leste, Oeste, Sul e Norte. Campinas, núcleo urbano autônomo nessa época, atualmente é um bairro da capital. Fonte: Seplan de Goiânia.

a infraestrutura dos novos parcelamentos fosse modificado. Em pouquíssimo tempo, Goiânia assistiu a um verdadeiro surto de novos loteamentos.

A expansão descontrolada foi agravada pela construção de Brasília (anos de 1955-1960), sendo que nos anos 1960 a porção central já se encontrava maciçamente ocupada. O problema dos novos loteamentos era de tamanha gravidade que em 1959 o então prefeito da cidade, Jaime Câmara, suspendeu a aprovação de novos loteamentos e exigiu a revisão dos já aprovados.

Na fase inicial de implantação da capital, a pretensão era que a cidade se desenvolvesse nos primeiros seis anos para o norte e após esse período para o sul, e quando essa porção estivesse ocupada, finalmente a expansão se daria para o oeste (zona de futura expansão residencial, nos planos de Atílio e Godoy). Entretanto, com a atuação dos Coimbra Bueno, a ocupação da porção oeste teve início já em 1947, com a aprovação do bairro Cidade Satélite Campinas.

Com a intenção de se privilegiar a ocupação das áreas centrais e sul, definiu-se logo por parte do governo um tratamento diferenciado a tais áreas, consideradas desde o início a zona "nobre" da capital. A população que chegava à cidade e possuía melhores condições financeiras adquiria seus imóveis nessas áreas, que contavam com toda infraestrutura e o status de bairros planejados. Os imigrantes de baixa renda, ou se alojavam em áreas clandestinas, como a correspondente ao Setor Leste, ou se transferiam para áreas foras do limite urbano.

Esses aspectos foram se sedimentando ao longo do processo de crescimento urbano. Até a década de noventa, a população de alta renda se concentrava nos setores Oeste, Aeroporto, Sul, Bueno e Marista, porções oeste e sul, ocupação que remonta à década de 1950. O Centro da cidade, embora tenha sofrido um processo de esvaziamento, ainda contava com significativa presença de moradores com boas condições financeiras que viviam em casas de arquitetura expressiva[6]. Contudo, a expansão dos chamados condomínios fechados tem feito com que essa população de alta renda se transfira gradativamente das porções mais centrais da cidade para a periferia.

Tal fenômeno gera um esvaziamento e a consequente substituição do estoque construído. As residências perdem sua função original e dão lugar a atividades comerciais ou edifícios de múltiplos pavimentos, gerando desca-

6 Foi possível identificar que ainda hoje há muitas edificações modernas no Centro, nas quais o uso residencial é mantido, mas a maior parcela está nas mãos de locatários, abrigando atividades diversas.

racterizações e mesmo demolições para atender às novas demandas do mercado. A seguir caracterizaremos a arquitetura da capital durante o período de construção até o surgimento das primeiras edificações modernas, o que ocorre durante os anos de 1950 a 1960.

A arquitetura da nova capital

Durante a década de 1930, o país atravessava uma boa fase econômica, o que favoreceu o empreendimento modernizador de Vargas. O novo governo desejava imprimir sua marca nas principais cidades brasileiras, com ênfase especial no Rio de Janeiro, então capital federal. Segundo Cavalcanti (2006), construiu-se no Rio dos anos 1930/40 mais do que em Brasília nos anos 1950/60.

Havia por parte do Estado Novo uma intenção de conferir unidade à arquitetura dos edifícios então construídos. Alguns setores estatais conseguiram promover a almejada uniformidade nas novas construções, como o Departamento de Correios e Telégrafos, que entre os anos 1930 e 1940 construiu 141 agências, todas com projetos elaborados na capital federal, seguindo uma linguagem de influência déco, com formas simplificadas e estruturas leves proporcionadas pelo uso do concreto (Vidal, 2008).

Entretanto, a Exposição de Edifícios Públicos, realizada entre 29 de julho e 24 de agosto de 1944 no salão do Ministério da Educação e Saúde (que ainda estava em construção) apresentou uma realidade bem distante da pretendida uniformidade arquitetônica do Estado. Segawa (2006, p. 91) afirma que a variedade tipológica das edificações então apresentadas (presença de vários estilos como neocolonial, neoclássico, art déco e moderno) decorre do fato de que cada ministério possuía uma divisão de engenharia e obras que cuidava do estudo, projeto e execução de seus próprios edifícios, além da ineficiência da Divisão de Edifícios Públicos em responder às suas funções. Tanto que das quatro novas sedes ministeriais construídas no governo Vargas: Ministérios da Educação e Saúde (Mes); da Justiça e Negócios Interiores; do Trabalho, Indústria e Comércio e o da Guerra, cada uma possuía tipologia e estilo arquitetônicos distintos.

No contexto de um governo centralizador, com um universo amplo de demandas arquitetônicas a serem atendidas, não é possível apontarmos a existência de um denominador arquitetônico comum. Inegável é o caráter referencial da sede do Mes, tanto por seu papel inaugural na arquitetura moderna nacional quanto por seu reconhecimento internacional como marco da

nova arquitetura. No entanto, a ação governamental, em suas diversas frentes ministeriais, não conseguiu estabelecer uma linguagem arquitetônica direcionada e coerente.

Esse quadro de diversificação estilística também aparece no caso de Goiânia, onde tivemos a utilização de um repertório art déco nas construções oficiais e comerciais e o emprego do ecletismo neocolonial e do estilo missiones nas primeiras construções civis. As primeiras casas a serem construídas em Goiânia deveriam – segundo contrato firmado entre governo e Atílio Correia Lima, autor do primeiro traçado urbano – ser projetadas por ele.

As chamadas casas-tipo seriam destinadas aos funcionários do governo recém-transferidos para a nova capital, e o governo do estado, possuidor dos lotes, doaria aos funcionários que poderiam financiar a construção diretamente da firma dos irmãos Coimbra Bueno. Dos vinte tipos previstos, somente dez foram construídos, sendo que em 1935 encontravam-se concluídos. A ideia era que as casas-tipo funcionassem como modelos de uma nova forma de se habitar e construir (Figuras 2, 3 e 4).

As residências construídas nos primeiros anos representaram o desejo de modernização tão presente nos discursos políticos do momento. A ruptura em relação às moradias tradicionais se concretizou não somente pela opção estilística, mas também pelos materiais e técnicas construtivas. Mesmo as edificações que não seguiram os tipos construídos pelo governo apresentavam os mesmos avanços em termos de agenciamento espacial, como a liberação dos edifícios em relação ao lote, refletindo a busca por maior salubridade (melhorias na ventilação e iluminação dos ambientes); banheiro e demais instalações sanitárias no corpo principal do edifício; presença do alpendre e jardins frontais no intuito de regular a transição entre público e privado.

No caso dos materiais e técnicas construtivas, temos a introdução do concreto armado na construção de vergas e contrapisos; a telha usada é a plana, tipo Marselha; ladrilhos revestindo as paredes de banheiros e cozinhas; áreas molhadas com piso revestido de ladrilhos e demais cômodos com assoalho. A garagem, nesse momento, aparecia somente em blocos anexos, não participando do corpo principal das residências até a década de 1950, sendo que, até esse período, o quadro da arquitetura residencial em Goiânia se manteve sem alterações significativas.

Foi no decorrer dessa década, quando a urbanização sofreu um incremento e os setores Sul e Oeste começaram a ser ocupados, que surgiram as primeiras residências com características da arquitetura moderna em Goiâ-



FIGURA 2 Bungalow em estilo misiones do Dr. Luiz da Glória Mendes. Rua 3 esquina com Rua 23, Setor Central. Fonte: Seplan de Goiânia.



FIGURA 3 Casa-tipo que abrigou a sede provisória do Governo do Estado e da Secretaria Geral a partir de 1935 na Rua 20, Setor Central (1934). Fonte: Seplan de Goiânia.



FIGURA 4 Vista Geral da Rua 20, Setor Central (1935). Esta é conhecida como a primeira rua de Goiânia, devido ao fato de que ali foram erguidas as primeiras casas na cidade. Fonte: Seplan de Goiânia.

nia. A nova linguagem arquitetônica, que reduzia as coberturas a planos horizontais, primava pela fluidez dos espaços e generosidade das aberturas, aliada ao fato de que essas edificações eram geralmente implantadas em terrenos generosos; representaram verdadeiros marcos na paisagem urbana e foram, no seu tempo, retratos da superação de um modo de habitar.

As construções modernas e suas características gerais

A expansão urbana que Goiânia atravessava no início dos anos 1950 e o relativo êxito na economia do estado favoreceram a modernização em diferentes frentes. Foi somente nessa década que surgiram na cidade os primeiros edifícios correspondentes à nova linguagem arquitetônica. As primeiras casas modernas da capital foram concebidas por arquitetos graduados no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo que, ao se estabelecerem em Goiânia, trouxeram as influências do pensamento moderno e encontraram campo propício para a difusão de suas ideias. Vaz e Zárate (2004) elencam os principais arquitetos que atuaram nesse período em Goiânia: Eurico de Godoy, Elder Rocha Lima, Domingos Roriz, Ariel Costa Campos, Raul Filó, Luiz Osório Leão e Silas Varizo. Arquitetos de significativa produção no contexto nacional, como David Libeskind, Sérgio Bernardes e Paulo Mendes da Rocha[7] também realizaram projetos institucionais expressivos na cidade, especialmente a partir de 1960.

Outros atores também participaram da difusão da nova arquitetura em Goiânia. Engenheiros e mesmo desenhistas projetaram residências e atuaram na construção de casas com características da arquitetura moderna. Vaz e Zárate (2004) apontam os nomes dos engenheiros Carlos Alberto Leão, Renan de Barros, Clay Mendes, Osvaldo Santos Nery, Tristão Fonseca Neto, Jair Lage de Siqueira, e de projetistas/desenhistas como Américo Vespúcio Pontes, Gildo Botosso e Pedro Osório. Foi pela atuação de tais agentes que foram erigidos vários edifícios seguindo a estética moderna na capital. Embora haja uma defasagem temporal se considerarmos as primeiras experiências nacionais, o moderno em Goiás aconteceu justamente no período de difusão e interiorização da nova estética no país.

7 É da autoria de Paulo Mendes da Rocha obras importantes na capital goiana, como a sede do Jóquei Clube de Goiás (1962) e o Estádio Serra Dourada (1975). O arquiteto Sérgio Bernardes é o responsável pelo projeto do Clube Jaó em Goiânia (1970).

A residência de Dorival Bacelar (Figura 5), construída em 1952 na esquina das ruas 91 e 10 no Setor Sul, é considerada a primeira casa moderna de Goiânia. Esta, já demolida, foi projetada pelo arquiteto Eurico de Godói, goiano que se formou na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil, estagiou no escritório de Oscar Niemeyer e foi fortemente influenciado por ele e Lucio Costa (Vaz; Zárate, 2005). Tal residência, além de romper com o padrão estético das moradias até então construídas na capital, apresentava novo arranjo espacial, na medida em que inseriu novo elemento compositivo: o jardim interno. O telhado, coberto por platibanda, convergia lateralmente para o centro da fachada, arranjo comumente chamado de telhado asa de borboleta.

No mesmo ano (1952), David Libeskind projetou a residência da família Félix Lousa. Esta, localizada em uma das vias de maior movimento da capital (Avenida Paranaíba), tem como principal característica a introspecção. O arquiteto optou em não colocar abertura nas fachadas, as empenas cegas receberam revestimentos diversificados e a casa, ao se voltar para dentro do terreno, conseguiu afastar o ruído e garantir privacidade aos moradores (Figura 6).

Ainda na mesma década, David Libeskind projetou a residência da família Goldfeld (Figura 7), construída com algumas alterações pelo engenheiro Tristão Fonseca Neto. Esta edificação encontra-se completamente modificada. Sua forma original primava pela horizontalidade; o volume principal, simples, prismático, possuía fachada envidraçada e avanços no que diz respeito ao arranjo espacial. Há uma setorização clara dos usos. No pavimento superior há uma sala íntima, acessada por escada externa ao corpo do edifício e a escada principal tem posição de destaque, central. Há ainda a opção pelo uso de closets e banheiros individuais associados aos dormitórios, solução até então não usada na cidade.

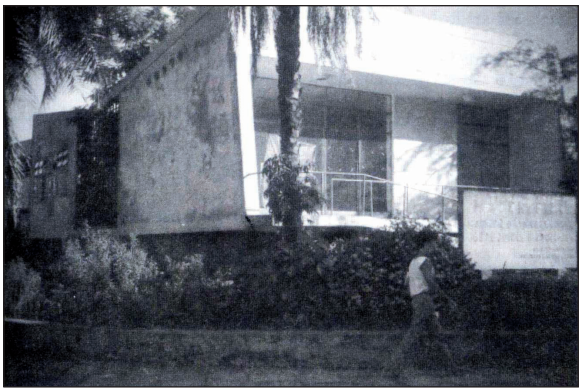


FIGURA 5 Residência Dorival Bacelar em foto tirada em 2006. Fonte: Mahler (2007, p. 123).

Em 1966 Libeskind projetou sua última proposta para a cidade, a residência da família Abdala Abrão, atual sede da Superintendência do Iphan em Goiás (Figuras 8 e 9). Esta casa, localizada em um terreno de grandes dimensões, apresenta um bloco principal, quadrangular, complementado por uma edícula. O volume principal foi concebido em diferentes níveis articulados por escadas, há uma setorização dos usos bem definida e um primoroso uso dos materiais de acabamento, característica marcante da obra de Libeskind.

É da autoria de Eurico de Godói a residência de Bariani Hortêncio (Figura 10), situada na Rua 82, em frente à Praça Cívica. A edificação, uma das mais bem conservadas da capital, possui uma volumetria simples e expressiva. O bloco do edifício, em forma de "L", é elevado e acessado por uma escada externa que leva ao vestíbulo.

Dentro do contexto urbano ainda podemos destacar a presença de outras edificações relevantes do ponto de vista estético, como a residência de Benedito Umbelino de Souza, projetada em 1961 pelo arquiteto Luis Osório Leão (Figura 11). Esta, situada em terreno estreito na Alameda Botafogo (Setor Central), apresenta uma volumetria simplificada e um agenciamento em dois níveis. Há o emprego de diversos materiais de acabamento, tais como cerâmica, pedra, madeira e elementos pré-moldados de concreto que revestem o muro lateral.

Podemos destacar também a casa de Carlos Cunha, projetada em 1963 por Silas Varizo (Figura 12), que apresenta volumetria pouco complexa, como

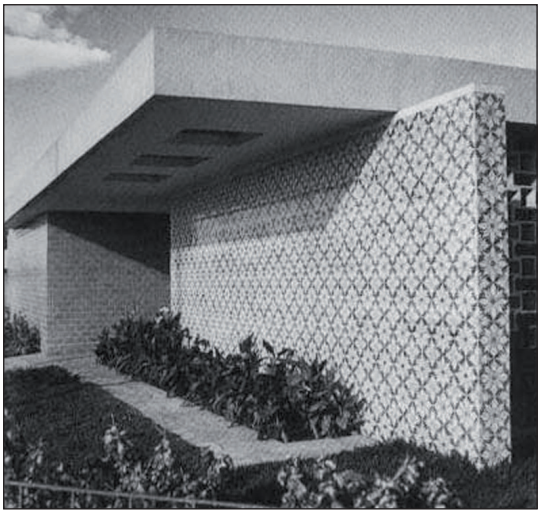


FIGURA 6 Residência Félix Lousa, Rua 9 com Avenida Paranaíba, Setor Central. Fonte: Brasil (2007, p. 75).

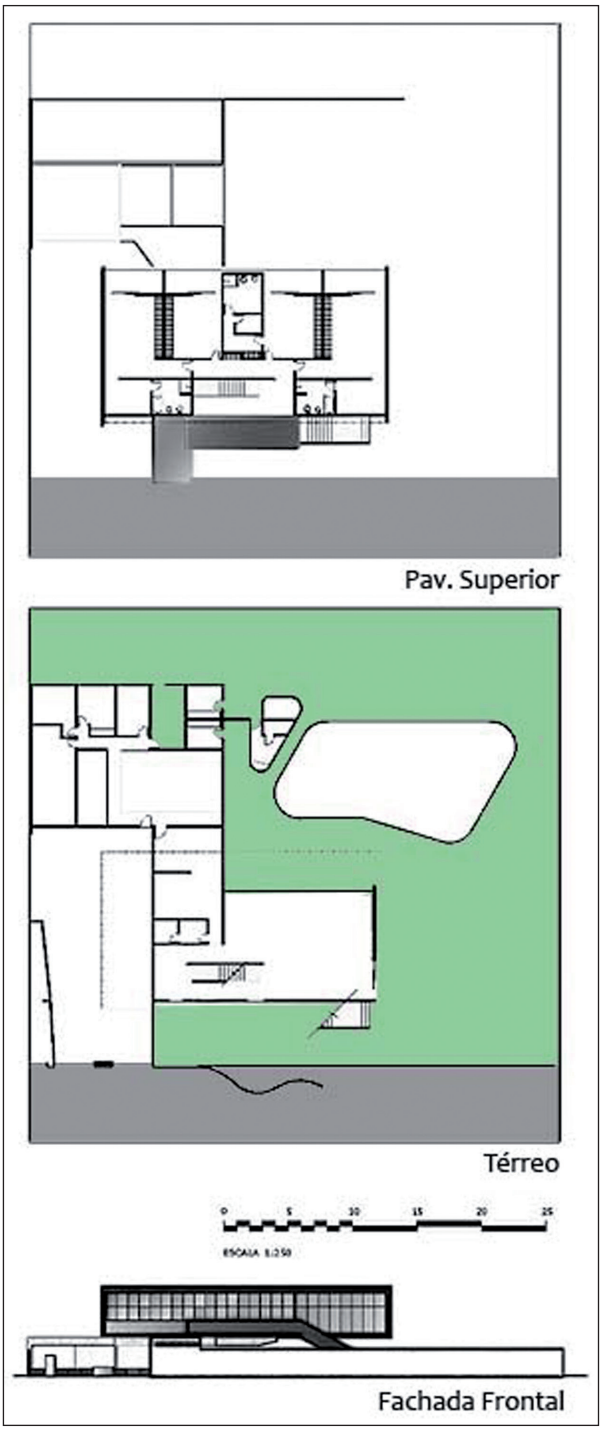


FIGURA 7 Planta e fachada da residência da Família Goldfeld, Rua 84, Setor Sul.
Fonte: Vaz; Zárate (2006).





FIGURAS 8 E 9 Residência Abdala Abrão, atual sede do Iphan em Goiás. Fonte: Acervo da Superintendência do Iphan em Goiás.



FIGURA 10 Residência de Bariani Hortêncio, Rua 82, Setor Sul. Fonte: Levantamento de Campo.



FIGURA 11 Residência Benedito Umbelino de Souza, Alameda Botafogo, Setor Central. Fonte: Levantamento de campo.

era o usual nas casas goianienses. Contudo, o projetista adotou uma solução interessante para o tratamento da fachada principal: concebeu volumes diversos que se justapõem e se distinguem por meio de diferentes materiais de revestimento. Complementam a composição a presença dos brises e um painel lateral de cobogós. Esta residência, parcialmente modificada pela construção de um bloco anexo, atualmente tem uso comercial.

A residência de Algoraque Afonso Borges também é significativa (Figura 13), especialmente pela posição de destaque que possui no contexto urbano. Situada em um terreno de grande visibilidade, uma esquina em frente ao Lago das Rosas, possui uma composição volumétrica que prima pela horizontalidade. Devido à declividade do terreno, o projetista, engenheiro Jair Lage de Siqueira, optou em distribuir o programa em dois níveis e situou a garagem e serviço no térreo, de onde, por uma escada externa, tem-se acesso ao pavimento superior onde estão os setores íntimo e social.



FIGURA 12 Residência de Carlos Cunha, Rua 82, Setor Sul. Fonte: Levantamento de campo.



FIGURA 13 Residência Algoraque Afonso Borges, Alameda das Rosas, Setor Oeste. Fonte: Levantamento de campo.

A partir do final dos anos 1950 e no decorrer de toda década de 1960, o número de casas construídas em Goiânia nos moldes modernos foi bastante expressivo. Entretanto, devido principalmente ao rápido crescimento da cidade nas décadas seguintes e à substituição gradativa do estoque construído, nos restam poucos exemplares desse período. De modo geral podemos sintetizar as características de tal acervo nos seguintes aspectos principais:

1. A intenção formal se sobrepõe à espacialidade, ou seja, formalmente as residências se filiam ao movimento moderno, porém, nem sempre os avanços que dizem respeito à distribuição espacial e integração entre os ambientes são encontrados;
2. Volumes simplificados, predominantemente horizontais;
3. Uso de materiais diversos nos acabamentos;
4. Vãos generosos, contrastando com os planos das vedações, que na maior parte dos casos recebe cores claras.

Um ponto importante a ser destacado é a "popularização" do repertório moderno, fenômeno que ocorre nas construções de famílias com menor poder aquisitivo e que acaba gerando uma série de edifícios que fazem alusão ao moderno, mas que, por causa de limitações de ordem econômica e mesmo tecnológica, não puderam representar integralmente os avanços propostos pela nova arquitetura. Por Goiânia encontrar-se distante dos centros mais desenvolvidos industrialmente, as dificuldades materiais para que ocorresse a concretização do sonho moderno eram enormes. Em muitos casos, para que os projetos pudessem ser implantados integralmente, era necessário que

esquadrias em alumínio, materiais de revestimento e outros componentes industrializados fossem adquiridos em cidades afastadas, como São Paulo.

A partir das edificações anteriormente mostradas, espécies de "modelos", o repertório moderno foi assimilado e reproduzido a partir de um distanciamento de sua concepção original. Durante os trabalhos de campo, identificamos a recorrência de alguns tipos que, a partir da leitura de Vaz e Zárate (2004), foram assim definidos:

1. Edifício de transição: apresenta-se como os chalés de volume compacto e arranjo espacial que remete aos edifícios dos primeiros anos de ocupação da capital, compartimentados e com presença de alpendres (Figuras 14 e 15). Destaca-se pelo coroamento, com lajes inclinadas ou cobertura de telha cerâmica parcialmente encoberta por platibandas. Encontramos essa categoria especialmente no Setor Central (porção norte) e Aeroporto.

2. Edifício de cobertura inclinada: esta tipologia só não foi encontrada no Setor Oeste. Nos demais bairros encontramos vários exemplares correspondentes. A característica principal é a presença da cobertura de laje inclinada, podendo apresentar um ou dois pavimentos (Figuras 16 e 17). A composição volumétrica não apresenta maiores avanços e verificamos a presença de materiais como cobogós, pastilhas e revestimentos cerâmicos, característicos da arquitetura moderna. É importante ressaltar que, em muitas dessas edificações, as lajes não são impermeabilizadas, possuindo coberta com telhas planas ou de fibrocimento.

3. Edifício de platibanda: são as residências térreas ou assobradadas que possuem platibanda em todo o volume, normalmente empregam telhas de fibrocimento e se caracterizam por apresentar uma volumetria prismática, unitária (Figuras 18 e 19). Adotam soluções semelhantes às casas modernas, entretanto, não apresentam cobertura com laje impermeabilizada, fato que pode ser compreendido pelo alto custo e pela dificuldade de se encontrar mão de obra especializada nesse período.

Além desses tipos mais recorrentes, encontramos algumas edificações que se utilizam de muitos elementos do repertório moderno que se sobrepõem, apresentando resultados formais inusitados (Figuras 20 e 21).

Geralmente, a implantação dos edifícios no terreno se limita aos condicionantes estabelecidos pela legislação: afastamentos laterais e frontais, e tendem ao aproveitamento máximo das parcelas. Um arranjo frequente é a elevação da casa em relação ao solo, solução sempre acompanhada pela adoção de es-

cadas e rampas, também objeto de cuidadoso desenho. Nos jardins raramente há projeto de paisagismo, sendo marcados por canteiros bem delimitados e em muitos casos apresentando espelhos d'água azulejados. As fachadas principais, em boa parte dos casos, recebem tratamento diferenciado, contrariando os princípios modernos que preconizavam o tratamento similar em todo o objeto arquitetônico.

Apesar do maior número de edificações encontradas corresponderem às versões "popularizadas" da arquitetura moderna, faz-se necessário valorizar tal acervo e ampliar as discussões a esse respeito, tendo em vista principalmente o fato de permanecerem como importantes elementos constituintes da paisagem urbana.

Durante os trabalhos de campo foram identificadas 78 edificações assim distribuídas: 25 no Setor Central; 21 no Setor Aeroporto; 23 no Setor Sul e nove no Setor Oeste. Percebemos que as residências se localizam sempre nas porções mais próximas ao Setor Central (Figura 22). Com relação à tipologia das edificações, podemos dizer que, com exceção do Setor Oeste, nos demais bairros encontramos tanto versões popularizadas quanto exemplares mais sofisticados. Devemos ressaltar que a maioria dos exemplares faz uso da linguagem moderna popularizada, simplificada.

O Setor Oeste é o que possui ocupação mais recente. Esse fator pode ter contribuído para que os exemplares edificados já tenham uma aproximação maior com a nova arquitetura. Um ponto importante a se destacar é o rápido processo de verticalização que a cidade atravessou, especialmente a partir dos anos 1970, após a aprovação do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia - Pdig (1971), desenvolvido por Jorge Wilheim (Arca; Ucg, 2003) e que vigorou até os anos 1990. Esse plano previu a paralisação imediata de novos loteamentos na cidade. Com a expansão horizontal limitada, dois fenômenos surgiram: a verticalização das áreas mais centrais no primeiro momento e do Setor Bueno a partir dos anos 1980, e uma rápida expansão urbana dos municípios do entorno de Goiânia.

A verticalização dessas áreas centrais foi a responsável pela demolição de grande parte do acervo de residências construídas na capital até os anos 1960. A concentração de atividades especializadas nos bairros centrais também provocou a adaptação e descaracterização de boa parte do acervo construído, como podemos observar no Setor Aeroporto, onde uma parte considerável dos imóveis abriga atualmente serviços de saúde como clínicas e laboratórios.

O Setor Sul, tradicionalmente tido como área nobre, moradia da popula-



FIGURA 14 Residência na Rua 70, Setor Central. Chalé com elementos que fazem alusão à arquitetura moderna. Fonte: Levantamento de campo.



FIGURA 15 Residência na Rua 05, Setor Central. Casa com platibanda, escondendo cobertura de telhas de barro. Fonte: Levantamento de campo.



FIGURA 16 Residência na Alameda Botafogo, Setor Central. Sobrado com cobertura em laje inclinada. Fonte: Levantamento de campo.



FIGURA 17 Residência na Rua 94, Setor Sul. A residência apresenta cobertura com laje inclinada. Fonte: Levantamento de campo.



FIGURA 18 Residência na Rua 16, Setor Central. Casa com platibanda.
Fonte: Levantamento de campo.



FIGURA 19 Residência na Rua 84, Setor Sul. Casa com platibanda.
Fonte: Levantamento de campo.



FIGURA 20 Residência na Rua 102-C, Setor Sul. Edifício com pilares inspirados no Palácio da Alvorada. Fonte: Levantamento de campo.



FIGURA 21 Residência na Rua 05, Setor Central. A residência apresenta vários elementos característicos da arquitetura moderna, que se sobrepõe de forma inusitada. Fonte: Levantamento de campo.

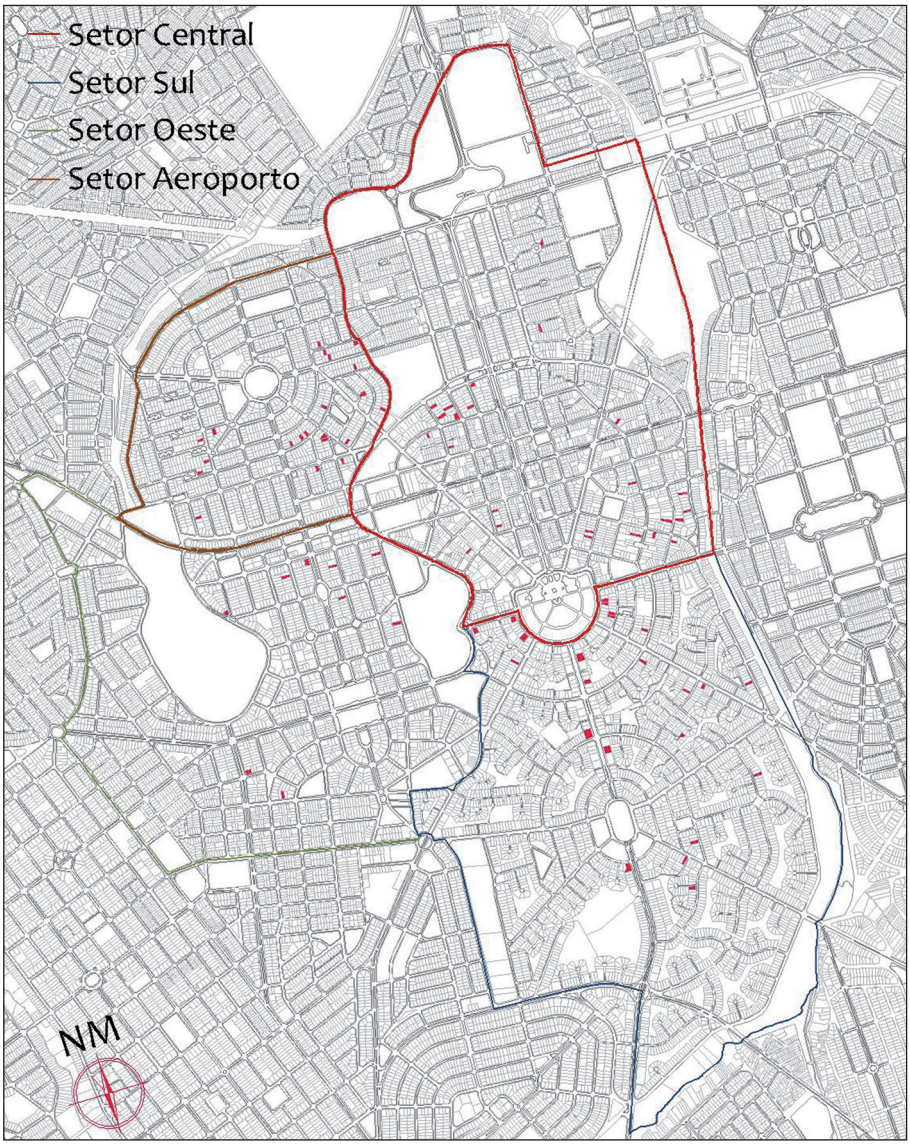


FIGURA 22 Localização das residências, lotes em vermelho. Fonte: desenho da autora.

ção mais abastada da cidade, vem sofrendo (especialmente a partir dos anos 1990) um esvaziamento gradativo provocado pela expansão dos condomínios fechados na cidade. Esse processo também faz com que muitas residências passem a abrigar usos comerciais, o que quase sempre provoca, como já dissemos, modificações significativas na forma das edificações.

No caso do Setor Central, podemos encontrar parcelas que foram maciçamente verticalizadas, mas também vemos a predominância do uso comercial. A porção mais norte (abaixo da Avenida Paranaíba) não sofreu tanto com a construção de edifícios de múltiplos pavimentos, mas devido à sua característica inicial, de ser um bairro operário, apresenta poucos edifícios com características modernas. Há a predominância de residências com características ecléticas.

Considerações finais

> O sucesso da nova arquitetura perpassava regiões e camadas sociais. As elites aderiram às novas formas, assim como leigos e mestres-de-obra, na periferia de cidades e no interior de todo país, fizeram proliferar alegres cópias de um modernismo estilizado (Cavalcanti, 2006, p. 22).

O acervo arquitetônico aqui tratado é rico e representou uma verdadeira transformação na moradia goiana, especialmente pelo aspecto estético de tais edifícios. A ruptura com os padrões tradicionais foi fundamental para a consolidação da imagem de modernidade almejada por Goiânia. Tanto nas versões mais sofisticadas quanto na arquitetura anônima de referências modernas, encontramos o mesmo desejo de representar o novo, reafirmando a superação do passado representado pela antiga capital.

É inegável o valor de referência que muitas das edificações aqui apresentadas possuem, entretanto, não podemos desconsiderar a importância da maioria que, embora não apresente grande rigor projetual e construtivo, constitui um capítulo fundamental para a consolidação da ocupação de Goiânia. Entendemos que o trabalho realizado é o primeiro passo para que formas de gestão desse patrimônio sejam pensadas. As pesquisas devem avançar por meio de parcerias com a prefeitura, estado e universidades. Uma identificação mais sistemática dos exemplares modernos em Goiânia pode representar um importante avanço no que diz respeito à ampliação da ação institucional do Iphan na capital goiana.

Referências

Arca (Associação para a Recuperação e Conservação do Ambiente); Ucg (Universidade Católica de Goiás). Agenda 21 de Goiânia. Goiânia: Arca; Ucg, Prefeitura de Goiânia, 2003.

Brasil, Luciana Tombi. *A obra de David Libeskind*: ensaio sobre as residências unifamiliares. São Paulo: Romano Guerra Editora/Edusp, 2007.

Cavalcanti, Lauro. Moderno e brasileiro: anotações para a história da criação de uma nova linguagem na arquitetura. In: Pessôa, José (Org.). *Moderno e nacional*. Niterói: Eduff, 2006. p. 11-23.

Fonseca, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Ufrj; Minc/Iphan, 2005.

Franco, Luiz Fernando Pereira das Neves (Org.). *Documentos sobre arquitetura moderna*. Rio de Janeiro: Iphan, Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização, 2007.

Mahler, Christine Ramos; Silva, Ciro Augusto de Oliveira. Conceitos, estilos e formas arquitetônicas. In: Lima Filho, Manuel Ferreira; Machado, Laís Aparecida (Orgs.). *Formas e tempos da cidade*. Goiânia: Cânone, 2007. p. 109-124.

Oliveira, Maria das Mercêdes Brandão de. O padrão territorial de Goiânia: um olhar sobre o processo de formação de sua estrutura urbana. *Arquitextos*, São Paulo, ano 6, n. 065.07, Vitruvius, out. 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp3351.asp>. Acesso em: 2007.

Pessôa, José. Cedo ou tarde serão considerados obras de arte. In: _____ (Org.). *Moderno e nacional*. Niterói: Eduff, 2006. p. 25-34.

_____ (Org.). *Lucio Costa*: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: Iphan, 1999.

Puppi, Marcelo. *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira*: questões de historiografia. Campinas: Pontes; Associação dos Amigos da História da Arte; Cpha; Ifch; Unicamp, 1998.

Segawa, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900 – 1990*. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. Um mapeamento arquitetural necessário. In: Weimer, Günter. *Arquitetura modernista em Porto Alegre entre 1930 e 1945*. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1998.

Vaz, Maria Diva Araújo Coelho; Zárate, Maria Heloísa Veloso. A casa: modernidade pretendida. *Estudos: Revista da Universidade Católica de Goiás*, Goiânia: Editora da Ucg, v. 31, nov. 2004.

_____. A experiência moderna no cerrado goiano. *Arquitextos*, São Paulo, ano 6, n. 067.05, Vitruvius, dez. 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp341.asp>. Acesso em: 2007.

Vidal, Celma Chaves de Souza Pont. Arquitetura, modernização e política entre 1930 e 1945 na cidade de Belém. *Arquitextos*, São Paulo, ano 8, n. 094.06, Vitruvius, mar. 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp464.asp>. Acesso em: 2007.

Xavier, Alberto (Org.). *Depoimento de uma geração*: arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

Zein, Ruth Verde. *O lugar da crítica*: ensaios oportunos de arquitetura. São Paulo: Pro Editores Associados, 2003.

Engenhos:
o doce patrimônio de Areia

Anna Cristina Andrade Ferreira



Resumo

Com este trabalho nos propomos a, primeiro, situar a importância que os engenhos exerceram no processo de formação econômica, social e territorial da Paraíba, voltando-nos, principalmente, para o município de Areia, e, segundo, por meio da retomada da trajetória histórica da cidade e da área rural do município, demonstrar como a cultura da cana-de-açúcar é determinante para reforçar o valor histórico dos engenhos de cachaça e rapadura como paisagem cultural do município, que agrega também o modo de fazer empregado, a maneira como se inseriam na paisagem com uma implantação peculiar, o tipo de produção e as tradições ali associadas, e as relações sociais e de poder. Todas essas questões serão fundamentais para construirmos nossa argumentação sobre o necessário reconhecimento dessa paisagem como parte do patrimônio cultural do município de Areia.

Anna Cristina Andrade Ferreira Arquiteta e urbanista, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba (PPGAU/UFPB) e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Foi bolsista do PEP/IPHAN na Superintendência do IPHAN na Paraíba, sob a supervisão da arquiteta e urbanista Christiane Finizola Sarmento. Atualmente é professora assistente da Coordenação de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ).

Introdução

A cidade de Areia é um dos mais recentes sítios urbanos a receber o título de patrimônio histórico nacional, tendo seu tombamento federal homologado em 2006[1], devido à sua importância histórica, urbanística e paisagística. Ela se distingue pela implantação e expansão, acompanhando o cume da Serra da Borborema, com ruas sinuosas, e o valor paisagístico de seu entorno de rara beleza, composto por uma ambiência natural acrescida de engenhos de cachaça e rapadura, suas tradições culturais e sua arquitetura e os canaviais que acompanharam a trajetória histórica da cidade.

Tendo a proteção patrimonial se voltado apenas para as características urbanas de Areia, em detrimento[2] de sua área rural, tomaremos como base o estudo dos engenhos de cachaça e rapadura implantados no município, visando demonstrar como suas áreas urbana e rural, conjuntamente, formam uma paisagem cultural de grande valor histórico e cultural para a Paraíba.

Para confirmação da hipótese, foram utilizados dados pesquisados em referências bibliográficas e documentais, sobretudo aqueles já levantados pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) quando da realização do tombamento da cidade. Porém, a base principal da pesquisa foi o trabalho de campo realizado durante os meses de janeiro a maio de 2009, que consistiu na visita a 39 engenhos do município, com a aplicação de fichas pré-elaboradas, que contemplaram a coleta de dados paisagísticos, econômicos, sociais e históricos, além de entrevistas com proprietários e funcionários, levantamento fotográfico e elaboração de mapas de localização das propriedades.

Todas as etapas da pesquisa foram acompanhadas pela supervisora do Programa de Especialização em Patrimônio (Pep), Christiane Finizola Sarmento, inclusive durante a elaboração e análise da metodologia aplicada em campo. O escopo final do trabalho foi revisado pela supervisora e pela professora Dra. Maria Berthilde Moura Filha, que também auxiliou na escolha da bibliografia e na análise dos dados coletados.

---

1 Areia teve seu núcleo urbano reconhecido como patrimônio estadual por meio do Decreto nº. 8.312, de 8 de dezembro de 1979, e em 2006 seu centro histórico foi tombado como patrimônio histórico nacional por meio do Processo de Tombamento nº 1489-T-02. Inscrição: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, v. II, fls. 48 e 49. Número de Inscrição: 140 – Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Areia, Processo: 1489-T-02. Em: 07 de janeiro de 2008. Livro do Tombo Histórico, v. II, fls. 91 e 92. Número de Inscrição: 582 – Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Areia, Processo: 1489-T-02. Em: 07 de janeiro de 2008.

2 Sobretudo pelo instrumento utilizado ter sido o tombamento, que se volta para coisas materiais, seria difícil naquele momento abarcar todas as características do seu patrimônio rural.

Areia: da formação urbana ao patrimônio reconhecido

O atual município de Areia se localiza na microrregião do Brejo Paraibano[3] (Figura 1), no lado oriental do relevo íngreme da Serra da Borborema, a 622 metros de altitude, com uma extensão territorial de 630 km².

Assim como em todo território do Brejo Paraibano, a ocupação do local que viria a se tornar a cidade de Areia teve sua origem relacionada às rotas de passagem entre o litoral e o sertão. A ocupação de Areia se deu, a partir do século XVII, pelos colonizadores, inicialmente servindo de pousada para aqueles que realizavam o intercâmbio comercial entre o sertão e o litoral (Moraes, 2008).

Segundo Alexandre Fiúza et al. (1998), durante a ocupação da Paraíba, diversos núcleos de povoamento se iniciavam a partir de estalagens e currais instalados para pouso de tropeiros e mascates. No Brejo, essa realidade se manifestou e a ocupação se deu de maneira lenta por mais de duzentos anos, sendo impulsionada apenas no final do século XVIII com a cultura do algodão. A expansão do povoamento ocorreu com a criação de roçados que se formavam ao seu redor, com o plantio de culturas de subsistência e, em alguns casos, a cana-de-açúcar (Fiúza et al., 1998).

O sítio que daria origem à atual cidade de Areia pertencia à Vila de Monte-Mor da Preguiça (atual Mamanguape), sendo inicialmente composto apenas por um curral à margem da estrada que servia para recolhimento do gado, e foi em torno dessa primeira ocupação que nasceu o povoado, que não demorou a começar a crescer e a espalhar-se pelos terrenos escassos no topo da Serra da Borborema (Almeida, 1958).

> [...] no sopé ocidental do monte onde hoje está localizada a cidade, às margens do riacho de Areia, nas terras do que seria, mais tarde, o engenho Saboeiro, cruzavam-se os caminhos que ligavam o litoral ao sertão. Neste local, os tropeiros e boiadeiros paravam para descansar e pernoitar. Em pouco tempo, atraídos pelo movimento, chegaram aqueles que viriam a ser os primeiros habitantes da povoação de "Brejo de Areia" (Fiúza et. al., 1998, p. 45-46).

3 O Brejo ocupa uma pequena região da Paraíba, além da encosta oriental do Planalto da Borborema, caracterizada como mancha úmida em meio ao semiárido, que se destaca pela existência de vales e encostas com condições de solo, hidrografia e clima propícias à lavoura da cana-de-açúcar e outras culturas de subsistência (Andrade, 1997).

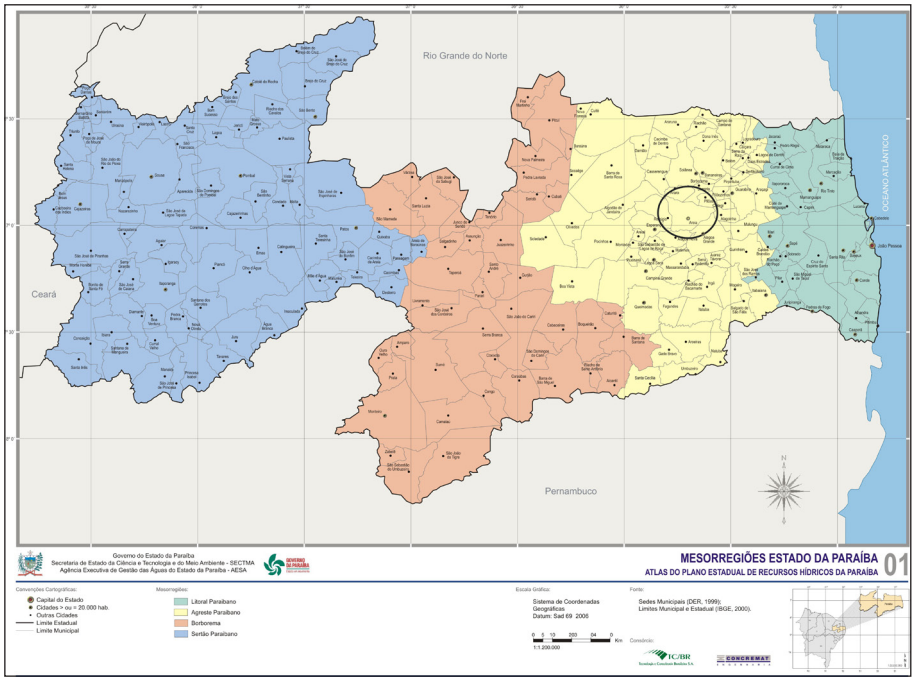


FIGURA 1 Divisão fisiográfica do estado da Paraíba, mostrando suas mesorregiões, destacando-se a cidade de Areia. Fonte: Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (2000).

Na década de 1760, "vários povoados, ligados entre si por estradas, já haviam se instalado no Brejo. Existiam também alguns engenhos rudimentares feitos de madeira e montados em palhoças sobre armações de almanjarras" (Fiúza et. al., 1998, p. 46). Nesse período, Areia apresentava um aumento da população, inclusive com engenhos em funcionamento, destacando-se na produção agrícola da região.

No final do século XVIII, Areia era um povoado que apresentava um potencial de crescimento e consolidação como assentamento urbano, cuja origem se ligava à economia e às rotas de passagem e atraía a fixação dos comerciantes (Moraes, 2008). A freguesia de Areia foi criada por provisão de 29 de junho de 1813, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, mas sua emancipação política só ocorreu dois anos depois, sendo cortados os últimos laços que a ligavam a Vila Real de Monte-Mor da Preguiça. A Vila Real do Brejo de Areia foi instituída por alvará régio de 18 de maio de 1815, sendo a nona vila da Paraíba, e seu território englobava as povoações de Alagoa Grande, Esperança, Pilões, Arara, Mata Limpa e Lagoa do Remígio, sendo o maior

município do Brejo Paraibano (Almeida, 1958). Hoje, conta-se dentro do território de Areia apenas a povoação de Mata Limpa e outros pequenos distritos.

Em 1833, a vila recebeu a segunda comarca da Paraíba, sendo a primeira a da capital e a terceira a de Souza. A vila foi elevada à cidade em 1846, pela Lei n.º 2, de 18 de maio, sendo a primeira em ordem cronológica em toda a província, com exceção da capital. Sua população aumentava e prosperava economicamente, sendo por muito tempo o maior centro comercial do interior. A feira de Areia era conhecida como um importante centro de abastecimento do sertão e das praças vizinhas, auxiliando no povoamento da região (Fernandes, 2008). O município produzia e comercializava algodão, rapadura, aguardente, açúcar, farinha de mandioca, fumo e cereais em larga escala e até um pouco de café, abastecendo todo o sertão da Paraíba (Almeida, 1958).

Lançando um olhar sobre a estruturação espacial de Areia, observamos que sua implantação urbana acompanha as curvas do relevo íngreme, de acordo com a imagem aérea da Figura 2, com os edifícios posicionados no alto da serra, contornando seus acidentes geográficos. Moraes (2008, p. 46) destaca que "a tipologia das edificações ainda hoje reflete a dificuldade de adaptação ao terreno íngreme, utilizando artifícios, como a criação de porões e de desvãos de ventilação dos pisos".

A primeira rua da vila se chamava Rua do Grude e sua configuração se deu a partir do caminho de passagem dos tropeiros do litoral para o sertão. A despeito do progresso que se operou ao longo do tempo, essa rua manteve, por dois séculos, um agrupamento de casas de palha, bem na entrada do lado oriental de Areia. Seu primeiro sobrado foi construído em 1818. O proprietário erigiu uma rua inteira no povoado, muitas casas de morada, armazém e instalações de beneficiamento de algodão, além de fundar algumas propriedades rurais, como o engenho Macaíba e os sítios Pirunga e Bonito. Antes de 1800 possuía uma capela, no local onde hoje está a matriz, dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Havia outra igreja no povoado, dedicada a Nossa Senhora do Rosário, iniciada por uma irmandade de negros, sendo concluída em 1886 (Almeida, 1958).

Os senhores de engenho que conseguiam acumular alguma riqueza possuíam casa na cidade, ocupada durante os períodos das festas religiosas. Essas casas ajudaram no desenvolvimento e na delimitação da área urbana, que se expandia à medida que uma nova rua era criada e uma nova edificação implantada. Um exemplo da influência dos produtores de cana-de-açúcar para



FIGURA 2 Vista aérea da cidade de Areia, mostrando sua implantação acompanhando o relevo da Serra da Borborema. Fonte: Dirceu Tortorello, 2009.

o desenvolvimento da cidade foi o caso do homem conhecido como "Casusa do Macaco" (José Cavalcanti de Albuquerque), senhor do Engenho Macaco. Ele construiu um vistoso sobrado, situado na Rua Nova, hoje Rua Vigário Odilon, depois transformado em casa paroquial pelo vigário Odilon Benvindo e posteriormente demolido. Outro exemplo é o comerciante e senhor do engenho Vaca Brava, Santos da Costa Gondim, que edificou um sobrado na cidade em 1850 (Almeida, 1958).

Além disso, o próprio processo de crescimento de Areia se deu, fundamentalmente, em função das propriedades rurais circundantes. Sua forma urbana se desenvolveu, preenchendo aquelas áreas que não pertenciam às propriedades agrícolas ou que foram cedidas pelos proprietários rurais. "Os engenhos e fazendas de café, algodão, gêneros alimentícios ou de gado e, posteriormente, as usinas, se estruturaram ao redor da cidade e, de certa maneira, ditaram algumas direções seguidas" (Moraes, 2008, p. 156). A atividade comercial em Areia foi tão importante para a região quanto a agricultura, que fez surgir a necessidade de se construir uma estrada ligando Areia à capital, visando à

expansão dessa atividade, fato que ocorreu entre 1849 e 1851 (Caju; Cavalcanti Filho, 2005).

> A cidade crescia em população e prosperava em riqueza. Por muito tempo foi o maior centro comercial do interior, fechando à capital as portas do Sertão. E como suas relações de negócio eram mantidas de preferência com as praças de Pernambuco, resolveu o governo abrir uma estrada da capital até Areia, com o objetivo de conquistar aquele mercado (Almeida, 1980, p. 36).

Outro importante eixo de expansão da cidade, que liga a igreja do Rosário e a Igreja Matriz, foi a Rua Direita, logradouro característico da implantação colonial portuguesa, hoje chamado Rua José Evaristo (Caju; Cavalcanti Filho, 2005).

Há diversos fatores que comprovam a importância de Areia para a capitania da Paraíba. Um deles foi a instalação da primeira escola primária, em 1822, uma honraria, considerando que até 1850 funcionavam, em toda a província, apenas 37 escolas públicas, com uma fre-quência inferior a mil alunos (Almeida, 1958). Em 1859 foi inaugurado o Teatro Recreio Dramático, atual Teatro Minerva, o primeiro teatro da Paraíba, representando os ideais de progresso e civilidade da época, como esclarece Maria Berthilde Moura Filha (1998).

> Nas cidades que demonstravam crescimento urbano surgia uma demanda por lazer e convívio social, sendo as artes cênicas um importante veículo de cultura e civilização, logo se faziam presentes nestes centros. De início as iniciativas vinham de sociedades particulares ou de grupos amadores, só em um momento posterior os teatros começam a figurar entre o repertório de obras do poder público, baseado na idéia de que eles representavam progresso e civilização (Moura Filha, 1998, p. 6).

Por volta de 1884, teve início uma crise na produção canavieira que se refletiu na cidade, mas com a recuperação econômica, devido à produção do sisal, a cidade começou a ostentar uma fisionomia de progresso, com sobrados revestidos de azulejo, ruas calçadas, colégios, biblioteca, jornais, banda de música, sociedade dramática, clube de dança e um comércio satisfatório, completando o quadro urbano. Mas pouco durou o reinado do sisal, e logo os engenhos de cana-de-açúcar voltaram a funcionar novamente (Almeida, 1958).

Na segunda metade do século XIX, a cidade de Areia viveu um breve apo-

geu, em consequência de um período de prosperidade dos engenhos de açúcar (Almeida, 1958). Esse foi um momento de grande progresso para a cidade, com o desenvolvimento do comércio e a diversificação das atividades culturais, além da construção das casas mais imponentes da cidade e melhorias na estrutura urbana (Garcia Júnior, 1989).

O declínio econômico de Areia teve início com a chegada do século XX e a instalação, a partir de 1900, da estrada de ferro que ligaria a capital ao Rio Grande do Norte. O trecho ferroviário da capital à Guarabira, inaugurado em 1884, prosseguiu até o Rio Grande do Norte. Assim, "Mulungu liga-se a Alagoa Grande em 1901, Itabaiana a Campina Grande em 1907, Guarabira a Borborema em 1913, fechando o cerco em torno de Areia, e acentuando a crise na economia canavieira" (Almeida, 1958, p. 104). A cidade se tornou tão esgotada de recursos que começou a ocorrer uma diminuição demográfica.

Durante o período de 1908 a 1912 foi iniciada a construção da estrada de rodagem que ligaria Areia e Alagoa Grande, numa tentativa de escoar os produtos agrícolas pelo trem que partia dessa cidade vizinha. Mas essa iniciativa não foi suficiente para reverter o processo de decadência econômica e de esvaziamento das feiras e do comércio de Areia (Caju; Cavalcanti Filho, 2005). O projeto inicial do ramal ferroviário previa um trecho que chegaria a Areia, mas este nunca foi executado, apesar das constantes solicitações para que a linha ferroviária se prolongasse até a cidade (Almeida, 1958). Sem a ferrovia, Areia continuou a depender de sua agricultura e de dois importantes empreendimentos implantados no século XX: a Usina Santa Maria e a Fábrica de Fiação e Tecelagem Arenópolis, dois elementos que ajudaram a alterar a feição urbana original da cidade, além de abalar sua economia.

Em especial, a instalação da Usina Santa Maria, na década de 1930, provocou uma forte alteração na produção canavieira. A empresa adquiriu e arrendou terras de vários engenhos da região e ampliou as áreas de plantio da cana. Teve ainda uma importante influência na modificação da área rural do município e na configuração do espaço urbano de Areia, devido às alterações nas relações trabalhistas e à diminuição da oferta de emprego, já que vários engenhos pararam de funcionar, servindo apenas como terras para o plantio da cana. Os trabalhadores rurais migraram para a área urbana em busca de emprego, construindo suas moradias nas áreas de encosta, em lotes desordenados, e criando novos núcleos de ocupação, afastados do eixo principal e da especulação imobiliária (Fiúza et. al., 1998).

Essa conjuntura de mutação da cidade teve continuidade com o passar dos anos e é notada claramente nos dias atuais, sendo possível flagrar a ocupação das encostas, vales e margens de rios, num processo que compromete sua paisagem urbana e seu entorno (Moraes, 2008).

Mesmo com todas as transformações pelas quais passou ao longo dos anos, o núcleo urbano inicial de Areia, que configura seu centro histórico, manteve a estrutura urbana de seu começo, com o arruamento praticamente inalterado. As principais mudanças verificadas se voltam para o âmbito da "imagem urbana", pois as edificações passaram por intervenções que visavam à modernização, "comprometendo a homogeneidade formal que caracterizava a tradição arquitetônica da cidade" (Caju; Cavalcanti Filho, 2005, p. 41).

Moraes (2008) classifica a expansão urbana de Areia em quatro fases, delimitadas cronologicamente:

> A primeira fase abrangeu o século XVIII e configurou o processo de reconhecimento e ocupação inicial do sítio, mas não deixou testemunhos construídos que a representassem até o presente. A segunda etapa, compreendida entre 1801 e 1850, representa o momento de fortalecimento de Areia enquanto núcleo urbano, uma vez que se criam as condições necessárias para seu reconhecimento como vila e, três décadas depois, como cidade. Desta etapa restam alguns ícones importantes, como as duas igrejas católicas, além de significativas construções civis. A terceira fase, acontecida na segunda metade do século XIX, representa o período de maior crescimento urbano e o princípio da modernização da cidade, seguido de um período de forte decadência econômica, que culminará com a estagnação quase que completa de sua economia no século seguinte. As fachadas que Areia atualmente ostenta revelam, em sua maioria, as feições desta fase de seu desenvolvimento. Por fim, a quarta fase de crescimento de Areia é iniciada no século XX e perdura até o presente; tem como caracteres mais significativos as ocupações periféricas recentes e o alargamento do tecido para além dos eixos principais de desenvolvimento, conservados até o final do século XIX (Moraes, 2008, p. 210).

Sua implantação inicial não pode ser considerada como tendo motivações casuais, sendo ditada pelo relevo, pela localização estratégica de alguns elementos urbanos, como as igrejas católicas, pelas propriedades rurais, sobretudo os engenhos, que ajudaram a delimitar a ocupação de seu espaço urbano, e pelos obstáculos ao crescimento em determinadas direções, devido à impos-

sibilidade de adequação à situação topográfica. Todos esses fatores urbanos, sua arquitetura, sua trajetória de desenvolvimento econômico e sua importância como exemplo de implantação de cidade colonial, semelhante e ao mesmo tempo diferente de outras cidades brasileiras, reforçam a importância de Areia como patrimônio cultural e histórico.

Por sua importância histórica, paisagística e urbana, Areia teve seu núcleo urbano reconhecido como patrimônio estadual por meio do Decreto nº. 8.312, de 8 de dezembro de 1979, e em 2006 seu centro histórico foi tombado como patrimônio histórico nacional por meio do Processo de Tombamento nº 1489-T-02, porém, nos dois casos, percebe-se que a história e os valores culturais contidos em sua área rural foram desconsiderados.

A paisagem cultural de Areia

A economia de Areia, desde o século XVII, está estruturada na agricultura. Mas ao contrário do que ocorreu em outras regiões do Nordeste, onde a cultura canavieira foi a principal atividade econômica desde a colonização, no Brejo surgiu uma diversidade bem maior de culturas (Fiúza et al., 1998).

Constantemente, durante toda a história de Areia, as soluções para os problemas econômicos foram buscadas a partir da substituição de produtos agrícolas. Por conta disso, suas propriedades rurais já produziram, cronologicamente, o algodão, a cana-de-açúcar, o agave e, mais recentemente, a agricultura vem sendo substituída pela pecuária, estando essas mudanças a mercê das variações dos preços do mercado. Refere Horácio de Almeida que "entre cada uma destas substituições, [ocorria] um período de crise, de decadência, que muitas vezes se prolongava por muito tempo" (1958, p. VIII). O sucesso econômico de um novo produto agrícola impulsionava a comunidade a empreender uma retomada do desenvolvimento da cidade e do comércio. Entre uma cultura e outra, a cana-de-açúcar aparece como a que não chegou a ser totalmente abandonada. Quando as crises nos preços ou as pragas faziam com que uma cultura declinasse, a cana voltava a ocupar as áreas rurais e os engenhos a funcionar na fabricação da rapadura.

A distribuição de terras no Brejo, de início, era feita por concessão de sesmarias, distribuídas de favor para suprir a necessidade de se ocupar e explorar aquelas terras, tarefa que recaía sobre quem as requeresse. Como exemplo, "em 1725 o mestre de campo Matias Soares Taveira requereu lhe fosse concedida uma sesmaria em terras devolutas, que disse ter achado no Sertão de

Bruxaxá, indicando por peão da mesma o olho d'água da Jussara" (Almeida, 1958, p. 7). Esse procedimento era adotado por outros posseiros naquela época. A maioria deles requeria datas de terras que depois eram vendidas sem qualquer dispêndio, e com o tempo foram divididas, dando origem a outras propriedades, situadas a curta distância umas das outras (Almeida, 1958).

As antigas sesmarias foram repartidas em centenas de propriedades desde a época da colonização, divididas entre herdeiros ou vendidas em glebas. O número de propriedades rurais passava de mil no início do século XX, contando com as pequenas propriedades e os mais de cem engenhos. Porém, existia uma tendência na diminuição desse número pela anexação dos pequenos sítios aos estabelecimentos agroindustriais. Na década de 1950, o município possuía "uma usina de açúcar, cerca de 80 engenhos de rapadura e aguardente, mais de 100 instalações para extração da fibra de agave, 108 aviamentos de fazer farinha, afora fazendas de gado e sítios de lavoura" (Almeida, 1958, p. 37). Desses, alguns já foram desapropriados pelo Estado para construção de barragens e instalação de assentamentos.

Os sítios eram fundados à margem das ribeiras, pela necessidade de se ter água para manutenção da propriedade. De início, as instalações eram formadas por palhoças que serviam de morada, casa de farinha, engenho e curral (Almeida, 1958). As várzeas dos rios, nas baixadas úmidas e férteis entre as encostas dos morros, formavam as áreas mais apropriadas para plantação da cana-de-açúcar, característica que permanece até os dias de hoje, como mostra a Figura 3. As condições de solo e clima eram propícias à cultura canavieira e as chuvas constantes e bem distribuídas cooperavam para o cultivo da lavoura.

> Na zona propriamente do Brejo exuberante vegetação cobria a terra feroz. A mataria verde, de árvores gigantescas, na virgindade dos seus bosques, dominava pelas encostas dos morros até o alto das quebradas, enquanto lá embaixo, nas várzeas de massapê, entre fios perenes de água corrente, os partidos de cana completavam o fundo da paisagem. [...] Nas terras dos engenhos, livres de latifúndios, os bangüês se situavam a pequena distância um do outro, alimentados de matéria-prima que o dono da terra cultivava, quase que exclusivamente, sem a chega de lavradores. Eram engenhos primitivos, que davam uma produção diminuta, mas suficiente para manter a economia do município e a independência da classe produtora (Almeida, 1958, p. 32).



FIGURA 3 Desde o início da cultura canavieira no Brejo, até os dias de hoje, as áreas mais propícias para a plantação de cana-de-açúcar são as várzeas dos rios e as baixadas úmidas e férteis entre as encostas dos morros. Um exemplo é o canavial do engenho Bujari.
Fonte: Fotografia de Anna Cristina A. Ferreira, 2009.

Era assim em quase todo o território. Sua fisionomia só se alterava na direção do poente, no limite com a microrregião do Curimataú, encosta ocidental da Borborema, onde a terra é seca e impermeável, de água salobra e vegetação raquítica. O município de Areia não é banhado por nenhum rio de importância, sendo sua hidrografia formada pelos afluentes do rio Mamanguape e do rio Bananeiras. No entanto, são muitos os córregos que cortam o município em todos os sentidos, sendo os mais volumosos o Vaca Brava e o Serrinha, que foram de extrema importância quando da fixação do homem nessa região (Almeida, 1958).

Existem evidências de engenhos no Brejo já na segunda metade do século XVIII, sendo o registro mais antigo o do engenho Bolandeira, onde teria vivido, em 1764, Francisco Xavier de Miranda Henrique, após o seu mandato como governador na capitania da Paraíba (Almeida, 1994). Moraes (2008) também chama a atenção para a implantação dos sítios em torno dos povoamentos e a existência dos engenhos em Areia desde o século XVIII:

> Nas regiões em volta do arraial embrionário, à margem dos rios, fundavam-se sítios. As palhoças e casas de farinha, construídas precariamente, mais tarde seriam substituídas pelas casas-grandes dos engenhos de açúcar e rapadura. A lavoura foi a base de toda a produção local até fins do século XVIII. A cultura principal era o algodão; em complementaridade,

> empreendia-se a cultura de mandioca, fumo, feijão e milho. A cana-de-açúcar somente viria a ser produzida largamente a partir da primeira metade do século XIX, embora já houvesse experiências de plantio na região desde o século XVIII. [...] Na década de 1760 o Brejo já era uma região mais ou menos povoada e Areia, com engenhos em funcionamento, se destacava na produção agrícola (Moraes, 2008, p. 33-34).

Inicialmente, os engenhos de Areia produziam apenas açúcar mascavo, mas por causa das dificuldades de exportação e do custo da produção, a rapadura logo ocupou o lugar de produto principal da região, por ser mais vendável, devido ao fornecimento para as cidades do sertão e sua produção mais rápida e barata, aumentando o lucro dos senhores de engenho.

Em 1888 foi montado o primeiro engenho a vapor do município, na propriedade Jussara. A ele se seguiram o engenho Saboeiro, o engenho Mundo Novo e alguns outros que aos poucos se modernizavam. Entretanto, a maioria dos engenhos continuava com suas almanjarras movidas a tração animal, pois a modernização não era fácil em virtude da tradição e do costume com a rotina de produção dos trapiches e da falta de recursos (Almeida, 1958).

O período de prosperidade dos engenhos durou até o início do século XX, quando uma grande crise levou boa parte das propriedades à condição de "fogo morto". Vários fatores contribuíram para que isso ocorresse, entre eles a inconstância das culturas dominantes, que alterava o uso das propriedades, e a implantação da estrada de ferro, já mencionada.

Outro fator que contribuiu para o declínio dos engenhos foi a instalação de uma usina no município, a Santa Maria, em 1931 (Almeida, 1994). Quando fundada, a usina ocupava a área de três engenhos, totalizando 1.000 hectares de terra. Em 1970 já ocupava 10 engenhos (Fiúza et al., 1998). Boa parte dos demais engenhos passou a fornecer matéria-prima para a usina, ficando assim submissa aos preços impostos por ela, gerando uma relação conflituosa entre os senhores de engenho e a usina. Para confrontar essa imposição, muitas propriedades agregaram o agave à sua produção, junto com a cana.

Com a queda da produtividade do agave, em meados do século XX, os engenhos voltaram a produzir apenas rapadura e cachaça em pequena escala, havendo uma melhora na produção apenas em 1975, com a implantação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que "redefiniu a zona canavieira no Estado, graças aos subsídios fornecidos pelos governos para a produção e

industrialização da cana" (Rodrigues; Mariano Neto; Freire, 2009, p. 11). O período do Proálcool gerou uma grande migração da população camponesa para as cidades, pois, além dos baixos salários praticados, a mecanização da produção foi introduzida com maior intensidade e os diversos conflitos pela terra perduraram por quase duas décadas, envolvendo os pequenos agricultores na luta pela posse da terra (Rodrigues; Mariano Neto; Freire, 2009).

O declínio da Santa Maria ocorreu na década de 1990. Hoje em dia restam apenas vestígios e ruínas de suas instalações (Figura 4) e suas terras foram desapropriadas para implantação de um assentamento, formando um pequeno distrito onde vivem, principalmente, seus ex-funcionários.

Engenhos arrendados voltaram a produzir rapadura, a exemplo do engenho Várzea do Quati, que durante anos forneceu cana-de-açúcar para a Santa Maria, tendo, inclusive, demolido as instalações de sua fábrica para ampliação da área de canavial, e atualmente voltou a moer em uma nova fábrica, pequena e rudimentar. Outros mudaram de atividade ou continuaram apenas fornecendo cana para outros engenhos.

Alguns engenhos têm mudado de função devido às alterações econômicas na região. Isso decorre de uma série de fatores: os terrenos acidentados do Brejo que não permitem a mecanização da lavoura, o problema da falta de trabalhadores rurais na região e o baixo preço da rapadura que dificulta o aumento dos salários. Por tudo isso, proprietários estão desistindo da produção canavieira e introduzindo a pecuária em suas terras, ocorrendo, assim, mais uma mudança de cultura como forma de tentar resolver os problemas econômicos.



FIGURA 4 Estado atual das instalações da Usina Santa Maria.
Fonte: Anna Cristina A. Ferreira, 2009.

Independentemente da cultura adotada, os efeitos do seu sucesso ou seu fracasso podem ser percebidos na história do desenvolvimento urbano de Areia.

> Em todas as versões consultadas está presente o elemento rural, e durante todo o processo de desenvolvimento de Areia, percebe-se a força e a forte imposição das culturas agrícolas e seus reflexos no desenvolvimento e na riqueza da cidade. A agricultura e a incipiente indústria açucareira foram os elementos propulsores do desenvolvimento areiense. A economia da região de Bruxaxá sempre esteve pautada nas culturas agrárias, embora no século XIX seu comércio tenha alcançado nítido crescimento. O desenvolvimento e o aperfeiçoamento da lavoura e do processo de beneficiamento dos produtos tiveram sérios rebatimentos no desenvolvimento urbano (Moraes, 2008, p. 34).

Assim, nota-se a importância da produção rural e, sobretudo, dos engenhos de cachaça e rapadura na configuração do município de Areia, influenciando todos os fatores de sua evolução, sejam eles econômicos, urbanos, sociais ou culturais, o que comprova o seu valor como patrimônio histórico, cultural e paisagístico.

O patrimônio rural de Areia

Segundo Geraldo Gomes e Fernando Pires (1994, p. 30), "denomina-se engenho o mecanismo utilizado para moer a cana". No entanto, no Nordeste do Brasil, a palavra engenho é usada para identificar todo o conjunto agrícola, inclusive a plantação, enquanto em outras regiões a palavra é utilizada apenas para designar a fábrica (a edificação onde acontece a fabricação do açúcar ou rapadura) (Andrade, 2008).

A implantação dos engenhos, os antigos e os mais recentes, na maioria dos casos, inclusive no município de Areia, privilegiava as regiões de vales, próximas a rios, que auxiliavam desde o transporte da madeira utilizada nas construções e no processo produtivo até a irrigação da lavoura.

> Muito deve o Brasil agrário aos rios menores, porém mais regulares: onde eles docemente se prestaram a moer as canas, a alagar as várzeas, a enverdecer os canaviais, a transportar o açúcar, a madeira e mais tarde o café, a servir os interesses e às necessidades de populações fixas, humanas e animais, instaladas às suas margens; aí a grande lavoura floresceu, a agricultura latifundiária prosperou, a pecuária alastrou-se (Freyre, 1958, p. 98-99).

Quanto à estrutura física, existiam diferenças entre os grandes engenhos de açúcar e as pequenas propriedades produtoras de cachaça e rapadura. A produção açucareira voltada para exportação exigia grandes extensões de terra para o plantio da cana, o que não ocorria com a rapadura, que, além de ser produzida em menor quantidade para abastecimento do mercado interno, necessitava de pouca quantidade de cana para sua fabricação. É interessante uma comparação entre os engenhos de Areia e os localizados na região da Mata Paraibana.

A estrutura física do engenho, seja de açúcar ou de rapadura, é composta por elementos distintos, que podem se alterar de acordo com as condições sociais e com a região à qual pertence. Sobre isso, Juliano Carvalho (2005, p. 2) chama a atenção para o fato de que "tal conjunto arquitetônico reflete, em sua complexidade, uma série de aspectos da sociedade que o gerou: a estratificação social, as relações de produção, a tecnologia, o papel da religião, constituindo um microcosmo de seu tempo".

A região da Mata, sobretudo a várzea do rio Paraíba, foi uma área amplamente explorada desde a segunda metade do século XVI e sua vasta extensão de terras úmidas e férteis, a abundância de água e a topografia possibilitaram a instalação de grandes propriedades destinadas à fabricação de açúcar. No Brejo, a questão do espaço foi limitada pela topografia, com latitudes próximas aos 600 metros. Nem todas as áreas exploradas possibilitavam o cultivo da cana, tampouco a produção em larga escala, por causa das dificuldades de irrigação e de transporte da produção.

A primeira diferença que se percebe entre as duas regiões diz respeito à implantação dos engenhos. Em ambos os casos, a maioria das propriedades se situa em terrenos inclinados, mas esse tipo de implantação pode gerar situações distintas.

> No Brejo paraibano, os fundos dos vales estreitos geraram o costume de situar as sedes na confluência de dois riachos, áreas com várzeas mais largas. No litoral, a preferência foi pelas encostas dos tabuleiros[4], adjacentes

4 "XI - tabuleiro ou chapada: paisagem de topografia plana, com declividade média inferior a dez por cento, aproximadamente seis graus e superfície superior a dez hectares, terminada de forma abrupta em escarpa, caracterizando-se a chapada por grandes superfícies; XII – escarpa: rampa de terrenos com inclinação igual ou superior a quarenta e cinco graus, que delimitam relevos de tabuleiros, chapadas e planalto, estando limitada no topo pela ruptura positiva de declividade (linha de escarpa) e no sopé por ruptura negativa de declividade, [...]" (Conama, 2002, sem grifos no original).

> às várzeas, que permitem simultaneamente a proximidade dos canaviais, a proteção contra as cheias e a captação direta dos riachos que descem dos tabuleiros (Carvalho, 2005, p. 15).

A inclinação do terreno influenciava a posição hierárquica das edificações, ficando a capela no ponto mais alto do terreno, a casa-grande no mesmo plano que a capela ou um pouco abaixo e a fábrica, a senzala e demais edificações nas áreas mais baixas, de onde o trabalho poderia ser monitorado pelo senhor de engenho. Há outros tipos de implantação, mas essa foi a mais comum na região.

Os primeiros engenhos de cana-de-açúcar possuíam uma distribuição irregular das instalações ao longo do terreno (Gomes; Pires, 1994). A partir do século XIX, adotou-se uma organização espacial disposta em forma de quadrilátero, onde todas as instalações eram construídas de modo a formar um pátio central. Outras disposições também surgiram nessa época, como a associação da casa-grande com a capela, com a fábrica, e até de um edifício contínuo, que abrigasse de um lado a casa-grande, no meio a capela, estas em um mesmo nível de piso, e do outro lado a fábrica, em um patamar mais baixo (Gomes; Pires, 1994).

Essa organização em forma de quadrilátero não chegou a ser praticada em todos os engenhos instalados no município de Areia, já que a maioria deles não possuía a senzala, sendo o conjunto principal dos engenhos formado apenas pela casa-grande, capela e fábrica, com suas casas de moradores espalhadas pela propriedade ou concentradas próximas ao canavial (Almeida, 1994). É interessante observar que durante a pesquisa de campo foram encontradas apenas quatro propriedades que tinham capela, fato que pode ser atribuído à falta de recurso dos proprietários, à proximidade da cidade e suas igrejas e à demolição destas para alteração do uso da propriedade ou ampliação da área de plantio. Também são poucos os registros da existência de senzalas, atribuindo-se a esse fato a hipótese do alto custo da mão de obra escrava, em sua fase de declínio, e a força do movimento abolicionista no município ao final do século XIX (Almeida, 1994; Andrade, 2008).

Embora os engenhos de cachaça e rapadura e de açúcar possuam uma estrutura semelhante (Figura 5), suas instalações se diferenciam de acordo com o produto fabricado. Na maioria dos casos, em Areia, além das edificações principais, os engenhos de cachaça e rapadura eram compostos pela casa da moenda, o picadeiro, a bagaceira e os alambiques de cachaça; em alguns ca-



FIGURA 5 Implantação tradicional do engenho, entre morros, com a casa-grande no ponto mais alto e o canavial nas áreas mais baixas. Engenho Jardim, localizado em Areia. Fonte: Anna Cristina A. Ferreira, 2009.

sos, edificações interligadas que formavam a fábrica, mas que também poderiam estar dispostas separadamente. Há ainda os depósitos, os currais e estrebarias, a área de mata e as áreas de lavoura de subsistência, as plantações de cana-de-açúcar e pasto, as casas de moradores espalhadas pela propriedade e, com frequência, uma casa de farinha, onde o produto é fabricado para consumo dos moradores e comercialização em pequena escala (Jambeiro, 1973).

No caso dos engenhos de açúcar da Zona da Mata, como já dito, as edificações principais eram as mesmas, com a presença constante da capela e da senzala, diferenciando-se pelo porte, condizente com as grandes propriedades. Esses também possuíam a casa da moenda, o picadeiro e a bagaceira, mas no lugar dos tachos e alambiques havia a casa das caldeiras e a casa de purgar, onde se faziam o cozimento e a purificação do caldo, normalmente dispostos no interior da fábrica. As instalações secundárias também se mostravam semelhantes aos dos engenhos de cachaça e rapadura: os currais e estrebarias, a área de mata e as áreas de lavoura de subsistência, o pasto, as casas de moradores espalhadas pela propriedade, a casa de farinha e, cercando tudo, as grandes plantações de cana-de-açúcar (Carvalho, 2005).

Essas eram, de fato, as diferenças e semelhanças entre os engenhos de açúcar da Mata paraibana e os engenhos de cachaça e rapadura da cidade de Areia, que fazem com que ambos mereçam ser vistos como documentos históricos importantes, sobretudo por suas peculiaridades. Os materiais utilizados eram escolhidos de acordo com a facilidade da região, com emprego de madeira e confecção de tijolos, muitas vezes em olarias localizadas na propriedade. Era comum que em algumas construções de um mesmo engenho se empregassem material mais resistente que em outras (Gomes; Pires, 1994).

Dos exemplares antigos, remanescentes nos dias de hoje, é comum encontrar casas-grandes, construídas em alvenaria de tijolo com cobertura de telha cerâmica, e características arquitetônicas coloniais. Porém, alguns registros mais antigos relatam a existência de casas de taipa com coberta de palha, demonstrando maior interesse na produção do engenho do que em conforto (Gomes; Pires, 1994). Em Areia, a maioria das casas já passou por algum tipo de modificação para atender as exigências de conforto modernas, mas, em sua maioria, são amplas, com alpendres e ladeadas por pátios, hortas e pomares, o que remonta à tradição da fabricação de doces. Algumas apresentam, ainda, pátios que, em outros tempos, eram utilizados para secagem do café. Foram encontradas poucas capelas, sendo apenas uma anexa à casa-grande, a do engenho Buraco. Há relatos de capelas demolidas, como no engenho Santa Izabel, atual Fazenda Várzea Nova, para ampliação de área ou por alguma mudança na crença do proprietário.

Embora se tenha analisado separadamente os componentes do engenho, é preciso atentar ao fato de que as edificações isoladas perdem o seu sentido. Uma capela, uma casa, uma casa de moenda, instaladas separadamente, não configuram um engenho. A junção dos elementos construtivos, aliados aos naturais – canavial, mata, ribeiras e olhos d'água – e às atividades às quais essas construções se destinam é o que define o engenho como patrimônio cultural.

Para além do patrimônio material, "a melhor riqueza que escorria das bagaceiras de engenho e que lamentavelmente quase toda se perdeu era a do folclore, na sua expressão mais genuína, manifestado na arte de curar e no sabor da linguagem brejeira" (Almeida, 1958, p. 106). Os engenhos de Areia preservam a maneira artesanal de fabricação da rapadura, cujo ponto do melaço é dado "de olho" pelo mestre rapadureiro (Figuras 6 e 7), mas essa é uma das poucas tradições que ainda permanecem nesse meio.

As mudanças sociais, que diminuíram o número de trabalhadores moradores dos engenhos, aos poucos extinguiram as festas religiosas, os folguedos populares e outras manifestações do folclore que tradicionalmente ocorriam nas propriedades. A tradição das cantigas também vem se perdendo com o tempo, sobretudo aquelas entoadas pelos mestres durante o preparo da rapadura, sem que haja qualquer tipo de registro. Esse patrimônio intangível agrega ao engenho o valor cultural e é uma parte importante dele que precisa ser preservada.



FIGURA 6 Fabricação artesanal da rapadura no engenho Bujari. Fonte: Christiane Finizola Sarmento, 2008.



FIGURA 7 Fabricação artesanal da rapadura no engenho Bujari. Fonte: Christiane Finizola Sarmento, 2008.

Considerações finais

O município de Areia tem atravessado diversas fases econômicas ao longo de sua história, porém, sem jamais ter abandonado sua tradição como município produtor de cachaça e rapadura. O que se verifica é que os engenhos influenciaram e influenciam de forma direta a estruturação e as mudanças no município, inclusive do seu meio urbano.

A realização da pesquisa em Areia contribuiu para o enriquecimento dos conhecimentos sobre o patrimônio rural e a paisagem cultural, verificando-se *in loco* como o saber fazer se alia à estrutura construída, a outras criações do homem e à natureza, e transforma toda uma região, imprimindo nela uma identidade.

Todas as ideias expostas até aqui reforçam o valor histórico do município de Areia como paisagem cultural, por sua tradição na fabricação da rapadura e pela relação cultural que esta mantém com a história da cidade. E um dos fatores que contribuem para a inserção do município nessa categoria são os engenhos de cachaça e rapadura.

Há o entendimento de que o tombamento, aplicado à cidade, não deve ser suficiente para garantir a proteção de um patrimônio cultural amplo, que englobe o material, o imaterial e o natural, demonstrando como Areia pode ser incluída na discussão sobre a proteção da paisagem cultural e quais os mecanismos que possam ser eficientemente utilizados.

Referências

Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. Mapa da divisão fisiográfica do estado da Paraíba. Disponível em: <www.aesa.pb.gov.br/>. Acesso em: 12 jul. 2000.

Almeida, Antônio Augusto de. *Brejo Paraibano*: contribuição para o inventário do patrimônio cultural. João Pessoa: Museu do Brejo Paraibano, 1994.

Almeida, Horácio de. *Brejo de Areia*: memórias de um município. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

Almeida, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. 3. ed. João Pessoa: A União, 1980.

Andrade, Catarina Paes de. *Implantação dos engenhos de cana-de-açúcar na cidade de Areia/PB*. João Pessoa: Iphan; Unesco, 2008.

Andrade, Manoel Correia de. *Os rios de açúcar do Nordeste Oriental*: o rio Mamanguape. João Pessoa: Editora Universitária; Conselho Estadual de Cultura, 1997.

Caju, Náhya Maria Lyra; Cavalcanti Filho, Ivan. *O patrimônio arquitetônico de Areia*: um inventário. João Pessoa: Ideia, 2005.

Carvalho, Juliano Loureiro de. *Pré-inventário dos engenhos da várzea do Rio Paraíba*. 2005. Trabalho Final (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Resolução n. 303, de 20 de março de 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30302.html>. Acesso em: 18 dez. 2009.

Fernandes, Ocione do Nascimento. *A produção e a comercialização de mercadorias no Brejo da Parahyba do Norte (1793-1883)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

Fiúza, Alexandre Felipe et al. *Uma história de Areia*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1998.

Freyre, Gilberto. Características gerais da colonização portuguesa no Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. In: _____. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1958.

Garcia Júnior, Afrânio Raul. *O Sul*: caminho do roçado. São Paulo: Marco Zero; Editora UNB, 1989.

Gomes, Geraldo; Pires, Fernando Tasso F. *Antigos engenhos de açúcar no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Processo de Tombamento nº 1489-T-02*: Conjunto Histórico Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Areia, Paraíba. v. I e II. Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro.

Jambeiro, Marusia de Brito. *Engenhos de rapadura*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1973.

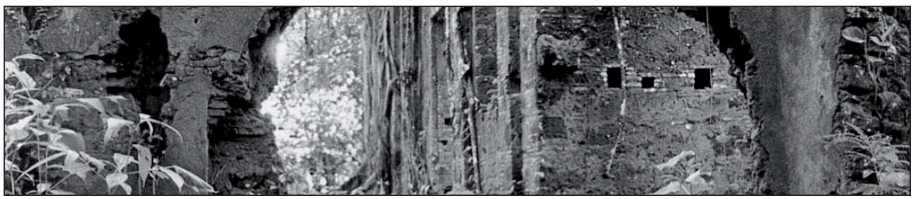
Moraes, Carla Gisele Macedo Santos Martins. *Areia – Paraíba*: morfologia e desenvolvimento urbano (séculos XVIII, XIX e XX). 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

Moura Filha, Maria Berthilde de Barros Lima e. O cenário da vida urbana: a concepção estética das cidades no Brasil na virada do século XIX/XX. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo Campinas, 5., 1998, Campinas. 1 Cd-Rom.

Rodrigues, Leandro Paiva do Monte; Mariano Neto, Belarmino; Freire, Cleityane Sabino. Do doce da rapadura aos novos desenhos do brejo paraibano. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, Xix., 2009. São Paulo: Usp, 2009. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Rodrigues_LPM.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2009.

Batuque, pena e maracá: mapeamento histórico e cultural das religiões afro-amazônicas na cidade de Belém

Juliana da Mata Cunha



Resumo

O trabalho trata da organização socioespacial das religiões de matriz africana na cidade de Belém (PA) nas três primeiras décadas do século XX, realizando uma análise comparativa em relação à distribuição dos terreiros em Belém na atualidade. A partir de colunas literárias e notícias sobre repressão a "pajelanças", "batuques" e "feitiçarias", buscou-se mapear tais práticas para se compreender como as mudanças e transformações decorrentes do desenvolvimento urbano nesse período interferiram na organização e utilização dos diversos espaços da cidade pelos praticantes das religiões afro-amazônicas. Assim, procurou-se identificar os elementos e os espaços referenciais dessas práticas religiosas no presente, de modo a fornecer subsídios às ações das superintendências do Iphan no Pará e no Amapá para o reconhecimento das religiões afro-amazônicas como significativas referências culturais para a sociedade.

Juliana da Mata Cunha Historiadora, especialista em Gestão e Estudo do Patrimônio Arqueológico, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Foi bolsista do PEP/IPHAN na Superintendência do IPHAN no Pará, sob a supervisão do arquiteto e urbanista Philipe Sidartha Razeira e da historiadora Ítala Byanca Morais da Silva. Atualmente é técnica da Casa do Patrimônio de Igarassu vinculada à Superintendência do Iphan em Pernambuco.

Este artigo aborda a organização socioespacial das religiões de matriz africana na cidade de Belém (PA) nas três primeiras décadas do século XX e na atualidade, realizando uma análise comparativa em relação à distribuição e apropriação feita pelos terreiros da cidade de Belém. A escolha do tema partiu do interesse da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Pará em atender a uma demanda dos praticantes dos cultos de matriz africana de Belém que desejavam ser contemplados pelas políticas de valorização e de reconhecimento cultural empreendidas pelo Iphan. Considerando o universo das religiões afro-amazônicas algo demasiadamente rico e complexo, optou-se inicialmente por realizar um estudo que tratasse de sua trajetória e organização na cidade de Belém, partindo de uma perspectiva histórica de estruturação dos terreiros na capital paraense para a identificação dos principais elementos, tradições e espaços referenciais dessas práticas religiosas.

Tomando como referência a memória que o "povo do santo" tem da origem das religiões de matriz africana na cidade de Belém, assim como o momento das grandes transformações urbanas nela implantadas, resolveu-se tomar como recorte temporal momentos referenciais da trajetória histórica das religiões de matriz africana em Belém, especificamente o período dado como o de sua origem e organização nessa cidade, o início do século XX – momento também caracterizado por intensas mudanças e transformações na capital paraense e, consequentemente, na organização e apropriação do espaço urbano pelos praticantes das religiões afro-amazônicas.

Para análise desse contexto, partiu-se da perspectiva da história cultural para apreciação de notas policiais e de contos folhetinescos de jornais da cidade. O objetivo principal foi o de buscar informações sobre a organização das religiões de matriz africana em Belém e de apreender as representações presentes nos discursos dos intelectuais e dos grupos dominantes em relação a essas práticas religiosas. A partir disso, buscou-se compreender como tais discursos influenciaram na relação dos praticantes de tais cultos com a cidade e com a sociedade.

Também se fez uso da metodologia da história oral a fim de identificar os diferentes usos e apropriações dos espaços da cidade de Belém pelos membros das religiões de matriz africana na contemporaneidade, procurando compreender a forma como os afro-religiosos representam e valorizam nos dias de hoje os lugares que foram historicamente apropriados pelos terreiros como significativos referenciais de memória e identidade.

Na memória do povo do santo, que se fundamenta basicamente em estudos antropológicos, a origem dos "terreiros", tal como eles se configuram na atualidade, é comumente situada entre o final do século XIX e o início do século XX. Tal proposição parte da análise desenvolvida por um casal, Seth e Ruth Leacock, que visitou a capital paraense por duas vezes na década de 1960, realizando um meticuloso estudo sobre os cultos de matriz africana encontrados na cidade de Belém, que denominaram "batuque" (Leacock; Leacock, 1972).

Segundo os Leacock, o batuque encontrado aqui era proveniente do culto iorubano existente no Maranhão, o qual combinava crenças iorubanas, daomeanas, xamanismo indígena, catolicismo popular e folclore ibérico. Sendo introduzido em Belém por uma maranhense chamada "Mãe Doca"[1], que imigrou para a cidade no início do século XX, o culto teria sofrido diversas modificações, incorporando elementos ritualísticos do catimbó e da pajelança[2], os quais são arrogados às sessões de cura encontradas por eles nos terreiros da cidade. De acordo com as observações do casal, até o advento do batuque, a pajelança era a principal forma de culto religioso mediúnico na cidade, não havendo, portanto, sinais que indicassem a existência de religiões de matriz africana antes de Mãe Doca[3]. Embora não tenha se pretendido discutir de forma aprofundada a origem dessas religiões na cidade, resolveu-se considerar tal versão para se delimitar um recorte temporal para a pesquisa, pois, mesmo que os "batuques" ou as religiões de matriz africana não tenham se difundido

1 Rosa Viveiros Nunes, falecida em 1969 (Silva, 2003).

2 O catimbó é um culto religioso bastante popular no Nordeste e no Norte do Brasil. Congrega elementos das religiões afro-brasileiras, do catolicismo, do espiritismo e, sobretudo, dos rituais ameríndios. Seus ritos traduzem-se no culto a entidades sobrenaturais chamadas mestres, personagens míticos invocados ao som de um maracá em ritos essencialmente mágico-curativos. Dentre suas características mais importantes estão, ainda, o uso do cachimbo e da jurema, bebida feita da raiz da árvore do mesmo nome. (Carlini, 1993; Cascudo, 1978). A pajelança pode ser definida como um culto xamanístico, no qual o pajé incorpora os "encantados" ou "caruanas", entidades que são responsáveis pela cura de doentes (Maués; Villacorta, 2001).

em Belém nessa época, são desse período as primeiras evidências encontradas sobre os cultos africanos na cidade.

Outra particularidade do contexto histórico escolhido consiste no avanço das mudanças provocadas pelas reformas urbanísticas destinadas a transformar a cidade em um modelo de desenvolvimento, progresso e "civilização". À medida que o espaço urbano se organizava a partir das representações dominantes, que se constituíam conforme os novos paradigmas de modernidade, previa-se não só o embelezamento da cidade como a criação de toda uma estrutura urbana de habitação, transporte e saneamento, fazendo-se imperativa a exclusão de indivíduos indesejáveis e de suas moradias das áreas mais privilegiadas da urbe. Os grupos que estavam no poder político e econômico da cidade visavam transformar Belém em uma "Paris nos Trópicos", estabelecendo-se não só o embelezamento da cidade como diversas regulamentações dispostas a manter a ordem e a disciplina na urbe, como códigos de postura, reformas sanitárias, políticas higienistas, além de outras várias leis que também buscaram expurgar a população pobre do centro da cidade[4].

Foi nesse contexto que os diversos sujeitos históricos que contribuíram para a constituição das religiões afro-amazônicas também tiveram suas atividades completamente marginalizadas, tornando-se alvos privilegiados das políticas públicas que passaram a enfatizar a salubridade urbana e privilegiar a medicina oficial em detrimento das suas práticas "mágico-religiosas".

Contudo, embora fossem constantes as perseguições policiais aos pajés e às "casas de feitiçaria", estes continuavam a disputar áreas centrais da cidade de Belém com nobres residências e estabelecimentos comerciais (Figueiredo, 2003). As práticas religiosas que diferiam do tradicional catolicismo e que eram também entendidas como práticas de feitiçaria, pajelança, de cura, concorriam inclusive com consultórios médicos, hospitais, casarões e pré-

3 Importante dizer que há outra versão para o advento das religiões africanas na região, que se sustenta principalmente na hipótese inicialmente levantada por Pedro Tupinambá, de que o culto africano teria fincado raízes na cidade desde que a primeira leva de escravos negros aportou em Belém (Tupinambá, 1973). Entretanto, embora haja duas teorias para a origem das religiões de matriz africana na cidade de Belém, a primeira versão ainda é predominante, sendo adotada de forma politicamente legítima por vários representantes políticos dos cultos afro-amazônicos em Belém e por muitos estudiosos.

4 A reforma urbanística da cidade de Belém foi realizada sob os auspícios da rica produção gomífera na Amazônia na transição do século XIX para o XX, sendo vivenciada com maior intensidade nas primeiras décadas do século XX a partir de uma série de regulamentações impostas à cidade e à vida social da população (Sarges, 2000).

dios públicos, fazendo-se firmemente presentes na cidade. Resistência que só era possível graças ao apoio de pessoas influentes na cidade, o que também não deixou de causar a indignação daqueles que estavam preocupados com a imagem de atraso da cidade perante outras grandes capitais, especificamente aqueles que estavam comprometidos com os ideais de civilização propostos pelos grupos que ocupavam o poder.

As opiniões sobre esses sujeitos e suas práticas eram as mais variadas. E não só entre a população como também entre a intelectualidade, que em alguns momentos clamava em favor da civilização e da racionalização dos costumes do povo repletos de superstições e em outros tomava a defesa das suas crenças tradicionais sob o discurso do folclore e da preservação da cultura popular.

Essas ideias influenciaram diretamente na forma como os cultos de matriz africana foram representados nos jornais e, por conseguinte, na forma como foram tratados pelos grupos dominantes que estavam à frente das reformas urbanísticas e que buscavam o ideal de civilização e modernidade. A partir das notícias de repressão policial, percebeu-se que o que era comumente chamado e repreendido como pajelança, incluía, algumas vezes, práticas e elementos de tradições religiosas africanas. Embora a pajelança não fosse aceita e comumente fosse coagida como uma prática ilegal e supersticiosa que contrastava com a racionalidade e a modernidade almejada por aqueles grupos do poder que buscavam um padrão de civilização europeu, pior seria assumir a existência de religiões africanas na cidade.

Vivendo a tensão entre a valorização das diferentes feições e elementos que compunham o povo brasileiro e o desígnio de se fazer estabelecer uma sociedade branca conforme os padrões europeus, os intelectuais do início do século estavam empenhados em desvendar as bases da identidade regional da Amazônia a partir da valorização da cultura indígena. Construiu-se, desse modo, um tipo racial ideal para o homem amazônico a partir de suas feições indígenas, rejeitando, por outro lado, a figura do negro como um dos componentes étnicos da população local. Nesse sentido, os intelectuais paraenses procuraram ressaltar apenas a genuína herança cultural indígena em detrimento da influência das práticas culturais africanas e da própria presença do negro, compreendida como irrelevante perante a predominância histórica, cultural e social do índio na Amazônia (Figueiredo, 1996).

Quando eram evidenciados aspectos da herança cultural africana na pajelança, havia todo um discurso para justificar esses elementos, sendo o princi-

pal o da degeneração da pura pajelança amazônica pelos imigrantes nordestinos que vieram para Belém à época da exploração da borracha e que traziam reminiscências de tradições culturais alheias, como por exemplo, as heranças africanas dos escravos negros (Figueiredo, 1996)[5].

Todavia, na década de 1920, isso parece ter se modificado um pouco, pois já se percebia, nesse momento, uma mudança de postura de alguns literatos em relação à herança cultural africana. É possível apreender, em algumas notas literárias, práticas culturais reconhecidamente tradicionais da "religiosidade negra" que tratam do candomblé, dos batuques e da cultura africana como algo digno de valor – embora na prática estivessem relegados a um passado longínquo ou restritos apenas a alguns lugares da cidade onde a modernização e a estrutura urbana civilizada ainda não se faziam muito presentes –, como uma ação valorativa que se constitui muito mais numa tentativa de relegar à morte, ao distante e ao passado aquilo que ainda resiste com toda a força no presente. No carnaval de 1935, inclusive, um acadêmico de medicina chamado Emilio Albim lançou um samba em homenagem aos famosos batuques da Pedreira:

> Na Pedreira tem uma batucada
> Onde a negregada vai se divertir.
> Tem uma negra conhecida por Suzana
> É quem faz os caruanas
> É quem fuma o tauari,
> Se falo é porque vi.
> Na Pedreira tem uma batucada
> Onde a negregada vai se divertir.
> Formada a roda
> Mesmo antes do tamborim falar
> Vem a nêga Suzana
> Dando gole que é pra esquentar
> Depois então é que entra o zuque-zuque
> E a negada no batuque
> Vira sem esfriar
> Na Pedreira... etc.

5 Durante o I Ciclo da Borracha (1870-1912), a ideia do fausto vivenciado pelas capitais amazônicas a partir das riquezas geradas pela exportação da borracha trouxe uma grande leva de imigrantes nordestinos que, fugindo da seca, eram atraídos pela oferta de trabalho e enriquecimento rápido.

De madrugada quando já raiando o dia
É que pára a batucada
É que acaba o tal cangerê
E a negada dispersando o batuque
Vem murmurando este enredo:
Mu ne Caxin Belelê.
Na Pedreira... etc.[6]

Aqui é interessante perceber como, aos poucos, as tradições culturais africanas, antes percebidas como algo externo, vindo de outra região, de outros estados, foram sendo representadas como algo bastante presente nas periferias da cidade. São representações influenciando uma realidade que também faz parte dessas representações à medida que ajuda a construí-las.

Em 1927, houve outro momento interessante, que foi o da visita de Mário de Andrade a Belém. Quando ele resolveu ir à casa de um famoso pajé da cidade, chamado Satyro de Barros, percebeu, nos rituais praticados, elementos da "feitiçaria africana" típicos do candomblé. Não obstante, somente com a vinda da Missão de Pesquisas Folclóricas, em 1938[7], foi possível registrar-se uma mudança significativa na análise das religiões amazônicas. Primeiro, porque o ritual registrado e analisado pela Missão apresentava muito pouco do que era descrito como pajelança pelos intelectuais do século XIX, figurando mais como um "candomblé amazônico" do que um ritual puramente indígena; depois, porque a própria equipe buscou discutir em seu trabalho o "modelo" de culto africano encontrado na região. De acordo com o material divulgado sobre a pesquisa da Missão no Pará, a casa do pajé visitado por Mário de Andrade em 1927 e novamente analisado pela equipe de pesquisas folclóricas era, na realidade, um terreiro onde se praticava um diferente modelo de culto, o "babassuê", ou batuque de louvação a Santa Bárbara, sendo denominado pelo chefe do terreiro, Satyro Ferreira de Barros, como batuque ou tambor de mina (Figueiredo, 1996).

6 Segundo Vicente Salles, há uma história que diz que o compositor Emilio Albim (1910-1939) teria causado a ira da negra Suzana com o samba, sendo ainda vítima de sua vingança. Não se sabe se a história é real, mas é verdade que Emilio Albim enlouqueceu e morreu quatro anos depois daquele carnaval (Salles, 2005).

7 Financiada pelo Departamento de Cultura de São Paulo, a Missão de Pesquisas Folclóricas foi idealizada e orientada por Mário de Andrade. A equipe era formada por Luís Saia, Martin Braunwieser, Benedicto Pacheco e Antônio Ladeira. Deixou São Paulo em fevereiro de 1938 rumo ao Ceará, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Maranhão e Pará.

É conveniente destacar que o trabalho da Missão de Pesquisas Folclóricas sobre o "babassuê" no Pará também foi um importante marco para a constituição de uma linha de estudos sobre as religiões afro-amazônicas (Figueiredo, 1996), sendo fundamental para a compreensão de como as pesquisas dos folcloristas ligados ao movimento modernista proporcionaram novos enfoques interpretativos sobre as religiões e sobre a cultura amazônica, que até então tinha como símbolos somente as figuras do índio, do mestiço e do pajé.

Nesse contexto da década de 1930, os intelectuais paraenses se voltaram para a discussão sobre a presença de elementos de matrizes culturais africanas na cultura e na religiosidade amazônica. Dentre os intelectuais paraenses modernistas que reconheceram e passaram a estudar a influência da cultura negra no Pará, Bruno de Menezes é o que mais se destaca. Assíduo frequentador de terreiros, tornou-se muito conhecido pela publicação da obra "Batuque" em 1931, escrevendo ainda outras obras sobre as crenças religiosas e práticas culturais dos negros no Pará.

Porém, apesar do empenho dos modernistas paraenses em divulgar a contribuição do negro à cultura regional, a postura contrária em relação à cultura de matriz africana permaneceu, principalmente no que diz respeito à religiosidade, e no final da década de 1930, a repressão sobre os cultos praticados nos terreiros aumentou. Em 1938 os intelectuais da cidade entregam um memorial ao interventor José Malcher, solicitando o reconhecimento e a liberdade de culto para as manifestações religiosas afro-brasileiras da cidade de Belém (Salles, 2004). Membros dos cultos foram presos e uma grande polêmica foi gerada.

No mesmo período, a promoção de determinados aspectos da herança cultural africana apresentava significativas similaridades com a exaltação mítica dos índios no final do século XIX, pois, embora estes fossem idealizados como componentes simbólicos característicos da cultura nacional, a evidência nas formas simbólicas de integração não lhes conferia condições de igualdade na sociedade brasileira[8].

A partir das informações obtidas na análise das notas policiais e literárias

8 Alicerçado no ideário romântico europeu, o romantismo brasileiro buscou delinear um caráter nacional para o Brasil por meio da valorização da imagem heroicizada do índio, tomado como símbolo da origem do povo brasileiro e, por conseguinte, elemento fundador da nacionalidade. No entanto, embora o índio figurasse como símbolo da nacionalidade brasileira, essa imagem romantizada não foi desenvolvida no sentido de integrá-lo à sociedade, servindo muito mais aos interesses de uma elite intelectual e política que procurava um traço de originalidade que distinguisse o Brasil de outras nações.

dos jornais, pôde-se compreender como as diferentes representações construídas sobre as religiões afro-amazônicas influenciaram na organização dessas práticas na cidade, especificamente na luta por representações. Ora essas práticas apareciam sob perspectivas literárias do folclore, ora sob a perspectiva do desenvolvimento urbano pautado nos novos paradigmas da modernidade, ora nos discursos racionalistas e médico-cientificistas que buscavam afirmar-se e romper com práticas "supersticiosas" e, em outros momentos, a partir da visão dos cronistas que escreviam as notícias de perseguições policiais nos jornais. Óbvio que é mais difícil chegar ao outro lado do discurso, no qual os próprios "pajés", "erveiros", "curadores" ou "feiticeiros" se autorrepresentavam ou se defendiam das acusações, mas é interessante notar como resistiram às ações persecutórias e, inclusive, ao desenvolvimento urbano.

Daí se parte para a análise comparativa com a organização dos terreiros ou casas de culto das religiões de matriz africana na cidade de Belém contemporânea, notando-se que os locais onde se concentrava a maior parte dos cultos identificados com as religiões de matriz africana nas três primeiras décadas do século xx eram os bairros do Guamá e da Pedreira, que ainda hoje são referências no que diz respeito à localização e à história dos terreiros na capital.

É no bairro do Guamá, inclusive, que existe ainda hoje um terreiro que teria sido provavelmente fundado em 1890. O terreiro foi completamente modificado; sua estrutura original abrangia um terreno maior e era de madeira. A fundadora da casa era conhecida como Mãe Josina, avó-de-santo de Mãe Lulu, atual proprietária e responsável pela casa. Sua mãe, conhecida como Mãe Amelhinha, foi iniciada no culto por Mãe Josina quando ainda era criança. Depois que Mãe Josina faleceu, a casa permaneceu fechada por um longo período, até que Mãe Amelhinha resolveu reerguer a casa e retomar as atividades religiosas do terreiro. Segundo Mãe Lulu, sua mãe contava que quando começou a frequentar o batuque de Mãe Josina no Guamá, quando criança, tudo ali ainda "era mata", as casas eram distantes umas das outras e para se chegar ao batuque era preciso adentrar a mata, abrindo caminho com um teçado; daí se realizava quase que como uma procissão de pessoas guiadas somente por uma lamparina amarrada em uma vara, uma vez que ainda não havia iluminação elétrica para aqueles lados.

De acordo com estudos realizados por Anaíza Vergolino e Silva, até a década de 1970, grande parte dos terreiros pertencentes à Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-brasileiros do Pará (Feucabep-PA) ainda se

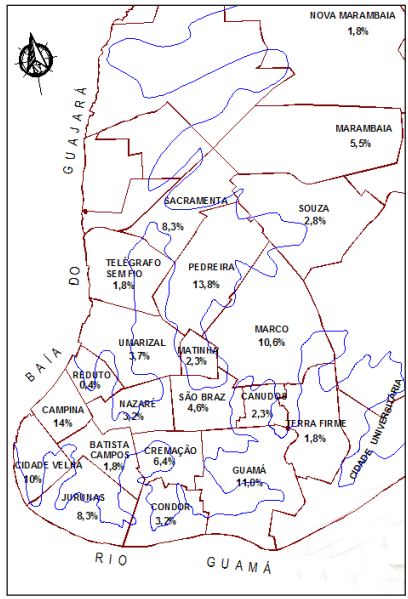
concentrava nas baixadas dos bairros periféricos da cidade de Belém, tal como os bairros da Pedreira, do Guamá, Sacramenta e Jurunas. Nessa época, o "batuque" quase já não se realizava nas áreas nobres da cidade, sendo que os poucos que resistiram às práticas de repressão e ao desenvolvimento urbano limitar-se-iam às baixadas dos bairros centrais. Segundo a autora, "a distribuição espacial dos terreiros na cidade era, portanto funcional sob dois prismas: primeiro, ao nível adaptativo e, segundo, ao nível ideológico" (Silva, 1976, p. 35).

Quanto ao nível adaptativo, "supria e resolvia as necessidades de habitação daquelas pessoas que, como eles, nada possuíam" (Idem), e quanto ao nível ideológico, "uma vez que se sabia serem vistos como eram, pela ideologia envolvente, aquela era a única forma de poderem praticar seus cultos sem importunarem, sem 'fazerem barulho'" (Idem).

FIGURA 1 Distribuição percentual das casas de culto da Feucabep-PA nos bairros de Belém, conforme sua incidência nas baixadas da cidade.

Área central (bairro do Comércio): 1,4%
Bairros periféricos ao Centro comercial (Cidade Velha 1,8% e Reduto 0,4%)
Bairros da Zona Sul (Batista Campos 1,8%; Jurunas 8,3%; Cremação 6,4%; Condor 3,2%; Guamá 11%)
Bairros da Zona Leste (Nazaré 3,2%; São Braz 4,6%, Canudos 2,3%, Terra Firme 1,8%)
Bairros da Zona Norte (Umarizal 3,7%; Matinha/Fátima 2,3%; Telégrafo 5,0%; Sacramenta 8,3%; Pedreira 13,8%; Marco 10,6%; Souza 2,8%; Marambaia 5,5%; Nova Marambaia 1,8%).

Fonte: Mapa adaptado dos mapas elaborados por Silva (1976).



Quanto ao centro da cidade, os conflitos enfrentados pelos afro-religiosos no município atual são outros; no caso do espaço urbano, especificamente o da escassez de lugares para realização de rituais sagrados que carecem de elementos naturais. De acordo com Silva (1976), em termos de reapropriação do espaço urbano para a continuidade de suas práticas rituais, os cultos afro-amazônicos buscaram adaptar-se à expansão urbana, procurando terrenos

economicamente mais acessíveis onde pudessem realizar suas práticas religiosas com mais tranquilidade, sem "incomodar" os moradores do centro da cidade ou sem correr o risco de serem interrompidos por alguma batida policial.

No que se refere aos trabalhos, oferendas e obrigações que devem ser realizados fora do espaço do terreiro, outro aspecto deve ser levado em consideração e diz respeito às estratégias de adaptação ao espaço urbano, cada vez mais carente de reservas naturais de água e espaços de mata. No caso dos candomblés da cidade de São Paulo, Vagner Silva afirma que

> questões práticas [...] têm de ser observadas na escolha dos espaços apropriados. O lugar tem de ser suficientemente escondido para evitar problemas com a opinião pública. [...] Por outro lado, os adeptos evitam realizar os rituais em locais muito abandonados devido aos riscos de assaltos dos quais muitos religiosos já foram vítimas. [...] Assim, o conhecimento de pontos na cidade apropriados para a execução das oferendas aos deuses do candomblé acaba sendo tão importante quanto a própria liturgia ritual (1996, p. 105).

Em Belém, a estratégia foi procurar lugares mais afastados da cidade. Em geral, praias, florestas e encruzilhadas em lugares distantes do centro são os preferidos para a realização de suas práticas. Segundo Edson Santana, do terreiro Rundembo Axé Di Jaciluango (Casa de Força de Ogum),

> cada espaço da cidade está ficando muito ocupado e não tem espaço na cidade para fazermos nossas obrigações. A gente tem que se adaptar a isso [...]





FIGURAS 2 e 3 Terreiro de Candomblé Rundembo Axé di Jaciluango (Casa de Força de Ogum) no bairro da Pedreira. Fonte: Fotos da autora

> a gente precisa de encruzilhada, a gente precisa de mato, de rios, de igarapés [...] Aqui na cidade a gente não tem isso mais [...] Hoje em dia a gente tem que ir pras bandas de Outeiro, Mosqueiro. Se for praia tem que ir pra Mosqueiro, Outeiro, Salinas para fazer obrigação. Mata então nem se fala. Se falar em mata da Ceasa pronto, já vão encontrar é um monte de morto lá[9].

Em depoimento, Yacira Gonçalves, do Terreiro de Mina Nagô Cabocla Yacira (Tmncy), falou dos mesmos problemas e alternativas para realização de trabalhos fora do terreiro:

> Aqui em Belém existe a parte do preconceito. A gente não faz trabalhos em lugar muito aberto, mas a gente vem procurando campos mais fechados. Temos a necessidade de fazer o trabalho é... assim nesses pontos mais fechados devido ao próprio preconceito, mas encontramos sim. Temos a Alça Viária, temos o Mosqueiro, temos o Outeiro. Temos assim... estradas fechadas mesmo, onde a gente consegue desenvolver o nosso trabalho[10].

Todavia, continuando a resistir e manifestar-se firmemente diante dos problemas impostos por outras propostas de desenvolvimento urbano na contemporaneidade, hoje os membros e praticantes das religiões afro em Belém constituíram e se organizaram em movimentos e associações que atualmente reivindicam espaços próprios e destinados a diferentes práticas realizadas por eles, como lugares para realização de oferendas e diferentes ritos e cerimônias, espaços para abrigar suas associações e para realizarem reuniões.





FIGURAS 4 e 5 Tenda Espírita de Umbanda Cabocla Yacira (TEUCY); Terreiro de Mina Nagô Cabocla Yacira (TMNCY) e Mansu Mansu Bandokeke Bisneta no Bairro da Guanabara, Ananindeua, Região Metropolitana de Belém. Fonte: Fotos da autora.

9 Entrevista realizada em 07 de julho de 2008.

10 Entrevista realizada em 08 de outubro de 2008.

Das praias citadas por Edson Santana e Yacira Gonçalves temos a de Outeiro como a mais próxima, distante apenas 18 km do centro da cidade de Belém, as praias da ilha de Mosqueiro, que dista 60 km, e Salinas a 220 km de Belém. A mata da Ceasa se situa no bairro do Souza, mais próximo ao centro. Entretanto, a mata da Ceasa é considerada um lugar perigoso por alguns deles, pois é notadamente conhecida por alguns homicídios que ali ocorreram. Ainda assim, algumas lideranças religiosas e membros das religiões de matriz africana têm se mobilizado em associações, Ongs e entidades para reivindicar alguns espaços que seriam destinados à realização de oferendas e à preservação e colheita de plantas especificamente usadas em algumas de suas práticas religiosas.

Dentre os locais de mata reivindicados pelos afro-religiosos estão a mata da Ceasa e o Murucutu[11]. Esses lugares são preferidos pelo povo de santo de Belém por apresentarem área de mata, por se situarem na região metropolitana de Belém, próxima ao centro, e por ainda não terem sido alcançados pelo processo de urbanização, sendo locais de pouco movimento, onde poderiam realizar suas oferendas e colher folhas sem constrangimento algum.



FIGURAS 6 e 7 Ruínas do Engenho de Murucutu (Belém/PA). Fonte: Arquivo Central/IPHAN/RJ.

11 O engenho Murucutu se constitui em um conjunto de ruínas de grande porte remanescentes do período colonial e se caracteriza como um exemplar bastante relevante do sucesso da história da agroindústria canavieira na área do estuário do rio Amazonas naquela época. Dada sua significância histórica e arquitetônica, este local foi tombado pela Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em outubro de 1981.

De modo geral, apesar de os membros das religiões de matriz africana terem elaborado inúmeras estratégias de sobrevivência na cidade de Belém, conseguindo conquistar uma estrutura melhor face ao desenvolvimento urbano, hoje não só vivenciam dificuldades decorrentes do próprio crescimento das cidades, como uma realidade de amplo preconceito por parte da sociedade, uma vez que não gozam de liberdade e respeito dos outros cidadãos para realizarem seus trabalhos tranquilamente em qualquer lugar.

Como se pode notar, a única diferença é que hoje o preconceito e a perseguição não são institucionalizados, ou seja, não há leis ou códigos que proíbam a realização de seus cultos, tal como no início do século, quando havia códigos de posturas que coibiam suas práticas[12]. Entretanto, esses grupos ainda têm dificuldades para realizarem ritos, oferendas e obrigações em locais abertos e livres de constrangimentos ou pressões sociais.

Nesse sentido, acredita-se que projetos de reconhecimento dessas religiões como importantes referências culturais para a cidade de Belém possam significar muito mais que um título de patrimônio cultural, mais ainda, o reconhecimento da importância apresentada por essas práticas para a cultura e a história da cidade de Belém, o início de um processo que promoverá o conhecimento e maior respeito por parte da sociedade em relação às suas práticas e o reconhecimento dos valores simbólicos que estas apresentam para seus praticantes.

No que se refere às propostas de planos de ação para o reconhecimento das religiões de matriz africana como importantes referências culturais pela Superintendência do Iphan no Amapá, considera-se que, constituindo um complexo universo religioso, essas religiões carecem de estudos mais sistemáticos acerca de sua organização, pois há poucas pesquisas que conseguem constituir informações mais gerais sobre os terreiros da cidade, de modo a subsidiar a elaboração de políticas públicas e culturais abrangentes, integradas e inclusivas. O Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Pará, especificamente o Grupo de Estudos Afro-amazônicos (Geam), possui algumas iniciativas no sentido de discutir o tema e de formar um inventário de estudos sobre essas práticas religiosas na região; contudo, carecem de parcerias e recursos materiais, humanos e financeiros necessários à realização de trabalhos dessa envergadura.

12 BRASIL. Código Penal da República. Artigo 157.

Tomando como parâmetro os instrumentos comumente utilizados pelo Iphan para o reconhecimento de manifestações religiosas como importantes referenciais culturais, esta pesquisa indicou a aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (Inrc), considerando essa ferramenta a melhor alternativa para o conhecimento, registro e documentação sistemática das religiões afro-amazônicas da cidade de Belém, um importante passo para o reconhecimento e a salvaguarda dessas tradições na região.

No mais, qualquer outro projeto objetivando o reconhecimento dessas práticas precisa levar em consideração todas as vertentes e diversas linhas seguidas pelos terreiros, de modo a congregar toda a sua diversidade religiosa e cultural. Além disso, é importante que seja dada atenção especial aos bairros tradicionalmente conhecidos por reunirem grande número de terreiros, como os bairros da Pedreira, do Marco, do Guamá e do Jurunas, pois, além de facilitar a delimitação de áreas para levantamento de informações preliminares sobre esses cultos, é importante considerar que esses foram espaços historicamente apropriados pelo povo do santo, constituindo importantes referenciais de memória, tradição e identidade para as religiões afro.

Referências

Carlini, Álvaro. *Cachimbo e maracá:* o catimbó da Missão (1938). São Paulo: CCSP, 1993.

Cascudo, Luís da Câmara. *Meleagro*: pesquisa do catimbó e notas da magia branca no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1978.

Figueiredo, Aldrin Moura de. *A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia*. A constituição de um campo de estudo, 1870-1950. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

_____. Anfiteatro da cura: pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XX. In: Chalhoub, Sidney et al. (Org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil:* capítulos de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 273-304.

Leacock, Seth; Leacock, Ruth. *Spirits of the deep*. New York: Doubleday, 1972.

Maués, Raymundo Heraldo; Villacorta, Gisela Macambira. Pajelança e encantaria amazônica. In: Prandi, Reginaldo (Org.). *Encantaria brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. p. 11-58.

Menezes, Bruno de. *Obras completas*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993, 3 v.

Salles, Vicente. *O negro na formação da sociedade paraense*. Belém: Paka-Tatu, 2004.

_____. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. 3. ed. rev. ampl. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

Sarges, Maria de Nazaré. *Belém:* riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.

Silva, Anaíza Vergolino e. *Tambor das flores:* uma análise da Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Afrobrasileiros do Pará (1965-1975). 1976. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Campinas, Campinas, 1976.

_____. *Maranhão:* onde o Pará deita raízes. São Luís: VIII ABANNE – Associação Brasileira de Antropologia – Norte e Nordeste, 2003. 1 Cd-Rom.

Silva, Vagner Gonçalves da. As esquinas sagradas: o candomblé e o uso religioso da cidade. In: Magnani, José Guilherme; Torres, Lilian Lucas (Orgs.). *Na metrópole:* textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp, 1996. p. 88-123.

Tupinambá, Pedro. *Batuques de Belém*. Belém: Academia Paraense de Letras, 1973.

Fontes orais

Entrevista realizada com Edson Santana em 7 de julho de 2008
Rundembo Axé Di Jaciluango (Casa de Força de Ogum)
Endereço: Trav. Mariz e Barros, nº 1.609
Pedreira, Belém/PA

Entrevista realizada com Mãe Lulu em 16 de julho de 2008
Terreiro de Mina Dois Irmãos Dom José e Verequete
Endereço: Passagem Pedreirinha, n.º 282
Guamá, Belém/PA

Entrevista realizada com Yacira Gonçalves de Souza em 8 de outubro de 2008
Tenda Espírita de Umbanda Cabocla Yacira (TEUCY); Terreiro de Mina Nagô Cabocla Yacira (TMNCY) e Mansu Mansu Bandokeke Bisneta
Endereço: BR-316, Km 03, Rua Nova, nº. 84

Uma proposta de acessibilidade urbana para o centro histórico de São Luís – Maranhão

Jusyanna Flávia de Souza e Silva



Resumo

Legitimada como valor a ser incorporado às cidades contemporâneas, a acessibilidade aplicada aos sítios históricos tombados é tema desafiante que ainda requer maiores estudos e enfrentamentos práticos no âmbito nacional. A rota acessível, um percurso livre de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, consiste numa estratégia projetual adequada para tornar mais acessíveis os conjuntos urbanos protegidos. Sua implantação demanda conhecimento da urbanidade local, em termos de conformação histórica e da atual dinâmica social, com seus pontos de interesse e fluxos decorrentes. O exercício de aplicação desse instrumento no Centro Histórico de São Luís – alvo de tombamentos estadual e federal e inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco –, a partir da escolha de um percurso urbano de interesse, gerou um diagnóstico ilustrado dos obstáculos presentes, formando uma base de dados cuja análise crítica permitiu a proposição de soluções e diretrizes em acessibilidade urbana.

Jusyanna Flávia de Souza e Silva Arquiteta e urbanista. Foi bolsista do PEP/IPHAN na Superintendência do IPHAN no Maranhão, sob a supervisão do arquiteto e urbanista Cláudio Nogueira e cosupervisão da arquiteta e urbanista Stella Regina Soares de Brito. Atualmente exerce o cargo de arquiteta na Caixa Econômica Federal.

Introdução

Este artigo ilustra alguns aspectos da pesquisa monográfica fomentada pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Maranhão, por meio do Programa de Especialização em Patrimônio (Pep), voltada para o desenvolvimento de estudos sobre acessibilidade no Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís, diagnosticando entraves e fazendo reflexões para estabelecer estratégias ou prioridades de atuação. Assim, traçamos um panorama da temática, participamos nas atividades de rotina da instituição relacionadas ao tema e nos inserimos nas discussões de grupos organizados de pessoas com deficiência do estado do Maranhão, o que permitiu uma melhor apropriação dessa realidade e do seu lugar de fala no horizonte de inserção deste trabalho.

Para a Superintendência, havia pressões legais e sociais nos âmbitos local e nacional que demandavam este estudo. A pressão legal consistia nos prazos para a adaptação de edifícios de uso público e coletivo às normas da acessibilidade, determinados pelo Decreto nº 5.296/2004, que regulamentou a Lei nº 10.048/2000, do atendimento prioritário, e a Lei nº 10.098/2000, das normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conhecida como a Lei da Acessibilidade. A pressão social, por sua vez, contando com esse aparato jurídico, residia em organizações locais das pessoas com deficiência, representadas pelo Fórum das Entidades de Pessoas Portadoras de Deficiências e Patologias de São Luís – Ma que, em parceria com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, iniciava as discussões para construção de uma política estadual voltada para a área.

Mediante uma aproximação gradativa ao tema e pela forma como percebemos o olhar predominante da instituição frente a ele, fomos levados a duvidar se seria realmente viável tornar mais acessível um sítio urbano protegido. O cenário encontrado no cotidiano do Iphan não parecia muito favorável à questão, visto que ainda subsistia a ideia de que incorporar a acessibilidade ao patrimônio cultural favorecia apenas as pessoas com deficiência. Dentro

dessa perspectiva restrita e equivocada, como posteriormente concluímos, as modificações implicadas seriam muito drásticas, vistas como se os bens tombados estivessem sendo verdadeiramente mutilados. Tal questão, contudo, já vinha comparecendo na agenda institucional desde meados da década de 1990, quando o então Departamento de Proteção aventou a possibilidade de desenvolver um Programa Nacional de Acessibilidade, como apontado por Soares (2003), arquiteta e urbanista do Iphan e uma das primeiras estudiosas do tema. A culminância da mobilização do Iphan nesse sentido ocorreu com a redação da Instrução Normativa (In) nº 1/2003, que dispôs sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal e outras categorias, constituindo a manifestação oficial do órgão sobre o assunto.

À parte desses avanços institucionais, para os mais conservadores estava delineado um embate jurídico em que, de um lado, havia a garantia dos direitos difusos (coletivos) da maioria da população em usufruir os bens do patrimônio cultural e, de outro, existia a garantia dos direitos individuais das pessoas com deficiência de fruição desse mesmo arcabouço cultural. Se para garantir o exercício desses direitos individuais era necessário descaracterizar o patrimônio, então, deveriam prevalecer os direitos difusos da maioria. E assim se justificava o porquê de não se buscar bens patrimoniais mais acessíveis. Cabe mencionar que essa visão se pautava fortemente em exemplos pouco felizes das primeiras intervenções processadas no ambiente construído, em que as soluções de projeto adotadas eram de baixa qualidade plástica e pouca efetividade na garantia da acessibilidade aos bens protegidos.

Graças ao desenvolvimento da pesquisa, percebemos as limitações e fragilidades da postura inicialmente percebida no cotidiano da instituição. A acessibilidade, tomada como "possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos", vem traduzindo em termos materiais a luta pela inclusão social, num processo iniciado aproximadamente a partir da segunda metade do século XX nos principais centros urbanos europeus e norte-americanos e introduzido no país há pouco mais de três décadas (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2004, p. 2; Sassaki, 2006). Trata-se de um movimento altamente organizado das pessoas com deficiência que conta com ampla legitimidade social e um aparato significativo de textos, legislações e normas técnicas afins cujo maior desafio reside na sua transposição prática. No Brasil, representa a luta de aproximadamente

25 milhões de pessoas que contam com "impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas" (Ibge, 2002; Brasil, 2007, p. 16). Embora se possa não vir a ser uma pessoa com deficiência, todos estamos propensos a ter nossa mobilidade reduzida em alguma fase da vida, seja durante a gestação, seja por ocasião de um membro fraturado, pelo próprio envelhecimento natural ou por alguma condição de inacessibilidade do meio que colabore por criar ou agravar alguma limitação pessoal.

Se as primeiras transformações consistiam em meras adaptações, criando ambiências específicas para os usuários mais vulneráveis, atualmente, considera-se a necessidade de incluir a acessibilidade desde as etapas iniciais de projeto, constituindo uma nova demanda para a arquitetura e o urbanismo contemporâneos. Desta forma, o desenho universal tem se relevado um partido de projeto alinhado aos princípios da inclusão social, por ser uma ferramenta de criação de espaços mais generosos à diversidade humana (Cambiaghi, 2007).

Pelas considerações expostas, se a acessibilidade traduz benefícios a todos e especialmente às pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, está justificada como um mecanismo que favorece a garantia dos direitos difusos de toda população e não apenas dos direitos individuais de uma minoria em acessar os bens culturais. Sendo assim, aquele antagonismo inicialmente percebido no âmbito da instituição não mais se sustenta. Assim, é possível transcender o quadro formado por um conflito em que deva prevalecer um ou outro interesse, direitos difusos ou direitos individuais, para um patamar em que ambos possam estar presentes, aliando a preservação do patrimônio e a garantia de suas condições de acesso para todos. É preciso criar maneiras inteligentes de possibilitar condições de acessibilidade num contexto urbano mais restritivo, como o são os sítios históricos. A promoção da acessibilidade plena, ao menos em permanências históricas, é uma tarefa irrealizável, uma vez que estas cristalizam sucessivas etapas de ocupação cujos problemas e valores sociais não estavam comprometidos com a temática. (Instituto Universitario de Estudios Europeos; Universidad Autónoma de Barcelona, 2002).

Partindo dessas premissas básicas, objetivamos aqui problematizar a questão da acessibilidade no Centro Histórico de São Luís (Chsl), compreendendo a dimensão em que o tema se apresenta nos dias atuais, estabelecendo a sua interseção com os sítios de patrimônio cultural e propondo uma forma

de tratamento da questão para esse caso específico. Para tanto, a metodologia por nós elaborada envolveu: (i) ampla revisão bibliográfica sobre a acessibilidade, sua gênese e seus desdobramentos contemporâneos, construindo um arcabouço teórico sobre o tema; (ii) estudo de sua interface com o patrimônio cultural material, mais especificamente os sítios históricos, por meio da análise crítica de experiências já realizadas em âmbito nacional e internacional; (iii) compreensão sobre o sítio, seu processo de formação histórica, aspectos morfológicos e de dinâmica urbana; (iv) definição de estratégia para proporcionar mais acessibilidade ao sítio; (v) ilustração do processo de construção de uma rota acessível aplicada a um trajeto urbano de interesse para o local; (vi) realização de diagnóstico básico das barreiras arquitetônicas e urbanísticas presentes no percurso escolhido; (vii) coleta de depoimentos com representantes de entidades de pessoas com deficiência da capital para agregar o seu ponto de vista ao processo de diagnóstico e ações propositivas; e (viii) proposição de soluções em acessibilidade para o trajeto definido e elaboração de diretrizes projetuais.

Na produção científica nacional voltada para o tema, verifica-se um crescente aumento de trabalhos, sendo que este se diferencia por sua inserção no cotidiano de uma superintendência do Iphan. O estudo se relaciona com a dissertação de Soares (2003) e também se vale da contribuição de Gerente (2005). Dentre os textos internacionais, corroboraram o nosso raciocínio o norte-americano de Jester e Park (1993), por apresentar um roteiro sobre como promover maiores condições de acessibilidade aos edifícios e sítios históricos, e as publicações espanholas do Instituto Universitario de Estudios Europeos; Universidad Autónoma de Barcelona (2002) e de Espanha (2003), mostrando o diagnóstico utilizado na construção do plano nacional de acessibilidade daquele país.

Acessibilidade urbana em sítios históricos

A observação acurada do recente histórico de intervenções em acessibilidade ao patrimônio cultural brasileiro – período este que compreende desde o começo da década de 1990 até hoje – permite distinguir um processo que caminha no sentido de uma visão mais panorâmica sobre o assunto, o que também se verifica no plano internacional. Num primeiro momento, as adaptações se restringiram à promoção de mais acessibilidade a edificações monumentais

isoladas, com o atendimento exclusivista das necessidades das pessoas com restrições físico-motoras. No âmbito das políticas públicas, prevaleciam os investimentos isolados em determinadas cidades, pois não havia uma estratégia governamental delineada nesse sentido. Como período de transição, visualizamos, a partir da década de 2000, a ocorrência das primeiras iniciativas de tratamento da acessibilidade urbana em Pirenópolis, Goiás, e em São Francisco do Sul, Santa Catarina (Soares, 2003; Gerente, 2005).

Num segundo momento, entretanto, verificamos que o tratamento da questão em sítios históricos tende a se alinhar ao paradigma da inclusão social. Isso porque, tanto no âmbito político quanto no operacional, percebe-se uma tendência à elaboração de planos e ao entendimento de que a acessibilidade pode favorecer a todos os usuários de uma forma geral. É o que já vem ocorrendo na Espanha e em localidades portuguesas como Maia e Coimbra (Figura 1) e o que transparece numa época em que cidades como Olinda, em Pernambuco, e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, investem esforços na construção de planos municipais de acessibilidade. São Luís, por sua vez, está iniciando o processo de elaboração de um Plano Municipal de Mobilidade e Acessibilidade Urbana, por ocasião do Plano de Ação das Cidades Históricas, ação estratégica do governo federal que busca aliar a preservação do patrimônio ao desenvolvimento local (Espanha, 2003; Câmara Municipal da Maia, 2009; Fernandes; Cirne, 2009; Porto Alegre, 2009; Iphan, 2010).

Assim, qualquer medida que venha a agregar mais acessibilidade aos sítios históricos deve necessariamente estar integrada a um planejamento maior que norteará a implantação de uma variedade de soluções possíveis de tratamento da questão, como, por exemplo, a rota acessível. Podendo ser de alçada municipal, estadual ou nacional, os planos de acessibilidade tendem a consti-



FIGURA 1 Exemplos de soluções portuguesas em acessibilidade: piso antiderrapante nas vias, corrimãos nas ruas íngremes e micro-ônibus de acesso ao centro histórico, Coimbra. Fonte: Simões (2006).

tuir um dos intentos mais relevantes, até o presente momento, de criação de um instrumento operativo capaz de responder as questões de acessibilidade urbana. No país, os programas municipais parecem ser os mais viáveis, em virtude da heterogeneidade do território nacional e da autonomia administrativa dos municípios, que são responsáveis pela tarefa de legislar sobre assuntos de interesse local, especialmente questões de ordenamento do território. Além disso, os demais setores de administração do executivo municipal devem ser perpassados pela temática, pois é com a integração das políticas públicas setoriais que se supõe êxito na implantação integral de programas de acessibilidade (Instituto Universitario de Estudios Europeos; Universidad Autónoma de Barcelona, 2002; Bahia, 1998).

Partindo do pressuposto de que deve fazer parte de um plano municipal específico e ser elaborada por uma equipe técnica multidisciplinar, valendo-se de instrumentos de participação popular ao longo de todo o processo de planejamento e implantação, a proposta metodológica aqui elucidada implica a adoção da estratégia da *rota acessível*, baseada em Jester e Park (1993), Soares (2003), Gerente (2005) e na Instrução Normativa (In) nº 1/2003 do Iphan.

Observando-se as particularidades de cada situação, a essência dos estudos necessários à proposição de uma rota dessa natureza envolverá minimamente a realização de três etapas. A princípio, deve-se **conhecer o sítio histórico** a ser trabalhado, o que fornecerá subsídios para identificar quais características são as grandes responsáveis na garantia e manutenção de sua identidade e que, por conseguinte, não serão passíveis de alteração. Envolve a reunião de dados históricos e documentais sobre o conjunto urbano, adentrando os aspectos legais de preservação e a legislação vigente, além de levantamento físico para elaboração de diagnóstico das barreiras arquitetônicas e urbanísticas existentes. A partir de então, já é possível **definir o nível de acessibilidade a ser alcançada**, com base nas características urbanísticas a manter, momento de confrontar a realidade local e seus dispositivos oficiais de proteção com os impositivos legais expressos no Decreto nº 5.296/2004 e na In nº 1/2003 do Iphan. Nessa etapa devem ser estabelecidas as premissas do projeto de intervenção, entendendo ser esta uma tarefa sempre perpassada pela dialética de manutenção de suas características essenciais versus a sua transformação para o atendimento das condições possíveis de acessibilidade urbana. É quando se questiona: até que ponto podemos intervir sem negligenciar o caráter de um dado sítio histó-

rico? Em quais elementos residiria o seu caráter ou a sua autenticidade? Esses elementos seriam os mesmos ou teriam o mesmo grau de importância para um olhar treinado (técnico) ou para um olhar não treinado (comunidade)? Tais foram algumas das indagações presentes no desenvolvimento deste trabalho que ajudaram a alcançar algumas respostas e também revelaram certas lacunas aqui deixadas para o desenvolvimento em futuras pesquisas.

Por fim, passa-se a **propor ações práticas em acessibilidade** com a adoção de soluções parciais ou paliativas, considerando a incompatibilidade entre a estrutura urbana das permanências históricas e as exigências previstas nas leis e normas relativas ao assunto. Por conseguinte, a criação de rotas acessíveis pode ser considerada uma alternativa adequada e viável para o estabelecimento de mais acessibilidade urbana a sítios históricos alvo de preservação. Com ela, privilegiam-se alguns setores para investimento público, concentrando as intervenções ao longo de um mesmo trajeto e minimizando os impactos na paisagem urbana. Além disso, possui a virtude de ser uma alternativa baseada no caminhar, num estímulo ao pedestrianismo, partindo de uma visão panorâmica e abrangente da cidade.

De utilização corrente em diversos documentos que versam sobre a acessibilidade, a expressão *rota acessível* pode ser entendida como um trajeto urbano, ou mesmo interno às edificações, contínuo, livre de obstáculos e bem sinalizado, que permita o deslocamento de forma autônoma e segura por todas as pessoas, incluindo as com deficiência, entre espaços de seu interesse (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2004; Iphan, 2003). Neste ponto, a sua associação aos estudos de *território* se torna patente como um instrumento para eleição dos trechos a serem trabalhados, pois "deve considerar a declividade e largura de vias e passeios, os centros de interesse e de maior afluência de pessoas, os serviços e fluxos, e demais aspectos implicados na sua implementação" (Iphan, 2003, p. 8). Assim, a construção de uma rota acessível deve relacionar com sabedoria os elementos da **configuração estrutural do sítio**, isto é, o relevo da malha urbana, os dados de **uso e ocupação do solo urbano** – *pontos* – e os deslocamentos urbanos – *fluxos* (Souza, 1995).

Para favorecer a sua utilização e serventia para a comunidade atendida, uma rota acessível proposta deve estar o mais afinada possível com as movimentações já existentes, em termos de fluxos motorizados (automóveis, motos, bicicletas, caminhões, dentre outros) e especialmente dos pedestres, que

devem ter preferência sobre os demais. Portanto, a análise dos usos presentes no solo urbano (*pontos*) e dos deslocamentos (*fluxos*) que eles determinam, e vice-versa, são as variáveis elencadas neste trabalho para captar a dinâmica social do lugar no qual a rota ficaria estabelecida. Além disso, é preciso considerar as características mais pormenorizadas do espaço urbano, colhidas por meio de levantamentos que incluam o mapeamento das características geométricas das vias (declividades, dimensões de caixas de rolamento e passeios, materiais utilizados), do mobiliário urbano (bancas de revista, unidades de comércio informal, postes de iluminação pública, placas de sinalização de trânsito e turística, lixeiras, bancos) e do paisagismo existente (árvores, canteiros, vasos com plantas).

A exemplificação no centro histórico de São Luís

Como nossa base de estudos práticos esteve, desde o princípio, concentrada em São Luís, este próprio contexto urbano foi grande contribuinte para a discussão e o enriquecimento da metodologia proposta. Foi precisamente a partir do seu entendimento que confirmamos a rota acessível como uma das melhores formas de se tratar a acessibilidade urbana em sítios históricos.

São Luís, a capital do estado do Maranhão, região Nordeste do Brasil, está inserida na ilha de mesmo nome, no estuário dos rios Mearim, Itapecuru, Pindaré e Munim, no chamado Golfão Maranhense. O centro histórico tem lugar na porção oeste da ilha, na confluência dos rios Anil e Bacanga. A historiografia corrente remete a 1612 a primeira ocupação da ilha pelos franceses, datando de 8 de setembro daquele ano a fundação do Forte e da Vila de São Luís, dia em que se comemora o aniversário da capital maranhense. A cidadela francesa, expressão como foi posteriormente qualificada essa primeira ocupação, localiza-se na colina hoje ocupada por uma praça cívica, contendo as sedes dos governos estadual e municipal e a Catedral Metropolitana. Dois anos após a retomada do local pelos portugueses, em 1615, a Coroa enviou para a região o engenheiro militar português Francisco Frias de Mesquita, a quem se atribui a autoria do traçado da capital. Dando continuidade às vias já existentes, o projeto lusitano conferiu a São Luís uma de suas características mais marcantes em termos de morfologia urbana: o traçado ortogonal alinhado aos pontos cardeais que ordena o desenvolvimento das construções em

malha compacta e uniforme sobre os alinhamentos dos lotes. As quadras tem dimensão aproximada de 70 e 80 metros, cujas vias oscilam entre seis e sete metros de largura, contando, em certos trechos, com becos bastante estreitos (Andrès, 1998).

A sucessão de ciclos econômicos processados na região e a estagnação verificada após as primeiras décadas do século XX foram, em grande parte, responsáveis pela atual manutenção da antiga estrutura urbana e arquitetônica da cidade, cuja maior parte do casario remanescente data dos séculos XVIII e XIX. Tendo sido reconhecida a excepcionalidade do centro antigo, parte de seu perímetro foi tombado, em 1974, pelo governo federal, passando a ser também protegido pelo estado do Maranhão desde 1986. A inscrição na lista do Patrimônio Mundial da Unesco ocorreu posteriormente, em 1997 (Figura 2).

A intervenção urbana mais significativa já realizada no sítio ocorreu no final dos anos 1980, no chamado *Projeto Reviver* que, dentre as várias ações pro-

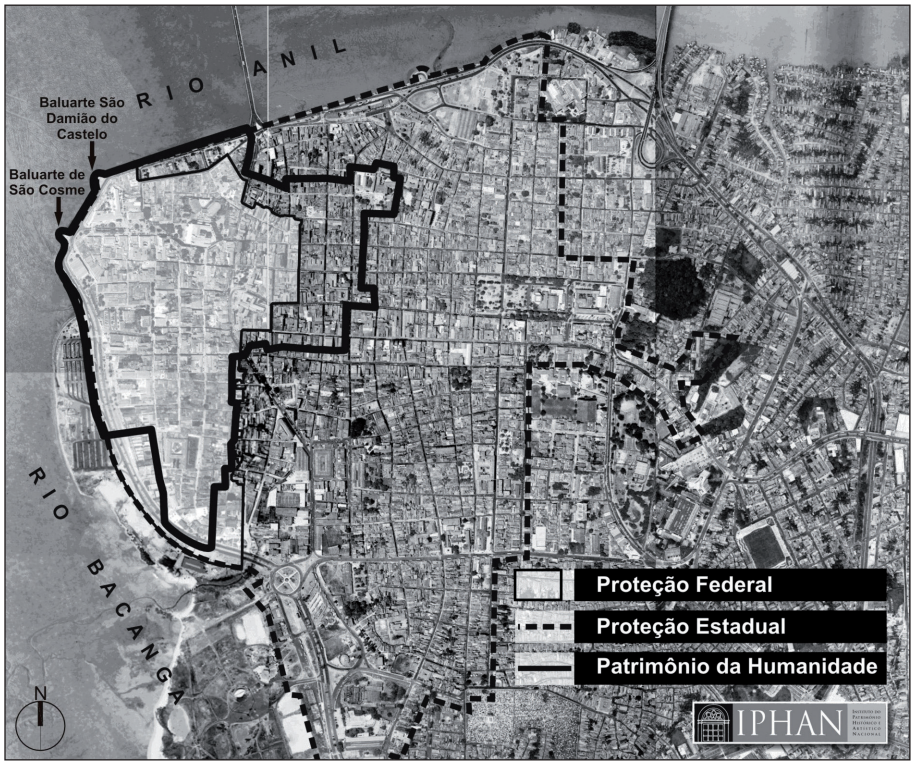


FIGURA 2 Limites de proteção federal e estadual e área Patrimônio da Humanidade no CHSL.
Fonte: Acervo da Superintendência do IPHAN no Maranhão.

cessadas, alterou a estrutura viária do sítio, com a modificação de dimensões das caixas de rolamento e de passeios e com a substituição dos seus materiais de revestimento. Simultaneamente, ruínas de edificações foram transformadas em praças e algumas reconstruções foram processadas (Pereira, 1993).

Assim, para efeito deste trabalho, definimos como características essenciais do Chsl a serem preservadas quando da execução de ações em acessibilidade a sua paisagem urbana formada pelo casario compacto alinhado às testadas dos lotes que bem conforma as vias de circulação de pessoas e veículos; os materiais de revestimento das vias e das calçadas, constituído de paralelepípedos e de pedra de lioz, respectivamente; e os desníveis existentes entre as edificações antigas e a calçada, traço típico da arquitetura local.

A escolha de um percurso urbano inserido nos limites desse conjunto para ser estudado como uma rota acessível se revelou uma decisão delicada, posto que necessitaria colocar múltiplos fatores, de ordem sociológica e urbanística, sobre uma mesma base comum. Nesta pesquisa, as macroanálises foram baseadas em cadastros previamente elaborados por outras esferas governamentais responsáveis pela gestão desse sítio e na nossa vivência cotidiana do lugar. A partir das relações estabelecidas entre o **estudo da configuração estrutural do sítio** (relevo da malha urbana), o **estudo de uso e ocupação do solo urbano** (*pontos*) e o **estudo dos deslocamentos urbanos** (*fluxos*), obtivemos uma base mínima de dados para embasar a eleição de um percurso urbano de interesse a ser trabalhado como rota acessível.

O trajeto escolhido conecta o terminal rodoviário de integração da Praia Grande, único terminal de transporte público do centro, ponto de chegada e saída constante dos usuários do lugar, à rua Grande, principal núcleo do comércio popular, passando pela região turística e de lazer do *Reviver*, verdadeiro palco da cultura popular maranhense. Detalhando-se a rota em questão, temos um total aproximado de 800 metros de trajeto urbano, segmentado em nove trechos para facilitar a análise (Figura 3).

Trata-se de um percurso do cotidiano composto por uma variedade de barreiras arquitetônicas e urbanísticas que o torna representativo das condições de acessibilidade no Chsl como um todo. Este trajeto atende à expectativa de estar bem integrado à vida social do centro, por já ser bastante utilizado pelos frequentadores locais e por permitir a realização de múltiplas ligações entre as mais diversas partes do sítio. Através dele é possível acessar toda sorte de equipamentos urbanos, como uma central de serviços públicos

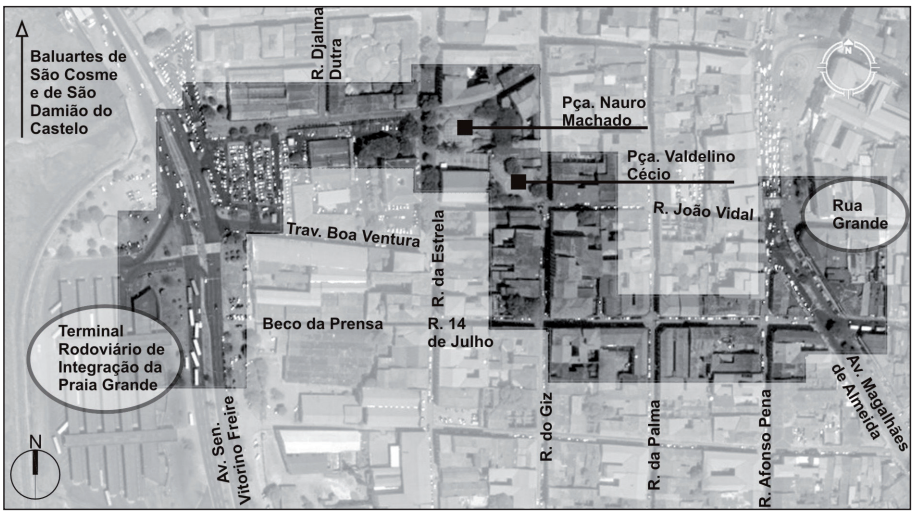


FIGURA 3 Definição do percurso escolhido no CHSL. Fonte: Intervenção nossa sobre IPHAN.

(Espaço Cidadão), um cinema (Centro de Criatividade Odylo Costa Filho), um mercado popular (Casa das Tulhas), lojinhas de artesanato, restaurantes, a Câmara Municipal, banheiros públicos acessíveis, praças, a Superintendência do IPHAN no Maranhão, a Polícia Civil, pequenos serviços (barbeiros, amoladores, lanchonete e lan house), comércio local e estacionamento. Com exceção do trecho de escadaria da praça Nauro Machado, as vias presentes são praticamente planas.

Diagnóstico das barreiras arquitetônicas e urbanísticas

Este diagnóstico busca responder as seguintes questões[1]: como se acessa os lugares de interesse a partir das vias e das calçadas? Os espaços públicos de encontro e lazer (praças) são acessíveis? Os carros transitam por estas vias? É possível estacionar veículos? Qual o espaço disponível para circular nestas vias? E sobre quais materiais se circula? Como estão as calçadas? Como está o paisagismo das vias? Como é possível se orientar neste sítio?

As barreiras arquitetônicas e urbanísticas foram classificadas em função de seu volume e, principalmente, de sua altura, pois assim se conforma um

1 Tais direcionamentos foram inspirados naqueles inicialmente propostos por Gerente (2005), que os utilizou como balizadores para determinar-se o grau de dificuldade no deslocamento, na orientação espacial e no uso de equipamentos e serviços urbanos disponibilizados por um dado sítio histórico, a fim de mensurar o seu nível de acessibilidade urbana.

panorama da interferência que produzem na acessibilidade ao espaço urbano, desde o nível do piso até a dimensão vertical. Foram também pontuados os tipos de revestimentos de piso encontrados (Quadro 1).

No percurso assinalado, a maior parte dos obstáculos (40%) se refere aos objetos de altura igual ou superior a 210 cm, devido à presença prioritária de árvores, posteamento e ambulantes. Na sequência, com 33% do total, aparecem as barreiras de menor altura, localizadas principalmente ao nível do chão, em que se destacam as tampas dos poços de visitação das concessionárias e os elementos metálicos que barram as calçadas aos veículos. Em seguida, por ordem de ocorrência, estão os elementos de altura intermediária entre 40 e 120 cm (20%), representados essencialmente pelos bancos. Por último, com 7% do total, estão as barreiras de altura entre 120 e 210 cm, em que ganham destaque os aparelhos de ar condicionado instalados de tal forma que avançam sobre as calçadas e as placas de sinalização de trânsito mal posicionadas.

A título de ilustração do trabalho proposto, segue o detalhamento do diagnóstico elaborado para os trechos 4 e 5 do trajeto escolhido (Quadros 2 e 3), por ser bastante representativo no sítio, apresentar grande parte das barreiras mais comumente encontradas e ainda contar com uma escadaria.

A curvatura transversal excessiva de certos trechos das vias dificulta o deslocamento de cadeirantes, ainda que as calçadas contem com rebaixamentos (rampas). Tal curvatura, quando conjugada com a instalação de uma rampa, produz um nicho onde a cadeira de rodas fica facilmente encaixada e impossibilitada de movimentar-se sem a ajuda de terceiros. Os passeios são geralmente bastante estreitos, com largura inferior a 1,20 m, o mínimo estipulado pela Abnt Nbr 9050:2004 para um passeio ser considerado acessível, sendo 1,50 m a dimensão recomendada. A profusão de mobiliário urbano presente e a sua má disposição afetam o deslocamento e a orientação dos transeuntes. Os revestimentos históricos dos passeios e das vias de tráfego de veículos, embora sejam uma das principais características da paisagem deste setor urbano, interferem nos deslocamentos de pessoas com restrições motoras. A pedra de lioz, largamente empregada nestas situações, pode se tornar altamente escorregadia quando molhada.

Os atrativos espaciais do percurso são inúmeros e diversificados, agregando usos culturais, comerciais, serviços, institucionais e de lazer. No entanto, o acesso às edificações históricas é geralmente feito por um ou mais degraus para vencer desníveis em torno de 30 cm. Nestes casos, a presença do batente



Obstáculos de altura igual ou inferior a 40 cm

- Tampas dos poços de visitação das concessionárias de água, luz e telefonia
- Grelhas
- Bocas de lobo
- Elementos que impedem o acesso de veículos às calçadas (cano de ferro presente à rua do Giz)



Obstáculos de altura maior que 40 cm e inferior a 120 cm

- Lixeiras
- Bancos
- Bancos de fragmentos de pedra lioz
- Hidrantes
- Elementos de controle de estacionamento nas vias
- Caixas de correio
- Obstáculos que interditam as ruas aos carros



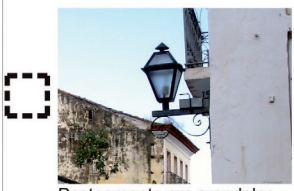
Obstáculos de altura superior a 120 cm e inferior a 210 cm

- Árvores com copas de baixa estatura
- Placas de sinalização de trânsito
- Aparelhos de ar condicionado que avançam sobre os passeios
- Telefones públicos (orelhões)
- Semáforos



Obstáculos predominantemente verticais de altura igual ou superior a 210cm e/ou de grande volume

- Posteamento
- Totem de sinalização turística
- Barracas de camelôs
- Árvores de copa elevada



Posteamento em arandelas

Pisos inadequados numa rota acessível

- Pedra portuguesa
- Mosaico artístico (pedra portuguesa, granito e lioz)
- Pedregulhos mal assentados





Rebaixamentos de calçada

Pisos parcialmente inadequados numa rota acessível

- Pedra lioz

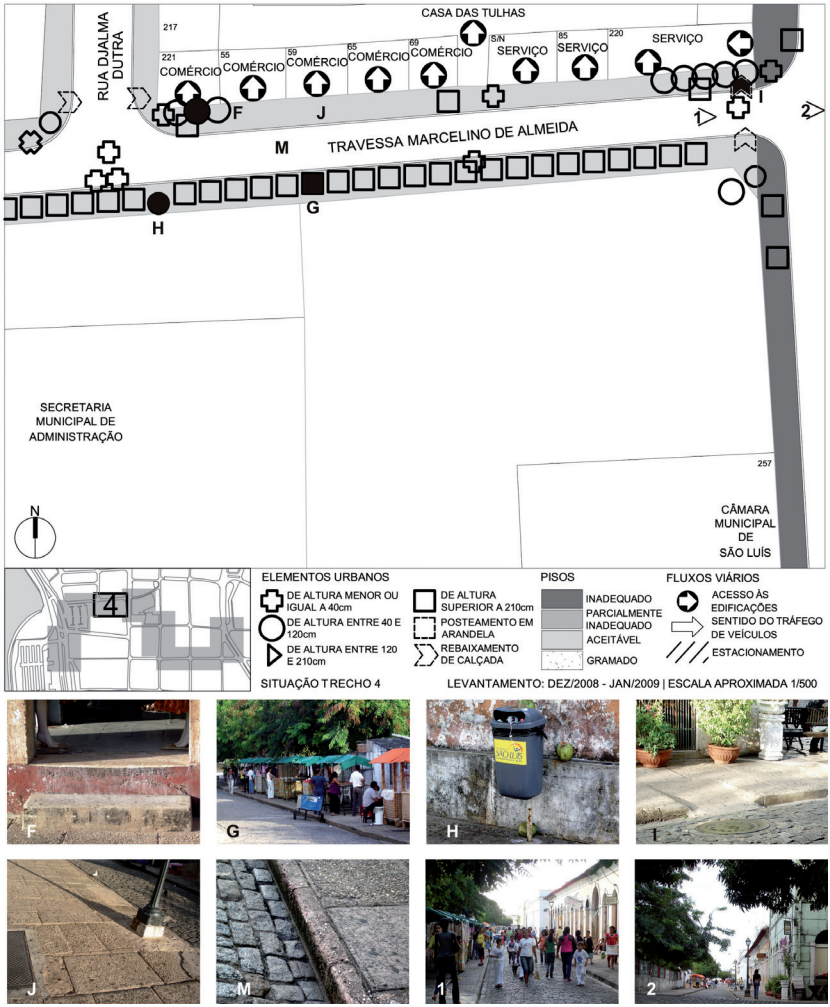


Pisos aceitáveis numa rota acessível

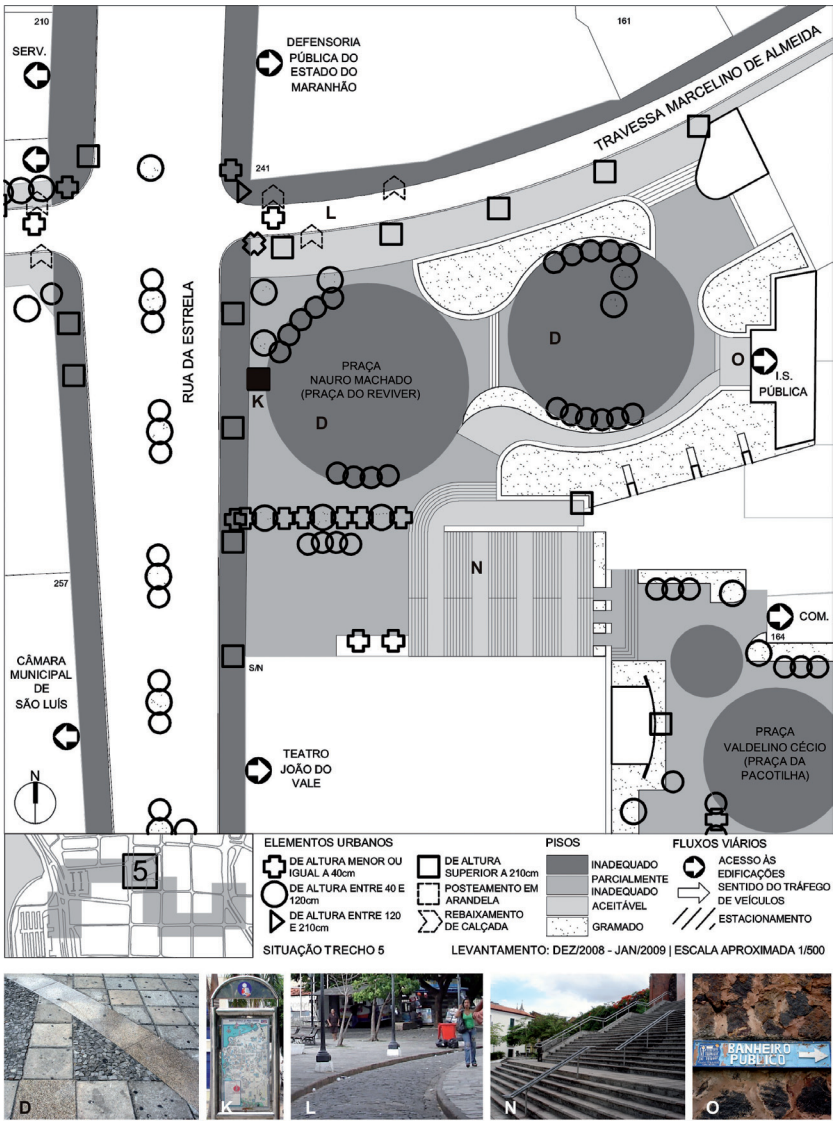
- Placas de concreto pré-moldadas
- Concreto moldado no local



QUADRO 1 Classificação das barreiras arquitetônicas e urbanísticas.



QUADRO 2 Diagnóstico trecho 4: mapeamento ilustrado.



QUADRO 3 Diagnóstico trecho 5: mapeamento ilustrado.

em lioz é constante, constituindo um dos traços mais marcantes da tipologia arquitetônica desse conjunto urbano.

Com relação aos espaços públicos de lazer presentes, o maior obstáculo se refere justamente à escadaria monumental que conecta a praça Nauro Machado à Valdelino Cécio. Excetuando-se esta transposição de nível, a Nauro Machado não conta com muitos outros agravantes à acessibilidade além dos já mencionados: mobiliário urbano mal disposto e revestimentos de piso inadequado em certos pontos. Felizmente, tanto essa praça quanto o Centro de Criatividade Odylo Costa Filho e a Casa das Tulhas contam com instalações sanitárias acessíveis, ainda que não estejam devidamente sinalizadas. E a sinalização é um item parcamente explorado no percurso: a indicação das ruas e dos nomes dos estabelecimentos não é feita de forma muito clara, oferecendo apenas indicações visuais. Os dois totens turísticos existentes também contam somente com informação visual, um fator limitante para a compreensão de pessoas com restrições sensoriais visuais.

A falta de manutenção é um problema que afeta todos os itens do mobiliário urbano, interferindo principalmente nos deslocamentos ao longo dos passeios. Em certos casos, a falta de poda nas árvores também contribui para afetar a qualidade do espaço. As barracas de camelôs são presença constante ao longo de um dos passeios da travessa Marcelino de Almeida, impedindo a circulação por esta calçada.

Os depoimentos das lideranças do movimento de pessoas com deficiência da capital ludovicense reforçaram os problemas já indicados pelo diagnóstico e acrescentaram novas perspectivas. Para os cadeirantes, a questão dos pisos, com seus revestimentos próprios e desníveis acentuados e a reduzida largura das calçadas são os fatores que mais afetam o seu deslocamento e, portanto, a sua acessibilidade urbana (Bessa Junior, 2009). Para os surdos, o fator comunicação é considerado o mais importante, sendo destacada a falta de clareza nas informações transmitidas visualmente e, em especial, a ausência do intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) como os principais desafios à sua circulação (Arouche, 2009). No caso das pessoas cegas ou com baixa acuidade visual, a principal dificuldade reside na insegurança existente nas travessias de pedestres que não contam com semáforos sonoros. Os camelôs também são apontados como barreiras significativas ao seu deslocamento e uso no centro histórico (Rocha, 2009). Para todos os depoentes, a escadaria da praça Nauro Machado se revelou como o principal obstáculo à acessibi-

lidade dentro do percurso proposto, pelo impacto que causa às pessoas com restrições motoras. As barreiras atitudinais, contudo, ainda são apontadas como os maiores entraves à acessibilidade, pois se referem à forma como o restante da população se relaciona com as pessoas com deficiência. Não obstante o elevado nível de dificuldades encontradas, todos afirmam se utilizarem do centro histórico em suas atividades cotidianas.

Proposição de soluções e diretrizes em acessibilidade urbana

Podemos concentrar as diretrizes de intervenção para o percurso de estudo em três grandes grupos, conforme a natureza dos problemas explicitados pelo diagnóstico de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, estando elencadas a seguir apenas uma amostragem das proposições elaboradas.

Com relação aos **problemas decorrentes da falta de consideração dos critérios de acessibilidade na manutenção do espaço urbano e nas medidas de disciplina urbana**, consideramos importante investir na manutenção periódica dos elementos do espaço público, pois é justamente da sua falta que decorrem boa parte dos obstáculos encontrados no diagnóstico. As ações de regulação do solo urbano devem garantir a compatibilidade entre os vários itens que compõem o mobiliário das vias.

Para os **problemas oriundos da falta de integração entre os critérios de acessibilidade e o desenho dos elementos do espaço urbano não estruturantes**, julgamos pertinente primar pela padronização da sinalização, escolhendo de forma criteriosa as informações a serem transmitidas, de forma a conjugar informação textual, tátil (em Braille) e sonora (conforme a situação) e aderindo ao uso do *desenho universal*. Como outra alternativa, sugerimos substituir os semáforos existentes nas travessias de pedestres das avenidas Senador Vitorino Freire e Magalhães de Almeida, por modelos que emitam sinais sonoros aliados aos efeitos luminosos. Assim, a travessia de pessoas cegas, surdas e idosas poderia ser feita com mais segurança e autonomia.

Como medida adicional, é preciso organizar o mobiliário urbano existente nas calçadas, de forma a criar uma faixa livre de circulação. Esta organização pode ser traduzida num alinhamento de certos elementos do mobiliário, a fim de restringir a sua área de interferência em apenas uma zona determinada do passeio. O posteamento localizado em calçadas muito estreitas – de largura inferior a 1,50 m – pode ser alterado para fixar-se nas próprias alvenarias

externas das edificações adjacentes, como arandelas, o que já ocorre em alguns trechos de ruas do Chsl (Figura 4).

Finalmente, em se tratando de **problemas causados pela configuração estrutural do espaço urbano**, isto é, oriundos das características inerentes aos passeios, às vias de tráfego de veículos, aos locais de encontro ou descanso e ao acesso às edificações históricas, sugerimos medidas paliativas, como realizar tratamento adequado dos pisos antigos para torná-los menos escorregadios e desnivelados nas ocasiões mais agressivas, como no período chuvoso de São Luís. É preciso ainda minimizar as dificuldades de acesso às edificações históricas de cadeirantes e pessoas com dificuldades de locomoção por ocasião dos desníveis existentes, investindo no treinamento do corpo de funcionários dos estabelecimentos a fim de que possam auxiliar o ingresso de todos os usuários ao local, especialmente aqueles com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Em certos casos, o uso de rampas móveis pode ajudar ainda mais neste acesso.

Para efetuar a transposição de nível entre a praça Nauro Machado e a Valdelino Cécio, seria oportuno considerar a instalação de dispositivo eletromecânico como uma alternativa de percurso à escadaria presente. Soluções de transposição do desnível, como uma escada rolante ou um elevador, podem ser consideradas, a exemplo do que se vê nas imagens correspondentes à Figura 5. Seu desenho deve se harmonizar com a estética visual dessa área de preservação histórica.

As proposições oriundas desta pesquisa, ainda que tenham sido forjadas a



FIGURA 4 Posteamento em arandelas na rua do Giz e do tipo convencional na rua Afonso Pena. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008.



FIGURA 5 Transposição de nível com elevador (Elevador do Mercado Municipal, Coimbra, Portugal) e escada rolante (Toledo, Espanha). Fonte: Simões (2006); Aldaz (2007); Toledo (2009).

partir de um percurso em particular, podem ser expandidas para outras partes do CHSL. Mesmo que essas outras vias não configurem uma rota acessível, na acepção mais precisa do termo, com um mínimo de benfeitorias podem vir a ampliar a oferta de espaços urbanos mais acessíveis. Como ilustração de tais diretrizes, podemos indicar a adoção de medidas simples expressas como: (a) organização do mobiliário urbano nas calçadas, mediante trabalho conjunto das instâncias municipais responsáveis por sua instalação; (b) inserção de guarda-corpos e corrimãos nas grandes escadarias existentes em pontos específicos deste sítio – nas ruas do Giz e Humberto de Campos e no beco Catarina Mina; (c) em vias muito estreitas e de curvatura transversal acentuada, avaliar a possibilidade de privilegiar o deslocamento de pedestres pelo seu eixo central, mediante sobreposição de revestimentos de piso em pedra apropriados e condizentes com o sítio histórico; (d) em vias mais largas com calçadas muito estreitas, estudar a possibilidade de alargar os passeios para permitir a passagem de, no mínimo, uma cadeira de rodas, isto é, atender à largura de 90 cm.

Considerações finais

Desde as últimas décadas, vários discursos legitimam a acessibilidade como um valor a ser, de fato, incorporado na forma das edificações e cidades e nas relações sociais como um todo. Tais discursos são aqueles presentes nas leis e normas existentes sobre o assunto e, principalmente, na voz das próprias pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Estas extrapolam o patamar de uma situação de invisibilidade histórica e passam a ser protagonistas de uma luta social específica: a da inclusão social. Assim, a acessibilidade pode ser vista como um conceito que utiliza um conhecimento técnico específico

a favor de um ambiente construído mais acolhedor da diversidade humana.

Para as novas construções e as intervenções na cidade contemporânea, já está colocado o pressuposto de agregar a acessibilidade por pressão legal e normativa. Por outro lado, trazê-la para a realidade dos sítios históricos é tema que ainda requer maiores investimentos no campo da pesquisa.

Referências

Aldaz, Jon Gigodot. *Escalera mecánica de Toledo*. 2007. Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/775068>. Acesso em: 15 maio 2009.

Andrès, Luis Phelipe de Carvalho Castro (Coord.). C*entro histórico de São Luís Maranhão*: patrimônio mundial. São Paulo: Audicromo, 1998.

Arouche, Lídia Maria Trinta. *Os desafios da acessibilidade no Centro Histórico de São Luís*. 2009. Depoimento concedido a Jusyanna Flávia de Souza e Silva, São Luís, 6 jul. 2009.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. *Nbr 9050*: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

Bahia, Sérgio Rodrigues (Coord.). *Município e acessibilidade*. Rio de Janeiro: Duma/Ibam; Brasília: Corde, 1998.

Bessa Junior, Dylson Ramos. *Os desafios da acessibilidade no Centro Histórico de São Luís*. 2009. Depoimento concedido a Jusyanna Flávia de Souza e Silva, São Luís, 15 jun. 2009.

Brasil. *Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência (Sicorde), 2007.

Brasil. *Decreto nº. 5.296*, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 14 jun. 2007.

Câmara Municipal da Maia. Notícias. Várias notícias relacionadas com a candidatura "Plano Municipal De Acessibilidade Para Todos". Disponível em: <http://www.cm-maia.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=456&Itemid=182>. Acesso em: 15 jul. 2009.

Cambiaghi, Silvana Serafino. *Desenho universal*: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. São Paulo: Senac, 2007.

Espanha. *I plan nacional de accesibilidad 2004-2012*: por un nuevo paradigma, el diseño para todos, hacia la plena igualdad de oportunidades. Madrid: Imserso, 2003. Disponível em: <http://www.infodisclm.com/documentos/accesibilidad/plan_nacional_acces.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2009.

Fernandes, Karla Denise Leite Moury; Cirne, Neide Maria Pinho. *Plano de acessibilidade do sítio histórico de Olinda*. Disponível em: <redpgv.coppe.ufrj.br/arquivos/fernades_cir-

ne_PANAM2006.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2009.

Gerente, Melissa Miroski. *Introduzindo diretrizes de projeto para a acessibilidade em sítios históricos a partir do estudo de São Francisco do Sul*. 2005. 165 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

Ibge. *Censo demográfico 2000*. 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo>. Acesso em: 11 jul. 2009.

Intituto Universitario de Estudios Europeos; Universidad Autónoma de Barcelona. *Libro verde*: la accesibilidad en España. Diagnóstico y bases para un plan integral de supresión de barreras. Madrid: Imserso, 2002. (Colección estudios e informes). Disponível em: <http://www.infodisclm.com/documentos/accesibilidad/ LibroVerdeAccesibilidad.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2007.

Instituto Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Instrução normativa nº 1*, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica. 2003. Disponível em: <http://portal.Iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=355>. Acesso em: 14 nov. 2007.

_____; Superintendência do Maranhão. *Plano de Ação para a Área Central da Cidade de São Luís*: 2010 – 2013. São Luís, 2010.

Jester, Thomas C.; Park, Sharon C. *Preservation brief 32*: making historic properties accessible. Washington, D.C.: Preservation Assistance Division, National Park Service, U.S. Department of the Interior, 1993. Disponível em: <http://www.nps.gov/history/hps/tps/briefs/brief32.htm>. Acesso em: 23 nov. 2007.

Pereira, Epitácio Cafeteira Afonso. *Reviver*: revival. São Luís: Senado Federal, 1993.

Porto Alegre. Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social. *Acessibilidade*. Plano Diretor de Acessibilidade. Anteprojeto do Plano Diretor de Acessibilidade está em finalização. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/seacis/default.php?reg=22&p_secao=39#>. Acesso em: 14 jul. 2009.

Rocha, Antonio Ferreira. *Os desafios da acessibilidade no Centro Histórico de São Luís*. 2009. Depoimento concedido a Jusyanna Flávia de Souza e Silva, São Luís, 13 jul. 2009.

Sassaki, Romeu Kazumi. *Inclusão*: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: Wva, 2006.

Simões, Sidónio. Mobilidade no centro histórico: o caso de Coimbra. *Infohabitar*, Coimbra, 12 out. 2006. Disponível em: <http://infohabitar.blogspot.com/2006/10/mobilidade-no-centro-histrico-o-caso.html>. Acesso em: 05 mar. 2009.

Soares, Ciane Gualberto Feitosa. *Acessibilidade ao patrimônio cultural:* políticas públicas e desenvolvimento sustentável. 2003. 163 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

Souza, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo César da Costa; Corrêa, Roberto Lobato. *Geografia*: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1995. p. 77-116.

Toledo. *La subida de las escaleras mecánicas*. 2007. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=461751>. Acesso em: 15 maio 2009.

O valor em perspectiva: o caso do *não* tombamento da capela de Ivaporunduva

Marina Sallovitz Zacchi



Resumo

Apoiando-me no estudo do caso do *não* tombamento da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Ivaporunduva, escolhido em caráter ilustrativo, problematizo a (in)distinção entre duas categorias de patrimônio cultural ditas de natureza distinta, definidas por sua materialidade ou imaterialidade. Embora endosse as acepções de indistinção entre uma e outra categoria no que diz respeito à sua natureza, argumento que a distinção se sustenta na conformação histórica de "rotinização das práticas" de preservação do órgão e pode ser apontada particularmente na maneira de o técnico operar o deslocamento de perspectiva implicado na definição do patrimônio cultural segundo a noção de referência cultural.

Marina Sallovitz Zacchi Cientista social. Foi bolsista do PEP/IPHAN na Superintendência do IPHAN em São Paulo, sob a supervisão da antropóloga Simone Toji. É autora dos catálogos *Louça morena puxada à mão*: o fazer do barro no povoado Poxica, *Fios de tradição em Poço Redondo* e *A tecelagem de Poço Verde*; e organizadora do livro *Divina Pastora*: caminhos da renda irlandesa.

Introdução

A reflexão que aqui apresento foi desenvolvida no âmbito do Programa de Especialização em Patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Pep/Iphan), no qual a formação teórica está associada à participação em atividades técnicas e à elaboração de trabalho analítico de caráter autoral que incida sobre a prática vivenciada. Assim, as questões que me coloco resultam da imersão por dois anos na rotina de trabalho da Superintendência do Iphan em São Paulo, particularmente da participação em uma ação específica, o Inventário Paisagem Cultural no Vale do Ribeira-SP, e teve como mote os percalços enfrentados na tentativa de consolidação de uma abordagem efetivamente interdisciplinar.

A equipe envolvida com a ação, inicialmente denominada Inventário de Conhecimentos, era composta por técnicos em arquitetura, história, geografia, educação patrimonial e arqueologia, além de minha supervisora Simone Toji, técnica antropóloga responsável pelas ações relativas ao patrimônio imaterial na Superintendência. Entre os desafios que minha supervisora e eu havíamos estabelecido para a abordagem do imaterial no Vale do Ribeira estava a apreensão dos bens a partir das dinâmicas socioculturais pelas quais passam a ser dotados de sentido. Era nosso entendimento que essa abordagem, contida na metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (Inrc), permitia escapar à indicação de conjuntos de traços de cultura dos variados grupos (essencialização já há muito superada pela antropologia), bem como da percepção do valor patrimonial dos bens embasada exclusivamente em critérios tecnicamente orientados.

As questões que me coloco se apoiam no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, no qual o patrimônio cultural passa a ser definido como "os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira" (Brasil, 1988) e do qual destaco o termo *referência*, definidor tanto do material como do imaterial e que ali recuperava a prática brasileira de proteção ao patrimônio cultural em toda a década que a antecedeu. Segundo Fonseca (2000), referências culturais pressupõem sujei-

tos para os quais façam sentido, o que implica a participação ativa da sociedade na construção e gerenciamento do patrimônio. A identidade nacional passa a ser compreendida a partir da diversidade interna que a conforma.

Com base em um estudo de caso, o do *não* tombamento em âmbito federal da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Ivaporunduva, escolhido em caráter ilustrativo, procuro compreender os processos pelos quais ocorre a atribuição de valor a um bem como patrimônio nacional pelos diferentes sujeitos, bem como por que o bem vem a se tornar expressivo para determinado grupo cultural. É comum ouvir que a apreensão do patrimônio material se dá por sua dimensão imaterial, enquanto o patrimônio imaterial só pode ser apreendido por meio dos veículos materiais pelos quais se objetiva, do que costuma ser derivada a acepção de indistinção entre as duas categorias. Não obstante, um e outro são regidos por instrumentos distintos, com implicações também distintas. Questiono-me então sobre os procedimentos pelos quais se dá a seleção dos bens ditos de natureza material e imaterial e do papel que compete ao técnico no processo.

A formação da comunidade de quilombo de Ivaporunduva

O Vale do Ribeira abrange uma área ao sul do estado de São Paulo e a leste do Paraná. O rio Ribeira de Iguape foi uma via natural de acesso ao interior do continente recém-descoberto pelo colonizador português em busca de metais preciosos. No curso da história, no entanto, a região acabou ficando à margem do desenvolvimento, respondendo atualmente pelo mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (Idh) de estados que apresentam elevados índices econômicos. Embora próxima a centros altamente urbanizados, possui importantes sítios arqueológicos, edificações e conjuntos urbanos históricos, além de 61% dos remanescentes de Mata Atlântica do país, tendo obtido o título de patrimônio natural da humanidade outorgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Possui ainda grande diversidade cultural, nela vivendo comunidades remanescentes de quilombos, caiçaras, índios Guarani, pescadores tradicionais e pequenos produtores rurais.

Ivaporunduva é um povoado rural do município de Eldorado, localizado no médio Vale do Ribeira, e sua origem remonta à exploração aurífera

que teve lugar na região ainda na primeira metade do século XVII. Partindo de Iguape, aventureiros adentraram o "novo" continente em busca de metais preciosos através do rio Ribeira de Iguape, via natural de acesso, e em pouco tempo doze arraiais de minas já haviam se formado às suas margens. Pelo mesmo rio, logo foram introduzidos os escravos de origem africana que iriam servir na atividade mineradora. Ivaporunduva estava entre esses primeiros arraiais e, dada a abundância de seus veios, concentrou a maior quantidade de escravizados africanos da freguesia de Xiririca[1], à qual estava subscrito.

Com o declínio da mineração de ouro, os ex-cativos alforriados ou abandonados por seus senhores foram se tornando pequenos agricultores e desenvolveram um modo de vida que se caracteriza pela agricultura em sistema de coivara, de tipo itinerante, em que são alternadas áreas produtivas e em *pousio*, o que induz a uma maior ou menor dispersão no espaço. A unidade das famílias, que a um observador desavisado pode passar despercebida, é afirmada por ocasião das festas, cultos e ritos religiosos ou por meio da cooperação para o trabalho nas *reunidas* – nomenclatura local para os mutirões –, conformando redes de parentesco e vizinhança. Nesse modo de vida a que a antropologia convencionou categorizar como "caipira" (Cândido, 2001), a capela, rodeada por um pequeno número de habitações, costuma conferir centralidade às relações (Queiroz, 1973).

Apoiados no conhecimento que possuíam da região e no domínio das técnicas de navegação pelo rio Ribeira e por seus afluentes, os africanos e seus descendentes ocuparam os "sertões da freguesia de Xiririca", formando o que alguns autores referem como um "campo negro", e são inúmeras as localidades situadas no médio Vale do Ribeira que Stucchi (2005) aponta como resultantes dessa dispersão. Queiroz (1967) propôs uma nomenclatura específica para esses caipiras do pé-da-serra que observara no Vale do Ribeira, a de *capuavas*, que seriam os caipiras que viviam em locais com grande disponibilidade de terras virgens e baixa densidade demográfica. Os *capuavas* do Vale do Ribeira combinavam o extrativismo com a produção voltada à subsistência e à comercialização de pequenos excedentes, com a qual participavam da economia local.

A partir do início do século XIX, a rizicultura adquiriu expressividade na região do Vale do Ribeira, impulsionada pela mudança da família real para o

1 Freguesia de Xiririca, atual município de Eldorado, ao qual o povoado Ivaporunduva está subscrito.

Rio de Janeiro em 1808. Fazendas se formaram no médio vale e durante um bom período o trabalho dos pequenos agricultores negros conviveu com o trabalho escravo empregado na produção de arroz. Há indícios de que para essa mesma região acorriam negros fugidos de diversos locais de dentro e de fora do vale e documentos de época falam da dificuldade em persegui-los. As relações entre negros livres e escravos e, segundo se deduz, também com os fugidos, passava pelo compadrio e casamento, acobertamento em fugas e inclusive pelas atividades produtivas e comerciais (Paes, 2007). Apenas a partir dessa cooperação estabelecida entre agricultores livres, escravos e fugidos foi possível compreender a ocupação e as relações duradouras estabelecidas pela população negra local em uma vida social e econômica paralela à dominante (Stucchi, 2000; Paes, 2007).

A rizicultura entrou mais tarde também em declínio, em decorrência da perda da função portuária de Iguape, provocada pelos efeitos ambientais imprevistos da construção do Valo Grande, um canal que deveria encurtar a distância entre o rio Ribeira e o porto de Iguape. A partir de meados do XIX, a economia regional estagnou, acentuando a centralidade da agricultura de subsistência e o relativo afastamento dos *capuavas* negros do médio vale. Os "campos negros" que ali se formaram, com suas terras sendo consideradas devolutas, foram alvo de projetos que buscaram estimular a formação de colônias de imigrantes, assim como seus habitantes o foram do recrutamento militar em busca de combatentes para a Guerra do Paraguai entre 1865 e 1870.

O primeiro impacto sentido no médio vale se daria na década de 1930, em função da demanda pela extração do palmito, que já não se encontrava em outras partes do estado de São Paulo. A atividade extrativa era penosa, impondo aos que nela se envolviam deslocamentos frequentes e prolongados, com escassez de alimentos e exposição às intempéries. Segundo Queiroz (2006), o modo de vida caipira começou então a se desestabilizar. A partir dessa mesma década, sobre o Vale do Ribeira passaram a incidir projetos desenvolvimentistas como efeito de diretrizes estabelecidas pelo governo Getúlio Vargas. A agricultura de base monocultora voltada para a produção comercial de chá e de banana começou a ser incentivada pelo Estado. A partir da década de 1950, com o programa de Juscelino Kubitschek, cujo plano de metas priorizava a construção de rodovias e a geração de energia, a fim de promover a industrialização brasileira, os efeitos sobre o vale se intensificaram.

Os moradores de Ivaporunduva se viram inseridos em um ritmo mais

acelerado de mudanças a partir da década de 1970, tendo sido concluída em 1969 a construção de estradas ligando São Paulo a Curitiba, além de Eldorado a Iporanga, esta margeando o rio Ribeira do lado oposto ao ocupado pela localidade. Os moradores das áreas rurais perceberam as mudanças na forma do aumento da pressão fundiária resultante da valorização das terras que ocupavam. Foram por vezes levados a vendê-las, tornando-se trabalhadores assalariados. Mas o principal efeito sobre as populações negras rurais, provocado pelos investimentos do Estado em infraestrutura, decorreu da projeção de obras que até os dias atuais não foram ainda efetivadas, a construção de barragens no curso do rio Ribeira com o objetivo inicial de contenção das grandes cheias que esporadicamente assolam a região e, posteriormente, de aproveitamento de seu potencial hídrico para geração de energia.

O barramento do Ribeira de Iguape poderia trazer como consequência o alagamento das terras tradicionalmente ocupadas pelas populações rurais do vale, dentre as quais as afro-descendentes, ou mesmo alterações no curso do rio, com efeitos imprevisíveis. Ligando-se a setores progressistas da igreja católica, há vinte anos se formara um movimento em oposição à construção de barragens no rio Ribeira, o Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab), com um papel articulador de grande importância na região. Nesse processo, a população negra rural do vale começou a se organizar em busca do reconhecimento de seus direitos, para o que tem contado com o apoio de agências como a Pastoral da Terra e da Equipe de Assessoria e Articulação das Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone). As comunidades negras rurais passaram também a se articular ao movimento negro nacional.

Sanchez (2004) aponta quatro frentes de conflitos que organizam sujeitos e discursos e nas quais a questão dos quilombos no Vale do Ribeira está inserida: pressão fundiária, ambientalismo, desenvolvimento e barragens. Desses conflitos participam diferentes agentes e agências, nas quais figuram instâncias governamentais, Ministério Público, organizações não-governamentais ambientalistas ou voltadas à defesa de direitos sociais, setores da igreja, movimentos sociais, dirigentes políticos, investidores privados. Nesse ínterim, em vista das ameaças que passaram a incidir sobre as condições da produção e reprodução de sua vida física e social, as populações locais precisaram acionar novas formas de associação e agência. É nesse contexto que uma identidade particular foi enunciada para efeito das relações mediadas pelo Estado, a de "comunidades remanescentes de quilombos".

A recomendação de tombamento da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Ivaporunduva

Quem transita pela estrada que leva de Eldorado a Iporanga, margeando o rio Ribeira, avista a certo ponto na margem oposta, "no alto da barranca do rio a igrejinha de taipa", de duas águas, "com sua empena perfurada por ósculo de iluminação, janelas parelhas no coro e a porta central sempre aberta" (Lemos, 1972, p. 6). Construída na segunda metade do século XVIII, a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos fica em Ivaporunduva, bairro rural do médio vale, município de Eldorado. É patrimônio histórico do estado de São Paulo, tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) em 1972 por ser testemunho do ciclo paulista do ouro. Em 1998 um processo foi aberto pelo Iphan, atendendo recomendação expedida pelo Ministério Público Federal, que considerava que o tombamento da capela deveria ser feito também por aquele órgão, o que expressaria o reconhecimento de seu valor em âmbito federal.

A recomendação[2] de tombamento da capela e de recuperação do bem, que se encontrava em estado precário de conservação, foi encaminhada à Presidência do Iphan pela Procuradoria da República do Ministério Público Federal (Mpf) em 16 de outubro de 1998. Dentre os "considerandos" que a fundamentavam, observava-se serem remanescentes de quilombos os integrantes da comunidade na qual a capela estava localizada. Assim, tratava-se de grupo formador do processo civilizatório nacional, a cuja identidade e memória a capela estava inegavelmente referida.

A capela constituía, indubitavelmente, patrimônio cultural brasileiro, conforme definição constante do artigo 216 da Constituição Federal de 1988[3]. Com base no artigo 215 e no Decreto-lei 25/1937, a recomendação afirmava ser a conservação da capela de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do país e por ser dotada de valor excepcional. Por fim, observando o § 5º do art. 216, que declara "tombados os documentos e sítios portadores de

2 Recomendação anexada ao Ofício 13018/98/Sotc/1º Ofício, de 17/10/98, referente à Representação nº 59/98 e Inquérito Civil Público nº 05/96. A lei complementar 75/93, que dispõe sobre as atribuições do Ministério Público da União, em seu art. 6º insígnia XX, define que compete ao Ministério Público Federal "expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis" conforme explicitado na recomendação expedida.

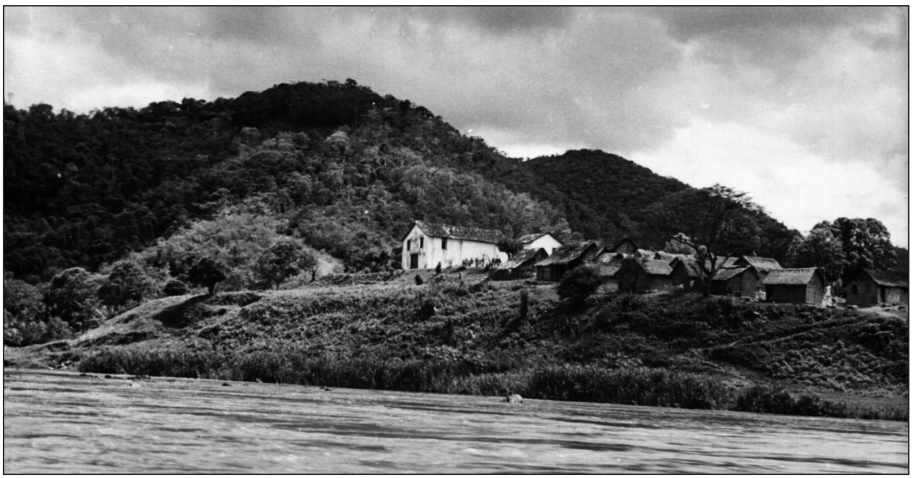


FIGURA 1 Acima. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (Eldorado/SP). a.d., 1962. Fonte: ACI/RJ, Série Inventário.



FIGURA 2 Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (Eldorado/SP). Fachada. a.d., 1962. Fonte: ACI/RJ, Série Inventário.

reminiscências históricas dos antigos quilombos", considerava o tombamento como sendo imposto ao Iphan como ato meramente declaratório.

A parte instrutória do processo de tombamento pelo órgão estadual paulista era composta de um artigo do arquiteto Carlos Alberto Cerqueira Lemos que informava ter sido a construção da capela iniciada entre 1775 e 1780, em taipa de pilão, e a capela-mor levantada já no século XIX, em alvenaria de pedra cangicada. Um trecho transcrito do livro de tombo de Xiririca dava conta de ter sido a capela construída por iniciativa dos escravos que ali viviam, custeada com o ouro dos mesmos escravos, passando a ser festejada no primeiro

3 Art. 215 § 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Dec. Lei 25/1937 – Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

domingo de outubro, conforme seus costumes, com a eleição de juizados e reinados. Mais tarde, a essas informações seria acrescida a informação de que a capela estaria associada à ocorrência de uma irmandade no local (Reis Filho, 1982).

A medida de acautelamento do bem, no entanto, não havia assegurado sua conservação. Em 1994, o Condephaat fora provocado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que chamava a atenção do órgão para a necessidade de reparos urgentes. Mas o órgão não conseguiu incluir os reparos emergenciais em seu orçamento e, no fim de 1997, ano em que o Vale do Ribeira foi atingido por fortes chuvas que danificaram ainda mais a capela, o Condephaat optou por cobri-la com uma lona preta até que as obras de reparo pudessem ser realizadas. Foi também nesse ano que moradores de Ivaporunduva denunciaram ao Ministério Público Federal o estado de perecimento do bem.

No ano seguinte, uma empresa de engenharia, tecnicamente não capacitada para trabalhos de restauro, foi contratada para realizar a obra de recuperação. O destelhamento do templo foi feito no período das chuvas, provocando infiltração nas paredes de taipa, o que resultou em sua destruição parcial. O caso do restauro da capela de Ivaporunduva mobilizou o Ministério Público Federal por cerca de dois anos. Diversas alternativas de solução extrajudicial foram tentadas, sempre com a participação ativa de representantes do bairro, até que em 1999 o órgão ajuizou Ação Civil Pública (Acp) visando condenar o Estado de São Paulo a adotar as medidas de proteção e conservação, bem como à reparação por dano moral coletivo (Stucchi, 2005). A capela acabou por ser reconstruída e continuou a cumprir sua função original.

A interlocução entre os moradores de Ivaporunduva e o Ministério Público Federal havia iniciado em 1995, quando representantes da comunidade fizeram o primeiro contato a fim de que o órgão viesse a interceder em ação ordinária que tramitava na Justiça Federal e na qual, na condição de remanescentes de comunidade quilombola, requeriam da União o reconhecimento e a titulação de suas terras, conforme o previsto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Adct)[4]. Não tardando a aparecer a relação entre as questões fundiárias e as de natureza ambiental, a ação do Mpf passou

4 Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (cuja execução deve ser imediata) – "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

a abranger o acompanhamento do licenciamento para a construção da Usina Hidrelétrica (Uhe) de Tijuco Alto no rio Ribeira do Iguape, empreendimento privado com o objetivo de fornecer energia para a Companhia Brasileira de Alumínio, empresa do Grupo Votorantim. O empreendimento poderia trazer inúmeras consequências, entre elas o alagamento das terras cuja titulação estava sendo pleiteada por essas populações.

As ações do Mpf envolveram também o acompanhamento da construção do plano de gestão do Parque Estadual Intervales, já que a aplicação cada vez mais severa da legislação ambiental vinha coibindo práticas tradicionais agrícolas e extrativistas. As demais ações já caminhavam quando foi apresentada, em uma das reuniões, a denúncia sobre o estado de perecimento da capela do bairro, e as medidas administrativas adotadas pelo Mpf incluíram o encaminhamento de recomendação ao Iphan, visando ao tombamento e à recuperação desse bem cultural.

É interessante observar que, na recomendação, o tombamento é referido como um meio a ser disposto pelo poder público no sentido de proteger os grupos contra a descaracterização de seus traços culturais, sendo o objeto da proteção os grupos e seus modos de criar, fazer e viver. Assim, deduz-se que a capela é entendida como expressão desses modos de vida e um veículo para sua continuidade. A busca pela conservação da capela visava, em última instância, à garantia dos direitos sociais do grupo em questão, o que dava ao tombamento um sentido de proteção das manifestações culturais para além da preservação do bem em si. Ao agir dessa forma, o Mpf cumpria o papel que lhe fora outorgado pela Constituição Federal de 1988 de defesa dos direitos coletivos e difusos, entre eles o patrimônio cultural e os direitos das minorias étnicas.

A aferição de valor do bem pelo IPHAN

Atendendo à solicitação da Procuradora da República foram abertos processos de tombamento referentes à capela e à área conhecida como Ivaporunduva, segundo procedimento administrativo que definia que, em observância ao § 5º do artigo 216, seria aberto processo de tombamento toda vez que a Fundação Cultural Palmares reconhecesse uma comunidade como sendo remanescente de quilombo. As análises preliminares constataram que fosse a área conhecida como Ivaporunduva, fosse a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, uma e outra não poderiam ser enquadradas na

definição para quilombos adotada pelo órgão, uma vez que a regulamentação da questão pelo Departamento de Proteção (Deprot) do Iphan[5] considerava, entre os elementos definidores dos antigos quilombos, serem estes formados por escravos em fuga, e a comunidade de Ivaporunduva resultava de escravos libertos por uma antiga senhora de nome Joana Maria.

O curioso é que essa informação havia sido extraída do próprio parecer emitido pela Fundação Cultural Palmares, na qual a condição de remanescentes de comunidades de quilombos era atribuída aos moradores do bairro. A existência da capela que o Mpf identificava como portadora de referência à memória e à identidade quilombola era apontada como demonstrativa da não inclusão de Ivaporunduva naquele movimento histórico, uma vez que, no regime pré-republicano, os membros da comunidade eclesiástica eram subordinados ao governo, não sendo possível a existência de uma comunidade extralegal junto a uma capela.

O procedimento proposto para os casos de abertura de processo, com base no § 5º do artigo 216, previa a realização de vistoria por técnicos, historiador e arqueólogo, a fim de averiguar o enquadramento do bem no disposto por esse artigo, uma vez que nesses casos seu valor estaria constitucionalmente determinado. Nos casos em que não o fosse, seriam examinados outros valores dos quais o bem pudesse ser porventura dotado, sendo então este o caso de Ivaporunduva. Em laudo de vistoria elaborado por um técnico historiador do então Deprot, a área foi avaliada como conjunto urbano. Conforme normatização constante do § 1º da Portaria 11/1986, descreve-se localização, proprietário, área, entorno, objeto, estado de conservação e apreciação do mérito de seu valor cultural.

O laudo aponta que o bairro não possuía qualquer unidade de conjunto, a não ser a de uma comunidade rural comum no resto do país. Além disso, o local estaria passando por um processo de modernização que, em todo caso sendo desejável por promover melhorias no padrão de vida de seus moradores, apontava para o desaparecimento das construções tradicionais de pau-a-pique e sapê no curto ou médio prazo, estando já descaracterizado. Seguindo orientação de uma arqueóloga, a ocorrência de elementos móveis ou imóveis

5 O antigo Departamento de Proteção (Deprot) passou a se chamar Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam) a partir de 2004, com a nova estrutura regimental do órgão federal de preservação do patrimônio cultural, quando foi criado também o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) (Decreto 5.040/2004).

antigos que permitissem pensar o local como "antigo quilombo" foi averiguada, mas nada se encontrou de suficientemente antigo, a não ser a capela.

O laudo referente à inspeção da capela descreve seu estado precário de conservação e aponta que no momento da vistoria o bem poderia ser enquadrado na categoria ruína. Ainda que viesse a ser recuperado, o bem foi considerado como não sendo dotado de valor excepcional em âmbito nacional, fosse histórico, artístico ou etnográfico, e que, estando já muito descaracterizado, não poderia ser tombado como exemplar, mesmo porque já havia um grande número de bens representados no patrimônio nacional associados às práticas religiosas e mesmo às devoções das etnias afro-brasileiras. Com base nos laudos citados, a Capela de Nossa Senhora do Rosário, assim como a área conhecida como Ivaporunduva, recebeu parecer de arquivamento.

A avaliação dos bens foi feita com base em uma interpretação do artigo 216 da Constituição Federal, segundo a qual, dos bens constitucionalmente definidos como constituindo o patrimônio cultural brasileiro, o tombamento incidiria apenas sobre os ditos de natureza material e estes permaneceriam regulados pela legislação disponível, particularmente pelo Dec. Lei 25 de 1937. O tombamento não incidiria, portanto, sobre os itens discriminados no texto constitucional, tais como "I. as formas de expressão; II. As formas de criar, fazer e viver", para os quais seria inadequado, devendo novos instrumentos serem desenvolvidos. A incidência do § 5º do artigo 216 sobre bens materiais ficaria evidenciada na menção feita a *documentos e sítios* sobre os quais incidiria o tombamento.

A questão do tombamento dos antigos quilombos

Concluído o processo constituinte e aprovada a Constituição Federal de 1988, passou-se à sua implantação. O § 5º do artigo 216 declarava tombados "os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos", mas não estabelecia competências. Como tratava do instrumento de proteção tombamento, e cabendo a aplicação desse dispositivo jurídico ao Iphan, este passou a debater o que ficou conhecido como a questão do tombamento dos antigos quilombos.

Uma vez que, por preceito constitucional, toda uma categoria de bens ficava tombada, passava a ser necessário descobrir onde estavam, quer dizer, precisar em que consistiam, ou, ainda, precisar suas áreas e os elementos nelas

contidos, merecedores da incidência do ato administrativo. Após analisar algumas definições históricas encontradas para a noção de quilombo, o Parecer Deprot/Iphan 47/98 chegou à seguinte proposição conceitual:

> Os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos são áreas onde existem vestígios materiais da ocupação quilombola. Por ocupação quilombola entende-se as comunidades auto-excluídas da sociedade nacional durante o período colonial até a abolição da escravatura, formados originalmente por negros escravos fugidos das áreas urbanas ou rurais onde existiam práticas de exploração escravista (Iphan, 2007, p. 67).

Pondo em evidência o caráter material dos bens sobre os quais incidiria o acautelamento determinado pelo dispositivo constitucional, bem como a adjetivação *antigos* que especificaria o termo *quilombos* para efeitos de patrimônio, buscava-se, de certa forma, restituir a autonomia do campo patrimonial que se temia ameaçada por proposições conceituais supostamente motivadas por questões de ordem fundiária e que, em todo caso, havia sido infligida na medida em que a prerrogativa de aferição de valor fora retirada do órgão. Embora o procedimento administrativo fosse distinto, o tipo de bem passível de tombamento tendia a ser de natureza histórica (entendida como testemunhal) e/ou arqueológica.

Uma das razões para a dificuldade em conceituar o bem se deveu à menção ao termo quilombos aparecer também em outro artigo constitucional, o artigo 68 do Adct que estabelecia que, "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". Em 1994, um grupo de trabalho criado pela Associação Brasileira de Antropologia (Aba) para discutir a questão divulgava as proposições conceituais às quais o grupo havia chegado, e eram temidos os efeitos dessa definição sobre o campo patrimonial. Nas considerações constantes do documento, a Aba falava em ressemantização do termo no sentido de designar a situação de segmentos negros no presente.

Posteriormente, foi encomendado pelo Depam ao advogado Guilherme Cruz de Mendonça (2007), à época bolsista desse mesmo programa que ora integro, um estudo sobre o tema do ponto de vista do direito. Com uma disposição conciliatória, o estudo sugeria a existência de uma definição de quilombo como gênero, ao qual estariam subscritas categorias de quilombos

como espécie, que seriam: as comunidades remanescentes de antigos quilombos ou os quilombos no sentido *strictu*, conforme proposição do Parecer Deprot/Iphan 47/98; as comunidades remanescentes de senzala, formadas no período pós-abolição a partir de diferentes processos; e os novos ou modernos quilombos, que corresponderiam à ressemantização do termo operada pela Aba.

Como fizesse menção a comunidades remanescentes de quilombos, o artigo 68 do Adct abrangeria as três espécies deduzidas e o § 5º do artigo 216 apenas seria aplicável aos vestígios materiais associados ao primeiro caso. Os bens materiais associados ao segundo e terceiro casos seriam passíveis também de tombamento, com base no Dec. Lei 25/1937, desde que aberto processo administrativo para aferição de valor pelo Iphan como para quaisquer outros bens.

Observando a ocorrência de interesse pelo movimento negro de que o tombamento fosse aplicado também aos demais gêneros de quilombos, o que se atribui ao entendimento equívoco de que o reconhecimento de valor tornaria inquestionável a propriedade da terra, o estudo de Mendonça (2007, p. 35) defende que os efeitos do dispositivo jurídico tombamento deveriam ser lidos em conjunto com outros princípios constitucionais e que sua utilização para esses casos poderia acarretar o conflito entre os direitos fundamentais à memória e à existência digna. De acordo com o autor, o tombamento acarreta o efeito de permanência e entre as comunidades quilombolas seria comum "a moradia tradicional de 'pau a pique', insalubre por natureza".

Argumentando que o tombamento por via constitucional não é ato emanado pelo poder de polícia concernente ao executivo, o estudo conclui que a proteção por via legislativa deve prever os seus efeitos e que, embora receba erroneamente o nome tombamento, o instrumento de proteção estabelecido pelo § 5º do artigo 216 não se confunde com o instituído pelo Dec. Lei 25/1937. Acaba por sugerir que um novo instrumento legal seja criado, com outro nome, e que ao se definir o tipo de proteção sejam observadas as finalidades e efeitos do ato. Quanto aos processos já abertos com base no Dec. Lei 25/1937, a sugestão é que sejam analisados em acordo com o Parecer Deprot/Iphan 47/98. Sobre o instrumento a ser criado pelo legislativo, o autor opina que deveria ser algo mais parecido com o instrumento registro, já que os efeitos da proteção deveriam prever a possibilidade de modificações do bem.

O quilombo de Ivaporunduva em uma abordagem antropológica

Tem-se observado que os bairros rurais do médio e alto vale do Ribeira são na verdade caipiras, para o que não temos encontrado discordâncias na bibliografia consultada[6]. Não é menos certo que os caipiras – ou capuavas – em questão são em todo caso negros. E ainda que não corresponda obrigatoriamente ao fenótipo de seus habitantes, essa caracterização parece ser definidora tanto de atribuições externas quanto internas. Queiroz (2006), dizendo ter encontrado em Ivaporunduva todos os mecanismos de integração social de uma sociedade caipira, afirma ter ali observado mais um, a cor da pele.

A ocorrência de um "nós" e um "eles" definindo fronteiras em relação aos moradores dos bairros rurais negros do vale se expressa de diferentes maneiras e possui profundidade no tempo, como podemos deduzir de documentos apresentados por Paes (2007) e Stucchi (2005), nos quais os moradores de Ivaporunduva são referidos em sentido pejorativo. Essa diferença lastreou a enunciação de identidades particulares definidas como "comunidades remanescentes de quilombos" e, assim, a de "quilombolas" para os pertencentes a essas "comunidades". Por meio da enunciação de uma identidade étnica, os marcadores de diferença externamente imputados foram apropriados em discursos de diferenciação, por meio dos quais os grupos assim constituídos buscaram se reposicionar diante de outras forças sociais (Barth, 1969).

As acepções atuais para as noções de identidade e etnicidade possuem algumas variações, mas de modo geral se opõem a abordagens essencializantes, não podendo ser pensadas em correspondência à noção de cultura. Essas noções foram elaboradas precisamente para explicar a pertença manifesta a grupos sociais específicos em um momento em que se acreditava que a diversidade cultural se dissolveria em processos de aculturação. Ao contrário do esperado, nos novos contextos translocais e transnacionais, as diferenças culturais se exacerbaram. A cultura deixou de ser descrita como um conjunto de traços associados a unidades sociais isoladas ou isoláveis e passou a ser entendida no interior das relações por ela mediadas como linguagem. Não mais entendida como passível de perda, a descrição dos conteúdos culturais deu lugar a abordagens processuais (Cunha, 1986).

6 Ver Carril (1995); Mirales (1998); Paes (2007); Queiroz (2006); Queiroz (1967); Sanchez (2004); Stucchi (2005); Carvalho (2000).

A partir do trabalho de referência de Barth (1969), a etnicidade passou a ser pensada como sendo constituída e mantida na interação social. Importantes são não os traços compartilhados por um dado grupo, mas os mecanismos por meio dos quais as fronteiras são mantidas e pelos quais se definem critérios de inclusão e exclusão. Definidos como um tipo organizacional, os grupos étnicos utilizam os traços culturais para se diferenciar de outras unidades sociais com as quais disputam bens escassos. Em trabalho posterior, o autor sustenta que os elementos dotados de diacriticidade não são aleatórios, mas escolhidos entre aqueles que mais enfatizam o contraste (Barth, 1988). Os traços culturais funcionam, então, fundamentalmente como demarcadores de diferenças.

As identidades são, portanto, necessariamente políticas e dizem respeito a uma *política da diferença* (Boccara, 2001; Hannerz, 2001; Marcus, 1998). A enunciação mais recente de uma identidade quilombola culminara num processo que já havia sido iniciado e no qual, inseridos em uma rede mais ampla, esses sujeitos passavam a agir socialmente de maneira organizada, não podendo ser entendido sem que se leve em conta a participação dos agentes e agências externos que adensam e ensejam a elaboração de categorias discursivas.

A história de Joana Maria é ainda hoje lembrada em Ivaporunduva. Em uma versão registrada por Queiroz (2006), uma senhora portuguesa de nome Maria Joana teria mudado para lá com seus pretos escravos, mandando construir uma capela onde pudessem ser realizadas as celebrações religiosas e, posteriormente, retornado enferma a Portugal, doou suas terras à santa e deixou os escravos em liberdade. Queiroz (1997) observa que, sendo um pouco diferente do que pode ser extraído do Livro de Tombo de Xiririca, a história contada pelos moradores do bairro apresenta todos os elementos de um mito de origem, e, se assim o é, a expressão "terras da santa" funciona como uma metáfora fundadora do lugar. Conferindo centralidade simbólica às "terras da santa" e ao bairro está a Capela de Nossa Senhora do Rosário, santa que, aliás, não por acaso, está associada ao catolicismo negro no Brasil.

Em relação a outras identidades, a etnicidade se caracteriza pela evocação de uma origem compartilhada e por orientar ações coletivas no sentido de um destino comum. Em referência a Poutignat e Streiff-Fenart (1998) e O'Dwyer (2002), observa-se que a identidade étnica está voltada para o passado, o que em certo sentido faz recuperar a noção de quilombo da historiografia, mas aqui o passado não é o da ciência histórica e ela pode ser entendida como representação.

A Igreja[7] de Ivaporunduva como produção e reprodução de sentido

Expressando certo aborrecimento com interpretações que retiram de Ivaporunduva o mérito da resistência, uma importante liderança local, que me recebera muito gentilmente desde a primeira vez em que lá estive, explicou-me que Maria Joana morreu, mas que outros senhores fizeram tentativas de captura e os negros, ainda que livres, não se arriscavam a ir a Iguape, descendo o rio de canoa, por recearem os fazendeiros que viviam em seu curso. Se por sua localização em local elevado, a antiga capela podia ser avistada ao longe por alguém que transitasse pelo rio Ribeira, das "duas janelas parelhas do coro" e de seus "ósculos de iluminação" era também possível enxergar a uma boa distância. Na versão apresentada por Ditão[8], a igreja funcionava como posto no qual havia sempre "olheiros" vigiando os barcos que, em caso de necessidade, tocavam o sino para alertar aos demais. A igreja, que em razão do regime de padroado da sociedade pré-republicana estaria associada a uma atividade governamental, em seu depoimento se transforma em veículo para a defesa da autonomia conquistada.

Ivaporunduva é a localidade mais antiga e as que se formaram depois estão a ela relacionadas. Era a porta de entrada, o ponto de passagem entre o dentro e o fora, um marco de um começo. A igreja local permaneceu até recentemente sendo a única igreja católica em toda a área, e na festa da padroeira Nossa Senhora do Rosário, no mês de outubro, com a presença de um padre de Eldorado, eram feitos os batizados, comunhão e casamentos. Os moradores das outras localidades apareciam também no primeiro domingo de cada mês, quando era rezado o terço cantado, aproveitando para visitar os parentes, consanguíneos ou não consanguíneos.

Mais recentemente outras igrejas têm sido construídas, e como me disse Senhorinha, "o pessoal tá preferindo frequentar mais no terreninho deles mesmos". Essa tendência é concomitante à conformação dos bairros rurais negros como "unidades sociais" para efeito de atuação em contextos políticos. E se a igreja, em certo sentido, confere unidade aos "campos negros" do mé-

7 Ao me referir à capela na perspectiva dos moradores de Ivaporunduva, opto por utilizar o termo igreja que é por eles empregado correntemente.

8 Benedito Alves da Silva, na época com 54 anos. Entre os interlocutores referidos em seguida, Senhorinha e Dona Aracy tinham pouco mais que sessenta anos. Maria da Guia tinha em torno de quarenta anos.

dio vale, em outro, a partir da intensificação de distinções internas, que é de supor que circunstancialmente já ocorressem, adquire um novo sentido para designar as diferenciações que se estabelecem.

Nos diálogos estabelecidos em Ivaporunduva fui me dando conta que falar sobre a igreja aciona outra identidade muito forte no local, a de católicos. E a igreja é a um só tempo a prática religiosa e o lugar (não o único) em que ela acontece. A igreja de Ivaporunduva é percebida na relação que possui com a devoção à santa. Então, quando pergunto a Maria da Guia se a recuperação da igreja (edificação) foi importante, ela me responde que sim, porque lá eles são todos católicos, que os mais velhos iam ficar muito tristes na época se a igreja não fosse recuperada, porque é uma tradição deles o catolicismo.

Conversando sobre as mudanças na festa de outubro, Dona Aracy contou que começaram não há muito tempo a fazer missa afro. Nos cursos bíblicos que fazem, souberam, por um frei do Rio de Janeiro, que a religião deles não deveria ser o catolicismo, mas o candomblé. Dona Aracy disse achar difícil mudar assim de religião, mas que estavam aceitando os cultos afro. Contou ainda que, a primeira vez que um sacerdote quis fazer missa afro, ela lhe disse que não iam permitir que se dançasse no interior da igreja, que festa eles faziam no galpão comunitário. A missa afro acabou sendo feita, tinha ginga e foi parar no ouvido dos "crentes" que os católicos estavam dançando dentro da igreja. Em vista dessa "calúnia" com a igreja, eles explicaram que não, que era uma ginga de alegria a Deus, e acabaram achando a ginga uma coisa muito bonita.

Foi possível perceber que essa igreja pode comunicar sentidos múltiplos, definidos em acordo com as relações às quais esteja referida. Esses sentidos são permanentemente produzidos e reproduzidos pelos sujeitos envolvidos e nos processos por eles vivenciados. Falar na igreja é abordar esse processo reflexivo em que a edificação, as relações, a prática religiosa são necessariamente uma única coisa. A igreja como edificação só era mencionada quando conversávamos sobre o tombamento e o restauro, em um regime de fala marcado pelos termos antepassados, em contraposição a antigos, e capela, em oposição a igreja.

Considerações finais

Como vimos, os processos abertos pelo Deprot/Iphan para aferição de valor da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e da área conhecida como Ivaporunduva obtiveram parecer de arquivamento. De acordo com

o parecer que considerava o § 5º do artigo 216 e sua regulamentação pelo Parecer Deprot/Iphan 47/98, a capela era, em si mesma, demonstrativa do não enquadramento da localidade na definição adotada para "antigo quilombo". Com o entendimento de que, do universo de bens definidos no artigo 216, os de natureza material permaneciam regulados pelo Decreto-lei 25/1937, o parecer técnico avaliou a capela como sendo destituída de valor excepcional que justificasse seu tombamento em âmbito nacional.

Não irei aqui me estender sobre as limitações da definição adotada para quilombo no Parecer Deprot/Iphan 47/98, que precisaria ser revista a partir das inúmeras descobertas que têm sido feitas pela historiografia acerca do que consistiu esse tipo de organização no interior do sistema escravista[9]. Antes, quero chamar a atenção para alguns pontos que me parecem não circunscritos ao caso específico que aqui estive analisando. O primeiro diz respeito ao bem ter sido tomado em referência ao segmento afro-descendente nacional, para o qual se considerou já haver grande quantidade de bens patrimonializados. Os moradores de Ivaporunduva não foram considerados como grupo formador da sociedade nacional, o que coloca a questão de como são definidos os grupos a serem referenciados pelo patrimônio cultural.

O segundo ponto é em que esses grupos consistem e em que medida um dado bem pode ser tomado como representativo, tendo em vista os inúmeros sentidos que a capela adquire, conforme o sujeito que enuncia ou o contexto de enunciação. O terceiro, e talvez o mais importante para a reflexão que estou propondo, diz respeito à divisão dos itens discriminados no artigo 216, de modo que os itens I. *as formas de expressão* e II. *Os modos de criar, fazer e viver* passam a ser regidos pelo instrumento registro, instituído pelo Decreto 3.551/2000. Os demais itens continuam a ser regulados pelo Decreto-lei 25/1937, interpretação essa que orienta a formulação do Parecer Deprot/Iphan 47/98, assim como a opinião de Mendonça (2007) de que para a regulamentação do § 5º seria mais apropriado um instrumento semelhante ao registro.

Parece haver atualmente consenso em torno da assertiva de que os grupos sociais entendidos como unidades só existem na medida em que são enunciados, na forma de identidades, étnicas ou não. As identidades não são um dado do real, embora sejam produzidas na realidade objetiva e a produzam por meio dos agenciamentos a que incitam, e, entre outras coisas, estão orientadas

9 Ver, por exemplo: Gomes (2006); Arruti (2002); Almeida (2002).

à reversão de estigmas produzidos nas disputas pelo poder das classificações legítimas da divisão do mundo social (Bourdieu, 2002). A partir do momento em que o patrimônio cultural se propõe representativo da diversidade que conforma o nacional, o técnico contribui para a produção dos grupos sociais que serão conhecidos e reconhecidos.

Vimos que as identidades não devem ser entendidas como derivação de diferenças reais, mas sim na sua dinâmica, na qual diferenças inscritas nas relações sociais vivenciadas e percebidas em termos de um "nós" e um "eles" darão base a discursos de diferenciação. As identidades serão então expressas com recurso a traços culturais capazes de comunicar a diferença, dando origem a uma organização por meio da qual uma unidade social constituída disputará bens escassos com outras unidades sociais com as quais interage (Barth, 1969). Resulta que a seleção de um bem tomado como representativo se traduz em veículo de etnicização e sua valoração em tomada de posição de interesses em conflito. A capela de Ivaporunduva mostra que um mesmo bem pode designar muitos significados diferentes e ser acionado simultaneamente por inúmeras identidades, designando tanto convergências quanto conflitos, e talvez se tornando tanto mais significativa para a designação de coletivos quanto mais se inscrevam em disputas locais e supralocais das quais participam os sujeitos sociais que conformam esses coletivos.

Na operacionalização da noção de referência cultural, muitas vezes tem-se lançado mão de mecanismos de consulta e participação. Procurei aqui expor meus questionamentos acerca de em que medida tais mecanismos são suficientes para a seleção do patrimônio cultural entendido segundo a noção de referência. A despeito da noção de referência e a exemplo do que ocorre com a capela de Ivaporunduva, o patrimônio muitas vezes continua a ser selecionado segundo critérios formulados no interior de disciplinas, tais como a arte, a história, a arquitetura e a arqueologia (Fonseca, 2005). Mesmo quando há consulta à população acerca da importância atribuída, tendem a ser dessa natureza os critérios que levam ao reconhecimento final do bem. Assim, embora para os moradores de Ivaporunduva a capela possa ser percebida como ícone de resistência, seria necessário que tal versão fosse confirmada pela história com os métodos que lhe são próprios para que fosse levado em conta o modo pelo qual se deduz a contraposição das noções de "verdade" e "representação".

Segundo Le Goff (2003), a crítica ao documento-monumento se dá com a percepção de que o documento é o produto de uma seleção operada em

uma sociedade que o fabrica como tal e resulta do esforço de impor ao futuro determinada imagem de si mesma. O documento é tornado verdadeiro no interior de relações de forças que detêm o poder. A valoração dos bens na perspectiva dos sujeitos sociais para os quais fazem sentido costuma estar associada à prática do patrimônio imaterial, sendo que sua proteção se dá com apoio no instrumento registro, tido como mais apropriado por sua acepção da cultura como processual e dinâmica. Argumentei que a valoração de um bem e sua patrimonialização configuram sempre uma tomada de posição de caráter político e quero então chamar a atenção para o fato de que o instrumento registro e o instrumento tombamento envolvem consequências distintas e possuem diferentes eficácias nas situações de interesses em conflito.

Referências

Almeida, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'Dwyer, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos*: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Fgv; Aba, 2002. p. 43-81.

Arruti, José Maurício Paiva Andion. *Etnias federais*: o processo de identificação de "remanescentes" indígenas e quilombolas no Baixo São Francisco. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

Barth, Fredrik. Introduction. In: _____ (Ed.). *Ethnic groups and boundaries*. Boston: The Little, Brown Series in Anthropology, 1969.

_____. The analysis of culture in complex societies. *Ethnos*, v. 3, n. 4, p. 120-142, 1988.

Boccara, Guillaume. Mundos nuevos en las fronteras del nuevo mundo: relectura de los procesos coloniales de etnogénesis, etnificacíon y mestizaje en tiempos de globalizacíon. *Mundo nuevo/nuevos mundos*. Disponível em: <www.ehess.fr/cerma/Revue/indexCR.htm>. Acesso em: 16 set. 2001.

Bourdieu, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro; Bertrand, 2002. p. 107-132.

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988.

Cândido, Antônio. *Os parceiros do rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida. 9. ed. São Paulo: Ed. 34, 2001.

Carril, Lourdes de Fátima Bezerra. T*erra de negros no Vale do Ribeira*: territorialidade e resistência. 1995. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

Carvalho, Maria Celina Pereira de. *Relatório técnico-científico sobre a comunidade remanescentes de quilombo no Galvão* (Eldorado e Iporanga-SP). São Paulo: ITESP, dig. 2000.

Cunha, Manuela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual, mas irredutível. In: _____. *Antropologia do Brasil*: mito, história e etnicidade. São Paulo: Brasiliense; Edusp, 1986. p. 97-108.

Fonseca, Maria Cecília Londres. R*eferências culturais*: base para novas políticas de patrimô-

nio. Manual Inrc. Iphan/Minc, 2000.

_____. *O patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Ufrj/Minc-Iphan, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas*: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Hannerz, Ulf. Fronteras. *Revista de Antropologia Experimental*, n. 1. Disponível em: <www.ujaen.es/huesped/rae>. Acessado em: 25 out. 2001.

Iphan. *Dossiê Quilombos Iphan*. Compilação de Documento. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

Lemos, Carlos Alberto Cerqueira. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: Edart, 1972.

Le Goff, Jaques. Documentos e monumentos. In: _____. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

Marcus, George E. E*thnography through thick and thin*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

Mendonça, Guilherme Cruz de. Considerações jurídicas sobre a preservação da cultura quilombola no Brasil. In: Iphan. *Dossiê Quilombos*. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

Mirales, Rosana. *A identidade quilombola das comunidades Pedro Cubas e Ivaporunduva*. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

O'Dwyer, Eliane Cantarino. *Quilombos*: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Fgv, 2002.

Paes, Gabriela Segarra Martins. *A "recomendação das almas" na comunidade remanescente de quilombo de Pedro Cubas*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Poutignat, Philippe; Streiff-Fenart, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Unesp, 1998.

Queiroz, Maria Isaura Pereira de. *Vale do Ribeira*: pesquisas sociológicas. São Paulo: Usp, 1967.

_____. *Bairros rurais paulistas*. Dinâmica das relações bairro rural – cidades. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1973.

Queiroz, Renato da Silva. Essa terra é santa, essa terra é nossa: a comunidade quilombola de Ivaporunduva e o direito de propriedade. In: Andrade, Tânia (Org.). *Quilombos em São Paulo*: tradições, direitos e lutas. São Paulo: Imesp, 1997. p. 101-116.

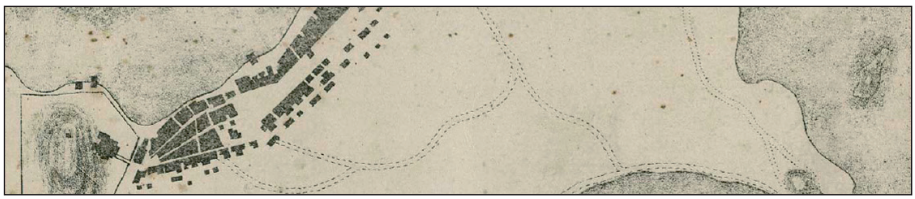
_____. *Os caipiras negros do Vale do Ribeira*: um estudo de antropologia econômica. São Paulo: Edusp, 2006.

Sanchez, Fábio José Bechara. *Identidade e conflito*: a construção política dos "remanescentes de quilombo" do Vale do Ribeira. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

Stucchi, Deborah. P*ercursos em dupla jornada*: o papel da perícia antropológica e dos antropólogos nas políticas de reconhecimento de direitos. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

Descortinando a paisagem: monumentos e moldura cênica no Conjunto Paisagístico de Cabo Frio

Marta Raquel da Silva Alves



Resumo

Este trabalho consiste em uma análise da área de entorno do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio (RJ), tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1964. Para essa análise, foi realizada uma construção histórica sobre como se processou a criação da área de entorno, o tombamento e os valores considerados para a definição de ambos. Observou-se também a forma como o entorno e o bem tombado se relacionam, tomando como princípio norteador a visibilidade e ambiência do bem.

Marta Raquel da Silva Alves Arquiteta e urbanista, mestre em Arquitetura Paisagística e Sustentabilidade pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Prourb/UFRJ). Foi bolsista do PEP/IPHAN no Escritório Técnico da Região dos Lagos, sob a supervisão do arquiteto e urbanista Manoel Vieira Gomes Júnior. Atualmente é sócia no escritório A Rede Consultoria em Arquitetura, trabalhando com restauração e requalificação de bens tombados, inventários de referências culturais e análises urbanísticas e paisagísticas.

Introdução

A pesquisa sobre o conjunto paisagístico de Cabo Frio surgiu da necessidade de o Escritório Técnico do Iphan, situado em Cabo Frio, realizar uma revisão dos critérios de proteção das áreas de entorno do conjunto paisagístico tombado em 1964. Quando do tombamento do conjunto, não foram definidas áreas de entorno e as áreas tombadas eram consideradas "*non edificandi*". Após anos de trabalho na proteção do conjunto tombado se evidenciou a necessidade da criação de áreas de entorno, bem como de uma definição mais clara dos limites das áreas tombadas. Assim, na década de 1980, foi realizado o Estudo de Rerratificação do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio, coordenado por José Leal, arquiteto do Iphan, com o apoio, dentre outros técnicos, da arquiteta Maryane Medeiros, lotada atualmente no Escritório Técnico de Cabo Frio.

O estudo definiu normativas para aprovação de intervenções nas áreas tombadas e de entorno que passaram a ser aplicadas no final da década de 1990. Mesmo com a obrigação de que todos os projetos de intervenção nas áreas tombadas e de entorno fossem aprovados pelo Iphan, conforme determina o art. 18 do Decreto-lei nº 25/1937, que regulamenta o tombamento federal e atribui ao Iphan o poder de autorizar ou não construções na vizinhança de monumentos tombados, as áreas de entorno sofreram várias intervenções que alteraram a ambiência do conjunto e interferiram em sua visibilidade. Muitas construções foram executadas irregularmente sem aprovação, ou sem o conhecimento, do órgão federal de preservação do patrimônio. Após tantas mudanças sofridas no entorno do conjunto, era necessário um diagnóstico da área para traçar planos de preservação condizentes com a realidade presente.

Dessa forma, o estudo lançava um olhar sobre o Conjunto Paisagístico de Cabo Frio, enfocando principalmente as áreas de entorno, tendo como princípios norteadores os conceitos de visibilidade e ambiência aplicados pelo Iphan na proteção dos bens tombados. O objetivo era encontrar soluções de proteção para o entorno que valorizassem o conjunto tombado, priorizassem o contexto dos bens e, especialmente, mantivessem a visibilidade e a ambiência conforme determina o art. 18, do DL nº 25/1937.

Durante o primeiro ano de estudos, o trabalho seguiu uma direção mais legalista, buscando compreender o papel de cada uma das esferas federativas na proteção dos bens culturais, conhecer as normas municipais de planejamento e ocupação do solo, para aquelas áreas inseridas nas poligonais de entorno do Iphan e analisar o Plano Diretor Municipal. Nesse período o trabalho esteve sob a supervisão da arquiteta Maryane Medeiros.

A partir do segundo ano de estudos, o trabalho da bolsista ficou sob supervisão do arquiteto Manoel Vieira. A pesquisa passou a enfocar uma análise perceptiva, visual e histórica das áreas de entorno. Foram realizados estudos da evolução urbana e paisagística a partir de imagens e mapas de diferentes períodos, processos arquivados no Escritório Técnico de Cabo Frio, na Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro e no Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro, matérias jornalísticas, relatos de viajantes e livros. A construção histórica do conjunto paisagístico também foi embasada em entrevistas com moradores de Cabo Frio, técnicos do Iphan que atuaram em Cabo Frio e antigos prefeitos e técnicos municipais. Somado a tudo isso, foram realizados levantamentos fotográficos, mapeando o conjunto paisagístico e suas áreas de entorno.

Com a mudança da diretriz do trabalho, foi possível abrir um leque maior de possibilidades de fontes, principalmente no tocante à compreensão do que se pretendia proteger quando foi realizado o tombamento paisagístico na década de 1960. Havia no Escritório Técnico do Iphan de Cabo Frio discussões sobre se o tombamento estava pautado numa proteção dos valores naturais da paisagem ou se estava orientado nos valores cênicos do conjunto. A busca pela motivação e justificativa do tombamento nos ajudava a compreender quais valores considerados para o tombamento deveriam ser preservados, e de que forma isso se replicaria para as áreas de entorno. Esses elementos nos dariam instrumentos e um foco claro para pensar a visibilidade e a ambiência dos bens tombados. Nesse sentido era importante entender o contexto histórico e teórico em que aconteceu o tombamento, a evolução do termo paisagem no campo do patrimônio aliado às discussões acerca de entorno, visibilidade e ambiência; conhecer a evolução histórica, social, cultural e urbana da cidade de Cabo Frio, o processo de preservação desse conjunto que engloba bens tombados e áreas de entorno e os atores sociais envolvidos e sua relação com o espaço.

A cidade de Cabo Frio e o conjunto paisagístico

Mesmo após a descoberta de pau-brasil nas primeiras incursões ao litoral do que é hoje a cidade de Cabo Frio, os portugueses só passam a ocupar efetivamente a região no início do século XVII, quando em 1616 erigem o Forte de Santo Inácio, no local onde havia uma fortificação francesa conhecida como *asa de pedra*[1], e fundam a Vila de Santa Helena de Cabo Frio. Em 1617, substituem o Forte de Santo Inácio[2], por novo forte que se situaria em ponto mais estratégico, na ilhota que avança sobre o mar na entrada do Canal de Itajuru e que possibilita ampla visualização da costa. Em 1620 foi concluído o novo forte, denominado Forte São Mateus.

O ano de construção do novo forte coincide com a elevação da Vila de Santa Helena ao título de cidade, alteração de seu nome para Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio e transferência do núcleo urbano para o atual bairro da Passagem, localizado à margem oeste do Canal de Itajuru, próximo a Boca da Barra.

Segundo Cunha e Leite (1994), a cidade não teve, até então, um crescimento econômico expressivo, visto que as terras arenosas da restinga não eram propícias para a agricultura, e a produção de sal e a exploração de pau-brasil encontravam-se vedadas pelo monopólio real. Porém, com a crise do sal português em meados do século XVII, que desabastece o mercado brasileiro, a cidade começa a despontar como produtora de sal.

É um período marcante porque são construídas importantes edificações públicas como: a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, em 1666, e o Convento de Nossa Senhora dos Anjos, em 1696, todos localizados nas proximidades do Morro do Tairú (atual Morro da Guia), distantes do núcleo inicial de Cabo Frio. Segundo Cunha e Leite (1994), esta nova área de implantação era mais propícia ao desenvolvimento e à expansão da cidade devido à proximidade das fontes de água potável, maior proteção contra as enchentes das marés de sizígia e facilidade de acesso à margem continental, pois o Canal sofria um estreitamento neste trecho.

---

1 A fortificação francesa foi assim descrita pelo marinheiro inglês Anthony Knivet, que esteve em Cabo Frio em 1597: "[...] chegamos a um lugar chamado Itaoca, palavra que significa casa de pedra. Nunca vi casa tão forte: é uma penha grande e elevada, em que se pode entrar por uma larga porta" (Knivet, 1997, p. 11).

2 A localização recuada, em relação aos acidentes geográficos presentes na barra do Canal Itajuru, como a Ponta Lajinha, deixava-o vulnerável a ataques pela retaguarda e não possibilitava uma visualização do movimento e aproximação de navios na costa.

A cidade passa ser formada pelos dois núcleos urbanos (Figura 1): o da Passagem, que se mantêm estabilizado, e o novo núcleo próximo ao Morro da Guia que cresce em torno da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, onde se instalam "o largo da Matriz, a Rua Direita, a cadeia e o pelourinho, além de várias casas particulares" (Cunha; Leite, 1994, p. 24), e tinha o Convento de Nossa Senhora dos Anjos como principal vetor de crescimento. Segundo Saint-Hilaire (1974), a Passagem se apresentava como uma aldeia distante cerca de 1/8 de léguas do centro de Cabo Frio.

A ligação dos dois núcleos se intensificará no início do século XX, devido ao aumento da expansão urbana, em parte ocasionado pelo impulso na produção de sal, incentivado pela escassez do produto no mercado mundial decorrente da 1ª Guerra Mundial. O crescimento urbano segue, especialmente, margeando o Canal de Itajuru, local da pesca e produção salineira e eixo de escoamento da produção.

A influência da capital da república será determinante nas mudanças dos vetores que determinam a expansão urbana a partir de meados do século XX. No Rio de Janeiro, o processo de expansão urbana em direção ao mar se principia no início do século XX incentivado pelo governo. Segundo Go-



FIGURA 1 Planta de Cabo Frio em 1837. Extraída da Carta Corographica da Província do Rio de Janeiro, segundo os reconhecimentos feitos pelo Coronel Conrado Jacob de Niemeyer [e outros], 1839. Fonte: Biblioteca Nacional, Cartografia.

mes (2006), o objetivo era estabelecer uma nova área para expansão urbana, possibilitar o incremento do turismo impulsionado pelas praias de banhos[3] e valorizar esses novos ambientes.

De acordo com Gomes (2006), embora a ocupação inicialmente tenha sido rarefeita, ela aconteceu rapidamente. Na década de 1920, já se constatava uma frequência da classe burguesa nas praias e 20 anos depois já havia uma renovação urbana naqueles primeiros bairros próximos ao mar.

O posicionamento da praia como vetor de expansão, em Cabo Frio, acontece mais tardiamente do que no Rio de Janeiro. O núcleo urbano durante muito tempo ficou concentrado às margens do Canal de Itajuru, embora no início do século XX tenha havido uma expansão em direção à praia. Contudo, ainda que a expansão seguisse em direção ao mar, as construções continuavam com as fachadas principais voltadas para o Canal de Itajuru. O marco de uma nova forma de ocupação ocorre a partir das mudanças iniciadas no Rio de Janeiro, mas que chegam, de fato, à Cabo Frio por volta da década de 1950.

A população de Cabo Frio não costumava frequentar as praias de banho, como nos informa Otime dos Santos[4] sobre sua vivência na cidade nas primeiras décadas do século XX: "Nós íamos à praia, você vê! Mas íamos muito pouco à praia, íamos muito mais à Lagoa, tomava muito mais banho na Lagoa do que na praia, na praia a gente ia muito pouco, só domingo a gente ia à praia."

Em 1943, por incentivo do Governo da Guanabara é realizado o Plano Diretor Amaral Peixoto para Cidades Fluminenses com o intuito de impulsionar o turismo nas cidades fluminenses litorâneas através da criação de planos diretores para alguns municípios, dentre eles, Cabo Frio.

O Plano Diretor de Cabo Frio previa a construção de um anel viário contornando o núcleo urbano que se estenderia até a praia. Esse anel viário que foi "concebido como Park Way, em pistas duplas e sinuosas providas de canteiros centrais" (Leal, 1991) não foi implementado integralmente. Até a década de 1940, a cidade de Cabo Frio ainda possuía um núcleo urbano essencialmente voltado para o Canal de Itajuru. Conforme descreve José Lins do Rego em

3 Segundo Gomes (2006), desde o final do século XIX as praias passaram a ser vistas como locais de salubridade, difundindo-se a prática dos banhos de mar. O poder público realiza obras de infraestrutura ligando o centro e antigos bairros aos novos, próximos ao mar; cria em 1907 a Lei de Banho para definir as indumentárias e horários próprios para os banhos de mar e regulamentar o uso dos espaços.

4 Otime dos Santos (Timinho), prefeito de Cabo Frio durante os anos de 1971-1972.

passagem por Cabo Frio em 1938, a cidade teceu uma relação mais forte com o Canal de Itajuru, costumeiramente chamado de Lagoa, do que com o mar.

> [...] Cabo Frio não é só a Lagôa de Araruama. Há o mar bem perto, um mar que é de um verde das praias nordestinas. O homem, porém, não quis saber do mar em Cabo Frio. Havia uma coisa mais fácil, menos grandiosa, porém, mansa, para se dominar. Era a lagôa. E a cidade se fez próxima della (1938, p. 2).

A partir da década de 1940, inicia-se de fato uma expansão direcionada à praia com o prolongamento de vias e execução de loteamentos sobre o campo de dunas[5]. O Iphan começa a realizar os primeiros tombamentos na cidade de Cabo Frio a partir do tombamento dos remanescentes do Forte São Mateus[6], tombado em 1956, seguido do Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco e da Capela de Nossa Senhora da Guia, no alto do Morro da Guia, tombados em 1957.

Na década de 1950, ao mesmo tempo em que acontecem as primeiras ações de preservação, há também o crescimento do turismo, especialmente de veraneio, gerando novas demandas na cidade. Na Praia do Forte, onde está localizado o Forte São Mateus, há o desmonte de dunas para construção de hotéis e clubes na faixa de areia, enquanto no centro da cidade se inicia um processo de verticalização nas imediações dos remanescentes do Convento de Nossa Senhora dos Anjos e a ampliação das construções irregulares nos fundos do Convento, ao sopé do Morro da Guia.

Tais transformações, aprovadas pela Prefeitura Municipal[7], no entorno dos bens tombados, demonstravam a dificuldade do Iphan em impor sua autoridade, conforme determina o art. 18 do DL nº 25/1937, que atribui ao órgão de preservação federal o poder de não autorizar construções na vizinhança da coisa tombada que possam impedir ou reduzir a visibilidade do bem.

Diante das alterações sofridas no entorno do Convento de Nossa Senho-

5 São prolongadas as ruas atualmente denominadas Nilo Peçanha e 13 de Novembro e executados os loteamentos Algodoal, em 1947, e Balneário das Dunas, em 1955.

6 O Forte se encontrava em estado de ruínas, após passar por um período de isolamento em decorrência de seu uso como lazareto, entre 1822 e 1920, e posterior abandono.

7 Ofício nº 294, de 29 de setembro de 1958, encaminhado ao prefeito municipal de Cabo Frio solicitando a proibição de construções na vizinhança do Convento de N. Sra. dos Anjos e sugerindo a realização de permuta de terrenos (Andrade, 1958).

ra dos Anjos e considerando as dificuldades do Iphan, técnicos do Instituto sugerem a ampliação do tombamento como forma de preservar a visibilidade do monumento.

> [...] **a proibição de qualquer construção entre o Convento e o Canal**, iria segundo julgo, **criar uma série de problemas, só resolvidos talvez por tombamento geral**, inclusive da Rua Jonas Garcia, hoje muito adulterada, essa proibição teria que ser estendida ao aterro, mercado de peixe etc. (Relatório..., 1958, grifo nosso)

A ampliação do tombamento sugerida em 1958 não foi atendida. Entretanto, em 1965, após apelos externos ao Iphan pedindo o tombamento paisagístico de Cabo Frio, é delegado aos técnicos do Iphan Paulo Thedim Barreto e Augusto da Silva Teles o levantamento de bens que fundamentassem um tombamento paisagístico. Segundo o parecer dos técnicos, a cidade se desenvolveu com o "sacrifício cênico-paisagístico" (Iphan, 1967, f. 5) do sítio urbano; as poucas edificações remanescentes do período colonial perdiam-se "no meio do casario novo ou alterado e não tem valor excepcional" (Iphan, 1967, f. 6) e as áreas edificadas eram "inexpressivas e sem requisitos que justifiquem o tombamento em conjunto" (Iphan, 1967, f. 6). Paulo Thedim e Augusto da Silva Teles finalizam o parecer concluindo que não haveria na cidade de Cabo Frio uma paisagem que justificasse o tombamento em conjunto devido às descaracterizações das edificações, das áreas edificadas e do traçado urbano.

Apesar da descaracterização do conjunto urbano, foi sugerido o tombamento ao redor dos monumentos já tombados isoladamente pelo IIphan. Para os técnicos essa solução corrigiria um erro: "os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos da Ponta do Forte e o do Morro da Guia embora constem no Processo nº 447-T como inscritos não foram de fato registrados no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico" (Iphan, 1967, f. 07). O tombamento ficaria assim definido:

- Para o Forte São Mateus foi demarcado um raio de 500 m, computado a partir do centro do Forte, englobando o penedo sobre o qual ele está assentado e toda a ponta da praia.
- Para o Convento e a Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, a Capela e o Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco e Cruzeiro foi recomendado "estender o tombamento ao adro e a toda área livre atualmente existente

à sua frente, incluindo todo o largo de Santo Antônio e o Morro da Guia com faixa de proteção na planície de 100 m à sua volta – *non aedificandi*" (Iphan, 1967, f. 7-8).

- Foram acrescentados, ainda, o "Morro do Telégrafo e os baixios a serem aterrados como acréscimos de Marinha, quando da regularização das margens do canal de acesso à Lagoa, que o Departamento de Portos e Canais tem em vista, mantendo-se as respectivas áreas *non aedificandi*" (Iphan, 1967, f. 28), e a faixa litorânea entre o mar e a Avenida Parque Litorânea, numa largura de 150 m até encontrar a estrada para Arraial do Cabo.

O Conjunto Paisagístico

As mudanças na paisagem e a falta de critérios para a proteção do Conjunto Paisagístico Tombado motivaram a realização de um Estudo de Rerratificação do Conjunto Paisagístico da Cidade de Cabo Frio no final da década de 1980. O Estudo propunha rever a proteção que incidia sobre os bens tombados, em decorrência das alterações significativas na paisagem, reflexo de uma evolução predatória e compulsiva da cidade; incluía o Canal de Itajuru no tombamento; ampliava o tombamento para incluir elementos naturais que foram entendidos como de fundamental importância na forma de ocupação histórica de Cabo Frio; destombava os acréscimos de Marinha sobre o Canal de Itajuru e os inseria como área de entorno; estabelecia área de entorno para o Conjunto Paisagístico e criava critérios de proteção para as áreas tombadas e de entorno.

O Estudo repensava o conjunto paisagístico tombado e sua inserção na cidade após as mudanças processadas desde o tombamento em 1967. Uma das justificativas para a realização do Estudo de Rerratificação do Conjunto Paisagístico da Cidade de Cabo Frio consistia em "restabelecer o equilíbrio permanente entre cidade e seu sítio natural, razão de sua formação e evolução e fator essencial de seu caráter turístico e cultural" (Iphan, 1967, f. 13).

Na Certidão de Tombamento do Conjunto Paisagístico a delimitação das áreas tombadas foi arbitrada, resultando numa dificuldade para os técnicos do Iphan atuarem em Cabo Frio, em função da incerteza dos limites das áreas tombadas. Para solucionar esse impasse o Estudo de Rerratificação definiu de forma precisa uma poligonal de tombamento e criou poligonais de entorno.

O Estudo concluído em 1989 não teve continuidade, mas as poligonais definidas passaram a ser adotadas pelo Iphan, no final da década de 1990, a fim de

possibilitar uma atuação efetiva e mais rigorosa do órgão na cidade para a defesa do patrimônio tombado. Desse modo, os "parâmetros de edificação para as áreas já tombadas e seus respectivos entornos seriam normatizados, oficializando a atuação do Escritório Técnico" (Harlindis; Medeiros, 1997). Isso implica dizer que a ação do Iphan em Cabo Frio passou a estar amparada em critérios de proteção para o entorno apenas nos últimos dez anos, aproximadamente.

As poligonais de entorno atuais não correspondem àquelas propostas no Estudo de Rerratificação do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio, o qual previa uma área de entorno bem maior do que a atualmente utilizada. Em alguns casos, os critérios de proteção também eram diferentes dos agora aplicados. Segundo o arquiteto José Leal, coordenador do Estudo de Rerratificação, para a definição dos critérios de proteção procurou-se um denominador comum entre as leis municipais e a realidade das edificações em Cabo Frio.

As áreas tombadas e respectivas áreas de entorno do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio atualmente adotadas são formadas pelos seguintes perímetros (Figura 3):

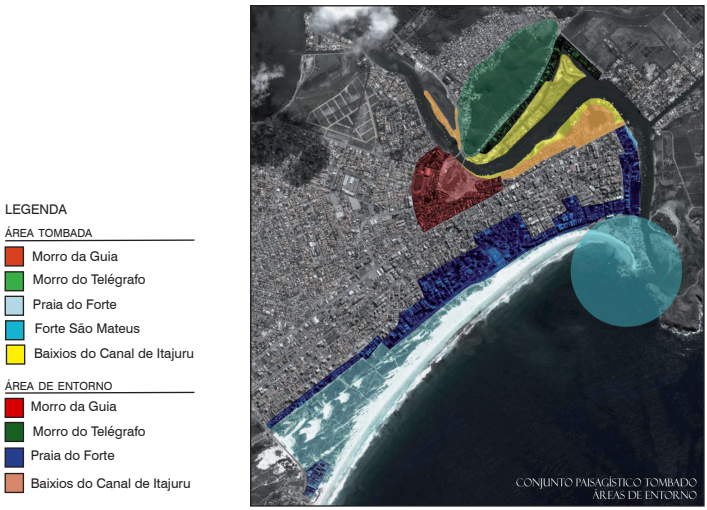


FIGURA 3 Foto aérea com delimitação da área tombada e do entorno.
Fonte: Imagem do Google Earth modificada pela autora.

Para melhor compreensão, as poligonais de entorno foram divididas em quatro grupos: a) Morro da Guia (Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, Capela e Cemitério da Ordem 3ª de São Francisco e Capela de Nossa Senhora da Guia); b) Forte São Mateus e Praia do Forte; c) Morro do Telégrafo; d) Baixios do Canal de Itajuru.

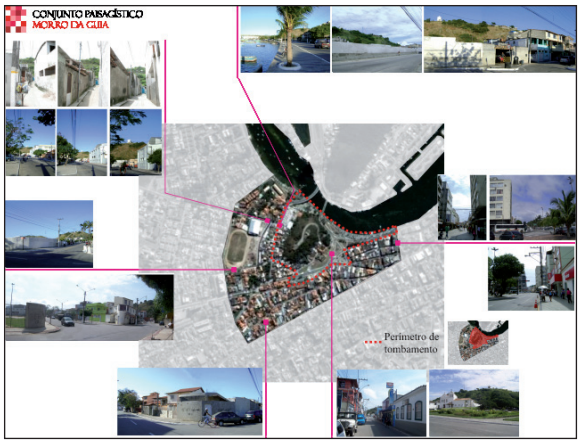


FIGURA 4 Sequência visual do entorno do Conjunto formado pelo Morro da Guia, Convento de Nossa Senhora dos Anjos, Largo de Santo Antônio e Capela e Cemitério da Ordem 3ª de São Francisco. Fonte: Marta Alves (2008).

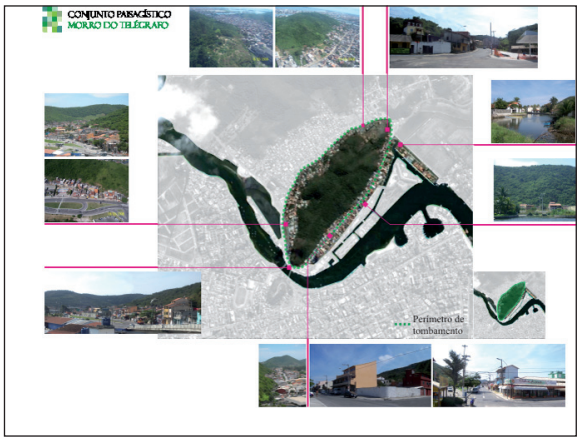


FIGURA 5 Sequência visual do entorno do Morro do Telégrafo. Fonte: Marta Alves (2008).

Na busca da construção de entorno para paisagens

Segundo Ribeiro (2007), até a década de 1970, a inscrição de bens no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico estava, geralmente, atrelada a aspectos do paisagismo, moldura de bens arquitetônicos e paisagens vistas como panoramas. Dessa forma, as ações do Iphan se processaram especialmente "a partir de concepções oriundas do paisagismo e com uma concepção da paisagem como panorama, ou ambiência de bens arquitetônicos de interesse patrimonial" (Ribeiro, 2007, p. 72).

A concepção de paisagem presente no tombamento do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio entende bens arquitetônicos e elementos naturais que os emolduram como um conjunto indissociável, seguindo, portanto, um padrão de alguns tombamentos paisagístico no mesmo período. Segundo Ribeiro (2007),



FIGURA 6 Sequência visual do entorno do Canal de Itajuru. Fonte: Marta Alves (2008).

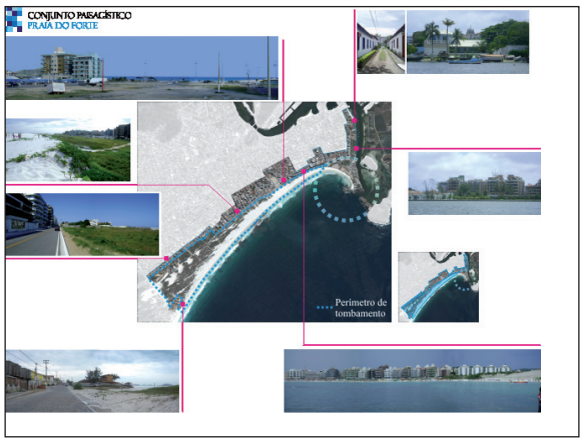


FIGURA 7 Sequência visual do entorno da Praia do Forte e Forte São Mateus Fonte: Marta Alves (2008).

havia o entendimento de que os elementos naturais que emolduravam bens arquitetônicos conferiam maior relevância a estes, principalmente, para contextualização do imóvel com o espaço que o rodeia.

Se o tombamento em Cabo Frio conseguiu em parte[8] deter a investidas sobre o conjunto paisagístico, o mesmo não aconteceu com o entorno. Apesar de o art. 18 do DL nº 25/1937 também impor restrições à vizinhança de bens tombados sob a luz da visibilidade, a ausência de delimitações claras do que consistia o entorno, bem como de uma avaliação do tipo de intervenção que poderia prejudicar a visibilidade da paisagem, tornou frágil a ação do Iphan nessa área.

8 Em parte porque, mesmo após o tombamento, as áreas tombadas foram alvo de inúmeras ações e intervenções danosas à preservação dos bens, como ocupações de áreas *non aedificandi*.

Na publicação *Cadernos de Estudos do Pep*, as autoras Analucia Thompson e Lia Motta fazem um apanhado da trajetória do Iphan junto às áreas de entorno. De acordo com Thompson e Motta (2007), até a década de 1960 o Iphan travou "embates legais" para conseguir impor sua autoridade na aprovação, ou não, de construções na vizinhança dos monumentos tombados. Foi um período de consolidação de uma jurisprudência que legitimava a autoridade do Iphan, assegurada pelo art. 18, do dl nº 25/1937, e criava um entendimento mais amplo sobre o conceito de visibilidade, não mais restrito ao aspecto visual.

A regulamentação das construções na área de entorno tem como objetivo proteger a visibilidade do bem tombado. No entanto, essas áreas podem continuar mantendo seu caráter dinâmico, transformando-se e adaptando-se às novas realidades impostas pela sociedade. A questão não consiste apenas em pensar que as novas construções podem gerar um obstáculo para a visualização dos monumentos tombados, mas objetiva impedir mudanças de referências que venham a prejudicar os bens ao ponto de torná-los imperceptíveis diante das alterações pela quais passaram a vizinhança. O adensamento urbano, a verticalização, os revestimentos e a volumetria das construções, as formas de usos, dentre outros fatores, interferem na leitura do espaço urbano e na percepção espacial, e quando realizadas sem relação com o lugar onde estão inseridas podem estabelecer uma nova forma de percepção e apropriação prejudicial aos bens tombados. Para Yázigi (2003), as mudanças arquitetônicas e urbanísticas empreendidas nas cidades brasileiras se caracterizam pela falta de comprometimento com a identidade do lugar.

Um exemplo de como mudanças na altura das construções localizadas na vizinhança de um monumento tombado pode gerar a percepção de que houve grande diminuição do monumento está na Duna Boa Vista, que faz parte do Conjunto Paisagístico tombado pelo Iphan, na cidade de Cabo Frio (Figura 8). Embora o monumento, em si, não tenha sido alterado (ou as alterações não tenham sido extremamente significantes), a verticalização das edificações no entorno, anteriormente térreas, ultrapassaram ou se igualaram em altura ao monumento tombado. A mudança na escala fez com que o bem tombado, outrora de grande destaque na paisagem, passasse a se misturar com os demais componentes da paisagem, ao ponto de não mais se sobressair como em tempos atrás. Lynch (1997, p. 90) denomina de marco esses elementos que se destacam na paisagem e convertem-se em referência para uma comunidade.



FIGURA 8 Duna Boa Vista, localizada na Praia do Forte em Cabo Frio. Fonte: Marta Alves (2008).
Obs.: A Duna Boa Vista sempre se destacou na cidade por sua dimensão, especialmente a altura. Frente às antigas edificações térreas que predominavam na cidade, ela se destacava como importante marco visual na paisagem. Com a verticalização da cidade, especialmente às margens da Praia do Forte, bem próximo à Duna, esta já não causa o mesmo impacto visual, perdendo inclusive sua função de marco visual. A impressão atual é que houve uma diminuição em sua altura. No entanto, quando retiramos os prédios que estão dentro da área de entorno da Praia do Forte, observa-se que a Duna ainda apresenta altura considerável e impactante, tal qual se verificava em tempos atrás, fato esse destacado pela comparação da Duna com os banhistas, o que também pode ser verificado nas imagens antigas.

São caracterizados pela singularidade e pela clareza, o que os torna mais facilmente apreensíveis pelos observadores, e por serem memoráveis no contexto.

Quando Lynch (1997) caracteriza o marco como "memorável no contexto", ele demonstra que a percepção de um espaço não está circunscrita apenas a valores estéticos, mas está vinculada às representações afetivas, simbólicas, históricas e memoriais. Quando o objeto perde a função de marco, isso pode significar perder ou ter reduzido todos esses vínculos a ele associados. Os monumentos também têm a qualidade de serem memoráveis, ou seja, dignos de serem lembrados em função dos valores que lhe são atribuídos. Segundo Choay (2006), a palavra monumento advém do latim *monumentum*, que, por sua vez, deriva de *monere*, cujo significado é *lembrar*.

Nesse sentido, a manutenção da visibilidade é a forma que o órgão de preservação dispõe para impedir que o monumento deixe de ser percebido ou tenha sua importância contextual reduzida e que as alterações no entorno mudem a maneira como ele se integra à morfologia da cidade e à dinâmica social urbana. Isso porque, conforme Lamas (2000), a leitura dos elementos morfológicos que compõem os edifícios nos permite datá-los, pois representam uma forma de expressão de uma época. Ultrapassando a leitura do edifício em si e estendendo nossa visão para o espaço urbano, é possível compreender a forma como se deu historicamente a configuração de um espaço.

Em Cabo Frio, um dos núcleos iniciais da formação da cidade, demarcado

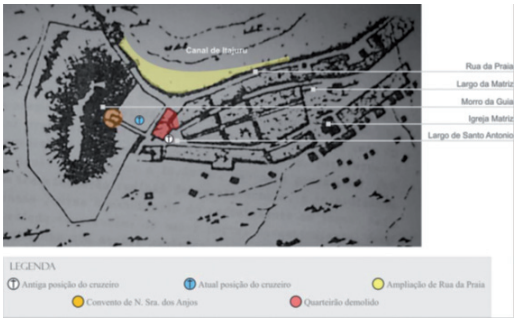


FIGURA 9 Mapa de Jacob Niemeyer (1871), modificado pela autora.
Fonte: Biblioteca Nacional.
Obs.: Houve a demolição de quadras em frente ao Convento, aumentando a área livre. Antes das transformações, para visualizar o prédio como um todo, era necessário estar bem próximo ao Convento.

pela Igreja Matriz, seu respectivo largo, o conjunto de quadras que levam até o Convento de Nossa Senhora dos Anjos e o próprio Convento, sofreu transformações urbanas (Figura 9) que criaram nova forma de percepção na proximidade do Convento, alterando inclusive a apreensão deste.

Quando ficou claro que a visibilidade não poderia ficar restrita apenas a questões visuais, o conceito evoluiu para uma ideia mais ampla: ambiência. Françoise Choay (2006) discorre em seu livro *A Alegoria do Patrimônio* sobre a teoria do arquiteto Giovannoni[9] para a preservação de conjuntos urbanos no início do século XX. De acordo com Choay (2006), o arquiteto italiano, em 1931, entendia que a preservação dos monumentos não se limita ao bem isolado, mas também ao entorno e utiliza o termo ambiente para designar "as conseqüências benéficas sobre a percepção da articulação dos elementos da malha urbana" (2006, p. 200).

> [...] o conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere. A própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, seu ambiente, resulta dessa dialética da "arquitetura maior" e de seu entorno. É por isso que, na maioria dos casos, isolar ou "destacar" um monumento é o mesmo que mutilá-lo. O entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial." (Choay, 2006, p. 200-201)

A sistematização das ações nas áreas de entorno começa a partir da década de 1980, e um marco importante foi a publicação das portarias nº 10 e nº 11, em 1986. A primeira estabelece procedimentos para análise de projetos na

9 O arquiteto italiano que viveu de 1873 a 1943. Segundo Choay (2006), Giovannoni foi precursor em atribuir à cidade e, mais especificamente, aos conjuntos urbanos antigos, a síntese de dois valores: o valor de uso e o valor museal, sendo Giovannoni o primeiro a usar o termo "patrimônio urbano".

área de entorno de bens tombados e a Portaria nº 11 define procedimentos para realização de processos de tombamento. De acordo com Thompson e Motta (2007), o termo entorno começa a ser aplicado somente a partir da década de 1970. Nesse sentido é importante destacar, conforme observa Castro (1991), que o DL nº 25/1937 organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e estabelece os procedimentos para realização de tombamento de forma geral. Dentro da diversidade de monumentos tombados no território nacional, a maneira como é aplicado o art. 18 do DL se dá caso a caso, considerando as especificidades de cada bem, a partir de estudos técnicos, posto que o poder discricionário conferido ao órgão lhe possibilita instituir normas específicas para cada situação.

Os primeiros tombamentos paisagísticos do Iphan trataram a paisagem muito mais como objeto cênico, reflexo das ações iniciais que, de forma geral, eram orientadas por um valor "simbólico estritamente visual" (Motta, 2000, p. 264). Valoração pertinente considerando que a paisagem, como aponta Meneses (2002), é um processo cultural, que tem como ponto de partida a valorização estética, a qual é, por natureza, um valor cultural. Esse valor dependerá da relação de afeto estabelecida pelo homem e o lugar, no decorrer da sua história, sendo, portanto, socialmente construída, pois "não há paisagem sem um observador" (Meneses, 2002, p. 32).

O valor estético conferido à paisagem se reflete também nos critérios definidos para seu entorno, o qual é visto como elemento que não pode interferir na contemplação da paisagem para que ela não perca sua função enquanto moldura cênica. No entanto, nas *Cartas Patrimoniais* se verifica que a paisagem no campo do patrimônio ganhou novas conotações. A primeira Carta que fez referência à paisagem foi a *Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios*, realizada pela Unesco em 1962. O conceito de paisagem na Recomendação está fortemente atrelado ao aspecto estético. Como tal, ela apresenta representatividade no campo das artes enquanto elemento inspirador, na vida social dos indivíduos em função da importância contemplativa e cultural.

Dez anos depois, a Unesco realiza a *Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* na qual trabalha com duas categorias: patrimônio cultural e patrimônio natural. As paisagens poderiam ser protegidas em qualquer dessas categorias, que, além de considerar o valor estético, passam a abranger valores históricos, científicos, etnográficos ou antropoló-

gicos. No entanto, como aponta Ribeiro (2007), a separação entre cultural e natural refletia a existência de dois movimentos separados, um que se preocupava com os sítios culturais e outro atento à conservação da natureza.

A separação entre natural e cultural se reflete também sobre a paisagem, que poderia, segundo a Convenção, ser categorizada como paisagem cultural ou como paisagem natural. Apesar disso, observa-se que, assim como o conceito de entorno sofreu uma evolução, também o conceito de paisagem adotado pelos órgãos de preservação evoluiu, no sentido de transcender aos valores estéticos.

Ciente de que o entorno tem uma função que vai além da escala, conforme expõe a *Declaração de Xi'An*[10], de 2005, e que o entorno objetiva também preservar uma ambiência e possibilitar que a relação contextual entre bem tombado e vizinhança não seja completamente perdida, fica notório que o entorno precisa interagir com as paisagens, ser um espaço mediador e de transição entre a paisagem protegida e o restante da cidade. Um entorno pensado enquanto mediador permite trocas entre área protegida e não protegida e não gera rupturas e fragmentações.

Para Cullen (1996), a paisagem urbana é formada por todos os elementos que compõem a cidade e interagem para conformar o espaço urbano, como uma "arte do relacionamento" que tem por objetivo "a reunião dos elementos que concorrem para a criação de um ambiente, desde os edifícios aos anúncios e ao tráfego, passando pelas árvores, pela água, por toda natureza" (Cullen, 1996, p. 10). Cullen mostra bem o sentido que está se buscando: o entorno deve fazer parte desse relacionamento e todos os elementos que o compõem, que não se resumem unicamente às suas construções, devem fazer parte dessa interação da paisagem.

Considerações Finais

A função do entorno na proteção de bens tombados, entre eles a paisagem, é indiscutível. Porém, o tratamento a ser conferido ao entorno ainda é uma questão em aberto. O processo que levou à conclusão de que a função do entorno não

10 "[...] o entorno supõe uma interação com o ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômica." (Thompson; Motta, 2007, p. 120)

está apenas orientada na proteção dos aspectos visuais da visibilidade do bem não foi acompanhado de uma análise da aplicabilidade desse conceito sobre o espaço e de sua interface com questões culturais e sociais.

O tratamento que se confere ao entorno em Cabo Frio está ainda pautado em questões estéticas, uma vez que o principal critério de análise para qualquer intervenção na área de entorno consiste na análise do impacto da volumetria da construção sobre a visibilidade do bem tombado.

No entanto, tais critérios não tornam os bens mais visíveis. Dependendo da posição na qual se encontra o observador, mesmo situado na área de entorno, não é possível visualizar a paisagem tombada, nem mesmo a relação de ambiência é sentida. Isso demonstra que continuar estabelecendo a volumetria como principal critério para proteção do entorno de paisagens não será suficiente para preservar a ambiência e visibilidade dos bens.

Em alguns casos, em Cabo Frio, a percepção da existência de uma paisagem tombada só é reconhecida no limite entre área de entorno e área tombada (Figuras 10A e 10B). Esse limite se processa de forma abrupta, em que de um lado existe a paisagem tombada, facilmente reconhecida por seus valores histórico, artísticos e paisagísticos, e de outro a cidade (paisagem não tombada), que em nada se relaciona com a paisagem tombada. Essa relação não existe porque não se reconhece na cidade elementos que a aproximem dos valores histórico, artísticos e paisagísticos presentes na paisagem tombada.

O Estudo de Rerratificação do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio demonstrou que houve uma fragmentação do conjunto paisagístico por conta das intervenções que aconteceram na cidade sem qualquer preocupação com a identidade do lugar ou com o conjunto paisagístico. Essa fragmentação ainda persiste e se acentua. A Praia do Forte, junto com o Forte São Mateus, não se integra ao Morro do Telégrafo, ou ao Morro da Guia com as edificações que compõem o Convento de Nossa Senhora dos Anjos. Atualmente, em vez de um conjunto, temos três elementos distintos que não apresentam sequer um ponto de interseção, a não ser o Canal de Itajuru, que mesmo não sendo tombado é um elemento que perpassa por todos esses elementos.

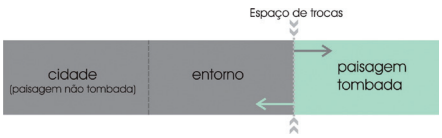


FIGURA 10A Esquema da relação existente entre cidade – entorno – paisagem presente em Cabo Frio.



FIGURA 10B Esquema da relação entre cidade – entorno – paisagem que deveria existir em Cabo Frio.

As áreas de entorno poderiam funcionar como elo, integrando todos os bens que formam o conjunto tombado fragmentado dentro da malha urbana. Porém, ao contrário disso, as áreas de entorno do conjunto paisagístico de Cabo Frio também costumam ser pensadas de forma compartimentada.

É importante definir um plano de preservação que repense o entorno não apenas do ponto de vista de criação de critérios e normativas restritas às edificações, mas abrangendo um planejamento e ordenamento que permita trocas sociais, culturais e também ambientais, uma vez que os elementos naturais que compõem as paisagens também devem ser considerados. Conferir ao entorno esse aspecto mediador pode contribuir para que as práticas sociais não sejam engessadas e para quebrar uma barreira entre áreas protegidas e não protegidas.

Referências

Azevedo, M.; Bendicto, D.; Leal Jr, S. Expressões e vestígios modernistas na capital fluminense nas décadas de 1940, 1950, 1960 e seus valores como patrimônio urbano. In: Docomomo, 5., 2003, São Carlos. *Anais eletrônicos...* São Carlos: EESC, 2003. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/111R.pdf>. Acesso em: 15 out. 2007.

Castro, Sonia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais*: o tombamento. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

Choay, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2006.

Cullen, Gordon. Paisagem urbana. Lisboa: Edições 70, 1996.

Cunha, Marcio Werneck da; Leite, Penha da Silva. A cidade de Cabo Frio entre 1615 e 1696. In: Finageiv, Belmira (Org.). *Carta à cidade de Cabo Frio*. Rio de Janeiro: Ibpc, 1994.

Gomes, Paulo César da Costa. *A condição urbana:* ensaios de geopolítica da cidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio*. Decreto-lei nº 25/1937. Rio de Janeiro, 2006.

_____. *Cartas patrimoniais*. 3. ed. Rio de Janeiro, 2004.

_____. *Estudo de rerratificação do conjunto paisagístico de Cabo Frio/RJ*. Rio de Janeiro, 1989.

_____. *Processo nº 757-T-65*: tombamento do conjunto paisagístico da cidade de Cabo Frio. Rio de Janeiro, 1967.

Knivet, Anthony. Knivet, sobre a casa de pedra: "Nunca vi tão forte". *Jornal O Canal*, Cabo Frio, jan. 1997. Encarte Viagem, p. 11.

Lamas, José M. R. Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2000.

Lynch, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Meneses, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: Yazigi, Eduardo (Org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

Motta, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: Arantes, Antônio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Rio de Janeiro: Papirus, 2000. p. 256-287.

Rego, José Lins do. Cabo Frio. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 maio 1938. Quarta Seção, p. 1-3.

Ribeiro, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1974.

Thompson, Analucia; Motta, Lia. *Entorno de bens tombados*. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2007. (Cadernos de Estudos do PEP).

Yazigi, Eduardo. *Civilização urbana, planejamento e turismo*: discípulos do amanhecer. São Paulo: Contexto, 2003.

Documentos

Andrade, Rodrigo M. F. de. *Ofício nº 294/1958*, de 29 de setembro de 1958. Encaminhado ao Prefeito Municipal de Cabo Frio. Arquivo Central do Iphan/ Seção Rio de Janeiro. Série Obras/ Convento de Nossa Senhora dos Anjos. Cx. 370, pasta 1.582, env. 1.582-1.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Ofício GAB nº 332/1983*. Rio de Janeiro, 12 de julho 1983. Ofício do Diretor da 6ª Diretoria Regional encaminhado ao Prefeito Municipal de Cabo Frio. Fonte

_____. *Ofício nº 477/1969*. Rio de Janeiro, 21 de março 1969. Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional encaminha ao Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Central do Iphan/ Seção Rio de Janeiro. Série Obras/ Convento de Nossa Senhora dos Anjos. Cx. 530, pasta 2.200, env. 2.200-1.

Harlindis, Maria; Medeiros, Maryane. *Parecer nº 132*, de 18 de dezembro de 1997. Encaminhado ao responsável pela área de proteção. Assunto: Instrução Regional, critérios de proteção aos bens tombados. Cabo Frio, RJ. Arquivo do Escritório Técnico do Iphan em Cabo Frio.

Jacintho, Edgard. *Documento*. Rio de Janeiro, 4 de março 1969. Encaminhado ao Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Arquivo Central do Iphan/ Seção Rio de Janeiro. Série Obras/ Convento de Nossa Senhora dos Anjos. Cx. 530, pasta 2.200, env. 2.200-1.

Leal, José. Comunicado Interno nº 004/1991, de 11 de janeiro de 1991. Encaminhado ao Coordenador Regional/Ibpc. Assunto: construção de dupla pista de circulação ao longo da Praia do Forte em Cabo Frio/RJ.

Relatório sobre o Convento de Nossa Senhora dos Anjos – Cabo Frio/RJ. Encaminhado ao Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade. 8 set. 1958. Arquivo Central do Iphan/ Seção Rio de Janeiro. Série Obras/ Convento de Nossa Senhora dos Anjos. Cx. 370, pasta 1.582, env. 1.582-1.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Arquivo da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro*. Pasta Conjunto Paisagístico/Preservação/Avenida Litorânea.

_____. *Arquivo da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro*. Pasta Conjunto Paisagístico/ Preservação/Avenida do Contorno (pasta 01). Processo nº 0713/89 – A.

Depoimentos:

Otime dos Santos (*in memoriam*).

Genésio dos Santos.

Meri Damasceno.

Penha Leite.

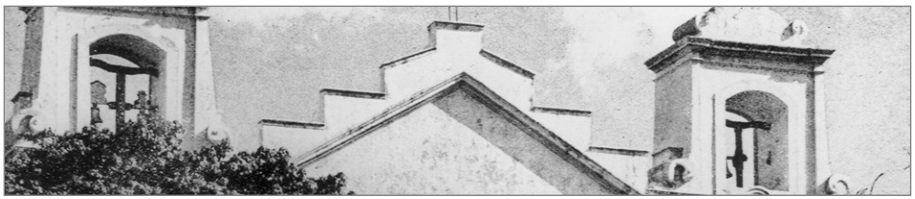
Aristarco Accioly.

José Bonifácio.

José Leal.

O Entorno da Igreja Nossa Senhora da Conceição de Viamão

Naiana Maura John



Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar resultados da pesquisa sobre o entorno da Igreja Nossa Senhora da Conceição de Viamão (RS), desenvolvida no Programa de Especialização em Patrimônio (Pep) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O estudo teve como objetivo contribuir para uma reflexão sobre a delimitação e as transformações do entorno desta igreja, bem como sobre os aspectos a serem considerados na delimitação dos entornos dos bens tombados. Os métodos utilizados incluíram levantamentos de arquivo, tais como pesquisas sobre entornos, sobre a igreja e sua relação com o povoamento do RS e levantamentos de campo, entre os quais registro fotográfico das edificações, desenho dos perfis das ruas e levantamento de altura das edificações e de uso do solo da área investigada. Dentre as conclusões, pode ser destacada a necessidade de considerar os aspectos formais e simbólicos na delimitação do entorno de bens tombados, além dos usos dos espaços abertos próximos a esses bens.

Naiana Maura John Arquiteta e urbanista, mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Propur/Ufrgs). Foi bolsista do PEP/IPHAN na Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul, sob a supervisão da arquiteta Ana Lúcia Goelzer Meira. Atualmente é arquiteta da Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS, integrando a Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC).

Introdução

Entorno e ambiência de bens tombados

A palavra "entorno" pode ser definida como a área de vizinhança dos bens tombados, tendo sido inicialmente empregada pelo Iphan na década de 1970 (Iphan, 2007, p. 11) como consequência do processo de ampliação da noção de vizinhança dos bens tombados definida no Decreto Lei nº 25, de 1937. Esse decreto faz referência à vizinhança dos bens tombados e ao impedimento de fazer construção que prejudique ou reduza a visibilidade dos referidos bens. A definição de entorno formulada pela instituição em 1983 afirma que "'vizinhança da coisa tombada' é, fisicamente, o lugar geométrico dos pontos de uma paisagem que, potencialmente, se interpõem nas visuais a partir de ou sobre o monumento" (Dtc; Sphan; Fnpm, 1983. In: Thompson; Motta, 2007, p. 82). Embora a primeira definição de "entorno" enfatizasse a visibilidade, com o passar do tempo e no desenvolvimento de estudos sobre o tema, o Iphan adotou outros entendimentos do que comporia o entorno, incluindo nesse conceito aspectos simbólicos ou de significado relacionado às práticas sociais da população.

O conceito de visibilidade foi definido pelo Iphan no primeiro período de trabalhos com entornos (décadas 40 e 50 do séc. XX), como a percepção ótica do monumento associada aos aspectos estéticos ou artísticos. Ou seja, o Instituto considerou que não bastava apenas avistar o bem tombado; também era necessário observá-lo em seu sítio de implantação. (Thompson; Motta, 2007, p. 21). Segundo depoimento dos servidores do Iphan Adler Homero e Jurema Arnaut, esse conceito já estava superado nas ações do órgão a partir dos anos 1970.

Na história do Instituto podem ser reconhecidos dois períodos principais no trabalho com entorno de bens tombados: o primeiro vai de 1937, quando é publicado o Decreto Lei nº 25, organizando a proteção do patrimônio brasileiro, até meados dos anos 1950, período que se caracteriza pela afirmação da idéia de vizinhança em batalhas judiciais. O segundo vai do final dos anos 1950 até os anos 1980, período que se destaca por uma nova abordagem e por debates sobre o tema (Thompson; Motta, 2007, p. 10)[1].

1 Essa divisão, segundo consta no Caderno de Estudos do PEP – Entorno de Bens Tombados, foi proposta por Marcia Sant'Anna na sua dissertação de mestrado (Thompson; Motta, 2007, p. 10)

Outra divisão cronológica sobre as abordagens dos entornos de bens tombados pelo Iphan pode ser proposta considerando quatro fases distintas (Thompson; Motta, 2007, p. 10). A primeira etapa estende-se até os anos 1960 e caracteriza-se pelas batalhas judiciais e pela busca da imposição da autoridade do Instituto na definição das zonas de proteção dos bens tombados por meio da limitação à propriedade. A segunda fase vai até o início dos anos 1980 e se destaca pelo envolvimento das prefeituras municipais na preservação e na publicação das primeiras portarias de entorno pelo Iphan. A terceira etapa é marcada pela realização de seminários para discutir o tema dos entornos e pela tentativa de organizar essa forma de proteção em todas as unidades da instituição. Já a quarta fase é definida pelos trabalhos posteriores a 1986, tendo por característica o tratamento dos entornos como parte da rotina de trabalho do Iphan, incluindo delimitações emergenciais como forma de garantir a preservação da vizinhança de bens tombados.

A preocupação com as áreas de entorno é percebida antes mesmo da criação do Iphan, em documentos internacionais como a *Carta de Atenas* (1931 e 1933) e a *Carta de Veneza* de 1964. Na Carta de 1931 aparecem recomendações à preservação do caráter e da fisionomia das cidades, especialmente da vizinhança dos monumentos antigos, "cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais" (Cury Org., 2004, p. 14). Os pressupostos modernos da *Carta de Atenas* de 1933 também apresentam preocupação com a vizinhança dos monumentos de valor histórico. Esse documento valoriza a criação de áreas verdes em torno dos monumentos e afirma que podem ser destruídas construções como cortiços e casas insalubres vizinhas a elementos de valor histórico com o objetivo de introduzir uma "ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável, e da qual, em todo caso, os bairros vizinhos se beneficiarão amplamente" (Ibid., p. 54). Já a *Carta de Veneza* de 1964 informa que "a conservação de um monumento implica a preservação de uma ambiência em sua escala" (Ibid., p. 93). A Carta afirma a importância do meio no qual está o monumento para que a conservação seja garantida.

As diferentes referências à ideia de "ambiência" nos documentos internacionais indicam que não devem ser considerados apenas aspectos visíveis ou formais do entorno, mas também outros fatores relacionados aos aspectos simbólicos do meio no qual estão inseridos os bens tombados. A Declaração de Nairóbi de 1976, por exemplo, define ambiência como "o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica dos conjuntos, ou

a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por **laços sociais, econômicos ou culturais** [grifo da autora]" (Cury (Org.), 2004, p. 220).

A delimitação de entorno no âmbito da preservação do patrimônio é importante para garantir que as transformações ocorridas no ambiente dos bens tombados não prejudiquem a integridade desses bens. Garcia (2004) destaca que é importante que o sítio histórico seja preservado e não somente o bem tombado isoladamente. Essa ideia relaciona-se com a "autenticidade" dos monumentos. Entende-se como "autêntico" aquilo que "é verdadeiro, o que é dado como certo, sobre o qual não há dúvidas" (Ibid., p. 325). A *Conferência de Nara* de 1994 (Ibid.) afirma que os bens autênticos possuem correspondência entre o objeto material e seu significado. Já a *Carta de Brasília* de 1995 destaca que a autenticidade dos conjuntos urbanos pressupõe a manutenção de seu conteúdo sociocultural, sendo imprescindível o equilíbrio entre o edifício e seu entorno, o que poderia ser conseguido por meio de normas que assegurassem a manutenção do entorno primitivo ou que levassem a relações harmônicas de massa, textura e cor (Ibid., 2004, p. 326).

No entanto, em diversos casos, as delimitações de entorno, sozinhas, não são capazes de garantir a ambiência dos bens sob tutela do Estado. As cidades têm passado por muitas transformações, exigindo que os critérios adotados para definir as áreas de proteção sejam constantemente revistos e ampliados, incorporando novos parâmetros. Além do mais, a falta de investimentos sistemáticos e qualificados no planejamento urbano brasileiro contribui para acelerar o processo de descaracterização das cidades, especialmente em suas áreas centrais. Esses fatores tornam o tema da ambiência dos bens tombados uma preocupação atual e pertinente para as discussões sobre planejamento e gestão urbana.

O estudo da ambiência da Igreja Nossa Senhora da Conceição de Viamão surgiu a partir da preocupação do Iphan/RS em rever as definições de entorno de seus bens tombados. Nos últimos anos, foram realizados diversos trabalhos com a finalidade de reavaliar as diretrizes de proteção da vizinhança dos bens protegidos em cidades sul-rio-grandenses. Nesse contexto, surgiu a proposta de rever o disciplinamento e a definição do entorno da Igreja Matriz de Viamão, que havia sido estabelecido em 1984. Portanto, este artigo tem como objetivo contribuir para a reflexão sobre entornos de bens tombados, tendo como estudo de caso o entorno da Igreja Nossa Senhora da Conceição de Viamão.

Aspectos históricos do povoamento de Viamão

A Igreja Matriz de Viamão foi participante ativa na história dos habitantes sul-brasileiros. A região conhecida originalmente como Campos de Viamão, inserida no chamado "caminho das tropas", foi um dos primeiros núcleos do povoamento do atual estado do Rio Grande do Sul. A região de Viamão teve sua ocupação iniciada em 1732, com a doação de uma sesmaria a João de Magalhães após ele ter fundado uma estância em Tramandaí (Franco, 2005, p. 5). Posteriormente, a vinda de casais açorianos assegurou a posse portuguesa dessas terras. Viamão tornou-se freguesia em 1741 e foi capital da Província do Rio Grande de 1763 a 1773.

Os casais açorianos que vieram para o Sul do Brasil chegaram ao Porto de Ornelas (atual Porto Alegre), em 1752, e permaneceram aguardando a demarcação de terras, realizada somente em 1764 (Graebin, 2006). O objetivo inicial era que fossem para o território das Missões, no entanto, o levante dos Sete Povos ocorrido de 1754 a 1756 impediu seu transporte para lá. Os açorianos permaneceram nos Campos de Viamão, sustentados pela Família Real, e alguns foram mandados a Rio Pardo. Eles tiveram de enfrentar toda sorte de dificuldades, pois não houve demarcação de terras nem subsídios ao trabalho na lavoura (Ibid., p. 203).

A população de Viamão tem origem nos imigrantes que vieram de Laguna e nos casais açorianos que se fixaram nas terras concedidas na Freguesia de Sant'Anna no Morro Grande. A cidade também teve influência cultural de índios, negros e italianos chegados no início do séc. XX, sendo encontradas poucas referências a esses grupos (Franco, 2005).

Viamão foi capital da Província de 1763 a 1773, mas somente em 1835 foi elevada à categoria de vila, chamada Vila Setembrina. A partir de 1880 passou a ser município autônomo, com o nome de Vila de Viamão. Outros nomes foram dados ao município, como Estância Grande, Capela Grande de Viamão e Nossa Senhora de Viamão[2]. Segundo Bittencourt (2007), há uma lenda sobre a origem do nome Viamão, explicando que do alto da igreja se percebe, como se fossem os dedos de uma mão, o encontro dos cinco rios que formam o lago Guaíba: Jacuí, Caí, dos Sinos, Gravataí e Riacho. O Jacuí seria o polegar e o Riacho seria o mindinho. Daí teria surgido o nome Vi-a-Mão.

2 Transcrição dos documentos originais datilografados existentes no Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul, elaborados em 1984 pelos arquitetos Carlos Max Moreira Maia e Luiz Antônio Bolcato Custódio.

O traçado urbano do entorno da Igreja Matriz

Segundo Bittencourt (2007), citando Arséne Isabelle, era possível chegar a Viamão por três caminhos, cujo alinhamento originou o traçado viário atual, formando uma malha urbana quadrangular, excetuando-se o quarteirão da igreja, quase triangular. Rhoden (2006) afirma que, ao contrário dos traçados espanhóis, os portugueses adotaram a quadrícula urbana sem rigidez, adaptando-a à topografia local na configuração urbana. Dessa forma, a quadrícula não seria sempre perfeitamente regular (Figura 1), admitindo-se adaptações no tamanho e na forma dos quarteirões, nas larguras das vias etc. Quanto à configuração do povoado de Viamão, Rocca (2002, p. 264) afirma, em sua pesquisa sobre a cidade colonial ibero-americana, que a configuração espacial dessas cidades foi constituída pelo conhecimento erudito e popular, e que o elemento constante nessas povoações é a conformação em malha, definindo os espaços públicos e privados.

A Igreja Matriz na história de Viamão

A construção da capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição de Viamão é do início da ocupação[3] da cidade. Viamão teve sua Igreja Matriz construída entre 1760 e 1770. A povoação se desenvolveu em torno do antigo centro (Figura 2), no qual se destacam o Império, a igreja, a Câmara, o quartel general e o cemitério.

O livro de Saint-Hilaire, *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*, retrata as percepções do autor na passagem pelos Campos de Viamão no século XIX. Para o viajante, a paisagem do povoado é privilegiada, onde se destacam os "campos ligeiramente ondulados, no meio dos quais se vêem grupos de matas" (Saint-Hilaire, 1974, p. 27). No relato do viajante, é ressaltada a importância que a igreja possuía na conformação da paisagem. Saint-Hilaire afirma que "depois de São Paulo ainda não tinha visto nenhuma igreja comparável a essa, possuindo duas torres, bem conservada, extremamente asseada, clara e ornamentada com gosto" (1974, p. 27).

A descrição de Saint-Hilaire demonstra que a igreja, desde o período de fundação do povoado, é um marco arquitetônico, tanto pelo seu aspecto formal quanto pelo seu significado, embora tenha passado por várias reformas ao longo do tempo, modificando algumas de suas características originais (Iphan, 2005).

3 Descrição da Igreja, Arquivo Noronha Santos. Disponível em: <http: //www2.iphan.gov.br/ans/link_TomboNew.htm>.



FIGURA 1 Traçado da zona central de Viamão.

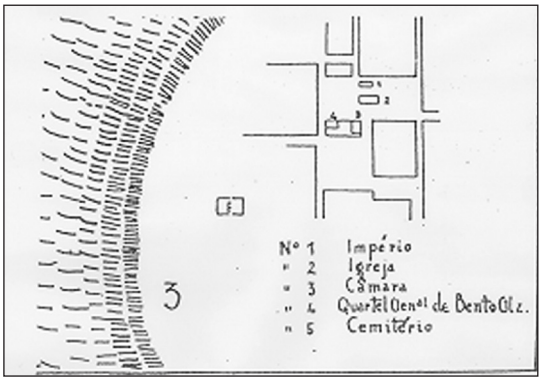


FIGURA 2 Planta de Viamão (Vila Setembrina), em 1836. Fonte: Museu Júlio de Castilhos.

O entorno da Igreja Nossa Senhora da Conceição de Viamão

A Igreja Matriz de Viamão, incluindo o seu acervo de bens móveis e integrados, foi inscrita pelo Iphan no Livro-Tombo das Belas Artes, em 1938. Ela possui grande importância arquitetônica e histórica. Desde o seu tombamento, a igreja tem sido alvo de restaurações e de estudos com o objetivo de recuperar sua arquitetura, requalificar e proteger o seu entorno. O esforço estendeu-se também à esfera estadual, pois, em 1982, foi elaborado o Plano de Diretrizes Urbanas para o Centro Histórico de Viamão pela Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal (Surbam), órgão da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras. Este estudo contou

com levantamento fotográfico do entorno, além da análise sobre a proteção da ambiência da igreja. A delimitação de entorno elaborada pelo Iphan ocorreu em 1984 (Figura 3) e foi fundamentada no conceito de visibilidade, propondo disciplinamento de altura, alinhamento, cobertura e projeção das edificações.

Por meio da observação de fotografias antigas, como as das Figuras 4, 5, 6 e 7, foi possível identificar algumas características do entorno original da Igreja Matriz de Viamão. As edificações continham elementos de influência luso-brasileira: a maior parte possuía um pavimento; a fachada apresentava, em geral, uma porta e uma janela; os telhados eram compostos por duas águas com cobertura de telhas de barro e cumeeira paralela à rua. A Praça Cônego Bernardo Machado, localizada em frente à edificação tombada, não era pavimentada, havia presença de vegetação, incluindo árvores de grande porte, e existia uma rua lateral que fazia conexão entre essa praça e os fundos da igreja.

Desde os primeiros estudos sobre o entorno do referido templo, ocorreram alterações no centro histórico da cidade que prejudicaram a ambiência do bem.



FIGURA 3 Zona de proteção definida pelo Iphan em 1984. Fontes: Arquivo IPHAN/RS; Google Earth.



FIGURA 4 Fachada principal da igreja. Fonte: Arquivo IPHAN/RS (s.d.)



FIGURA 5 Rua lateral da igreja. Fonte: Arquivo IPHAN/RS (s.d.)



FIGURA 6 Vista da Praça Cônego Bernardo Machado, início do século XX. Fonte: Arquivo IPHAN/RS (s.d.)



FIGURA 7 Vista do entorno da igreja, início do século XX. Fonte: Arquivo IPHAN/RS (s.d.)

As modificações ocorridas estão inseridas no processo de industrialização e na posterior diminuição de importância econômica da cidade, acentuada após a década de 1950 (Ambiens Cooperativa, 2006, v. 2, p. 15). Houve aumento de altura e mudanças de uso das edificações, além de um grande número de construções novas desvinculadas das características originais do local (Figuras 8 e 9). A substituição da atividade residencial pela comercial sem o planejamento adequado transformou o centro de Viamão em uma área ruidosa, de tráfego intenso e de poluição visual.

No entorno, podem ser identificados conflitos entre as novas intervenções e a igreja, não só em relação às novas edificações e suas atividades, mas também em relação aos elementos de mobiliário urbano e de sinalização publicitária. Esses elementos possuem, muitas vezes, um caráter de conflito, criando um ambiente com pouca harmonia e prejudicando a qualidade visual da paisagem de entorno (Figura 10).

A perda dos valores arquitetônicos e urbanísticos torna necessária a adoção de medidas que contribuam para a qualificação do local. Segundo Meneses (2006), seria absurdo exigir o congelamento das áreas de vizinhança impedindo modificações. O autor sugere que ocorram adequações compatíveis com o meio, para assegurar a preservação dos bens públicos protegidos.

Entende-se que existe necessidade de revisar os parâmetros de disciplinamento, uma vez que a cidade passou por diversas transformações desde a década de 1980, período em que foram elaborados os últimos estudos de regulamentação do entorno. Torna-se importante investigar em quais aspectos as diretrizes propostas devem ser complementadas ou reformuladas, analisando ainda se existe necessidade de criar outros mecanismos que contribuam para a revalorização da área de entorno da igreja. Também cabe investigar se a porta-



FIGURA 8 Vista oeste do entorno a partir da torre da igreja. Fonte: Foto da autora (2007).



FIGURA 9 Vista da Praça Cônego Bernardo Machado a partir da torre da igreja. Fonte: Foto da autora (2007).



FIGURA 10 Vista da quadra oeste do entorno da igreja. Fonte: Fotomontagem da autora (2007).

ria que definiu as diretrizes de entorno do bem, tal como está formulada, é suficiente para garantir a preservação da ambiência da Igreja Matriz de Viamão.

Os critérios para o tombamento na história do IPHAN

É necessário compreender os critérios utilizados no tombamento de um bem para analisar as características que fundamentaram a delimitação do seu entorno. Os primeiros anos de atuação do Iphan, segundo Fonseca (1997), estiveram concentrados na proteção dos bens representativos da identidade cultural da nação. Nesse período considerava-se o valor artístico como de maior representatividade para eleger monumentos tombados. O valor histori-

co passou a ter maior importância a partir dos anos 1970. Desde então, houve fatores que contribuíram para uma redefinição de valores históricos e artísticos, que passaram a ser atribuídos a bens representativos da cultura popular, que não fossem necessariamente "centrados no evento político e nos feitos das classes dirigentes" (Fonseca, 1997, p. 224). Nesse período teve início a participação de historiadores nos pareceres de processos de tombamento e os bens passaram a ser considerados pelo seu valor documental, além dos valores artísticos.

A excepcionalidade pode ser entendida como a característica de um bem em conter, intrinsecamente, valores culturais da sociedade que o produziu, possibilitando diferentes leituras e interpretações. A excepcionalidade atribuída aos monumentos, no período posterior aos anos 1970, possuía o conceito de "representatividade, exemplaridade, e não mais a noção, corrente na época, de 'fora do comum'" (Ibid., p. 226). Os ideais de construção de uma imagem nacional também passaram a ser questionados, bem como a pertinência de alguns atores em serem os únicos responsáveis pela escolha dos símbolos nacionais representativos da identidade brasileira.

Esses apontamentos contribuíram para o questionamento sobre o papel do Iphan em resolver as demandas relativas ao patrimônio nacional. Houve críticas à hierarquia adotada na atribuição dos valores aos bens, questionando o fato de o valor artístico, que se concentrava nos aspectos formais, ser o principal quesito para o tombamento. Alguns novos processos de tombamento de bens com características singulares levaram a instituição a criar uma ruptura na já tradicional adoção de critérios para sua análise na avaliação de bens.

O tombamento da Igreja de Viamão é um exemplo da prática do Iphan no período anterior aos anos 1970. Nesse caso, o processo contém poucas informações a respeito do monumento, uma vez que as características formais de sua arquitetura justificavam suficientemente o tombamento dentro dos critérios adotados pela Instituição naquela época. A edificação, inscrita no Livro de Belas Artes, era um exemplo da arquitetura de pedra e cal luso-brasileira. O seu valor histórico ficou em segundo plano.

A arquitetura do bem tombado

A edificação da capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição ocorreu no início do povoamento. Já a construção da Igreja Matriz foi realizada na segunda metade do século XVIII. A edificação foi reconhecida como patrimônio nacional na primeira fase de atuação do Iphan, momento em que

surgia uma preocupação com a formação da identidade nacional brasileira[4].

A descrição de Macedo (1987 apud Bittencourt, 2007) aponta características arquitetônicas importantes da igreja, tais como:

> a fachada austera; o frontão simples, reto, encimando o pano central com vistoso óculo[5] entre as duas janelas do coro, que ladeiam duas poderosas colunas de um e outro lado da porta central; e o conjunto de pilastras cotado por frisos.

Ainda acrescenta o autor, que "o detalhe mais significativo do projeto é o acesso à torre da direita, que se faz por trás, no ângulo da parede externa direita da nave" (Macedo, 1987 apud Bittencourt, 2007, p. 156).

Já Bittencourt (2007) descreve a suntuária da igreja, destacando a simplicidade da decoração pictórica, do mobiliário e da tapeçaria. Segundo a autora, "os altares possuem retábulos rococós e colunas salomônicas, cujas bases são terminadas em volutas" e os altares possuem pequenas imagens, algumas vestidas e outras totalmente talhadas na madeira (Bittencourt, p. 170-171). As figuras 11 e 12 ilustram o interior da igreja.

O projeto da Igreja Matriz é do engenheiro, arquiteto, cartógrafo e militar português José Custódio de Sá e Faria, responsável por outros projetos, como o da Catedral de Montevidéu (Uruguai); da Igreja de Santa Cruz dos Militares, no Rio de Janeiro (RJ); da Igreja de Bom Jesus, em Triunfo (RS); e de São José, em Taquari (RS). A Igreja Nossa Senhora da Conceição de Viamão possui um frontão escalonado, duas torres, nave, capela-mor e sacristias. Sua arquitetura é austera, sem ornatos, correspondente ao barroco seiscentista (Figuras 13 e 14). A largura das paredes chega a atingir 1,5 m (Arquivo Noronha Santos, 2008). Conforme Weimer (apud Vieira, 2008), a robustez das paredes da igreja indica que a edificação serviu, além de templo, como fortificação, existindo relatos populares de que a construção foi utilizada para defesa dos habitantes do povoado.

4 "O termo 'identidade nacional' foi utilizado por vários intelectuais modernistas para descrever o que era tido como realmente brasileiro em oposição às fortes influências estrangeiras, principalmente européias, do início do século XX." (Arrelaro, 2007, p. 5)

5 Óculo é uma abertura ou janela circular ou elíptica, não raro decorativa, nas fachadas com o objetivo de iluminação e ventilação interna da edificação (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 2004).



FIGURA 11 Interior da Igreja Matriz de Viamão. Vista do coro. Fonte: Foto da autora.



FIGURA 12 Interior da Igreja Matriz de Viamão. Vista do altar. Fonte: Foto da autora.



FIGURA 13 Vista da igreja e do antigo Império, ao seu lado. Fonte: Arquivo IPHAN/RS.

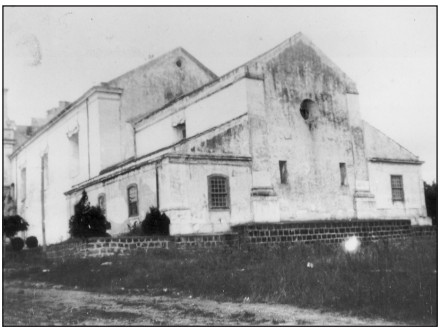


FIGURA 14 Vista da fachada posterior da igreja Fonte: Arquivo IPHAN/RS.

Tombamento e obras de recuperação da Igreja Matriz de Viamão

Dez anos após o tombamento da edificação, foi feito um documento assinado por intelectuais gaúchos solicitando a restauração do templo, pois se encontrava em estado de degradação. A partir de então, houve uma série de obras parciais para restabelecer a integridade da edificação.

De 1953 a 1961 ocorreram obras significativas de conservação e restauração, sob orientação do arquiteto Julio Curtis. Nesse período foram feitas intervenções no telhado, nos forros e na porta de entrada. Em maio de 1961 houve deslizamento de grande área do telhado, relatado por Julio Curtis em documento a Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Dphan. Em consequência da queda de uma terça, que girou sobre uma de suas arestas, o telhado se desestabilizou na área da água correspondente ao lado do Evangelho.

Essa verificação precedeu as obras de estabilização da cobertura, realizadas naquele mesmo ano[6].

As obras de 1961, sob responsabilidade do Sr. Silvino Sarvi, foram concentradas no telhado com o retelhamento e colocação de algerozes, recuperação de assoalhos e tetos, limpeza de arbustos nas cimalhas, substituição de rebocos e emboços nas paredes externas, entre outras intervenções[7]. Em 1968 foram realizadas obras de recuperação nos telhados e forros da igreja, coordenadas pelo arquiteto Edgar Bittencourt da Luz. Nos anos seguintes foram feitas obras de requalificação do espaço aberto, com o projeto da Prefeitura Municipal de Viamão para a Praça Cônego Bernardo Machado, em frente à Igreja Matriz, executado em 2005 (Figuras 15 e 16), e também o projeto do Iphan para restauração da igreja.

Aspectos formais do Entorno

Kohlsdorf (1996) destaca a importância de estudar os aspectos formais do ambiente para compreender que espaço urbano e sociedade são intrinsecamente relacionados. Segundo a autora "o papel da forma física nesse espaço não é supérfluo, mas fundamental, porque é por meio dela que se concretiza o desempenho do espaço quanto a expectativas colocadas pelos que o freqüentam" (Kohlsdorf, 1996, p. 22). Ainda, segundo Azevedo (2000), as características formais do ambiente estão entre os principais componentes das preferências ambientais.

Lang (1987) aponta alguns indicativos para que o ambiente seja considerado agradável aos seus usuários: reconhecimento de que a estrutura possui princípios normativos importantes ao observador; percepção de que a estrutura permite a realização dos seus objetivos; congruência do nível de sua complexidade e da ordem visual do objeto com o nível habitual do observador ou com o nível ao qual ele pode se adaptar; e manutenção da atenção do observador (apud Azevedo, 2000, p. 27). Segundo esse autor, os aspectos formais, como proporções, ritmos, grau de complexidade e cor influenciam as preferências dos indivíduos sobre o ambiente.

6 Igreja Nossa Senhora da Conceição de Viamão, Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul.

7 Igreja Nossa Senhora da Conceição de Viamão, Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul.



FIGURA 15 Praça Cônego Bernardo Machado. Fonte: Arquivo IPHAN/RS (jun./2004).



FIGURA 16 Praça Cônego Bernardo Machado após o projeto. Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal de Viamão (2006).

As edificações das quadras de entorno da Igreja Nossa Senhora da Conceição de Viamão possuem em sua maioria um ou dois pavimentos. Grande parte das casas foi reformada para atender ao uso comercial. Os telhados das edificações preservaram as telhas cerâmicas, em sua maioria, no entanto, o caimento das águas nem sempre seguiu a característica original que era possuírem cumeeira paralela à rua. As fachadas atuais caracterizam-se por apresentar materiais contemporâneos, tais como cerâmica, concreto, vidro e elementos metálicos. As aberturas, portas e janelas foram ampliadas para criar vitrines e para propiciar a maior circulação de público (figuras 17 e 18). As edificações antigas possuíam aberturas pequenas e ordenadas, guardando relações formais entre si (Figuras 19 e 20). Os materiais também eram diferentes: na maioria dos casos, vedações de alvenaria e aberturas de madeira. As grandes aberturas e os diferentes materiais das fachadas criaram um padrão diferente daquele encontrado originalmente nas edificações do entorno do templo, indicando uma possível avaliação menos positiva do que a proporcionada pelo ambiente original do entorno.

O uso comercial das edificações também ocasionou a presença excessiva de anúncios nas fachadas do entorno do templo. Os ambientes com grande complexidade[8], causada pela quantidade e variação das características físicas de anúncios comerciais e das construções, tendem a possuir avaliação negativa por parte das pessoas (Portella, 2003). Analisando o perfil de quadra da Rua General Osório, por exemplo, constatou-se que 18% da área de fachadas

8 Conforme Reis (2002, p. 59), complexidade pode ser entendida como "maximização na quantidade de elementos diferentes dentro de uma estrutura compositiva".



FIGURA 17 Rua General Osório – Fotomontagem das edificações do quarteirão. Fonte: Autora.



FIGURA 18 Rua General Osório. Representação dos cheios (vedações) e dos vazios (aberturas). Fonte: Desenho da autora.

está ocupada por anúncios comerciais (Figura 23), indicando que a avaliação estética dessa quadra tenderia a ser negativa para a maioria dos usuários, principalmente porque os anúncios aumentaram a poluição visual ao ocupar áreas exageradamente grandes das fachadas com tamanhos, composições e cores diversas (Figuras 21 e 22).

A complexidade está diretamente relacionada à ideia de ordem, fundamental ao ser humano, pressupondo percepção de unidade e de uma estrutura na organização dos elementos compositivos. Lang (1994) explica que um ambiente ordenado geralmente possui princípios baseados em sistemas proporcionais, que provocam sensações agradáveis às pessoas. Alguns aspectos do ambiente, como baixo contraste entre elementos ou entre objetos e seu contexto estão associados com a ordem de uma paisagem (Nasar, 1997). Outros fatores, como repetição de elementos e uniformidade de texturas, por exemplo, contribuem para a coerência e a legibilidade da cena. Ainda assim, conforme destaca Reis (2002, p. 19), "a ordem deveria ser acompanhada de certa diversidade, para evitar a monotonia".

Aspectos simbólicos e de território do entorno

Os aspectos simbólicos do ambiente contribuem para a legibilidade e clareza da paisagem por meio da constituição de referências e da presença na imagem que as pessoas fazem de seus lugares. Segundo Lynch (1997), legibilidade pode ser entendida como a "facilidade com que as partes podem ser reconhecidas e organizadas num modelo coerente". O autor afirma que um ambiente característico e legível contribui para a segurança e "reforça a profundidade e a intensidade potenciais da experiência humana" (1997, p. 5). Sobre a imagem ambiental, o autor destaca três importantes componentes, que são identidade, estrutura e significado, sendo que este último pode ser entendido como aspecto simbólico do ambiente.





FIGURAS 19 e 20 Fachadas das edificações originais. Fontes: Arquivo Prefeitura Municipal de Viamão e Arquivo IPHAN/RS.



FIGURA 21 Rua Daltro Filho. Fonte: Foto da autora.



FIGURA 22 Rua General Osório. Fonte: Foto da autora.



FIGURA 23 Perfil de quadra da Rua General Osório. Fonte: Fotomontagem da autora.

As referências, ou marcos referenciais, são elementos físicos que possuem alguma característica que os tornam memoráveis no contexto (Lynch, 1997, p. 88). O autor aponta que a principal característica física desses elementos é a singularidade e que os marcos são mais bem identificados quando possuem forma clara, embora os aspectos de significado não devam ser descartados. Pontos referenciais importantes no centro de Viamão, identificados no levantamento de campo, podem ser verificados pelo mapa da Figura 24. Esses pontos estão associados às referências dos indivíduos e aos usos do espaço. Enquanto as praças representam locais importantes de socialização, a Igreja Matriz, a caixa d'água e o terminal de ônibus também servem como importantes elementos de orientação no centro da cidade. Esses locais podem ser entendidos como marcos referenciais, pois são facilmente identificados pelas pessoas.

Azevedo (2000) destaca que atividades e usos que atendem maior número de pessoas têm maior poder de imageabilidade, o que pode ser explicado pela avaliação positiva que prédios e espaços públicos possuem e menos positiva, no caso de prédios e espaços com usos particulares. Os estudos do autor também demonstram que os edifícios de patrimônio histórico tendem a ter alto grau de imageabilidade e são avaliados positivamente pelas pessoas.

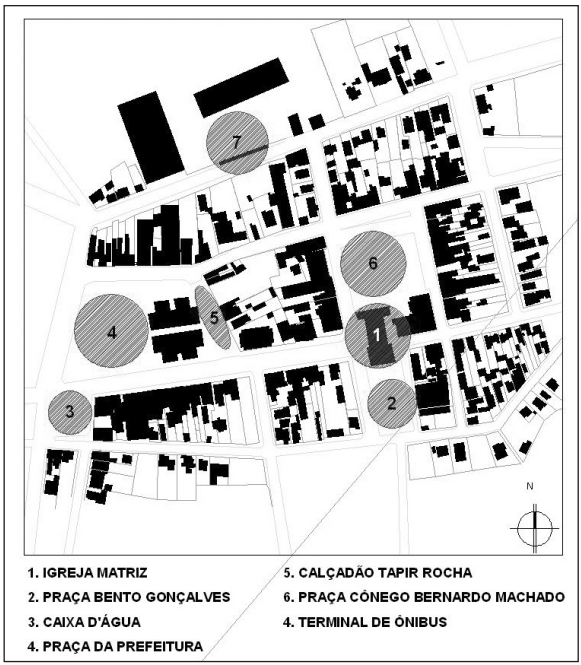


FIGURA 24 Pontos de referências de uso e de orientação no entorno da Igreja Matriz de Viamão. Fonte: Desenho da autora.

Autores definem uso como uma categoria de análise do espaço urbano que se refere às diferentes atividades realizadas pelas pessoas e que condiciona a adequação desses espaços, pois locais sem uso tendem a ter pouco significado aos indivíduos (p. ex. Francis, 2001 e Reis; Lay, 2008). Segundo Sarmento (2002), o uso é a forma pela qual o homem se apropria do ambiente, identificando-se com ele. O entorno da Igreja Matriz de Viamão, entendido como um território ou espaço no qual existe apropriação das pessoas, possui características importantes a serem destacadas. As observações em campo, associadas a pesquisas em jornais locais, contribuíram para entender como as pessoas utilizam os espaços públicos nas proximidades da igreja.

Quanto ao uso no entorno do templo, cabe ainda ressaltar a importância das procissões que ocorrem ao longo do ano e que fazem um percurso, conforme demonstrado na Figura 25, partindo da Igreja Matriz (01), passando pela Rua General Osório (02), subindo pela Praça da Prefeitura Municipal (03) e retornando para a igreja pela Rua Coronel Marcos (04). Das procissões mencionadas pelo pároco da cidade, destaca-se a festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade. No ano de 2008, foi realizado um abraço à igreja, simbolizando a preocupação com a preservação do patrimônio.

O uso das áreas abertas públicas, tais como praças e calçadas, demonstra a importância desses espaços na definição de um território relacionado

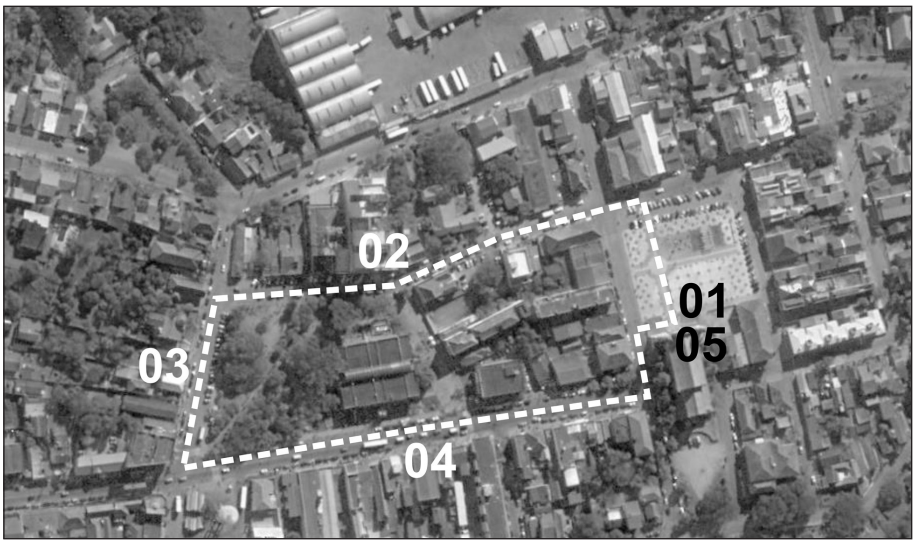


FIGURA 25 Percurso das procissões no entorno da Igreja Matriz de Viamão.
Fonte: Imagem do Google maps modificada pela autora.

ao entorno da igreja. Um exemplo da importância do uso do espaço para os habitantes de Viamão é a manifestação de representantes da comunidade nos jornais locais sobre a utilização da Praça Bento Gonçalves (Figura 24) para fins de estacionamento de veículos. A crítica de um leitor, publicada no jornal *Opinião de Viamão*, em 8/7/2008, afirma que "o estacionamento no entorno daquela obra de arte (templo) polui o visual, fato que é agressivo a qualquer Monumento Histórico Nacional". Cabe ainda ressaltar que os representantes da comunidade, engajados na preservação do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade, dirigiram-se ao Iphan/rs para solicitar apoio à proibição do estacionamento na praça. Esse fato demonstra a preocupação da comunidade em preservar usos que são importantes para sua identidade e sua cultura.

Os aspectos citados parecem indicar que os espaços referenciais podem ser entendidos como territórios e partes constituintes do patrimônio local. O entorno da Igreja Matriz de Viamão deveria considerar, sob essa perspectiva, os lugares referenciais e os territórios definidos pelas pessoas.

Considerações finais

Sobre os aspectos históricos do povoamento e da formação de Viamão cabe ressaltar a importância da cidade no contexto histórico sul-rio-grandense e brasileiro. Embora a formação da cidade tenha tido diferentes períodos, com diversas alterações, o povoamento estabeleceu um núcleo importante, que ainda hoje possui marcos significativos: o traçado do centro da cidade, a igreja e as praças, além de algumas características formais das edificações de entorno. O tombamento federal do templo tem por objetivo preservar o patrimônio de Viamão para a nação brasileira.

A Igreja Matriz pode ser destacada como um marco simbólico e arquitetônico. Ela representou um local de proteção aos seus habitantes em períodos de guerra e continua sendo uma edificação de significativo valor, além de expressar valores estéticos por meio da sua constituição arquitetônica, de sua simplicidade formal, de sua robustez e de sua escala destacada no entorno.

A delimitação do entorno formulada em 1984 demonstra a preocupação do Iphan em preservar elementos relevantes da ambiência do bem. No entanto, as mudanças ocorridas na cidade de Viamão e na sua região afetaram aspectos importantes do entorno da igreja. As alterações ocorridas indicam a necessidade de uma constante revisão e ampliação das normas reguladoras

para novas construções e demais alterações do espaço construído. A dinâmica urbana exige aproximação entre diferentes agentes que promovem as alterações no espaço: poder público, instituições públicas e privadas e população usuária. É necessário estabelecer acordos para tentar garantir que desenvolvimento e preservação consigam coexistir.

As características formais do entorno atual indicam aspectos negativos, como poluição visual, sonora, desordem e complexidade excessivas, os quais devem ser investigados sob o ponto de vista dos usuários, para tentar estabelecer quais fatores são negativos e quais são positivos em relação às características físicas da paisagem de entorno da igreja. As diretrizes propostas para a ambiência deveriam, na medida do possível, contemplar também esses aspectos, procurando dirimir possíveis alterações consideradas negativas.

Observa-se também que a apropriação dos espaços de entorno, especialmente das praças e das ruas próximas à igreja, deveria ser considerada na proposição de nova poligonal de entorno e de novas diretrizes de preservação. O território definido pelas pessoas indica que o uso dos espaços abertos está relacionado à igreja e deve ser considerado como integrante do patrimônio local. O uso intensifica a valorização do monumento, pois estimula sua apreciação e seu reconhecimento como marco simbólico da paisagem.

Referências

Ambiens Cooperativa. *Plano diretor de Viamão*. Curitiba, 2006.

Arquivo Noronha Santos. *Descrição do processo de tombamento*. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans>. Acesso em: 2 jul. 2008.

Arrelaro, Rafael. Delimitação de entorno a monumentos protegidos: estudos no espaço urbano de entorno a edificações tombadas em Sabará/MG. In: International Seminar on Urban (Isuf), 15., Ouro Preto, 2007.

Azevedo, Laura Novo de. *Patrimônio arquitetônico X qualidade visual do cenário urbano*: um caso para avaliação de preferências em Pelotas/RS. 2000. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

Bittencourt, Doris Maria Machado de. *Arquitetura de pedra e cal no litoral sul e Vale do Jacuí, nos séculos XVII e XVIII*: Colônia do Sacramento, Rio Grande, Viamão e Santo Amaro. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

_____. *Guia de Arquitetura e Urbanismo do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. CD ROM.

Curtis, J. N. B. P*atrimônio ambiental urbano*. Porto Alegre: Corag, 1978.

Cury, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

Fonseca, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ufrj; Iphan, 1997.

Francis, Mark. Urban open spaces. In: Zube, E.; Moore, G. (Orgs.). *Advances in environment, Behavior and Design*, v. 1, p.71-106, 1991.

Franco, Olga. *A memória de Viamão na Praça da Matriz, através da reconstrução urbana*. 2005. Monografia (Especialização em Patrimônio Cultural em Centros Urbanos) – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Ufrgs, Porto Alegre, 2005.

Garcia, Andrezza. *Casa de Gomes Jardim*: definição de regime de entorno de bem tombado estadual. 2004. Trabalho apresentado à disciplina Laboratório de Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2004.

Graebin, Cleusa Maria Gomes. A vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. In: Boeira, Nelson; Golin, Tau (Coord.). *Colônia*, Passo Fundo, Méritos, v. 1, 2006.

_____. *Processo Arquivo Viamão*. Transcrição dos documentos originais datilografados e elaborados em 1984 pelos arquitetos Carlos Max Moreira Maia e Luiz Antônio Bolcato Custódio. Arquivo Iphan/rs, Porto Alegre, [1984?].

Dtc; Sphan; Fnpm. Seminário sobre entorno dos monumentos – subsídio para discussão. mar. 1983. In: Thompson, Analucia; Motta, Lia. *Entorno de bens tombados*. Rio de Janeiro: Iphan/ Copedoc, 2007. (Cadernos de Estudos do Pep) Anexo III, p. 80-102.

IPHAN. Folder da Igreja Nossa Senhora da Conceição, março de 2005.

Kohlsdorf, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora UnB, 1996.

Lang, Jon. *Creating architectural theory*: the role of behavioral sciences in environmental design. New York: Van Nostrand Reinhold Company, 1987. cap. 3, p. 21-29.

_____. *Urban design*: the american experience. New York: Van Nostrand Reinhold, 1994.

Lynch, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Meneses, Ulpiano Toledo Bezerra de. *A cidade como bem cultural*: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: Mori, Victor Hugo et al. (Org.). *Patrimônio*: atualizando o debate. São Paulo: 9ª sr/Iphan, 2006. p. 33-76.

Nasar, Jack. New developments in aesthetics for Urban Design. In: Moore, G.; Marans. New York: Plenum Press, 1997.

Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 3 ed. Curitiba: Positivo, 2004.

Portella, Adriana Araújo. *A qualidade visual dos centros de comércio e a legibilidade dos anúncios comerciais*. 2003. 250 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/>. Acesso em: 25 jul. 2008.

Reis, Antônio Tarcísio da Luz. *Repertório, análise e síntese*: uma introdução ao projeto arquitetônico. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2002.

Reis, Antônio Tarcísio da Luz; Lay, Maria Cristina Dias. Avaliação da qualidade de projetos: uma abordagem perceptiva e cognitiva. *Revista Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 6, n. 3, p. 21-34, 2008.

Rhoden, Luiz Fernando. *Urbanismo no Rio Grande do Sul*: origens e evolução. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

_____. Os traçados urbanos. In: Boeira, Nelson; Golin, Tau (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1: Colônia.

Rocca, Luisa Durán. *A cidade colonial ibero-americana*: a malha urbana. 2002. 293 f. Dissertação (Mestrado em Teoria História e Crítica da Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000382512&loc=2003&l=73b730d2ec95cdcd/>. Acesso em: 29 jul. 2008.

Saint-Hillaire, Auguste de. *Viagem ao Rio-Grande do Sul* (1820-1821). Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

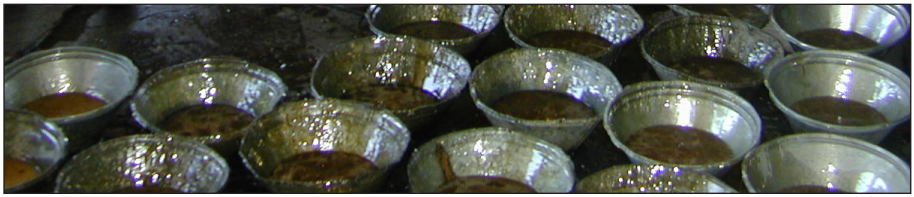
Sarmento, Maria Emília Couto; Monteiro, Circe Gama. Revisitando a imagem do lugar. In: Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, 9., 2002, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu, 2002.

Thompson, Analucia; Motta, Lia. *Entorno de bens tombados*. Rio de Janeiro: Iphan/ Copedoc, 2007. (Cadernos de Estudos do Pep)

Vieira, Fernando Lanner. *Análise do entorno da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição – Viamão/RS*. Monografia (Especialização em Arquitetura e Patrimônio Arquitetônico no Brasil) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Pucrs, 2008.

Produtores de rapadura nos engenhos remanescentes do Cariri cearense

Naudiney de Castro Gonçalves



Resumo

Este artigo tem o intuito de contribuir com algumas reflexões e questionamentos acerca do reconhecimento, como patrimônio imaterial, dos saberes e fazeres na produção da rapadura no contexto dos engenhos de cana-de-açúcar remanescentes na região do Cariri cearense, especificamente no município de Barbalha, localizado a 575 quilômetros de Fortaleza, destacando o ofício do mestre de rapadura e suas técnicas tradicionais. Este estudo aborda a permanência do ofício dos mestres de rapadura nos engenhos da região durante o funcionamento, por quase trinta anos, da Usina Manuel Costa Filho, inaugurada em Barbalha em 1976, trazendo a discussão sobre as políticas públicas desenvolvidas no último quartel do século XX e suas contribuições para a continuidade de um saber que é reproduzido no ambiente dos engenhos do Cariri desde a primeira metade do século XVIII.

Naudiney de Castro Gonçalves Historiador e mestre em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (Ufmg). Foi bolsista do Pep/Iphan na Superintendência do IPHAN no Ceará. Atualmente é professor da Universidade Federal do Piauí.

I

A região do Cariri cearense está localizada no extremo sul do estado do Ceará e é marcada pela presença da Bacia Sedimentar do Araripe, conhecida por ser um importante depósito fossilífero formado há 120 milhões de anos e que se estende para os estados de Paraíba, Pernambuco e Piauí, com os quais o Ceará faz fronteira. A região é formada por nove municípios: Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Caririaçu, Farias Brito e Santana do Cariri, perfazendo um total de 5.025,6 km² e contando com uma população de 564.548 habitantes, número estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge) em 2010. Essa divisão, no entanto, não chega a ser um consenso. De acordo com o Banco do Nordeste, a região do Cariri abrange 33 municípios encravados ao longo da fronteira com Pernambuco, até os limites do Piauí e da Paraíba, pelo prolongamento da Chapada do Araripe (Monteiro; Santos Júnior (Coord.), 2001). Essa divisão, que utilizaremos neste trabalho, compreende os seguintes municípios, distribuídos em cinco microrregiões:

a) Sertão do Salgado: Baixio, Cedro, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira e Umari.

b) Serra de Caririaçu: Altaneira, Antonina do Norte, Assaré, Caririaçu, Farias Brito, Granjeiro, Tarrafas e Várzea Alegre.

c) Sertão do Cariri: Abaiara, Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Milagres, Penaforte e Porteiras.

d) Chapada do Araripe: Araripe, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre e Santana do Cariri.

e) Cariri: Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte e Missão Velha.

Considerado "polo estratégico de desenvolvimento", em setembro de 2006 a Divisão de Ciências da Terra da Unesco reconheceu o Geopark Araripe como o primeiro geopark das Américas[1] em razão de uma postulação apresentada em dezembro de 2005, como iniciativa do governo do estado do Ceará – representado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – e coordenada pela Universidade Regional do Cariri (Urca). Em 29 de junho de 2009 foi criada, pela Lei Complementar Estadual nº 78,

1 Para mais informações sobre os geoparks e, em especial, sobre o processo para a criação do Geopark Araripe, consultar o website da Universidade Regional do Cariri. Disponível em: <http://geoparkararipe.urca.br/main/principal.php>. Acesso em: 13 jul. 2010.

sancionada pelo governador Cid Gomes, a Região Metropolitana do Cariri, englobando os nove municípios e tendo como cidades-polo Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

O Cariri é conhecido como o "oásis do sertão", pois propicia a formação de ecossistemas como o brejo e o pé-de-serra, considerados como áreas ideais para o cultivo da cana-de-açúcar, e com isso conferindo, à região, semelhanças com a Zona da Mata pernambucana ou com os brejos paraibanos: "Dos pés de serra do Araripe brotam dezenas de fontes perenes que derramam a fertilidade na região. As quedas pluviométricas, graças também à proteção carinhosa do Araripe, são das melhores do nordeste" (Figueiredo Filho, 1958, p. 21).

José Anastácio Vieira, na apresentação da obra Engenhos de rapadura do cariri, da qual extraímos a citação anterior, relembra a diferença entre o Cariri paraibano e o Cariri localizado aos pés da Serra do Araripe:

> Há no nordeste, duas regiões distintas que recebem a denominação de Cariri. Chamavam-nas os antigos, para distingui-las bem, de Cariris Velhos, a que fica na Paraíba, e de Cariris Novos, a que se encrava no sul do Ceará. A primeira é das zonas mais sêcas [sic] do sertão paraibano, a outra situa-se justamente na parte mais fértil da terra cearense. Vieram tais nomes do grupo de índios cariris [sic], cujos remanescentes perduram em alguns pontos do nordeste (apud Figueiredo Filho, 1958, p. 7).

Manuel Correia de Andrade, em seu livro Modernização e pobreza, assim descreve as condições naturais da região sul do Ceará:

> No Vale do Cariri, a cana pode se expandir nas porções mais baixas, nos brejos e nos pés de serra, porque ele fica situado ao norte da Chapada do Araripe, que tem a sua estratificação formada por camadas de rochas sedimentares inclinadas para o norte. A água que se infiltra na chapada desce até encontrar camadas de rochas impermeáveis e escoa em direção ao Vale do Cariri, que corre paralelamente ao norte da chapada em direção ao Rio Salgado, afluente do Jaguaribe. Nas serras, ela se desenvolve devido à temperatura mais baixa decorrente da altitude e da forte condensação do vapor d'água em contato com o solo, além das chuvas de conversão (1994, p. 115).

O autor citado quer, portanto, expressar que a configuração climática e geográfica observada no Vale do Cariri é privilegiada em comparação com a realidade que se apresenta nas regiões vizinhas, como a do Sertão Central,

onde é possível observar, durante os cíclicos períodos de seca, o flagelo da população e os consequentes processos de migração.

Do ponto de vista sociocultural, a região é também um ponto de confluência de culturas. Migrantes de todo o Nordeste expressam sua fé e devoção à Mãe das Dores, padroeira de Juazeiro do Norte e, sobretudo, ao Padre Cícero Romão Batista, personagem político e religioso cuja presença é marcante no Nordeste, e também em outras regiões, mesmo após décadas de sua morte. A forte religiosidade dos romeiros e dos habitantes se distingue pela grande concentração de comércio de produtos religiosos e pelo rico calendário de festividades, acompanhado fielmente pelos devotos, como se exemplifica na Figura 1.

Mas não são somente as cinco grandes romarias que acontecem no município de Juazeiro do Norte (Romaria da Mãe das Dores, Romaria de Finados, Romaria do Ciclo Natalino, Romaria de São Sebastião e Romaria das Candeias) que caracterizam a cultura popular da região. Sua riqueza pode ser percebida ainda na dinâmica cultural encontrada nos brincantes de reisados, na Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, no inconfundível trabalho em couro do mestre Espedito Seleiro, na arte em madeira de Manuel Graciano, no ofício de santeiros, nas bandas cabaçais – dentre as quais se destaca a dos Irmãos Aniceto – e mesmo no comércio que movimenta a região, um entreposto localizado no sertão, com rotas frequentemente vindas dos estados vizinhos.

Existe também uma profunda relação entre o trato da rapadura nas feiras e a fixação das vilas na região. Como exemplo dessa relação trazemos a referência



FIGURA 1 A interação entre um brincante de reisado, uma celebração católica e o agradecimento pela colheita da cana. Celebração da Missa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha – momento do ofertório, quando os produtos do município são oferecidos ao padroeiro. Fonte: Fotografia de Olga Paiva, Acervo da Superintendência do IPHAN no Ceará.

de Antônio José de Oliveira, em seu estudo intitulado E*ngenhos de rapadura do Cariri*: trabalho e cotidiano (1790-1850), no qual o autor afirma:

> Com a produção da rapadura nos primeiros engenhos e consequentemente sua expansão pelo Cariri, fortaleceram-se as relações comerciais nas principais vilas da região. A comercialização dos produtos nas feiras, sobretudo a rapadura, ergueram em pouco tempo um considerável comércio na localidade, projetando o nome do Cariri para outras regiões do interior nordestino (2003, p. 19)

As feiras (Figura 2) são, assim, espaços onde, além das trocas de mercadorias, ocorrem processos dinâmicos de configuração cultural, lugares onde os trovadores e poetas encontram um palco a céu aberto para as suas apresentações, e os agricultores, como foi Patativa do Assaré, têm a oportunidade de demonstrar outras habilidades além do trabalho na lavoura. É nesse cenário que se encontram múltiplas expressões identitárias, demonstradas na culinária, nos versos dos cordelistas e violeiros, na xilogravura, nas bandas de pífano, nos trabalhos dos mais diversos artesãos ou na medicina tradicional popular, representada pelas rezadeiras e pelos raizeiros com suas ervas medicinais.

Gilberto Freyre dedicou parte dos seus estudos à região Nordeste, abordando a culinária nordestina e o forte uso da cana-de-açúcar e de seus derivados em diferentes receitas. Em seu livro *Açúcar*, além da descrição dos ingredientes e das formas de fazer alguns doces, o autor destaca:

> À rapadura é preciso dar-se lugar a parte no que se considere o conjunto de doces mais ligados à cana-de-açúcar e mais característicos do Nordeste. Porque, em primeiro lugar, não se trata de produto da zona canavieira por excelência da região – a dos engenhos – e sim de outra, sua parenta pobre – a das engenhocas; em segundo lugar não se trata de doce principalmente lúdico porém polivalente: lúdico sim, mas também alimentício, fator medicinal de resistência do homem sertanejo, quando em viagem por terras mais áridas, às asperezas do meio e do clima. Morais Silva, no famoso Dicionário, ao definir rapadura como "massa dura de açúcar ainda não purgado, ou de mascavado ainda não coagulado" não parece definir doce, no sentido mais ameno da palavra, e sim simples subproduto prematuro do açúcar. E assim parece ter sido a rapadura nos começos da sua história: começos talvez canarinos, isto é, das Canárias, onde, aliás, tornou-se doce lúdico. (Freyre, 1969, p. 48-49)



FIGURA 2 Comercialização da rapadura nas feiras da região – Município de Santana do Cariri.
Fonte: Fotografia de Olga Paiva, Acervo da Superintendência do IPHAN no Ceará.

No Cariri cearense, o surgimento dos primeiros engenhos e alambiques que utilizavam como matéria-prima a cana-de-açúcar para a fabricação de rapadura e aguardente data da segunda metade do século XVIII. De acordo com a pesquisa de inventários feita por Antônio José de Oliveira, a presença dessas unidades de produção familiar proporcionou a ocupação e a organização do território com base na cultura canavieira.

> As primeiras reduções indígenas possibilitaram a realização dos principais objetivos da empresa colonizadora. Uma vez encurralados e "doutrinados" os índios pelos Capuchinhos, ficou fácil aos colonos se apossarem das melhores terras nos Cariris Novos. Por toda a segunda metade do século XVIII, intensificou-se o processo de organização do projeto colonizador; as freguesias ganhavam aos poucos as primeiras plantações de cana e os primeiros engenhos de rapadura. (2003, p. 26)

Sobre o mesmo assunto, Oliveira ressalta:

> A circulação da rapadura e de outros produtos nas principais feiras da região proporcionava grande lucratividade. Nesse espaço de livres tran-

> sações comerciais se estruturou uma realidade cultural galgada no intercâmbio sociocultural entre diversos comportamentos de diversas categorias sociais. Organizada basicamente através da produção da rapadura, firmou-se uma sociedade bastante diferente da sociedade açucareira do litoral. (2003, p. 16)

Um dos maiores engenhos que já esteve em funcionamento na região do Cariri foi o Tupinambá (Figura 3), localizado no município de Barbalha. Esse exemplar se diferenciou de outros engenhos da região pela peculiaridade arquitetônica evidenciada em um edifício que conjugava casa grande e engenho, um caso raro que demonstra a proximidade com que conviviam os trabalhadores das fornalhas e o senhorio. A grandiosidade do Tupinambá é representada pela trajetória de um engenho que iniciou suas atividades em meados do século XIX e as encerrou no início da década de 80 do século passado. As suas ruínas fazem referência ao período áureo da economia canavieira da região, sustentada por décadas com o comércio das cargas de rapadura.

Os resquícios da cultura canavieira, com os seus remanescentes materiais e arquitetônicos, podem ser vistos como fonte histórica tanto para a análise das diferentes espécies de máquinas utilizadas nos processos de moenda da cana-de-açúcar quanto para os diferentes exemplares de uma arquitetura que assume características particulares ao longo do território nacional. Em sua obra intitulada *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*, Germain Bazin assim apontava, no início da década de 1980, a complexidade que envolvia os saberes e fazeres e as matérias-primas disponíveis para as edificações erguidas no século XVIII:

> Ainda hoje, o Brasil é um verdadeiro museu da construção através dos tempos, e não é raro encontrarem-se perto de um arranha-céu, de cimento armado, humildes casebres feitos com folhas de palmeiras. Durante o período colonial, as formas de construir importadas de Portugal vieram mesclar-se aos métodos indígenas, surgindo daí uma grande variedade de edificações. Há um fator preponderante em todas as construções brasileiras: a escassez de pedras adequadas. Mal distribuídas ao longo de todo o imenso território brasileiro, estão completamente ausentes em algumas regiões, o que obrigava os arquitetos a recorrerem a materiais pouco resistentes, como a madeira, o barro ou a argila, disponíveis no local (1983, p. 54).

A arquitetura vernacular dos engenhos pode ser considerada uma expressão cultural pelo seu valor artístico e histórico, impregnada de significados



FIGURA 3 O engenho Tupinambá. Fonte: Autoria desconhecida, Acervo da Superintendência do IPHAN no Ceará.

sociais representados por suas diferentes técnicas construtivas. O desafio, nesse caso, é considerar como fontes as ruínas de edificações, os diversos materiais utilizados em suas construções, os diferentes processos de fabricação e o seu aparato material, sem esquecer que máquinas modernas conviveram com equipamentos rústicos e que a análise isolada desses vestígios não é suficiente para que se possa estabelecer uma cronologia da técnica e dos seus mecanismos.

O caso dos engenhos de Barbalha que ainda se encontram em funcionamento nos fornece um bom motivo para um questionamento acerca das políticas públicas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, ao demonstrar as características de inovação e recriação de um saber/fazer transmitido na região desde o século XVIII e o interesse, por parte dos indivíduos nele envolvidos, pela busca de uma continuidade da produção.

Durante a identificação dos saberes e fazeres envolvidos no processo de fabricação da rapadura, compreendeu-se que se faz necessário dar maior importância às relações que sustentam a produção, pois "os processos devem interessar mais que os objetos, porque é através deles que seremos capazes de apreender a realidade" (Chuva, 1998, p. 49). Diante dessa rede de relações e significados que constituem as práticas nos engenhos, pode-se considerar como referência as observações de Maria Dina Nogueira Pinto (2005) ao analisar a mandioca nos sistemas culinários. Traçando uma comparação entre a produção da farinha e da rapadura, entende-se que "um conjunto de práticas, relações sociais, cosmologias e representações simbólicas expressam significados que caracterizam o modo de vida das comunidades produtoras" (Pinto, 2005, p. 283). Tanto na casa de farinha quanto no engenho é possível perceber um rico processo, cuja importância deve ser considerada, desde o

cultivo da matéria-prima até a fabricação do alimento, em um ambiente impregnado de significado histórico.

Manuela Carneiro da Cunha, em artigo introdutório para o número 32 da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, apresenta elementos para a compreensão do que vem a ser patrimônio imaterial:

> Que patrimônio imaterial se compõe de processos tanto, e provavelmente mais, do que de produtos;
> Que ele não se compõe de formas fixas, mas de uma recriação permanente que tem a ver com um sentimento de continuidade em relação às gerações anteriores, ou seja, que ele é ao mesmo tempo dinâmico e histórico;
> Que suas condições de reprodução dependem, entre outras coisas, de acesso a território e a recursos naturais (2005, p. 15).

Essa definição é importante para que possamos entender que a cultura dos engenhos de hoje tem relação com os primeiros engenhos que foram instalados e que as mudanças de ordem tecnológica ao longo dos anos demonstram um processo que envolve a preservação da técnica e, consequentemente, do seu produto final.

A produção de rapadura na região conviveu com mudanças a partir da modernização da malha rodoviária do Nordeste, em meados do século passado, quando se introduziu a região nas rotas de escoamento da produção das usinas de açúcar do estado de Pernambuco. Os elevados custos da produção, uma crescente queda na qualidade da rapadura e a substituição do produto pelo açúcar industrializado modificaram os hábitos alimentares dos consumidores de baixa renda, que tinham o produto como parte de sua alimentação básica. Entretanto, a produção nunca deixou de existir e, mesmo durante os períodos de crise enfrentados pela agricultura canavieira, alguns donos de engenho continuaram com a sua produção.

A agroindústria cearense vislumbrou, em meados da década de 1970, possibilidades de crescimento no contexto mundial de crise energética que se desenvolveu desde o final de 1973. A oportunidade se deu pelo fato de o Brasil, em 1975, ter implementado o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), viabilizando projetos que apresentassem alternativas energéticas ao uso do petróleo. A principal razão do novo programa, estabelecido pelo Decreto no 76.593, era "salvar" a agroindústria canavieira e ampliar o mercado da indústria mecânica pesada, que já estava trabalhando com capacidade ociosa

(Andrade, 1994, p. 236). Maria do Socorro Brito afirma que, durante esse período, uma série de facilidades foi criada em decorrência do novo programa energético nacional, como investimentos financeiros a juros subsidiados.

> Valendo-se do aparato institucional permitido pelo Proálcool, um grupo empresarial pernambucano, tradicionalmente ligado à indústria do açúcar e do álcool, conseguiu, em 1975, junto à Comissão Nacional do Álcool, através do IAA, aprovação para instalar na área o programa "microrregião homogênea do Cariri", uma usina de açúcar com destilaria anexa – Usina Manuel Costa Filho (Companhia Açucareira Vale do Salamanca – Açusa) (1985, p. 17).

O Proálcool foi abrangente na medida em que forçou a pesquisa e o desenvolvimento em domínios como a indústria pesada e os setores químico, agrícola e automobilístico. O panorama da economia brasileira, no período compreendido entre 1974 e 1986, apresentava a influência direta de duas crises do petróleo. Com o primeiro "choque do petróleo", a importação de combustíveis e lubrificantes passou de 769 milhões de dólares, em 1973, para 2.962 milhões de dólares em 1974. Com o segundo "choque", em 1979-1980, o valor dessas importações subiu para 10.200 milhões de dólares. A dívida externa líquida subiu também rapidamente, chegando a 46.935 milhões de dólares em 1980 (Magalhães; Kuperman; Machado, 1991, p. 14).

Com relação ao Proálcool, Raul Edson de Almeida Barreto remete as origens do programa ao início do século XX, e assim narra o início da intervenção do Estado brasileiro na mistura do álcool à gasolina:

> De fato, as origens do Proálcool remontam, talvez, ao ano de 1919, quando o governo de Pernambuco resolve tornar obrigatória a mistura do álcool à gasolina nos veículos a serviço do Estado; ou, sem dar margem à dúvida, a 1923, com os primeiros ensaios da antiga Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, do Ministério da Agricultura, visando à utilização, no país, do álcool-motor; ou, ainda, a 1927, ano em que a Usina Serra Grande, no Estado de Alagoas, lança, no mercado nordestino, o álcool-motor de nome USGA (1980, p. 9).

Em 1973 o Brasil importava 606 milhões de dólares de petróleo, o que correspondia a 9,78% do valor de suas exportações. Em 1974, para um volume igual de aquisições, despendeu 2,56 bilhões de dólares ou 32,2% do valor das

exportações. O saldo da balança comercial passou, entre esses dois anos, de 7 milhões de dólares positivos para 4,7 bilhões negativos.

No período de funcionamento da Usina Manoel Costa Filho, muitos produtores de rapadura optaram por fechar os seus engenhos e passaram a fornecer a cana-de-açúcar diante de algumas imposições da indústria, que optou por desmobilizar a produção artesanal, transformando esses produtores em fornecedores de matéria-prima para a sua produção de açúcar e álcool. Com isso, a usina adquiria os equipamentos tradicionais e os guardava como sucata. É isso o que nos relembra o senhor Francisco de Assis Sampaio, proprietário do engenho Padre Miranda, em Barbalha. O senhor Francisco é um dos produtores de rapadura mais antigos da região e nos diz:

> Rapaz, era assim: se eu fabricava rapadura e fosse vender cana para o usineiro, ele só comprava a minha cana se eu vendesse primeiro o engenho. Eles compravam o engenho, "arrancava" e levava e botava lá na sucata deles. A usina arrancava e botava lá no pátio da usina lá. Quando eles fecharam a usina tinha um monte de engenho lá abandonado[2].

As medidas adotadas pela usina demonstram a preocupação em monopolizar o mercado de matéria-prima, certificando-se de que seria a única compradora de cana-de açúcar da região e que a destinação dela seria exclusivamente a sua produção. Para o senhor Francisco de Assis Sampaio, a intenção de destruir o maquinário do engenho era clara: "Pra gente não moer. Porque na hora que a rapadura subia [o preço] a gente queria moer. O meu pai nunca vendeu [o engenho] por isso, porque ele [o usineiro] só comprava a cana se comprasse o engenho primeiro"[3].

Os proprietários que decidiram permanecer com os seus engenhos mantiveram a tradição no município de Barbalha e o resultado foi a continuação da fabricação de rapadura no sul do estado do Ceará. Dados relativos a 1998, obtidos em pesquisa do Banco do Nordeste e verificados na Tabela 1 demonstram que o mercado consumidor extrapolava os limites do estado do Ceará, alcançando os estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. O senhor João Sampaio, do engenho Santa Terezinha, é um dos produtores que

2 Entrevista realizada no município de Barbalha, CE, em 27 de janeiro de 2009.

3 Entrevista realizada no município de Barbalha, CE, em 27 de janeiro de 2009.

sobrevivem da comercialização das cargas de rapadura e comenta a rentabilidade do negócio, ressaltando a diversidade de compradores do seu produto:

> Esses engenhos todos aqui permaneceram durante a usina. Essa região da gente aqui tudim. É tudo uma família só aqui. É mais uma tradição de pai pra filho, né? A rapadura ainda vende bem, mas a margem de lucro é muito pouco. A vendagem é boa, mas a margem de lucro é muito baixa. A região que compra rapadura aqui é mais a região de Iguatu pra frente. Iguatu, Acopiara, Mombaça, Tauá, aqui no Ceará. Agora Paraíba consome muita rapadura. Paraíba, uma parte de Pernambuco e Rio Grande do Norte muito pouco. A que mais consome é a Paraíba[4].

ESTADOS	Nº DE DISTRIBUIDORES	QUANTIDADE COMPRADA NO CARIRI (KG)	PREÇO MÉDIO (R$/KG)
Pernambuco	8	2.484.000	0,37
Ceará	6	799.000	0,42
Paraíba	3	510.000	0,40
Rio Grande do Norte	2	204.000	0,42
Bahia	1	150.000	0,41
TOTAL	**20**	**4.147.000**	**–**

TABELA 1 Mesorregião do sul cearense: mercado consumidor da rapadura caririense, 1998. Fonte: Monteiro; Santos Júnior (2001, p. 52).

Apesar do contexto de expansão da agroindústria e a despeito dessas transformações, há que se considerar o saber fazer dos produtores de rapadura, o qual caracteriza a sua potencialidade como referência cultural, por sua capacidade de recriação ao manter o engenho em atividade, demonstrando, assim, o aspecto dinâmico da historicidade desse tipo específico de produção artesanal.

Delma Pessanha Neves assim descreve as relações entre os usineiros e os produtores de cana:

> Enquanto os usineiros passaram a receber créditos especiais para a ampliação, fusão e modernização das unidades industriais, ao agricultor eles eram negados pela insegurança do retorno do capital. O fornecedor de cana se subordinava ao industrial quanto ao preço da cana – sempre baixo

4 Entrevista realizada no município de Barbalha, CE, em 27 de janeiro de 2009.

> e indiferente à qualidade do produto agrícola – e em relação à quantidade do produto a ser comercializado. A acumulação do usineiro se fazia não só a nível da produção industrial e agrícola como também pela retenção dos benefícios da exportação, que pertenciam ao capital investido na usina. (1981, p. 56)

Para buscarmos uma compreensão das causas que levaram à persistência de alguns engenhos em suas produções é necessário um estudo desse período de convivência entre os engenhos e a usina, assim como das mudanças que ocorreram no espaço e nas relações sociais, tais como o endividamento de produtores de cana e proprietários de engenhos, a concentração de terras e a ditadura dos preços adotados pela usina, além da extinção de certas categorias de trabalho existentes no âmbito da produção da rapadura, no momento em que os engenhos passaram a ser denominados como "fogo-morto".

A usina, como indústria, tende a buscar a sua autonomia em relação à obtenção de matéria-prima para o seu funcionamento. Neste sentindo, a intenção de toda usina é a obtenção e manutenção de seus próprios canaviais. Não importa aonde venham a ser instaladas: as grandes fábricas necessitam da matéria que é, ao mesmo tempo, combustível e parte do produto resultante dos processos mecânicos e químicos que acontecem em seu interior. A Tabela 2 demonstra o destino da cana produzida na região do Cariri em 1998 e comprova a hegemonia da usina como grande consumidora.

COMPRADORES	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS VENDAS DOS PRODUTORES %
USINA M. C. F.	80,4
ENGENHOS DE RAPADURA	7,7
DESTILARIAS DE CACHAÇA	5,7
OUTROS	6,2

TABELA 2 Mesorregião do sul cearense: municípios pesquisados – destino da cana produzida
Fonte: Monteiro; Santos Júnior (2001, p. 36)

A tendência dos grandes engenhos era de se transformar em usina e adequar-se à concorrência. Outra possibilidade, como foi o caso da Usina Manoel Costa Filho, era a compra gradativa de lavouras de cana-de-açúcar de produtores menores, de engenhos de rapadura vizinhos, que optavam inicialmente por vender as suas plantações de cana, mas que, posteriormente, acabavam

por vender também as suas propriedades. Segundo Maria do Socorro Brito, essa estrutura

> tende a tornar-se mais concentrada, pois, quando se analisa o movimento de aquisição de terras realizado pelo grupo usineiro, percebe-se que o mesmo se fez via absorção dos pequenos estabelecimentos. Assim, a presença da Usina desencadeia um processo mais acelerado de concentração da terra acarretando consequências sérias para o produtor, que perde a sua condição de pequeno proprietário e transforma-se em assalariado. (1985, p. 71)

Filadelfo Tavares de Sá, ao analisar a situação dos engenhos que passaram de unidades produtoras de rapadura para fornecedores de matéria-prima para a usina, assim descreve as novas relações de trabalho estabelecidas e apresenta algumas categorias próprias da lógica do funcionamento de um engenho que viriam a se tornar desnecessárias:

> A situação era criada porque o proprietário ao desativar o engenho reduzia as suas necessidades de trabalhadores, uma vez que só precisava de fazer a colheita e o transporte da matéria-prima para a usina. A quantidade de pessoas necessárias à execução dessas tarefas ficava muito reduzida, se comparada com o número de trabalhadores exigidos para movimentação do engenho, onde se destacava a mão-de-obra qualificada do mestre de rapadura, do mestre do ponto de mel, do caldeireiro, do mexedor de rapadura, do caxeador de rapadura, do maquinista, dos metedores de cana, do carregador de bagaço, dos espalhadores de bagaço e do metedor de fogo na fornalha. (1988, p. 98)

Nos engenhos pesquisados em Barbalha ainda é possível identificar algumas das categorias de trabalho que continuam presentes no espaço de produção e demonstram a persistência do processo de transmissão dos saberes, como o mestre de rapadura, que mantém contínuo diálogo durante o processo de confecção com os metedores de cana e de fogo da fornalha, em busca do ponto ideal do produto, sintetizando a importância da tradição oral no contexto da aprendizagem do ofício.

As práticas existentes entre os produtores de rapadura de Barbalha mostram que as divisões de trabalho se tornam cada vez menos rígidas, resultando em um trabalhador que exerce diferentes etapas na mesma cadeia produtiva e um proprietário de engenho cada vez mais inserido no processo de produção. O caxeador, que antes era responsável exclusivamente pela distribuição do

melaço de cana nas formas para modelagem da rapadura, hoje é comumente encontrado nos engenhos embalando o produto ou exercendo outras atividades durante o processo de moagem.

Nos engenhos de rapadura remanescentes no município de Barbalha constatamos adaptações na estrutura física e nas relações entre os trabalhadores, visando uma otimização da produção e uma melhor qualidade do produto, revelando características da concorrência entre os engenhos para atender ao mercado consumidor.

De acordo com uma pesquisa de 2001, feita pelo Banco do Nordeste, "apesar da indefinição dos trabalhadores ocupados no fabrico da rapadura, ou seja, de algumas funções poderem ser exercidas por quem estiver disponível, com exceção da função do mestre da rapadura, há denominações para algumas funções" (Monteiro; Santos Júnior, 2001, p. 48).

O cortador de cana é quem lida com a colheita nos canaviais e, em alguns casos, também pode realizar o transporte até o engenho para a entrega ao botador de cana. A função do botador é colocar a cana-de-açúcar no maquinário para a extração do caldo. Todos os engenhos visitados apresentavam moendas horizontais, um modelo fabricado originalmente em série, a partir de 1754, na Inglaterra (Gama, 1979). Outros dois funcionários são responsáveis pelo bagaço da cana oriundo do processo de moagem: são estes o bagaceiro fresco e o bagaceiro seco. O primeiro trabalha em sincronia com o botador de cana, enquanto o segundo mantém o espaço em torno da moenda livre, transportando o bagaço para a secagem ao ar livre e, em seguida, para a fornalha que mantém as caldeiras do engenho em funcionamento. O responsável pela fornalha é denominado metedor de fogo ou foguista e é quem regula a quantidade de bagaço de cana necessária para o pleno funcionamento do engenho. Este trabalhador está sempre em contato com o mestre de rapadura para a regulagem ideal da temperatura no processo de cozimento do caldo que é despejado nas caldeiras. Durante o cozimento do caldo, o caldeireiro é quem transporta o líquido, usando os tachos, com o auxílio do meieiro e, em seguida, o despeja em um tacho de cobre, que possui duas alças para possibilitar o transporte do melado, que passou então do estado de caldo de cana para uma consistência mais grossa. O mestre de rapadura decide o momento ideal de retirar o mel de cana do tacho e transportá-lo para a gamela, que consiste em um grande caixote de madeira próprio para receber o mel em alta

temperatura e com uma consistência pastosa, para posteriormente distribuí-lo em caixotes, também de madeira, que moldam a forma da rapadura após o resfriamento.

O mestre de rapadura caracterizado por José de Figueiredo Filho há mais de meio século em nada difere do atual trabalhador responsável pela garantia de qualidade do produto de cada engenho. Sua autoridade e seriedade durante o processo são os atributos mais marcantes para quem o observa próximo à fornalha e são vários os momentos em que se pode perceber a sua preocupação em não perder a concentração e, ao mesmo tempo, em orientar o trabalho dos outros funcionários que estão envolvidos no processo. Cada engenho possui o seu mestre de rapadura, o que demonstra a importância deste trabalhador qualificado no processo de produção. A qualidade do produto depende da ação do mestre e a permanência deste ofício no universo dos engenhos é vital para a continuidade destes.



FIGURA 4 Mestre de rapadura no engenho Dois Irmãos, em Barbalha, CE. Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves (2009).

Conclusão

É importante compreender que a permanência dos processos operados no âmbito dos engenhos vai além das explicações econômicas, estando ligada também a um sentimento de continuidade. Entendemos que a permanência dos produtores de rapadura do município de Barbalha durante, e mesmo após o período em que estes conviveram com o funcionamento da Usina Manoel Costa Filho, reflete uma postura de resistência diante de mudanças operadas em um nível superior de escolhas e decisões tomadas pela administração do Estado.

No contexto do Cariri, as mudanças de ordem técnica foram perceptíveis ao longo das transformações da estrutura física dos engenhos, que nos seus primórdios eram movidos a tração animal e construídos em madeira, passando pelos engenhos hidráulicos, os movidos a vapor até os mais modernos com seus motores a óleo diesel ou ligados a energia elétrica. Os ofícios envolvidos na produção de rapadura demonstram que a prática e as relações sociais permanentes no cotidiano dos engenhos denotam outro aspecto do patrimônio imaterial: "que ele não se compõe de formas fixas, mas de uma recriação permanente ligada a um sentimento de continuidade em relação às gerações anteriores, ou seja, que ele é ao mesmo tempo dinâmico e histórico" (Cunha, 2005, p. 15).

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti cita o artigo segundo da Convenção da Unesco de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, que considera patrimônio imaterial

> [as] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (2008, p. 11-12)

O acesso, referido por Manuela Carneiro da Cunha, aos recursos naturais e aos territórios destinados a garantir a reprodução dos saberes tradicionais remete à região dos baixios caririenses, que apresenta ótimas condições para o cultivo das lavouras de cana-de-açúcar, envolvidas na produção da rapadura pelos agentes detentores desses conhecimentos. Esse acesso estaria direta-

mente condicionado a questões políticas, sociais e econômicas que surgiram a partir da instalação, em Barbalha, do modelo agroindustrial trazido pela usina, contrastando com a pequena unidade produtiva dos engenhos de rapadura da região.

Referências

Andrade, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza*: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1994.

Barreto, Raul Edson de Almeida. *A crise do petróleo*: o Proálcool e o BNB. Fortaleza: BNB/Diretoria de Crédito Industrial, 1980.

Bazin, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983. 2 v.

Brito, Maria do Socorro. *Mudanças na organização do espaço*: o novo e o velho Cariri canavieiro cearense. Fortaleza: Ioce, 1985.

Cavalcanti, Maria Laura Viveiros de Castro. Patrimônio cultural imaterial no Brasil: estado da arte. In: Cavalcanti, Maria Laura Viveiros de Castro; Fonseca, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil*: legislação e políticas estaduais. Brasília: Unesco/Educarte, 2008. p. 11-36.

Chuva, Márcia. A história como instrumento na identificação dos bens culturais. In: Motta, Lia; Silva, Maria Beatriz Resende (Org.). *Inventários de identificação*: um programa da experiência brasileira. Rio de Janeiro: Iphan, 1998.p. 41-50.

Cunha, Manuela Carneiro da. Introdução. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 15-27, 2005. (Patrimônio imaterial e biodiversidade)

Figueiredo Filho, José de. *Engenhos de rapadura do Cariri*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1958.

Freyre, Gilberto. *Açúcar*: em torno da etnografia, da história e da sociologia do doce no Nordeste canavieiro do Brasil. 2 ed. aum. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1969.

Gama, Ruy. *Engenho e tecnologia*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

Magalhães, João P. de Almeida; Kuperman, Nelson; Machado, Roberto Crivano. *Proálcool*: uma avaliação global. Rio de Janeiro: Astel, 1991.

Monteiro, Ângela Maria Cunha; Santos Júnior, José Neiva (Coord.). *Estudo da competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar na região do Cariri*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

Neves, Delma Pessanha. *Lavradores e pequenos produtores de cana*: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Oliveira, Antônio José de. *Engenhos de rapadura do Cariri*: trabalho e cotidiano (1790-1850). 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

Pinto, Maria Dina Nogueira. Sabores e saberes da casa de Mani: a mandioca nos sistemas culinários. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 280-301, 2005. (Patrimônio imaterial e biodiversidade).

Sá, Filadelfo Tavares de. *Luta de interesses entre os engenhos e a usina e seus reflexos sobre a pequena produção da lavoura canavieira do Cariri cearense*: um estudo de caso. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1988.

Nos trilhos do patrimônio: a Estrada de Ferro Vitória a Minas e o seu processo de identificação

Nívea Muniz Vieira



Resumo

Em sua organização espacial atual, os bens industriais nos informam sobre o quadro sócio-político-econômico a partir da recuperação de sua memória, permitindo compreender seu processo de produção. Suas histórias estão registradas nos vestígios de um passado-presente. São materialidades carregadas de sentidos pelos valores a elas atribuídos. No trabalho procuramos discutir o patrimônio ferroviário como parte do chamado patrimônio industrial. Caminhamos no sentido de produzir uma atribuição de valor à Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), estudando as transformações da ferrovia e de seu entorno no espaço e no tempo. Trabalhamos com um recorte mais específico ao analisar a importância dessa estrada de ferro para o município de João Neiva. A escolha da Estrada de Ferro Vitória a Minas como objeto de estudo passa pela reflexão sobre o método de atribuição de valor adotado pelo Iphan na seleção de bens para tombamento federal.

Nívea Muniz Vieira Geógrafa licenciada, mestre em Geografia e Meio Ambiente pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutoranda em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP). Foi bolsista do PEP/IPHAN no Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, sob a supervisão da arquiteta e urbanista Jurema Kopke Eis Arnaut. É professora da Rede de Ensino Estadual e atua na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro no setor de Projetos de Extensão e no setor de Novas Tecnologias (Educopédia)

Introdução

O desenvolvimento industrial no Brasil, iniciado no final do século XIX, estabeleceu-se no tempo e no espaço de maneira heterogênea. Em um contexto de modernização e de industrialização, cujo marco foi a instauração de ferrovias, dois momentos fundamentais se fazem notar. O primeiro momento data do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), quando a indústria brasileira ganhou impulso. Negociando com países estrangeiros as concessões de tecnologia necessárias para fomentar a indústria nacional, Vargas se apoiou nas estradas de ferro para escoar a produção das indústrias de transformação que surgiam no país. Um segundo período, já no governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1960), foi marcado pela ampliação do parque industrial brasileiro e pela alteração do grau de importância das ferrovias. A partir da efetivação de uma nova política de abertura econômica para o capital internacional, atraindo indústrias multinacionais, sobretudo, montadoras de veículos internacionais (Ford, General Motors, Volkswagen e Willys), as ferrovias perderam importância em favor das rodovias.

Ao longo da segunda metade do século XX, houve a instauração de um novo momento na história econômica e política mundial: referimo-nos à década de 1970, que marcou esse processo de reestruturação capitalista no mundo. Tal processo decorreu, sobretudo, do avanço e da ampliação dos meios de transporte e de comunicação, viabilizando a flexibilização e a diversificação dos mercados, com reflexos nas relações sociais e culturais. Nas décadas seguintes, a industrialização brasileira continuou a crescer com "altos e baixos" e considerável nível de dependência de outros países. Porém, a rede ferroviária, que havia desempenhado papel fundamental na industrialização brasileira, foi pouco a pouco perdendo importância ou mesmo sendo abandonada. Nesse processo de "perda" da função econômica e social da antiga rede ferroviária, todo um conjunto de relações entre cultura e técnica e entre povoamento e economia foi deixado de lado, dando espaço para a (re)construção de novos valores e sentidos para a ferrovia.

A ferrovia é o símbolo da industrialização e da chegada da modernidade no Brasil e, apreendida como um sistema, pode ser valorada como patrimônio industrial, o que se dará ou não conforme suas especificidades e grau de importância. Introduzimos aqui a ideia de patrimônio industrial como um conjunto de materialidades produzidas socialmente em determinado modo de produção industrial. São materialidades carregadas de sentido pelos valo-

res imateriais a elas atribuídos. Vale ressaltar que não restringimos a noção de patrimônio industrial ao patrimônio ferroviário e vemos o patrimônio ligado à ferrovia como um conjunto, um sistema formado por uma interação de elementos que formam um todo articulado e complexo.

Em se tratando de um estudo de identificação no campo do patrimônio industrial, nosso objeto de estudo é a Estrada de Ferro Vitória a Minas (Efvm), que tem no transporte do minério de ferro a sua principal função, mas que também é uma das pouquíssimas ferrovias brasileiras a manter até hoje o trem de passageiros. Nosso propósito é discorrer acerca da importância dessa estrada de ferro para os seis municípios por ela ligados no estado do Espírito Santo: Cariacica, Fundão, Ibiraçu, João Neiva, Colatina e Baixo Guandu. Identificando-a como patrimônio industrial, tratamos da implantação da Efvm em seu trecho no Espírito Santo e de suas consequências para a organização espacial atual, enfocando permanências e, principalmente, mudanças provocadas pelo seu estabelecimento em 1904.

Referimo-nos às possíveis (re)organizações espaçotemporais e aos seus desdobramentos em sua hinterlândia, que denominamos área sob influência da Efvm no estado do Espírito Santo. Indicamos, sob um panorama geral, a influência da ferrovia na configuração espacial de seu entorno no que tange às dimensões cultural-simbólicas, econômicas e políticas, que incluem o desenvolvimento de cidades, de infraestruturas, da dinâmica populacional, de práticas sociais que, simultaneamente, comandam e são influenciadas pela existência da ferrovia. Transformações provocadas por novas técnicas, bem como novos objetos e ações nesse espaço, acompanham a introdução e o declínio de valores ligados à (re)organização espacial causada pela implantação e manutenção da estrada de ferro.

A seleção do estado do Espírito Santo como área de estudo (Figura 1: Estações da Efvm no ES e em MG) foi orientada, principalmente, por três fatores operacionais ligados às necessidades da instituição onde foi realizada a pesquisa: 1) a sua proximidade com o Rio de Janeiro, onde funciona a Gerência de Proteção do Departamento de Patrimônio Material do Iphan (Depam), setor ao qual estávamos vinculados; 2) a verba disponível e a limitação de dois anos para a realização da pesquisa, o que não permitiria analisar todo o trecho da ferrovia; 3) o pequeno número de bens e de tipologias tombados, todos concentrados no sudeste do estado, fator instigante para a investigação dos motivos que teriam orientado uma seleção tão restrita. A importância da



FIGURA 1 Estações da EFVM, MG e ES. Fonte: Vale. Guia de passageiros. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/business/logistics/railways/Passenger-Train-Vitoria-Minas/Paginas/default.aspx>. Acesso em: abr. 2015.

Estrada de Ferro Vitória a Minas tem expressão na logística de escoamento de produtos brasileiros, destacada por sua eficiência e por suas interconexões com importantes rodovias e portos no Espírito Santo e no território nacional.

Duas questões centrais moveram esta pesquisa. São elas: É possível atribuir valor de patrimônio à Estrada de Ferro Vitória a Minas? Qual é a importância desta ferrovia em uma reflexão sobre a atuação do Iphan em termos de patrimônio industrial?

Tendo em vista essas questões, o estudo foi realizado a partir de levantamento bibliográfico e de fontes documentais nos acervos da Biblioteca Nacional, da Biblioteca Noronha Santos/Iphan e da Biblioteca da Vale, localizadas no Rio de Janeiro, além de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge). A partir do trabalho de campo realizado em abril de 2009, tivemos a oportunidade de pesquisar, ainda, nos arquivos da Superintendência do Iphan no Espírito Santo (Iphan/ES) e em instituições como a Biblioteca do Museu da Vale (Vila Velha), a Biblioteca Pública Estadual e o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (Ihges), localizados em Vitória. O trabalho de campo foi fundamental para a consolidação dessa pesquisa, possibilitando o levantamento de informações por meio da realização de entrevistas e do reconhecimento do objeto estudado. Para entender e interpretar a realidade estudada, elencamos como principais os conceitos de patrimônio industrial, técnica e espaço.

Listamos, como objetivos, a ampliação da noção de patrimônio, passando por uma discussão acerca do quadro de bens tombados em nível federal no estado do Espírito Santo e a identificação da Efvm como patrimônio industrial, construindo um olhar sobre o processo de conhecimento e de atribuição de valor sobre esse patrimônio. Para tanto, sob a perspectiva da Geografia, articulamos os conceitos de patrimônio industrial, técnica e espaço para construir um entendimento sobre a Efvm e o seu entorno.

Buscando a contextualização do processo de implantação da Efvm, apresentamos o estudo de caso do município de João Neiva, enfatizando a ocupação do espaço, o desenvolvimento da cidade e a sua decadência. Procuramos analisar as transformações gerais ocorridas a partir da chegada dos trilhos da Efvm na área, o seu impacto nas relações sociais estabelecidas, as suas oficinas de manutenção de trens e a luta por sua permanência. Interessados em contribuir, mesmo que timidamente, para a definição de uma metodologia de estudos de tipos de bens industriais com potencial para tombamento, pensando o patrimônio de maneira articulada no tempo e no espaço, indicamos um possível caminho para reconhecer a Efvm e alguns dos bens a ela relacionados como patrimônio.

Um olhar sobre o patrimônio

A noção de patrimônio surgiu no século xviii com a moderna concepção de cidade e de história (Santos, 2001). Entretanto, essa noção só se fortaleceu no século XIX, despontando como reprodutora do próprio sistema social e de sua estrutura de funcionamento na segunda metade do século xx (Nigro, 2003). Segundo Fonseca (2005, p. 18), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) tem desenvolvido uma série de iniciativas voltadas ao reconhecimento do patrimônio cultural imaterial, à valorização do patrimônio natural, à utilização do conceito "paisagem cultural", à difusão da noção de diversidade cultural, visando à ampliação da noção de patrimônio cultural.

Fonseca (2005) afirma que no Brasil, antes da década de 1970, em geral, as políticas de preservação foram conduzidas por intelectuais de perfil tradicional (historiadores e arquitetos, por exemplo), que se propuseram a atuar no Estado em nome do interesse público, na defesa da cultura, identificada com os valores das camadas cultas. Na década de 1970, essa política começou a ser criticada. Houve uma "modernização" da noção de patrimônio, vinculando a

temática da preservação à questão do desenvolvimento. Segundo a autora, um dos impasses que caracterizaram a política federal de patrimônio no Brasil nos anos 1970-1980 foi a coexistência de duas linhas de atuação, a da pedra e cal, continuada do antigo Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Sphan), criado em 1937, e a da referência cultural, oriunda do Centro Nacional de Referência Cultural (Cnrc), criado em 1975 e integrado, a partir de 1980, à Fundação Nacional Pró-Memória. Contudo, a hegemonia do grupo da *referência* teria se limitado ao plano discursivo. Na prática, o patrimônio histórico e artístico nacional continuou a ser construído a partir dos critérios de tombamento do Sphan (Fonseca, 2005).

No estado do Espírito Santo, a influência dos imigrantes, sobretudo alemães e italianos, perpassa as construções e se integra aos costumes locais, delineando uma nova cultura para o estado. Contudo, é a "arquitetura jesuítica", uma das marcas da "identidade nacional" construída pelos intelectuais modernistas brasileiros ligados ao Sphan, que estará representada na pequena série de bens tombados no estado, um dos fatores que justificam a seleção do Espírito Santo como área de estudo. Como afirma Lucena (2007) e podemos observar na Figura 2, apenas três dos monumentos tombados são "não-religiosos"[1], sendo exemplares da arquitetura rural e da arquitetura urbana colonial. Portanto, a seleção de bens no estado parece refletir, mesmo que parcialmente, as políticas patrimoniais explicitadas no parágrafo anterior, uma vez que todos os treze bens tombados em nível federal pertencem ao período colonial brasileiro e estão localizados na região sudeste do Espírito Santo. No que tange à área de estudo mais especificamente, o povoamento e a colonização foram consequência direta da construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas (Valverde, 1961; Oliveira, 1975).

Entendemos que, até hoje, não houve uma ruptura total com as antigas práticas de seleção e atribuição de valor patrimonial. Ressalvamos, contudo, que quando falamos em *pedra e cal* ou em *referência cultural*, os grupos ou agentes que atuam segundo uma ou outra forma de percepção e tratamento do patrimônio não são entendidos como blocos monolíticos, fechados e independentes. Nos bens culturais, os valores se intercomunicam, como a

1 É importante destacar, contudo, que em nenhum dos tombamentos de bens religiosos foi sublinhado o valor do bem como espaço de culto. O primeiro tombamento com esse caráter foi o do Terreiro da Casa Branca, na Bahia, em 1983.

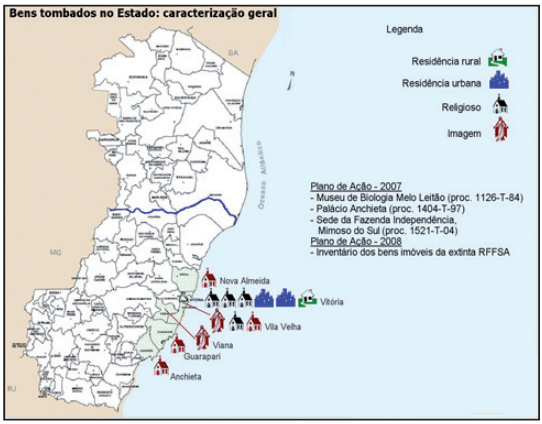


FIGURA 2 Bens tombados no Espírito Santo até 2011. Fonte: Elaborado por Adler Homero de Castro e Nívea Muniz Vieira (2011)

própria cultura, como nos ensinou Laraia (2005). Assim, há atuações, posicionamentos e tombamentos que podem até contradizer o que foi definido como regra na atuação dos dois grupos. As transformações na atuação institucional respondem de distintas maneiras a determinadas conjunturas de um processo, que é, ao mesmo tempo, contínuo e heterogêneo. Dialeticamente, transformamos e somos transformados em um movimento constante; mudamos, mudando o mundo.

Como Fonseca (2005), criticamos a tendência de se naturalizar o valor cultural dos bens considerados como patrimônio. Inteligíveis somente a partir da visão e mediação de especialistas, por vezes, esses bens culturais são tratados, pelas instituições de patrimônio, como se contivessem valor em si mesmos. Ao contrário, o valor não estaria nas coisas, mas na relação entre elas[2]. Nesse sentido, "valorar" é um processo extremamente subjetivo e de difícil realização, apesar dos "padrões", modelos a serem seguidos. Sob diferentes formas de avaliação temporal, cultural e socioespacial, o que tem valor para uma pessoa ou para um grupo pode não ter para outros. Não existe materialidade sem valores "imateriais" atribuídos; são esses valores que tornam uma coisa "real", que fazem da coisa algo com significado determinado. Com a seleção e o tombamento de um bem, o sistema de valores que se refere a ele é alterado e, simultaneamente, o nosso modo de vê-lo. O bem é alterado em seu valor econômico e, sobretudo, simbólico. Passa a ser visto sob outros pontos de vista, a partir de novos valores.

2 Ideia apresentada pelo arquiteto Antonio José Aguilera Montalvo na II Oficina PEP/2007 – Goiânia, 24/10/07.

Nesse sentido, Fonseca (2005) aponta dois desafios: o primeiro, a construção de uma representação da nação – por meio de uma seleção de bens culturais que representem a diversidade brasileira – que funcione como promotora de um sentimento comum de pertencimento, como reforço de uma identidade nacional; e, segundo, fazer com que o resultado dessa seleção seja aceito como de interesse de uma maioria.

É fato que nas décadas de 1970 e 1980 ocorreram significativas mudanças na prática patrimonial do Iphan que, segundo Fonseca (2005), resultaram de um confronto entre orientações distintas, mas que se expressaram muito mais no nível do discurso. Como se trata de um processo, enxergamos aí um movimento constante, constituído por um eterno *vir-a-ser*, de ininterruptas *idas e vindas* e coexistências. Assim, discordamos da imobilidade que alguns autores, por vezes, parecem atribuir aos diferentes momentos da história institucional do Iphan. É possível identificar processos de tombamento que desde os primeiros tempos do Iphan já continham o debate que justificava a preservação da materialidade de um bem para garantir a compreensão de seus valores simbólicos. Para embasar este discurso, fazemos referência ao tombamento, em 1958, do Conjunto paisagístico e urbanístico da cidade de Vassouras, protegido como materialização dos valores e modos de viver da sociedade cafeeira no século xix[3]. Em sentido oposto, identificamos a revalorização recente de antigos mitos ou propósitos como no tombamento das obras de Oscar Niemeyer[4] em meio às homenagens dos 100 anos do arquiteto.

Ainda que se possa afirmar que são exemplos isolados, procuramos demonstrar nesta parte do trabalho, com base em uma reflexão particular, que sempre houve o convívio de diferentes pontos de vista na instituição. Sem a pretensão de abarcar o complexo histórico da atuação do Iphan, buscamos chamar a atenção para a problemática que envolve a atribuição de valor no

3 "Em 06/03/58, o arquiteto Paulo Thedim Barreto emitiu parecer favorável ao tombamento da cidade concordando com justificativas apresentadas pelo arquiteto Augusto da Silva Telles, por se tratar de um conjunto urbanístico e arquitetônico do século XIX de valor apreciável e porque a área indicada para tombamento expressava '[...] urbanização ordenada no significado ao respeito a topografia, localização dos centros comercial, residencial, cívico, administrativo, religioso, assistência social, funerário e paisagístico" (Processo nº 566-T-57). Cf. Santos (2006, p. 207).

4 O Iphan tombou 35 prédios e monumentos projetados pelo arquiteto em nove estados. A princípio, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural apreciaria apenas o tombamento de 23 obras em Brasília e da Casa das Canoas no Rio de Janeiro, onde Niemeyer viveu com a família por 12 anos. No entanto, o conselho aprovou também o tombamento de outros 11 bens que levam a sua assinatura (*O Estado de São Paulo*, 07/12/07).

processo de identificação de um patrimônio. Assim, o objetivo, a seguir, é abordar, especificamente, o patrimônio industrial como conceito e tipo de bem patrimonializável, tendo em vista uma possível identificação da EFVM como patrimônio industrial.

Patrimônio industrial: ferrovias

Segundo Kühl (2007), o desenvolvimento ferroviário teve seu impulso na terceira década do século XIX na Europa e nos Estados Unidos e passou a ter mais vigor a partir de meados do século, apresentando significativo crescimento. O advento da ferrovia foi responsável por transformações em todo o sistema de transportes, assim como na vida das cidades, influenciando a configuração de territórios inteiros em vários países, alterando a relação com o meio natural.

Nesse processo, as estradas de ferro originaram um novo tipo arquitetônico, notabilizado no Brasil pelo emprego de estruturas metálicas, que resultaram ainda na construção, por exemplo, de estações, de armazéns, depósitos e oficinas de locomotivas. A industrialização em larga escala impulsionou as ferrovias que, por sua vez, foi impulsionada por elas e, de modo adicional, as ferrovias também favoreceram a experimentação de novas técnicas. A dificuldade em adaptar as linhas ferroviárias aos acidentes naturais do terreno, como declividade e curvas acentuadas, obrigou a construção de numerosos viadutos, túneis e pontes e a criação de arranjos espaciais próprios às áreas onde as ferrovias estavam sendo implantadas. Assim, podemos identificar um antes e um depois de um "espaço" a partir da implantação de uma estrada de ferro, o que evidenciamos com o estudo da EFVM e sua área de influência.

Nesse contexto, vale destacar a importância do ferro como material de base para a construção de objetos a partir da Revolução Industrial. O ferro desempenhou papel fundamental nas transformações que ocorreram a partir da segunda metade do século XVIII e durante todo o século XIX em numerosos setores: na construção, na confecção de variados tipos de máquinas, tomando parte no processo de produção de inúmeros produtos industrializados, e em um novo meio de transporte, o ferroviário, sendo empregado em trilhos, em locomotivas e vagões, em edificações, o que levou a mudanças em todas as interrelações entre regiões e países (KÜHL, 1998).

No entanto, o maior apreço pela arquitetura industrial em geral e pela arquitetura do ferro em particular é recente. Os discursos mais frequentes de especialistas viam nesse tipo de arquitetura o símbolo máximo daquilo que

destruía o que havia de mais tradicional, de mais excepcional na identidade nacional: o trem, o ferro e a indústria constituíam a verdadeira antítese da prática patrimonial em seus primórdios. Frente ao discurso da modernidade e do progresso, antepunha-se a defesa de formas e valores que simbolizavam raízes profundas e imateriais de um passado mítico (Kühl, 1998). Nesse contexto, muito do interesse que existe hoje pelo patrimônio industrial e a importância que passou a ser dada ao tema decorrem das reflexões geradas posteriormente à demolição de vários edifícios que o tempo tornara relevantes, como a Estação Euston, em Londres, demolida em 1962, e o Mercado Municipal do Rio de Janeiro no Brasil, posto a baixo na década de 1950 sem muito alarde e consideração sobre a sua importância.

Desde os anos 1960, a ampliação cada vez maior e mais significativa do que é considerado patrimônio histórico a salvar e restaurar levou, além de outras mudanças, à abrangência de construções industriais, alargando-se não só a tipologia de bens considerados como patrimônio como a sua abordagem:

> O patrimônio histórico passou a ser considerado não apenas como testemunho de gerações passadas, que nos transmitem seus valores culturais e de uso, mas também como estando inserido e abrangendo os valores sociais e econômicos da atualidade (Kühl, 1998, p. 208).

Percebeu-se que, quando testemunhos arquitetônicos do processo de industrialização foram demolidos devido à sua obsolescência funcional, ao crescimento das cidades e à pressão especulativa imobiliária, uma parte importante dos conhecimentos, valores e símbolos foram perdidos.

Desde então, várias disciplinas têm voltado seu instrumental teórico e metodológico para a compreensão do processo de industrialização brasileira: filosofia, economia, sociologia, história e geografia, entre outras. Assim, o interesse pela identificação e valorização do patrimônio industrial brasileiro tem sido incrementado nos últimos anos (Thiesen, 2006). Os intercâmbios se multiplicaram por meio de várias reuniões científicas, nacionais e internacionais, contando com organizações dedicadas somente a esse fim, como *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (Ticcih), criado em 1978. Vale destacar ainda os recentes esforços de cooperação desenvolvidos entre o Ticcih e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos). A Unesco criou ainda grupos específicos para a definição de critérios e a elaboração de estudos para a inclusão do legado da industriali-

zação na lista do patrimônio industrial. Durante o congresso internacional realizado em 2003 pelo Ticcih, na Rússia, foi redigida e aprovada a Carta de Nizhny Tagil sobre patrimônio industrial, que evidenciou a importância da herança da industrialização, além de mencionar temas relacionados à sua preservação (Kühl, 2008). No Brasil, mais recentemente, ocorreu o Encontro Nacional sobre Patrimônio Industrial que teve como foco uma discussão acerca da industrialização e da "desindustrialização" e das perspectivas para o resgate e conservação do patrimônio industrial.

Apesar de ainda serem constantes as investidas contrárias à sua preservação, têm sido significativos os esforços para definir e conhecer o patrimônio resultante do processo de industrialização, tendo como meta determinar "por que e o que preservar" (Kühl, 2008). Conforme a autora, já em suas origens, a discussão acerca do patrimônio industrial esteve vinculada também à arquitetura ferroviária.

No campo da arquitetura, o interesse pela preservação do patrimônio industrial, desde seus primórdios, voltou-se para o "conjunto de bens que se articulam ao processo de industrialização como um todo, procurando conhecer e tutelar as especificidades de cada um deles" (Kühl, 2008, p. 40). Um ponto a ser notado é que os "monumentos da industrialização" se referem não só à arquitetura dos edifícios relacionados com as unidades de produção, mas a todos os edifícios que podem compor um conjunto industrial – fábrica, residência, enfermaria, escola. Além desses, as unidades de produção de energia e os meios de transporte, dentre outros, devem ser estudados de acordo com os tipos de atividade produtiva. São todos elementos históricos decorrentes do processo de industrialização.

No campo da arqueologia, trabalha-se de forma a compreender, de modo conjunto, atividades produtivas, meios de transporte, formas de produção de energia e produtos resultantes da industrialização. O estudo das fábricas, moinhos, estradas de ferro, desenvolvido sob o cunho de arqueologia industrial, surgiu na Inglaterra, na década de 1950, quando Donald Dudley começou a organizar visitas dos seus estudantes a antigas instalações industriais na região, prática que foi seguida por pessoas preocupadas com a preservação de antigos vestígios da industrialização, acabando por abrir um novo campo de investigação centrado no conhecimento dos aspectos materiais da Revolução Industrial (Clark, 1999 apud Thiesen, 2006). A partir de então, trabalhos

acerca do tema têm sido realizados, especialmente na França, na Bélgica, na Suécia, na Dinamarca, nos Estados Unidos e na própria Inglaterra.

Segundo Thiesen (2006), a arqueologia industrial deve ser apreendida como o estudo das transformações socioeconômicas e culturais decorrentes do crescimento da organização capitalista na indústria, a partir da interpretação das suas evidências materiais. Assim, defende que a arqueologia industrial, na verdade, deveria ser chamada de "arqueologia da industrialização", tendo em vista, inclusive, que um dos objetivos deste ramo da arqueologia é situar o monumento em seu contexto social e econômico em sua relação com a história da técnica. Em linhas gerais, a arqueologia industrial nos tem fornecido elementos para inferir uma definição de patrimônio industrial.

Uma de suas contribuições importantes, que assinalamos aqui, é a proposição do estudo, análise e registro de formas de industrialização do passado mesmo quando desaparecem os testemunhos materiais (Kühl, 2008). Segundo essa perspectiva, podemos entender o patrimônio industrial como um conjunto de materialidades produzidas socialmente em determinado modo de produção industrial (pretérito ou presente) valorizado segundo expectativas e critérios culturais. Para Kühl (2008), falar de patrimônio industrial pressupõe que tenham sido feitos estudos e que se tenha identificado os bens que possuem interesse para a preservação. A arqueologia industrial, assim, põe em evidência todo o legado da industrialização, sendo ou não instituído como bem cultural.

A organização da indústria, ocorrida no bojo do avanço do sistema capitalista mundial, foi responsável por uma intensa reordenação da sociedade, atingindo os mais diferentes níveis e em tempos distintos, o que nos remete ao conceito de "espaço geográfico". Nesse sentido, acreditamos que a discussão sobre o patrimônio industrial relativo à Efvm e, sobretudo, a sua própria identificação como tal, configuram-se pela ligação entre a materialidade e a imaterialidade, entre forma, função, estrutura, processo e valor, entre o local e o nacional, e não apenas como um objeto pronto, monodimensional e/ou "natural". Considerando a complexidade de sua organização espacial, o estudo da Efvm possibilita justamente esse esforço reflexivo sobre o patrimônio industrial ao colocar lado a lado diferentes processos.

Kühl (1998), apoiada em Jean-Yves (1992), associa o conceito de patrimônio industrial à busca de dados em fontes escritas familiares à história e ao

trabalho de campo, provindo da arqueologia, aplicando-se a todos os tipos de atividade industrial da humanidade, não impondo limites cronológicos. O estudo dos sítios industriais, dos vestígios deixados por qualquer atividade industrial, ou mesmo de um monumento industrial, é um campo multidisciplinar privilegiado que compreende a análise de tipo e distribuição no espaço das edificações, o estudo dos vestígios materiais, de documentos escritos, de testemunhos orais, levantamento e documentação e a preservação. Nesse aspecto, patrimônio industrial não se refere apenas à arquitetura de edifícios para uso industrial, mas também à arquitetura de edifícios construídos com materiais industrializados.

De acordo com Kühl (1998), o patrimônio industrial é uma grande questão da atualidade no campo da preservação, abarcando estruturas hoje muitas vezes sem função, ou com uma função distinta da que tinha quando criado. Enfatizando essa problemática, inferimos que o patrimônio industrial é um conjunto de materialidades produzidas socialmente em determinado tipo de produção industrial "com ou sem função" atual. Trata-se de materialidades carregadas de sentido pelos valores a elas atribuídos, construídos pelo exercício de nosso olhar sobre sua formação (constituição), percepção (apreensão pelos sentidos) e concepção (criação pela imaginação, invenção). Podem ser considerados exemplos de patrimônio industrial: ferrovias (os trilhos que as compõem, suas locomotivas, suas estações como um todo), oficinas, pontes, depósitos, túneis, minas, reservatórios d'água, aviões, aeroportos, rodovias, portos, fábricas, assim como todo o maquinário, instrumentos e os demais elementos que os compõem.

Partindo dessa definição, compreendemos que a EFVM pode ser valorada como patrimônio industrial do tipo ferroviário, considerando-a em seu sistema de funcionamento. Essa consideração resulta da observação da importância de sua implantação, tendo em vista as transformações provocadas em sua área de influência, incluindo aí construções que lhe estão associadas, como depósitos, oficinas e estações.

A Estrada de Ferro Vitória a Minas em seu contexto

A década de 1970 foi marcada pela intensificação do processo de globalização/mundialização com repercussões temporal e espacial distintas. Segundo Santos (2006), o período marcou a instauração do meio técnico-científico-

informacional, já que a produção capitalista do espaço passou a se realizar de forma mais acelerada, articulada e mais fortemente sob os princípios da economia. De maneira geral, a técnica é o procedimento ou o conjunto de procedimentos utilizados com o objetivo de se obter determinado resultado. A ciência se refere a qualquer prática ou conhecimento sistemático ligado a determinada área: é o esforço para descobrir e aumentar o conhecimento humano acerca da realidade. A informação, por sua vez, define um período marcado por invenções como o microprocessador, a rede de computadores e o computador pessoal, por exemplo, permitindo uma revolução dos meios de transporte e de comunicação. Trata-se de uma valorização cada vez maior do conhecimento. É, portanto, o entrelaçamento entre técnica, ciência e informação que vai definir a fase da produção capitalista a partir dos anos 1970.

Conforme estudo da Fundação João Ribeiro (1976), a região cortada pela Efvm apresentou características diferentes de todas as outras do Espírito Santo. Concentrando os maiores contingentes populacionais, os mais significativos centros urbanos, vinculou-se à zona metalúrgica de Minas com a função de escoadouro de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce (Cvdc) e de importação de carvão mineral para as grandes siderúrgicas: Colatina, Linhares e Vitória foram destacadas como subáreas de significativa importância. Essas subáreas foram identificadas a partir da existência de um centro urbano que, de alguma maneira, pudesse comandar a organização espacial e que representasse relações com níveis hierárquicos inferiores dentro da subárea.

A subárea comandada por Colatina incluía Baixo Guandu, Itaguaçu, Itarana e Santa Tereza e tinha na agropecuária sua principal atividade econômica. A rede urbana era comandada por Colatina, servida pela BR-259, que liga Colatina à Vitória, e pela Efvm, que liga Colatina à Vitória e a Minas Gerais. A subárea representada por Linhares, somada a Aracuz e Ibiraçu, situava-se a leste de Colatina, compreendendo o baixo vale do rio Doce. Apresentava uma ocupação recente à época da implantação da ferrovia, sendo a atividade agropecuária a mais importante, apesar de a atividade madeireira ter certa relevância. Essa subárea, em estruturação no período, apresentava uma rede urbana menos complexa, sendo Linhares o seu principal centro urbano. Por fim, a subárea de Vitória, que polarizava Alfredo Chaves, Afonso Cláudio, Anchieta, Cariacica, Domingos Martins, Fundão, Guarapari, Santa Leopoldina, Serra, Viana e Vila Velha. Essa subárea correspondia ao setor sudeste da

região do rio Doce, o sul de Vitória, que correspondia ao litoral e abrangia os municípios de Guarapari e Anchieta, tendo a atividade turística como uma das mais importantes, e o setor oeste caracterizado pela atividade agrícola.

No que tange ao crescimento populacional relacionado à implantação da Efvm, o estudo da Fundação João Ribeiro (1976, p. 65) observou uma evolução populacional. Em 1970, a população da área sob influência da Efvm, considerando seu trecho total, isto é, do Espírito Santo a Minas Gerais, atingiu a marca de 2.955.965 habitantes, localizando-se 847.730 (28,68%) na área capixaba. Ainda que a população urbana tenha apresentado um ritmo de crescimento maior que o da população total, o processo de urbanização não se fez sentir com a mesma intensidade em toda a região. Considerável parte dos municípios, porém, apresentou altas taxas de crescimento populacional, demandando investimentos em infraestrutura. Ocorreu uma multiplicação dos pontos de concentração urbana da população, com o surgimento de novos núcleos urbanos e o aumento do tamanho populacional das cidades já existentes.

A área sob influência da Efvm deve ser compreendida como um sistema que interage com outros sistemas e, nesta concepção, é imprescindível, pelo menos, reconhecer a existência de relações de dependência inter e intrarregionais, embora sem abordar as particularidades do conceito de região. Atualmente, a área sob influência da Efvm no Espírito Santo corresponde aos seis municípios por ela cortados nos limites do estado, isto é, Cariacica, Fundão, Ibiraçu, João Neiva, Colatina e Baixo Guandu. Tendo como base tais municípios, apresentamos a população total de cada um deles a partir do censo demográfico realizado em 2010 pelo Ibge (Gráfico 1). Antes de analisar o gráfico, importa destacar que a população do estado para 2010 alcançou o total de 3.514.952 e o total da área em estudo ficou em 533.619 habitantes.

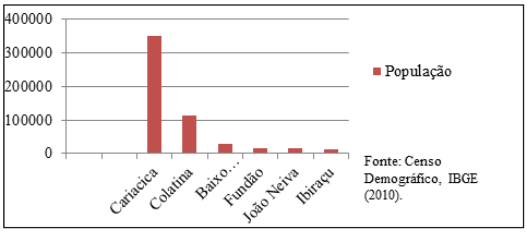


GRÁFICO 1 População por municípios da área sob influência da EFVM, 2010. Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2010).

Analisando os dados de população para esse recorte espacial, observamos que Cariacica é o município que mais se destaca em número absoluto, apresentando uma população em 2010 de 348.738 pessoas, o que corresponde a 10% da população do Espírito Santo e a 65% da população total da área em estudo, podendo indicar a centralidade da área. Em seguida, observamos a expressividade de Colatina, que, com 111.788 habitantes, representa 3% da população do estado e 21% da população total da área. Em seguida, com um contingente populacional abaixo de 30.000 habitantes, temos: Baixo Guandu (29.081); Fundão (17.025) João Neiva (15.809) e Ibiraçu (11.178).

Nessa perspectiva, chamamos a atenção para João Neiva, município que trabalhamos como estudo de caso. Segundo entrevistas que realizamos em abril de 2009, João Neiva tem apresentando um paulatino decréscimo econômico e populacional atribuído a um processo de "decadência" resultante da erradicação da estação outrora localizada no centro do município e da transferência das oficinas da Efvm para o Porto de Tubarão. Inclusive, a transferência das oficinas, ocorrida em 1990, levou ao deslocamento de trabalhadores, em alguns casos, como opção devido à distância do local de trabalho. O município apresentou, entre 2000 e 2010, um crescimento de 3%, sua população tendo passado de 15.301 para 15.809 habitantes, crescimento acima, apenas, do ocorrido em Baixo Guandu, dado que fortalece a conjuntura apontada e pode ressaltar a importância socioeconômica, política e cultural da Efvm e a sua polaridade na região.

Km	Estação	Vitória / Belo Horizonte		Belo Horizonte / Vitória	
		Prefíxo - P01		Prefíxo - P02	
		Chegada	Partida	Chegada	Partida
0	Pedro Nolasco	-	07:00	20:10	-
6	Flexal	-	-	19:46	19:47
51	Fundão	07:56	07:57	19:00	19:01
66	Aricanga	08:12	08:13	18:44	18:45
75	Piraqueaçu	08:23	08:24	18:34	18:35
132	Colatina	09:20	09:23	17:39	17:42
152	Itapina	09:43	09:44	17:18	17:19
164	Mascarenhas	09:57	09:58	17:06	17:07
175	Baixo Guandu	10:09	10:12	16:51	16:54

QUADRO 1 Horários dos trens de passageiros (2009). Fonte: Vale - Guia para passageiros da EFVM (2009).

Por essa ferrovia passam diariamente, em média, 40 trens de transporte de minério – uma carga equivalente a 300 mil toneladas –, 20 trens de cargas gerais e dois de passageiros. Um deles parte de Vitória, às 7 horas, com destino a Belo Horizonte, e o outro sai de Belo Horizonte, às 7h30min, com destino a Vitória. No Quadro 1 podemos conferir os horários de partida e de chegada dos trens de passageiros.

Apresentados alguns dados sobre o contexto atual da Efvm, passamos, a seguir, a uma discussão sobre os conceitos de técnica e espaço e sua importância para o estudo dessa estrada de ferro, considerando sua articulação com o conceito de patrimônio industrial.

Técnica e espaço: conceitos para entender e identificar a EFVM

O interesse pelo conceito de técnica em nosso estudo advém da necessidade de compreender como a introdução de inovações tecnológicas contribui para transformações espaciais. No caso da Efvm, referimo-nos a uma técnica que data e expressa o período de industrialização brasileira e do Espírito Santo de forma mais específica. Afinal, a Efvm pode ser entendida como um "objeto" em seu sistema de funcionamento, objeto este que identificamos como um bem, como patrimônio industrial.

Não tratamos da técnica em si, isto é, da forma como a Efvm foi construída, dos equipamentos utilizados e da maneira como foram construídos. Tratamos da técnica em sua generalidade, da técnica como conceito. Conceito este que é datado por sua criação e uso, tendo em si a aplicação dos conceitos de produção e de tecnologia em uma conjuntura espaço-temporal. Nesse sentido, em consonância com Santos (2006, p. 16), entendemos as técnicas como "um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço". Espaço este que é central no estudo da sociedade e de sua própria reprodução, tendo em vista que é um produto social (Lefébvre, 1994). É fato, portanto, que reconhecer o lugar da ciência e da tecnologia é de suma importância para se entender o notável e dinâmico atual processo de produção do espaço, pois a ciência aplicada, hoje, determina a técnica a ser implantada. Trata-se, portanto, de uma busca de reconhecimento e análise das grandes mudanças em curso.

A técnica não é composta somente de objetos, mas de ações técnicas, que

nos fazem refletir sobre a sua existência em nosso cotidiano (Ellul, 1968). Pinto (2005) assinala que a técnica pode ser entendida como a união da máquina e do método ou, quando concretizada em um objeto ou aparelho atuante sobre os corpos, como a união da forma e do conceito. Santos (2006) discute a técnica, incluindo a dimensão socioespacial a partir do denominado meio técnico-científico-informacional.

O espaço está em constante transformação, deve ser compreendido como um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas, de objetos e de ações, não considerados de forma isolada, mas como um quadro único no qual a história se dá (Santos, 2006). As transformações espaciais ocorrem na medida em que novas ações são introduzidas, por e a partir da promoção de novos objetos ao mesclar-se à organização pré-existente. Tais objetos são intencionalmente concebidos, fabricados e localizados para o exercício de determinada finalidade. A ordem espacial resultante é também intencional. Frutos da ciência e da tecnologia, esses objetos técnicos buscam a exatidão funcional, aspirando uma perfeição maior que a da própria natureza. Assim, mediados pelas ações, é a partir dos objetos que se dá a velocidade do mundo.

Há distintos ritmos e ininterruptos movimentos, pois a produção do espaço é processual. Segundo Lefébvre (1994), o espaço compreende o conjunto de elementos materiais transformados pelas práticas políticas, constituindo-se na expressão material e imaterial das relações sociais, já que, simultaneamente, é abstrato e concreto ou real. Assim, as relações espaciais são consideradas não mais separando o espaço geográfico do econômico ou do espaço político, mas abarcando toda a sua dimensão. Como um híbrido, o espaço formado pela Estrada de Ferro Vitória a Minas e sua área de influência se constituem a partir do cruzamento de "coisas" diferentes. É a forma-conteúdo, que não pode ser considerada apenas como forma, nem meramente como conteúdo. A ideia de forma-conteúdo liga o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social (Santos, 2006).

O arranjo espacial é uma linguagem decodificadora desse espaço e da sociedade que realiza sua (re)produção, vivenciando-o. Concebemos a organização do espaço como o centro da política de desenvolvimento, uma vez que todas as atividades humanas têm um condicionante e/ou condicionamento espacial e é em função das distâncias entre as diferentes localizações que se promove a formação de um sistema de transporte e de comunicações. Assim,

é fundamental conhecer a organização do espaço da área que se pretende estudar. Como referido no estudo da Fundação João Ribeiro (1976, p. 32), "esta organização não nasce pronta, mas resulta de um processo que se desenvolve por vinculações ao longo do tempo, no qual fatos que aconteceram primeiro configuram os que vieram ou virão posteriormente". E, no caso de nosso estudo, esses fatos estão intimamente ligados à implantação da Estrada de Ferro Vitória a Minas.

A partir de tais pontos de vista, escolhemos tratar do caso de João Neiva, um dos municípios por ela ligados. O que se segue é uma tentativa de descrição e compreensão das transformações espaço-temporais geradas a partir da implantação da Efvm em seu trecho no Espírito Santo.

A EFVM e o caso de João Neiva

O rio Doce sempre foi impenetrável em seu sentido ascendente, no norte do Espírito Santo. Por isso, a ocupação do território cruzado por ele ficou estacionada por muitos anos e somente tomou impulso com a ligação pelos trilhos da Estrada de Ferro Vitória a Minas à cidade de Colatina (1906). Em 30 de março de 1903, as estações da Efvm começaram a ser construídas. Com o avanço da linha, foram se fixando núcleos nas estações inauguradas, surgindo cidades e povoados no Espírito Santo e em Minas Gerais, como Itapina (Lage), Baixo Guandu, Aimorés, Itueta, Resplendor e Cachoeirinha (Tumiritinga). Durante toda a sua existência como Companhia, a Efvm sobreviveu, algumas vezes precariamente, com uma renda auferida do transporte da produção agrícola da região, bem como do tráfego de passageiros. A ferrovia, voltada hoje, sobretudo, para o transporte de minério, deve sua sobrevivência e transformação (de regional para nacional) a essa produção agrícola que a amparou durante suas constantes crises financeiras (Rosa, 1985), bem como ao transporte de passageiros, serviço que nunca deixou de prestar.

João Neiva nasceu com a chegada dos trilhos da Efvm e a inauguração de sua estação ferroviária em 20 de dezembro de 1905. A região onde se localiza João Neiva, na época em que as pontas dos trilhos chegaram, era constituída de pequenas colônias de imigrantes italianos, sendo que a única povoação existente ficava a seis quilômetros de distância, na sede do antigo Núcleo Demétrio Ribeiro. Após a inauguração da estação e das oficinas, foi surgindo ali um pequeno povoado, que em pouco tempo suplantou o da antiga sede. O

povoado de João Neiva se tornou distrito em 1921 e, anos depois, em 1938, foi elevado à vila do município de Pau Gigante. A *posteriori*, foi desmembrado de Ibiraçu (Ribeiro, 1992), tornando-se município em janeiro de 1989. Segundo o autor e de acordo com dados que colhemos em campo, João Neiva é um exemplo eloquente do desenvolvimento proporcionado pela Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Importa destacar que o processo de formação e desenvolvimento do município tem como marcos a inauguração da estação de João Neiva e a posterior construção das oficinas que viabilizaram uma grande concentração de ferroviários em seu entorno. A partir de então, muitas outras pessoas chegaram à localidade, contribuindo para o aumento cada vez maior da população e viabilizando o desenvolvimento do comércio e de outras atividades. Desse modo, a Efvm seguiu cumprindo o papel ao qual estavam destinadas as estradas de ferro na época, de "poderoso fator de povoamento e progresso das regiões de sua influência" (Ribeiro, 1992, p. 25).

Nos primeiros anos, antes da chegada dos trilhos em João Neiva e da construção de oficinas no lugar, todos os serviços de montagem e reparação de locomotivas, carros e vagões, além de outros, eram executados em uma oficina provisória instalada em Porto Velho, município de Cariacica, estado do Espírito Santo. A função das oficinas era a de prestar serviços na reparação das locomotivas e do material rodante, assim como dos materiais e ferragens. Depois da inauguração da estação de João Neiva, iniciou-se a construção de oficinas, que foram concluídas em 1908. No ano seguinte, as oficinas existentes em Porto Velho foram transferidas para João Neiva. Com o desenvolvimento da ferrovia, já em 1910, houve a necessidade do aumento do número de operários nas oficinas para atender às reparações anuais do material de tração e rodante e dos edifícios em geral. Logo nos primeiros anos de operação, as oficinas de João Neiva já realizavam importantes trabalhos, tanto na montagem de locomotivas, carros e vagões como também na reparação de todo o material rodante e de tração em circulação, além de outros serviços internos. Ao mesmo tempo, passavam por um contínuo processo de remodelação, com a instalação de novas máquinas, estabelecimento de novas seções e ampliação de seu espaço físico para atender às exigências dos serviços.

Durante a longa história das oficinas de João Neiva, os seus empregados e a população local conviveram com o fantasma de sua transferência. Ribeiro

(1992) aponta dois fatores para justificar a paralisação das atividades das oficinas: 1) A mudança do traçado da ferrovia em 1947, com a inauguração do primeiro trecho do novo traçado, de Pedro Nolasco à Colatina, fez com que os trens deixassem de passar pelas velhas estações de Pendanga, Ibiriçu, João Neiva, Acioli e Baunilha; 2) o advento das locomotivas diesel-elétricas em 1954 levou a EFVM a uma nova era nos transportes e as oficinas de João Neiva perderam parte de sua tradicional função, com a transferência de considerável número de funcionários para Porto Velho (Cariacica) em 1953.

Em abril de 1991, os empregados das oficinas de João Neiva iniciaram suas atividades em Tubarão, viajando de ônibus por conta da companhia. Em 25 de julho do mesmo ano, a locomotiva 185, que foi reparada naquelas oficinas, seguiu rumo a Vitória, concretizando-se o fim do tráfego de trem em João Neiva, o que se constituiu em um acontecimento de muita tristeza para a população. O jornal *A Voz do Monte Negro* registrou o episódio em editorial redigido por seu diretor, Hérculis Sarcinelli Fraga:

> O apito final. Que tristeza sem fim! Que dor sem par! Ontem, dia 25 de julho de 1991, haja DEUS! A locomotiva que viera para João Neiva totalmente debilitada, fragmentada, sem formosura, sem forças, trôpega, foi vista, talvez pela última, derradeira e inesquecível vez. As pessoas, aglomeradas, aflitas, olhar tristonho, apreciavam aquela locomotiva reabilitada, intrépida, cheia de gala, pomposa, trafegar mansamente sobre os trilhos que outrora, com robustez, galhardia e altivez tanto fizera em prol e no enriquecimento da Companhia Vale do Rio Doce. No ar, um vento soprava lentamente, mesclado de dor e saudade, nos trilhos, ela, apitando, sorrindo, parecendo desconhecer a dor atroz a que se submetia a população de João Neiva, que afinal, no transcorrer de toda a sua história sempre foi sustentáculo, a força viva, a grande impulsão desta, hoje, expressão no contexto mundial, que se chama Companhia Vale do Rio Doce. Piui, piui, piui, e lá ia ela lentamente, singrando a nossa pequenina via férrea, se despedindo, nostalgicamente. Os mais sentimentais choravam copiosamente, as lágrimas eram verdadeiras e prova inequívoca de carinho e amor por aquela que em seu apogeu tanto fizera. A cada apito, o nó na garganta mais se acentuava, mais sem força ficávamos. Estava sendo sepultado o antigo sonho, a mais linda ilusão, a mais linda recordação. Era, pois, o crepúsculo de um novo dia, um dia que parecia não ter fim, mas que teve e como, trágico, sem despertar! Piui, piui, piui, e lá ia ela arquivando, definitivamente, suas chuteiras, uma participação brilhante, apoteótica em toda a sua trajetória. É lamentável, é de deixar qualquer um estarrecido!...

> Daqui para frente só restará a saudade e a lembrança terna de um sonho, que morreu para uns e que se imortalizou para outros. [...] Piui, piui, piui, parece o fim! No entanto, não o é! Forças não nos faltarão, vamos começar tudo de novo, é pra já! (apud RIBEIRO, 1992, p. 90-91).

Em 2 de setembro de 1991, os trilhos do ramal de João Neiva foram retirados e em 2 de dezembro do mesmo ano foi realizada a transferência do acervo da companhia para a prefeitura. De todos os lugares servidos pela Estrada de Ferro Vitória a Minas, poucos foram tão influenciados por essa ferrovia como João Neiva. A EFVM deu origem ao lugar e contribuiu decisivamente para o seu desenvolvimento. Mesmo com a desativação da estação e, depois, de suas oficinas, João Neiva continua guardando muitas lembranças dessa importante estrada de ferro. Pudemos comprovar esse fato com a ida a campo e, especialmente, pela entrevista que realizamos com Glecy Coutinho, diretora da Secretaria Municipal de Cultura de João Neiva.

João Neiva teve, inclusive, um time de futebol denominado Sul América ("esquadrão do aço"), fundado em abril de 1915 por um grupo de operários das oficinas, sendo, durante muitos anos, considerado um dos melhores do norte do Espírito Santo. O primeiro campo do Sul América se localizava onde hoje está a Praça N. S do Líbano, em terrenos doados pela família Negri, no centro da cidade. Em 1969, quando houve a fusão dos clubes que recebiam subvenções da Companhia Vale do Rio Doce, o nome Sul América desapareceu, surgindo a Associação Atlética Ferroviária de João Neiva. Por outro lado, há ruas que levam os nomes de antigos administradores da empresa. Além disso, a bandeira do município tem gravada no centro uma locomotiva a vapor e o brasão oficial apresenta traços que lembram uma via férrea e que, segundo sua autora, Juliana Cirilo Silva, foram inspirados nas atividades ferroviárias. A relação afetiva dos ferroviários de João Neiva com as oficinas também pode ser percebida pelo pedido ao presidente da CVRD de doação de uma locomotiva – a Camboninha (FC1) – para ficar em exposição permanente naquela cidade, sob a alegação de que ela faz parte de sua história. O pedido foi atendido e a locomotiva foi recuperada e pintada nas antigas oficinas, transformadas no Museu Ferroviário de João Neiva, onde se encontra.

Depois de um período de relativo progresso, os núcleos coloniais Acioli de Vasconcelos e Demétrio Ribeiro – fundados, respectivamente, em 1887 e 1891, na região hoje pertencente ao Município de João Neiva – apresentavam sinais

de decadência, sobretudo devido à falta de um meio de transporte regular eficiente. A passagem da Efvm por esses núcleos, na primeira década do século XX, não somente interrompeu esse processo de decadência como também se constituiu em um fator do seu desenvolvimento. Por ocasião da construção da Efvm, as outras "grandes cidades", como Colatina (ES), Aimorés (MG), Resplendor (MG), Governador Valadares (MG) e Coronel Fabriciano (MG), que não passavam de pobres arraiais, nasceram e progrediram à sombra das estações (Ribeiro, 1992).

Depois da chegada da ferrovia, as mudanças ocorridas, os vizinhos novos, a conformação ou a modificação de pontos de referência, as cidades nascidas ou cortadas por seus trilhos passaram por uma profunda alteração das noções de espaço e de tempo. De acordo com Ribeiro (1992), João Neiva apresenta ainda hoje características marcantes de sua colonização italiana e figura entre os municípios do estado com maior número de descendentes de imigrantes dessa nacionalidade. Entretanto, o desenvolvimento industrial e o fluxo migratório de outras regiões tornaram a cultura local bastante diversificada. A congada é uma das manifestações folclóricas que mais se destaca, sendo festejada em diversas localidades do município, principalmente no Morro do Cruzeiro. Outras manifestações importantes são a Feira Distrital e a Banda Marcial de João Neiva.

Importa ressaltar que o município de João Neiva, hoje, abarca uma estação da Efvm que fica afastada do centro, localizada em Piraqueaçu. Desembarcando nessa estação para a realização do trabalho de campo, verificamos que a presença da Efvm na lembrança das pessoas é, de fato, muito forte, envolvente e presente, especialmente, para os mais idosos. Contudo, ao caminhar pela cidade, identificamos apenas duas materialidades, dois "vestígios" patrimonializáveis ligados diretamente à Efvm, uma ponte e o Museu Ferroviário de João Neiva, que está sob a responsabilidade da prefeitura, onde se encontra um acervo composto por objetos e fotografias ligados à história da Efvm. As Figuras 3 a 7 mostram fotografias tiradas na visita a João Neiva em abril de 2009.

O que mais nos marcou nessa visita de campo foi a valorização dos remanescentes materiais da ferrovia que se expressa pela lembrança, pela afetividade nos causos. São valores atribuídos por moradores locais a objetos que, para nós, não têm maior significado e que, por vezes, nem mais existem. Para eles, os remanescentes materiais e imateriais já são um patrimônio. Patrimônio



FIGURA 3 Ponte em João Neiva. Fonte: Fotografia de Nívea Muniz Vieira (abr. 2009)



FIGURA 4 Museu Ferroviário (interior). Fonte: Fotografia de Nívea Muniz Vieira (abr. 2009)



FIGURA 5 Galpão onde funciona o Museu. Fonte: Fotografia de Nívea Muniz Vieira (abr. 2009)



FIGURA 6 Locomotiva do acervo do Museu. Fonte: Fotografia de Nívea Muniz Vieira (abr. 2009)



FIGURA 7 Parte do Acervo do Museu. Fonte: Fotografia de Nívea Muniz Vieira (abr. 2009)

esse que, dependendo de nosso olhar, pode obter o reconhecimento formal não só da localidade ou do estado, mas do país. Sob essa perspectiva, a seguir, sugerimos alguns passos e indagações no processo de identificação de bens no contexto do patrimônio industrial, tendo ainda como objeto de reflexão a Estrada de Ferro Vitória a Minas.

EFVM: como identificar os bens a ela relacionados?

Considerando os conceitos e avaliações anteriormente apresentados, com base, sobretudo, em Kühl (2008; 2009), sugerimos alguns passos importantes no processo de identificação do patrimônio industrial. Ainda que indiretamente, abordamos os critérios para essa seleção, visando à sua preservação pelos órgãos de patrimônio.

Segundo Kühl (2008; 2009), um passo inicial seria o recenseamento do patrimônio existente no país ou na região selecionada para avaliação de suas qualidades e especificidades. Um levantamento preliminar deverá conter a descrição e o registro sumários do sítio e dos artefatos industriais existentes, a relação entre os diferentes elementos materiais e imateriais que se articulam nas

histórias abordadas – em nosso caso, relacionados à história da Efvm – possibilitando, assim, uma apreciação geral da situação em que se encontram os bens. Esse panorama permitirá identificar e avaliar o patrimônio industrial da área em estudo, favorecendo a escolha do conjunto que merecerá análise mais aprofundada, sítios urbanos e rurais, edificações, vilas ferroviárias, estações, caixas d'água, planos inclinados, rotundas, oficinas, rede de trilhos, pontes, túneis, elementos móveis, maquinário, documentos arquivísticos, iconográficos, fotográficos, considerados mais significativos para fins de preservação.

Em consonância com Kühl (2008), consideramos que a ferrovia deve ser tratada como um sistema. Nesse aspecto, apontamos para a necessidade de uma análise mais detalhada da Efvm, assim como dos bens relacionados a ela ainda existentes, tendo em vista que não se pode estudá-la de maneira isolada, mas em seu sistema de funcionamento. No caso dos edifícios, é necessário registrar e analisar tanto aqueles destinados à produção propriamente dita quanto os demais tipos de construção que podem compor o complexo ferroviário com sua configuração arquitetônica e espacial, suas técnicas e sistemas construtivos.

Segundo Kühl (2008), no Brasil os órgãos de preservação ainda não desenvolveram iniciativas sistemáticas voltadas à identificação e à preservação do patrimônio industrial, sendo a tutela oficial de bens ligados ao processo de industrialização ainda bastante rara. Nesse sentido, cabe considerar as recentes iniciativas do Iphan para a realização de inventários do acervo ferroviário da extinta Rede Ferroviária Federal (Rffsa), visando à seleção dos bens com importância para a preservação pelo próprio Iphan, pelos estados ou pelas prefeituras nas regiões dos bens referidos pela Lei 11.483/07, que determinou à instituição o recebimento e administração dos "bens móveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta Rffsa, bem como zelar pela sua guarda e manutenção".

A autora defende que, por vezes, o "tratamento" dos complexos industriais precisa ser estendido a bairros, setores de uma cidade ou vastas áreas, tendo de ser tratado de forma complexa de maneira a abarcar as diversas dimensões: social, política, cultural e econômica. A solução pode se tornar tão complexa que poderá ser necessário fazer uso dos instrumentos do planejamento urbano e territorial e, em casos extremos, a preservação de conjuntos industriais, resultando em novos tipos de organização para o espaço.

A proposta é de se fazer um estudo do particular para o geral em vez de tratar os problemas a partir de uma superestrutura, do macrocosmo dos grandes planos diretores. Para isso, as diretrizes para intervenção devem ser estabelecidas, examinando as particularidades de cada espaço a fim de se chegar a princípios de intervenção que poderão ou não nortear as atuações seguintes, sendo necessário o pleno conhecimento do espaço no qual serão propostas intervenções, tendo-se consciência de que conflitos certamente aparecerão, mas poderão ser resolvidos. A autora defende ainda a necessidade de intervenção nos edifícios, a despeito da ausência de planos mais abrangentes, já que ações mais abrangentes costumam ser mais complexas e lentas.

Apoiada em Giorge Muratore (2000) e em suas observações sobre o patrimônio industrial italiano, Kühl (2008) defende que muitos desses complexos, mesmo depois de serem reconhecidos como patrimônio industrial, ficam abandonados, subutilizados e poderiam, seguindo medidas adequadas, ser recuperados para uma nova dimensão econômica e social. Aponta para a importância estratégica das áreas industriais e, sobretudo, dos parques ferroviários, tanto pelas suas dimensões físicas quanto pela sua localização no tecido urbano, como forma de elaborar planos conscientes para o futuro das cidades.

> Preservar significa permitir, incentivar e assegurar que vários tipos de testemunhos do fazer humano, atuais e pretéritos, existam e convivam, oferecendo um amplo instrumental – que pode ser percebido e atualizado, por uma consciência individual ou coletivamente, de infinitas maneiras, no presente e no futuro – para a compreensão e apreensão da realidade, proporcionando, portanto, meios abrangentes para ela se adaptar e construir o futuro (Kühl, 2008, p. 282).

Baseados nas observações de campo, destacamos como bens representativos e passíveis de proteção pelo Iphan, na categoria de patrimônio industrial do tipo ferroviário, o prédio e o acervo do Museu da Vale, em Vila Velha, a ponte e os galpões onde funcionaram as antigas oficinas de João Neiva e parte do acervo do Museu Ferroviário na mesma cidade. Consideramos os trilhos da ferrovia e as locomotivas como mais representativos de sua função e uso, indicadores mais enfáticos de permanências e mudanças, apesar da dificuldade de preservá-los sem a substituição de partes danificadas, além de



FIGURA 8 Fotografias de bens e práticas relacionados à EFVM. Fonte: Fotografias de Nívea Muniz Vieira (2009). Identificação das fotos, de cima para baixo e da esquerda para a direita: antiga estação Pedro Nolasco, atual Museu da Vale – Vila Velha; trem de passageiros; a prática da venda sobre os trilhos; vagão de minério; Museu da Vale: caps; Museu da Vale: Locomotiva; Ponte – João Neiva; Locomotiva – Museu Ferroviário de João Neiva; Museu da Vale: placas de sinalização e equipamentos.

remodelações e modernizações necessárias. Essa é uma questão importante a ser considerada na seleção de bens culturais relacionados à Efvm ou quaisquer outras ferrovias. Entretanto, é possível atribuir valor histórico, artístico, arquitetônico, cultural a esses bens e, assim, o seu tombamento seria um instrumento jurídico importante para impedir a sua destruição, criando um caminho para impedir que fossem mutilados ou demolidos.

Em se tratando da imaterialidade que está na base da valoração das materialidades indicadas para tombamento, concordamos com Young (2008) ao afirmar que não há como separar a Estrada de Ferro Vitória a Minas da vida "da gente" do vale do rio Doce. Para os mais velhos, o som dos apitos ou os sinos das estações marcavam as horas, os dias, o ritmo da vida. E até hoje, mesmo nas estações onde há apenas um pequeno movimento de passageiros, crianças, adultos e idosos apressam seus passos para vender doces ou apenas para ver o trem passar. Para muitos, a ferrovia é a principal referência de organização do "espaço" e das ações, do cotidiano, do trabalho, da cultura, da

sociedade, da memória, isto é, da vida. E é com essa constatação que apontamos a pertinência de que alguns bens relacionados à Efvm nos municípios sob sua influência no Espírito Santo sejam classificados e valorizados como patrimônio industrial, sinalizando especificidades dessa ferrovia em seu trecho no Espírito Santo.

Considerações finais

Nesta pesquisa, observamos transformações socioespaciais resultantes da implantação da Estrada de Ferro Vitória a Minas no Espírito Santo, a decadência em locais onde a ferrovia foi desativada, a relação das pessoas com a sua história. Estudar a Efvm nos permitiu identificar um misto das dimensões econômica, social, cultural, temporal, espacial e política desse "evento" da indústria da mineração que possibilitou a ligação entre as áreas ricas em minério de ferro em Minas Gerais e o porto de Tubarão no Espírito Santo.

Quanto ao patrimônio cultural relacionado à história da Efvm, concluímos que a preservação deve ser fruto de um processo seletivo que considere, no tempo e no espaço, a rede de bens que permitem a compreensão dessa história e inclusive de sua área de influência.

Em nosso estudo, indicamos a importância da Efvm como patrimônio industrial, tratando de suas especificidades no trecho localizado no estado do Espírito Santo e indicando tipos de bens passíveis de preservação. Apreendemos que o patrimônio industrial resulta da aplicação de técnicas de produção datadas no processo de industrialização. Tais técnicas, entendidas como a união da máquina e do método, apresentam especificidades, modificam-se no decorrer do tempo e produzem transformações no espaço. Na verdade, realizam-se por meio de (re)organizações espaciais. Esse espaço compreende o conjunto de elementos materiais transformados pelas práticas e iniciativas que, no caso, constituem-se na expressão material e imaterial das relações econômicas, sociais e políticas implementadas, no caso da Efvm, com a construção, o funcionamento e a manutenção da ferrovia.

Verificamos em campo que estudar a Efvm como um complexo sistema industrial significa atuar em uma área ampla que abrange bairros, cidades, e acreditamos que a preservação de seus elementos mais significativos dependerá da compreensão da relação sistêmica de conjunto. Comprovamos que a degeneração dos bens relacionados ao sistema ferroviário da Efvm em seu

trecho no Espírito Santo não incide apenas sobre um edifício específico ou sobre um bairro, mas sobre cidades inteiras.

Não há qualquer bem tombado pelo Iphan que se relacione ao sistema ferroviário da Efvm. O único bem protegido no sistema é a antiga estação Pedro Nolasco, localizada em Vila Velha, tombada em 1986 em âmbito estadual. Ali foi implantado o Museu da Vale que, administrado pela própria empresa, guarda uma significativa quantidade e tipos de bens móveis e documentos relacionados à Efvm. Dentre esses bens, uma locomotiva, placas sinalizadoras, equipamentos, *caps*, bancos, bandeiras indicadoras de trânsito, fotografias, isto é, elementos referenciais da história e da geografia do Espírito Santo e do Brasil como um todo.

A decisão por praticar a nossa análise em um tipo de bem industrial, uma ferrovia, permitiu-nos perceber que, independentemente das escolhas feitas em estudos desse tipo, não se poderá nunca prescindir de uma análise que integre "resquícios" e "reminiscências" da história do bem estudado, considerando-se o tempo e o espaço de sua implantação, bem como o contexto em que está inserido na atualidade.

Cremos que a problemática levantada por este estudo poderá subsidiar futuras etapas de pesquisa, verificar permanências e sugeri-las como elemento de preservação pelas instituições de patrimônio. Neste contexto, sublinhamos a necessidade de serem respeitados, nas articulações e nas dinâmicas do espaço, os elementos que se apresentem parcialmente destruídos.

A Efvm se constitui em um bem de grande significado para o entendimento da história e da geografia, bem como da economia, da política, do sistema de transportes de cargas e de passageiros não só do Espírito Santo, mas do Brasil. A importância da Efvm está ainda presente em sua capacidade de, por meio das relações sociais estabelecidas a partir de sua implantação, (re)organizar o espaço, resultando em sua maior ou menor valorização. No vai-e-vem de trens, na consolidação ou mudança de trajeto, a Efvm viabiliza cidades e caminhos, a povoação e o esvaziamento de núcleos urbanos. Enfim, a Efvm integra e distingue espaços e culturas diferenciadas.

Quando abordamos os valores de patrimônio a serem atribuídos à Efvm, na verdade, discorremos a respeito de estratégias políticas desenvolvidas em favor de sua implantação, de estratégias de ocupação do espaço, de abertura cultural, de desenvolvimento industrial, isto é, de relações sociais. Assim,

talvez a maior contribuição deste trabalho seja a reflexão sobre um campo de investigação pouco explorado nas práticas patrimoniais. Não acreditamos ter chegado a conclusões fechadas ou irrefutáveis, mas a considerações sobre a história e a importância da Estrada de Ferro Vitória a Minas, sobre o patrimônio industrial e a forma de preservá-lo. Afinal, qualquer pesquisa deve estar aberta a transformações, considerando a dinâmica espaço-temporal em que o objeto de estudo se insere e está sendo analisado, assim como outras visões de mundo.

Referências

Araripe, Delecarliense de Alencar. *História da Estrada de Ferro Vitória a Minas*. Rio de Janeiro: Companhia Vale do Rio Doce, 1954. (Coleção Rio Doce).

Arnaut, Jurema Kopke Eis. A proteção do patrimônio cultural. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Caderno de ensaios memória e educação*, v. 1. Rio de Janeiro: Paço Imperial/MinC/Iphan, 2008. p. 37-41.

Choay, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2001.

Coelho, Eduardo José de Jesus; Setti, João Bosco. *A E.F. Vitória a Minas e suas locomotivas desde 1904*. v. 1; 2. Rio de Janeiro: Sociedade de Pesquisa para Memória do Trem, 2003.

Ellul, Jacques. *As técnicas e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

Fundação João Pinheiro. *Plano de desenvolvimento regional da área de influência da Companhia Vale do Rio Doce*: evolução histórica. Belo Horizonte: Fundação João Ribeiro, 1976.

Fonseca, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

Fontes, Paulo. Mapeando o patrimônio industrial em São Paulo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 4, 2006. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=179>. Acesso em: abr. 2009.

Galvão Júnior, José Leme. Patrimônio ferroviário na arquitetura e no urbanismo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 4, 2006. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=179>. Acesso em: jul. 2009.

Hall, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

Harvey, David. *A condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1996.

Hobsbawm, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Kühl, Beatriz Mugayar. *Palestra no II Encontro sobre Patrimônio Industrial* realizado no Centro Universitário Belas Artes de São Paulo no período de 17-20 de junho de 2009.

_____. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização*: problemas teóricos de restauro. Cotia: Fapesp, 2008.

_____. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo*: reflexões sobre a sua preservação. São Paulo: Fapesp, 1998.

Laraia, Roque de Barros. *Cultura*: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Lefébvre, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. Plan of the present work. In: _____. *The production of space*. Oxford, UK: Blackwell, 1994.

Leme, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil 1895-1965. In: Leme, Maria Cristina da Silva; Fernandes, Ana; Gomes, Marco Aurélio Filgueiras (Org.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAU-USP/Fupam, 1999. p. 20-38.

Lucena, A. Migração italiana no Espírito Santo: ocupação territorial e herança cultural. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Patrimônio*: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Iphan, 2007. p. 13-44.

Massey, Doreen. *Pelo espaço*: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Mayrink, Geraldo (Org.). *História da Vale*. São Paulo: Museu da Pessoa; Companhia Vale do Rio Doce, 2002.

Morin, Edgard. Epistemologia da complexidade. In: Schnitman, Dora Fried (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 274-285.

Nigro, Cintia. Territórios do patrimônio: tombamentos e mobilizações sociais. In: Carlos, Ana Fani A.; Lemos, Amália. *Dilemas urbanos*: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 166-177.

Oliveira, José Teixeira. *História do estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

Pinto, Álvaro Vieira. *Os desenvolvimentistas*: o conceito de tecnologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Ribeiro, Lucílio da Rocha. *João Neiva*: origem e desenvolvimento. Vitória: Start, 1992.

Rosa, Lea Brígida Rocha de Alvarenga. *Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas 1890-1940*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

Rua, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. In: _____ (Org.). *Paisagem, espaço e sustentabilidades*: uma perspectiva multidimensional da geografia. Rio de Janeiro: PUC, 2007. p. 143-194.

Santos, Cecília Rodrigues. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. *São Paulo em perspectiva*, v. 15, n. 2, p.143-194, 2001.

Santos, Helena Mendes dos. *Tradição e contradição na prática preservacionista*: o tombamento de sítios urbanos pelo IPHAN de 1938-1990. 2006. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

Santos, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SILVA, A. C. Um breve histórico do patrimônio. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Caderno de ensaios memória e educação*, v. 1. Rio de Janeiro: Paço Imperial/MinC/Iphan, 2008. p. 31-36.

Silva, Leonardo Mello e. Patrimônio industrial: passado e presente. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 4, 2006. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=179>. Acesso em: jun. 2009.

Silva, Sérgio. Estradas de ferro. In: _____. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 56-58.

Soja, Edward W. A geografia histórica da reestruturação urbana e regional. In: _____. *Geografias pós-modernas*: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 191-230.

Thiesen, Beatriz Valladão. Arqueologia industrial ou arqueologia da industrialização? Mais que uma questão de abrangência. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 4, 2006. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=179>. Acesso em: maio 2009.

Valverde, Orlando. *Boletim Geográfico nº 161*, de abril de 1961. Disponível em <http://www.estacaocapixaba.com.br>. Acesso em: nov. 2008.

Vieira, Nívea Muniz. *Nos trilhos do patrimônio*: a Efvm e o seu processo de identificação como patrimônio industrial. Monografia (Especialização em Patrimônio) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2009.

Villar, Leandro Badini; Marchetti, Dalmo dos Santos. Dimensionamento do potencial de investimentos do setor ferroviário. In: Torres Filho, Ernani Teixeira; Puga, Fernando Pimentel (Org.). *Perspectivas do investimento 2007/2010*. Rio de Janeiro: BNDES, 2007. p. 247-288.

Young, Joseph. E*strada de ferro Vitória a Minas*: um retrato. São Paulo: Lithos, 2008.

Objetos da Nação: tombamento de Acervos e Coleções no IPHAN

Tatiana da Costa Sena



Resumo

Nossa pesquisa consiste em um estudo baseado na análise detalhada dos processos de tombamento de acervos e coleções, compreendidos entre as duas primeiras gestões do órgão de patrimônio nacional – 1937 a 1979. Procuramos refletir sobre como foi praticado o tombamento desses bens, e, para tanto, delineamos os critérios e os conceitos imbuídos nesse processo, bem como os próprios conceitos de *coleção* e *acervo*. Buscamos investigar também se o tombamento é o instrumento de proteção mais recomendável, já que, em se tratando de bens móveis em conjunto, ao que parece, foi praticado com reservas devido a conflitos gerados desde a condução do processo, culminando com a gestão do bem. Dessa forma, o presente estudo busca contribuir para o melhor entendimento e tratamento dos bens móveis em conjunto nas práticas do órgão de preservação nacional.

Tatiana da Costa Sena Historiadora e mestre em História pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Foi bolsista do PEP/IPHAN no Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, sob a supervisão do historiador Adler Homero Fonseca de Castro. Atualmente é professora no Instituto Federal Fluminense (IFF), no Campus Bom Jesus do Itabapoana, e integra a equipe do Centro de Memória do Campus Bom Jesus.

Introdução

Durante nossa trajetória no Programa de Especialização do Patrimônio (Pep/Iphan), efetuado no Departamento de Patrimônio e Material do Rio de Janeiro (Depam/RJ), entre 2007 e 2009, realizamos uma investigação acerca do tombamento de coleções e acervos, abrangendo as duas primeiras gestões do órgão do patrimônio nacional (1937-1979). Escolhemos esse período porque nele ocorre o empenho na proteção dos bens móveis em conjunto, ou seja, dos acervos e coleções. Nossa intenção é descrever como o campo do patrimônio, institucionalizado no Brasil na década de 1930, com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atuava na preservação de coleções e acervos tombados. Protegendo esses bens, notamos uma lógica semelhante à do antiquário, que tudo pretendia guardar, pois os objetos, além de funcionarem como testemunhos do passado, evocam significados sagrados e auráticos, como se os fragmentos, objetos, relíquias[1] e monumentos históricos possibilitassem acesso direto a um tempo não mais presente. Nesse sentido, as coleções funcionam como testamentos para futuras gerações. Assim, esses objetos são preservados e protegidos pelo órgão de patrimônio por serem dotados, de um lado, do valor de raridade, e de outro, do valor de documento ou prova, constituindo valiosas fontes para o conhecimento e difusão da memória nacional, garantindo, assim, a permanência desse legado no tempo.

É principalmente na gestão de Rodrigo M. F. de Andrade (1937-1967) que assistimos a formulação de preceitos, tentativas e medidas para acautelar esses bens. Em suas concepções, o órgão de patrimônio só não pôde proteger melhor os bens móveis porque a lei de tombamento esbarrava nas restrições das leis constitucionais e civis, no que diz respeito à inviolabilidade dos direitos concernentes à propriedade privada:

1 Na definição de K. Pomian, as relíquias são "objetos que se crê que tenham estado em contacto com um deus ou com um herói, ou que se pense que sejam vestígios de qualquer grande acontecimento do passado mítico ou simplesmente longínquo" e teriam vivido seu apogeu quando o Cristianismo difundiu o culto dos santos: "era considerado relíquia qualquer objeto que se pensasse que tivesse tido um contato com um personagem da história sagrada e em primeiro lugar uma parte do seu corpo." (Pomian, 1984, p. 59). Krzysztof Pomian, historiador e filósofo polonês, desenvolve estudos e pesquisas sobretudo na França, onde esteve associado ao grupo dos historiadores dos *Annales*. Seus estudos acerca da temática das coleções e do colecionismo tornaram-se referências essenciais para qualquer estudioso que se dedique a esse tema.

> Por motivos semelhantes, que subsistiram na legislação constitucional e civil brasileira, através dos regimes que se sucederam, as restrições desejáveis à evasão dos bens móveis de valor histórico e artístico do país não se puderam estabelecer até hoje com validade (Andrade, 1952, p. 24)

Em relação aos bens móveis, muitas ações ficariam limitadas, pois boa parte deles estavam nas mãos de colecionadores particulares, restringindo, dessa maneira, o tombamento de bens dotados de valor histórico e artístico de interesse nacional. Já na gestão seguinte, do arquiteto Renato Soeiro[2] (1967-1979), observamos um desfecho para proteger esses bens. Alguns processos que tiveram início na gestão anterior foram concluídos em sua gestão, como o tombamento do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp), do Museu de Arte Sacra e do Museu de Arte Contemporânea (Mac), em São Paulo. Esse desfecho não deixou de contar com a colaboração de Rodrigo M. F. de Andrade, que, mesmo tendo já se aposentado de seu cargo no Iphan, intermediava ações atuando no Conselho Federal de Cultura, onde ocupou a direção da Câmara de Patrimônio Cultural.

Seguindo nosso caminho de investigação, procuramos refletir a ação do Estado quando reconhece algumas coleções e acervos como patrimônio histórico e artístico nacional. Mesmo sendo de quantidade reduzida em relação aos bens arquitetônicos, o Iphan, principalmente nas suas primeiras décadas de atuação, acautelou um considerável número de acervos e coleções, sobre os quais iremos expor uma análise dos processos de tombamento, procurando verificar quais critérios e os valores orientaram sua inscrição ou não nos Livros do Tombo[3].

Do ponto de vista conceitual, e levando-se em conta a metodologia adotada para tombamento de acervos e coleções, discutiremos a distinção entre as categorias "coleções" e "acervos", tendo em vista que essas duas nomenclaturas são empregadas quase como sinônimas na instituição, e são termos polissêmicos, o que vem sendo investigado por nós na literatura de museologia e da antropologia dos objetos.

---

2 Tem-se a visão equivocada de que a gestão de Soeiro é apenas uma continuidade da gestão anterior. Pesquisas recentes apontam que o arquiteto inovou em algumas ações, efetuando, por exemplo, o tombamento de conjuntos urbanos e protegendo bens paisagísticos. Uma pesquisa importante e pioneira sobre a gestão de Soeiro no Iphan pode ser conferida em Wagner (2009).

3 De acordo com o Decreto-lei nº 25/1937, a inscrição dos bens ocorre em quatro Livros do Tombo, a saber: *Livro 1* – Arqueológico, etnográfico e paisagístico; *Livro 2* – Histórico; *Livro 3* – Belas Artes; *Livro 4* – Artes Aplicadas.

Em um levantamento preliminar dos estudos e coletâneas produzidas sobre a constituição do campo de preservação patrimonial no Brasil, notamos que, com relação ao tombamento de acervos e coleções pelo Iphan, até o momento, não há um estudo sistemático sobre o tema. Praticamente desconhecemos pesquisas que tenham como alvo o conhecimento da importância dessa categoria dentro do conjunto de bens que integram o patrimônio cultural, bem como seu papel enquanto objetos de significação cultural e simbólica da memória coletiva forjada pelo patrimônio. As coleções e acervos nos ajudam a pensar as formas de representação de nosso passado, do nosso legado cultural quando integram, com outros objetos materiais, o patrimônio cultural do país.

A iniciativa dessa pesquisa torna-se relevante na medida em que é um tema pouco debatido na Instituição, e que carece de maiores reflexões. Por esse motivo, escolhemos pesquisar tal objeto, a fim de melhor entender as prerrogativas em torno desses bens. Nosso objetivo é contribuir para o entendimento, tratamento e andamento dos processos de tombamento.

O tombamento de bens móveis em conjunto constitui-se em uma demanda antiga da instituição, sendo pouco praticado nas unidades do Iphan como um todo, antes por falta de profissionais especializados no assunto, e hoje, na maioria dos casos, devido às dificuldades advindas da condução do processo. Portanto, consideramos oportuno e pertinente esse espaço para refletirmos sobre o tombamento de acervos e coleções pelo Iphan.

As coleções e acervos classificados como patrimônio nacional, de natureza pública ou privada, abrigados em museus ou não, são relíquias conservadas por seu valor de raridade, por serem testemunhos do passado: "Um objeto somente se transforma em Patrimônio após se transmitir, ou seja, na maioria das vezes, após ser transferido de lugar, desclassificado, reclassificado, glosado, reconstruído, contado, trabalhado." (Poulot, 2003, p. 35).

Esses objetos, preservados como patrimônio, são oriundos, em boa parte dos casos, de um colecionismo privado que tem como fim último o museu, quando não são dispersos e destituídos pelo comércio de obras de arte. No caso das coleções privadas protegidas pelo tombamento, é natural que, após o falecimento do colecionador, sejam doadas pelos herdeiros para acervos de museus, já que não podem ser vendidas separadamente. De acordo com a legislação, quando uma coleção é tombada, ela não pode ser mais desmembrada[4], pois o que se preserva é a unidade do conjunto. A venda de uma coleção tombada só é permitida em todo o seu conjunto. Posteriormente, discutiremos melhor como as coleções privadas tombadas tendem a se tornar públicas.

Um levantamento prévio do número de coleções e acervos tombados pelo Iphan revela que só em 1938 foram tombadas doze coleções, sendo a maio-

ria de valor etnográfico e arqueológico, como o Museu de Magia Negra[5], o Museu Paranaense (PR), o Museu Emílio Goeldi (PA), o Museu do Ipiranga (SP) e o Museu Julio de Castilho (RS). O curioso é que essas coleções nem sempre foram inscritas no Livro do Tombo arqueológico e etnográfico, e sim no Livro de Belas Artes, como o caso do Museu Paulista e o do Museu Julio de Castilhos. De 1937 até os dias atuais, o Iphan tombou aproximadamente 28 coleções e acervos.

Sob o viés do patrimônio, o órgão nacional de preservação pratica um "colecionismo institucionalizado", pois "[...] o acúmulo de objetos e sua ordenação posterior podem resultar na construção de um sentido maior e mais duradouro do que a existência de seus próprios criadores" (Cardoso, 2003, p. 193). Nesse aspecto, o que leva a instituição a eleger determinada coleção ou acervo como patrimônio nacional? O que esse conjunto de objetos significa e simboliza? Que tipo de objetos estamos chamando de patrimônio? Qualquer um? Obras de arte, bens históricos, etnográficos, arqueológicos? Eles representam uma ideia de nação homogênea, ou simbolizam nossa diversidade cultural? Primeiramente, deveriam representar a nação e seu passado. A ameaça constante do comércio de antiguidades no país, sobretudo com a evasão dos bens para o exterior, e a dispersão de coleções pertencentes a colecionadores expressivos, e também a museus, podem ser vistos como um dos motivadores para o Estado praticar o tombamento de coleções e acervos.

> [...] como acúmulo intencional de objetos semióforos, resultante de relações de poder que permeiam a sociedade, as coleções constituem documentos/monumentos (Le Goff, 2003) privilegiados para investigações a respeito de como as sociedades e grupos sociais formularam simbolicamente e projetaram no tempo as imagens e representações que fazem de si e do mundo. (Julião, 2002, p. 97)

Tanto as coleções dentro do campo do patrimônio quanto os monumentos são dotados de significados. Como os demais itens que integram o patrimô-

4 Como prescrito no Decreto-lei nº 25/1937, em seu Art. 17 "As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas, ou mutiladas [...]". Dessa forma, entende-se que as peças de coleções não podem ser dispersas, pois significaria mutilar o bem tombado, o qual foi assim considerado pelo valor de conjunto dos objetos.

5 Primeiro bem inscrito no *Livro de Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico*, em 1938. Na verdade, tratava-se de uma coleção de Magia Negra, apreendida na Seção de Tóxicos e Mistificações da Polícia Civil do Distrito Federal, que hoje integra o acervo do Museu da Polícia Civil do RJ (Processo 35-T-38, Arquivo Central/Iphan/RJ). Essa coleção foi analisada como estudo de caso em nossa monografia defendida no PEP (Sena, 2009).

nio, o valor dos objetos colecionados não está na sua utilidade, pois perderam seu valor de uso, tornando-se semióforos, "significam algo, representam algo, provocam associações que os tornam valiosos aos olhos do colecionador. Como suportes de significado, sua inutilidade é um ativo." (Blom, 2003, p. 192). Na semântica colecionista, prevalece o valor de contemplação, e não o valor de uso dos objetos (Pomian, 1984). O valor cultural que está por trás desses bens culturais "não é regulamentado por um mercado específico, mas se define no nível da economia das trocas simbólicas" (Fonseca, 2005, p. 40).

Na escala das coletividades, os mecanismos de aquisição, de transmissão e de conservação das obras, quer se trate da formação e evolução das compilações de monumentos preservados, quer das coleções dos museus, envolvem um horizonte de expectativa ligado às representações de um grupo social, de uma sensibilidade local e das experiências, próximas ou longínquas, sociais e culturais, das quais ele participa.

Mariza Veloso Santos (1996) ressalta que a força simbólica, expressa nas categorias antigo, histórico e original, corresponde à mesma força simbólica expressa nos objetos. No entanto, "relíquia, semióforo, objetos históricos: seus compromissos são essencialmente com o presente, pois é no presente que eles são produzidos ou reproduzidos como categoria de objeto e são às necessidades do presente que eles respondem" (Meneses, 1994, p. 19).

As coleções abrigam as relíquias, os objetos de culto, a lembrança do nosso passado. Quando seus objetos são classificados como patrimônio cultural, desempenham uma função simbólica de mediação entre o passado, o presente e o futuro do grupo (Gonçalves, 2007). De maneira geral, os objetos eleitos como patrimônio representam uma determinada "identidade" e "memória" que se quer preservar. O ato de colecionar, intercambiado com o ato de preservar, é uma forma por excelência de narrar o passado.

Esses bens móveis nomeados como patrimônio expressam as práticas de preservação, as formas de representação do passado e do legado cultural quando integram, com outros objetos materiais, o patrimônio cultural, e quando compõem os acervos de diversos museus espalhados pelo território nacional.

Assim como as construções, edifícios, templos religiosos, casarões, sobrados e sítios urbanos são tidos como monumentos, estão inclusas também as relíquias e objetos de coleções e acervos, sejam de museus, sejam de particulares. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanas em patrimônio significa atribuir-lhes uma função de "representação" que funda a memória e a identidade (Gonçalves, 2007).

Os processos de tombamento: delineando os conceitos de acervo e coleção

Este item analisa a terminologia das palavras acervo e coleção a partir dos processos de tombamento pesquisados. Busca-se uma rápida contextualização na etimologia das palavras, partindo para uma conceituação dos termos, apoiada na literatura clássica sobre coleção e acervos, encontrada nas ciências humanas e no campo da museologia.

Pela definição desses conceitos, visualizaremos a trama social em que as coleções são construídas e, ao mesmo tempo, como estão inseridas na prática e na linguagem empregadas pelos técnicos do órgão do patrimônio, pois, como veremos, a distinção entre acervo e coleção traz implicações na hora de gerir os bens tombados, com o fim de conservar esses objetos enquanto conjuntos, tal como foram reconhecidos.

Um dos dicionários clássicos da língua portuguesa traz a seguinte definição para as palavras acervo e coleção:

> **Acervo:** Grande quantidade; porção, cúmulo, montão. / Conjunto de obras que fazem parte de um patrimônio: o quadro pertence ao acervo do museu.
> **Coleção:** Reunião de objetos da mesma natureza; reunião de objetos escolhidos por sua beleza, raridade, valor documentário ou preço: coleção de selos, coleção de quadros (Dicionário Aurélio Digital, 2004).

Nota-se que são termos que encerram significados próximos. Quase não notamos diferença ao dizer que acervo é um conjunto de obras, e coleção, uma reunião de objetos. Mas as obras desse conjunto podem ser de diversas naturezas, como quadros, esculturas. Um acervo pode ser um conjunto de obras de um museu, de uma biblioteca e de um arquivo, ou a reunião de coleções. Por exemplo, um museu é composto por diversas coleções, que juntas formam um acervo museológico. Já uma coleção seria a reunião de objetos que guardam sentido e relação entre si, e, geralmente, são da mesma natureza. Essa relação entre si seria a lógica dada pelo colecionador, para reunir objetos segundo seu interesse, vontade e desejo, e, assim, classificá-los, hierarquizá-los e selecioná-los.

Na definição clássica de Krzysztof Pomian (1984), formulada por meio de seus estudos sobre coleções e museus na Europa Moderna, entre os séculos XVI e XVIII, uma coleção seria:

> Qualquer conjunto de objetos naturais e artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas[6], sujeitos a uma proteção especial e expostas ao olhar do público, acumulam-se com efeitos nas tumbas e nos templos, no Palácio dos Reis e nas residências particulares. (Pomian, 1984, p. 55)

Somada a essa definição, Pomian classifica as coleções em dois tipos: as particulares e os museus[7]. O autor também afirma que uma coleção seria um conjunto de objetos sob certo aspecto homogêneo, cujas peças "se referem a toda uma tradição, ou pelo fato de terem sido obtidos de pessoas famosas e de conservarem a memória dos fatos do passado, ou ainda por causa da sua antiguidade ou da sua origem exótica" (Pomian, 1984, p. 67). Essa definição é a que percebemos para o conjunto dos objetos preservados nas coleções nomeadas como patrimônio, inscritos no Livros do Tombo de Belas Artes, Histórico e Arqueológico/Etnográfico.

Podemos afirmar também que colecionar já é em si um ato de preservação, pois a seleção desses objetos permite que sejam resguardados, impedindo sua dispersão e destruição pelo tempo e pela ação humana. A despeito de alguns colecionadores terem recolhido objetos para seu próprio entesouramento, a finalidade dessa ação permite retê-los para sempre.

Após fazermos essa contextualização "histórica" das categorias coleção e acervo, partimos então para a definição mais operacional encontrada na museologia, chegando, por fim, à definição engendrada pelas práticas da instituição de preservação do Patrimônio.

Do ponto de vista museológico, a partir do *glossário* do *Caderno de Diretrizes Museológicas* (2006), a definição de acervo se aproxima das colocadas acima, ou seja, seria um conjunto de objetos ou obras:

> Acervo: bens culturais, de caráter material ou imaterial, móvel ou imóvel[8], que compõem o campo documental de determinado museu, podendo es-

---

6 No entanto, os objetos que se tornam peças de coleção ou de museu têm um valor de troca, sem ter um valor de uso, e circulam no mercado de obras de arte, atingindo, por vezes, preços astronômicos. E, ao lado desse mercado oficial, circulam também no mercado clandestino e ilegal de obras de arte e bens culturais. (Pomian, 1984. p. 52-54).

7 Em 1974, o Conselho Internacional de Museus (Icom) estabeleceu a seguinte definição para museu: "estabelecimento permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público que coleciona, conserva, pesquisa, comunica e exibe, para o estudo, a educação e o entretenimento, a evidência material do homem e seu meio ambiente." (MinC, 2006, p. 149).

> tar ou não cadastrados na instituição. É o conjunto de objetos/documentos que corresponde ao interesse e objetivo de preservação, pesquisa e comunicação de um museu (MinC, 2006, p. 147).

Já para a definição de coleção, o *glossário* apresenta a conceituação explorada na obra de Pomian (1984):

> Coleção: em uma definição descritiva, trata-se de conjunto de objetos naturais e artificiais, reunidos por pessoas ou instituições, que perderam seu valor de uso, mantidos fora do circuito econômico, sujeitos à proteção especial, em local reservado para esse fim. Mas o que, de fato, caracteriza e distingue os objetos de coleções de outros conjuntos de objetos é a função que compartilham de serem semióforos, qual seja: de exercerem o papel de representarem determinadas realidades ou entidades, constituindo-se em intermediários entre aqueles que olham, os espectadores, e o mundo não visível – passado, eternidade, mortos, etc. – que representam (MinC, 2006, p. 147).

Como já dito, segundo Maria Cecília França Lourenço (apud Julião, 2002), as noções de coleção e acervo são usadas como sinônimos, mas encerram sentidos distintos. Uma coleção se relaciona a

> Voluntarismo, em que o sujeito elege os objetos como parte reveladora de sua existência, seja por lazer, capricho, amuleto ou vaidade. Em geral, os objetos colecionados são da mesma natureza o: ou guardam relações, como se fossem dados objetivos, porem desvendam o indivíduo. Orientam-se, também, pelo gosto pessoal, gerando desmesurado acumulo e obsessão pelo quantitativo e pelas raridades (Lourenço apud Julião, 2002, p. 95).

Já Meneses propõe duas noções de acervo, um institucional e outro operacional. O acervo institucional contém em si um sentido museológico,

> constitui-se de bens móveis que encerram um valor documental e que formam coleções sistemáticas, circunscritas nos limites institucionais do

8 Nota-se que essa definição abrange também os bens imóveis, os quais, podemos citar: estruturas urbanas e paisagens, praças, edificações, fazendas. Nos processos de tombamento de bens imóveis, não raro, encontramos em suas denominações o emprego da palavra acervo. Ex.: Processo 1021-T-80 – Acervo Paisagístico do Município de Santa Cruz de Cabrália, especialmente o Conjunto Arquitetônico da Cidade Alta. A palavra acervo, no caso dos bens imóveis, teria sido usada no Iphan a partir da década de 1980, para denominar um conjunto urbano composto de elementos distintos.

> museu". E o "acervo operacional ultrapassa as fronteiras do museu, a noção notarial e burocrática de acervo, para abarcar um território ou uma comunidade, podendo ser constituídos de espaços urbanos, paisagens, objetos, equipamentos, etc. (2002, p. 95).

Essa definição se aproxima da definição do glossário de museologia, no qual o acervo institucional pode ser identificado como acervo móvel, e o operacional como imóvel. No caso dos acervos classificados como patrimônio nacional, estes passam a pertencer, sejam eles de natureza pública, sejam de natureza privada, abrigados em museus ou não, a uma comunidade imaginada (Anderson, 2005), que seria a nação. Abrigam relíquias, obras de arte, objetos exóticos que devem ser conservados pelo seu valor de raridade, por serem testemunhos do passado. Assim, a noção de acervo se insere na longa tradição do colecionismo:

> [...] o patrimônio em acervo define-se, [...] pela realidade física de seus objetos, pelo seu valor estético e documental ou ilustrativo, que lhe atribui o valor comum, e pelo seu status específico. Isso é da competência de uma reflexão erudita mas também de uma vontade política, ambas sancionadas pela opinião. É sob essa dupla relação que o acervo cria uma representação, no centro do jogo complexo das sensibilidades com relação ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades" (Poulot, 2003, p. 36).

Notamos por essas definições que ambas as palavras, acervo e coleção, são regularmente empregadas uma pela outra são termos muitas vezes empregados como sinônimos, conforme veremos a seguir na análise dos processos de tombamento. Entretanto, sendo um acervo ou uma coleção tombada, o importante é que "o objeto jurídico de interesse público não é a individualidade, mas aquilo que as coisas representam em conjunto" (Castro, 1991, p. 70).

As noções de acervo e coleção nos processos de tombamento e nas práticas do IPHAN

Após discorrermos a respeito dos conceitos de acervo e coleções, descortinemos sua inserção nas práticas de atuação do órgão de patrimônio nacional. A preocupação com a distinção clara entre essas duas categorias surgiu no Iphan na década de 1980, a partir do processo de tombamento de um acervo museo-

lógico, iniciado no período por nós aqui analisado, mas só finalizado em 1980.

Mapear esses conceitos torna-se necessário, tendo em vista os problemas decorrentes para o próprio entendimento do instrumento jurídico do tombamento, quando aplicado a esses conjuntos. Essa questão foi levantada primeiramente no Iphan, na década de 1980, após o parecer técnico do historiador e conselheiro do Condephaat à época, Ulpiano Bezerra de Meneses[9], elaborado para o Acervo do Museu de Arte Contemporânea (Mac/SP), pertencente à USP[10], que foi tombado pelo Iphan pelo critério de flexibilidade. Esse parecer serviu de base para o órgão nacional de preservação orientar o tombamento de acervos e coleções, no qual encontramos algumas recomendações para que o tombamento de bens móveis seja feito em conjunto.

Ulpiano Bezerra de Meneses (1980) nos chama a atenção para o fato de que "a mera conceituação abstrata de 'acervos de museus' como 'coleções', é perigosa e pode acarretar graves inconvenientes". Em sua definição, um acervo seria todo o conjunto de objetos patrimonialmente incorporados, e uma coleção são objetos que guardam uma unidade entre si. Ele ainda defende que não é recomendável o tombamento de acervos completos de instituições como museus, e, no caso das coleções abertas, "deve-se reconhecer que os acréscimos posteriores não poderão considerar-se tombados por contágio, sendo de rigor um adendo ao tombamento" (Meneses, 1980, p. 13).

9 Integra, desde 2005, o Conselho Consultivo do IPHAN.

10 Processo 829-T-70. Acervo: Museu de Arte Contemporânea da USP. Inscrito nos Livros 2 e 3, em 1980. O processo demorou a ser concluído devido ao debate gerado em torno da adoção do critério de flexibilidade para o tombamento do acervo, semelhantemente ao aplicado para conjunto de bens imóveis, conforme explica Lygia Martins Costa em um dos pareceres desse processo: "partiu de uma proposta nossa de, vistas à salvaguarda, correlacionar o conjunto de bens móveis que constituem o acervo de um museu com o conjunto arquitetônico paisagístico de uma cidade ou parte dela, cuja proteção com a referida flexibilidade vem sendo consagrada pela práxis. Num e noutro existe um conjunto expressivo que faz jus a uma atenção especial do Poder Público, que, inscrevendo-o como um bem de valor particular, busca garantir sua preservação, porém não como um conjunto intocável, mas pelo contrário, capaz de sofrer intervenções que visem a fortalecê-lo como qualidade – isso porque, a despeito de seu valor, apresentam muitas vezes, elementos de menor interesse que não contribuem para o alto nível do conjunto, ou até mesmo interferem em seu padrão." Na conclusão do parecer, reforça que o acervo do Mac/USP, "coleção aberta que é deve admitir adendo e substituições- adendo para garantir a representatividade dos 'padrões de cultura material' de época tão fértil como a nossa, e substituições para assegurar um processo seletivo de qualidade dos bens que o compõem". Próximo a esse pensamento é o defendido pela jurista Sonia R. de Castro: "Evidentemente que, tanto no caso de tombamento de conjunto de bens móveis como no de bens imóveis, as coisas em si não perdem sua característica individual para efeitos civis, mas, para efeitos de tombamento, tornam-se uma só – o bem tombado" (1991, p. 70). Em entrevista realizada com a museóloga Lygia M. Costa, indagamos se ela defendia a aplicação do critério de flexibilidade para o tombamento de acervos em geral. Ela afirmou que o fez somente para o Mac, por se tratar de uma coleção de arte contemporânea.

Na verdade, as categorias "acervo" e "coleção" são termos polissêmicos. O significado da palavra *coleção* confunde-se, no Iphan, com o significado de *acervo*, como destaca a museológa Glaucia Abreu, no parecer de abertura do processo de tombamento das coleções do Museu Nacional de Belas Artes: "não somente aquelas nomeadas como tal em sua inscrição nos Livros de Tombo, como também os conjuntos de objetos inscritos como acervo, peças ou mesmo por categoria de objetos, mas que possuem relação entre si"[11].

Com base nas considerações anteriormente descritas, fizemos a identificação das categorias acervo e coleção nos processos estudados nas duas primeiras gestões do Iphan, ou seja, de 1937 a 1979. Ao todo, vinte cinco processos foram analisados.

A partir de nossa identificação, e levando-se em conta a definição dos conceitos trabalhados, chegamos à seguinte classificação:

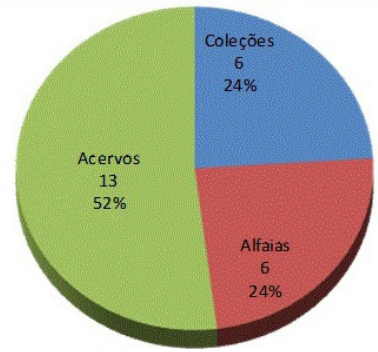


GRÁFICO I Natureza dos tombamentos.
Fonte: Arquivo Central/IPHAN/RJ.
Obs.: Processos de tombamento 1937-1979.

O termo alfaias refere-se aos bens complementares, tais como os tecidos, os ornamentos de igrejas e casas. Um caso peculiar nesse grupo é o processo intitulado *Casa: Museu do Açude e Chácara do Céu e respectivo acervo, localizados na cidade do Rio de Janeiro*[12], pois o tombamento engloba bens imóveis – as residências e jardins – e seus acervos museológicos reunidos no Museu Chácara do Céu e Museu do Açude pelo mecenas e colecionador Raimundo Castro Maya. Esse conjunto foi tombado em 1974; na década de 1980, os museus foram incorporados ao IPHAN e, recentemente, passaram a se subordi-

11 Processo 1393-T-97- Coleções do MNBA. Mimeografado. Arquivo Depam/RJ.

12 Processo 898-T-74. Casa: Museu do Açude e Chácara do Céu e respectivo acervo. Inscritos no Livro 1, 2 e 3. Arquivo Central/IPHAN/RJ.

nar ao Ibram. O acervo dos museus mencionados é composto, principalmente, por obras artísticas de renomados pintores nacionais e estrangeiros.

As **coleções** identificadas perfazem um total de seis, e podem ser divididas entre abertas e fechadas. Podemos citar, como exemplo de coleções fechadas, a *Coleção Arqueológica Balbino de Freitas*[13] e a *Arqueológica da Escola Normal de Fortaleza*[14], que foram tombadas e não tiveram peças acrescidas ao seu universo. Como exemplos de coleções abertas, citamos a *Coleção Arqueológica e Etnográfica do Museu Emilio Goeldi*, no Pará[15]; a *Coleção Museu de Magia Negra* e a *Coleção de Armas Ferreira da Cunha*, ambas no Rio de Janeiro; e a Coleção: *Museu do Estado – Recife/PE*[16]. As Coleções do Pará e de Recife foram tombadas sem o arrolamento das peças, e não se sabe o que está protegido, pois cresceram em quantidade de objetos. E as do Rio de Janeiro, apesar de contarem com um arrolamento das peças, realizado por ocasião do tombamento, também sofreram novas incorporações e hoje necessitam de identificação completa.

Para as coleções, abertas ou fechadas, são observados problemas quanto à dificuldade de localizar o conjunto tombado, mesmo tendo sido feito o arrolamento das peças na época do tombamento. Isso acontece inclusive com as

13 Processo 0077-T-38. Coleção Arqueologia, compreendendo o material de Conchaes do Sul no Museu Nacional. Essa coleção pertencia a um colecionador do Rio Grande do Sul, quando foi pedido seu tombamento em 1938. Em 1939, foi adquirida pelo Museu Nacional, mas somente em 1948, após receber a relação das peças, a coleção foi inscrita no Livro 1.

14 Processo 78-T-38. Coleção: Arqueológica (todas as peças existentes no Museu da Escola Normal). Fortaleza, CE. Inscrita no Livro 1 em 1941. Essa coleção foi transferida para o Museu do Ceará, sendo incorporada à Coleção naturalista Dias Rocha. Não se sabe quais são as peças tombadas, nem quando a coleção foi incorporada ao Museu do Ceará, conforme informou a 4ª SR/CE, em resposta ao Memo 072/09. Segundo Telles (2009), o naturalista Dias da Rocha teria doado suas coleções de objetos indígenas à Escola Normal. Supomos que parte dessa coleção é a tombada pelo IPHAN, pela simples relação descrita no processo e por ter sido recentemente incorporada à coleção do mesmo naturalista no Museu do Ceará. A data não é especificada, mas é mencionado que o naturalista, preocupado com o futuro de suas coleções, com receio de que seus herdeiros vendessem as peças, teria doado parte delas para o estado do Ceará, e outras a instituições de ensino. Assim, apesar dessa coleção ter sido tombada como fechada, foi incorporada a outro acervo, e hoje há dificuldade de reconhecer o que está acautelado. Nota-se que a coleção, além de artefatos indígenas, também reúne objetos históricos, conforme certidão de tombamento no processo, como quatro algemas do tempo da escravidão e uma espada de oficial do tempo da escravidão etc.

15 Processo 0135-T-38. Inscrito no Livro 1, em 1940, sem a relação das peças. Hoje não se sabe o que foi tombado na década de 1940. Essas coleções são as que deram origem ao Museu Goeldi, no século XIX, e foram constantemente enriquecidas, principalmente por pesquisas científicas na região amazônica na área de arqueologia. Na Revista nº 2, de 1938, foi publicado um "Resumo Histórico do Museu Paraense Emilio Goeldi", p. 7-19. Nos números seguintes, não encontramos mais publicações sobre coleções ou acervos tombados.

fechadas, que muitas vezes acabam sendo deslocadas para outros acervos ou coleções sem a devida notificação ao órgão de patrimônio.

As coleções tombadas, em sua maioria, são de objetos arqueológicos e etnográficos. E quase todas estão abrigadas em museus. Identificar o sentido de coleção nesses processos faz toda a diferença, tendo em vista que essas coleções fazem parte de um conjunto maior de objetos, ou seja, de um acervo museológico. Se elas já se perdem nos conjuntos que as aglutinam, o que dirá no cômputo maior de um acervo?

Com relação aos **acervos**, verificamos, pelo Gráfico I, serem eles a maioria dos casos tombados, doze ao todo. É interessante frisar que, embora identificados por nós como acervos, não aparecem assim classificados em alguns desses processos, nos quais encontramos as denominações de "coleções" – *Coleções que constituem o Museu Mariano Procópio*[17]; de "coleção" – *Coleção: Etnográfica, arqueológica, histórica e artística pertencentes ao M. Coronel David Carneiro*[18]; ou de museu – *Museu de Armas "General Osório" – na residência do colecionador*[19]. A palavra acervo só aparece identificada no título de processos de tombamento no final da década de 1960: *Acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo*[20].

Os processos são imprecisos quanto a determinar se são tombados somente os objetos, arrolados ou não na época do tombamento, ou se a proteção será estendida às demais peças que venham a ser incorporadas às coleções ou acervos. Em nenhum dos casos analisados, percebemos referências a essa questão que, como já foi dito, só surge na década de 1980. A preocupação mais

16 Processo 0137-T-38. Coleção: Museu do Estado – Recife/PE. Inscrito no Livro 3, em 1938. Nesse processo, ficamos na dúvida se se tratava de uma coleção ou de um acervo, pois apresenta a seguinte anotação de punho de Carlos Drummond, em 1956: "O material inscrito no Livro do Tombo é o que constitui o acervo artístico do Museu do Estado". Não apresenta relação das peças, nem atualizações no processo.

17 Processo 190-T-39. Trata-se, na verdade, do acervo inteiro do Museu. Encontramos dados sobre esse acervo na *Revista do Patrimônio*: "O Museu Mariano Procópio, de Juiz de Fora, formou-se com as coleções que, ainda moço, organizou o Dr. Alfredo Ferreira Lage, realizando aquisições no Brasil e na Europa. O Museu foi inaugurado em 23/06/1921, ano da comemoração do 1º Centenário de Mariano Procópio Ferreira Lage. Em 1933, o Museu foi doado à cidade de Juiz de Fora, por Dr. Alfredo Ferreira Lage. As coleções do Museu Mariano Procópio constituem as seguintes seções: História e Antiguidades, Belas Artes, Autógrafos, Gravuras e Medalhas, Cerâmica e Ciências Naturais." *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.1, p. 165-167, 1937. Observa-se que essa coleção aparece na Revista em 1937, e um pedido de tombamento é feito somente em 1939, o que culminou na inscrição de todo o acervo nos Livros de Belas Artes e Histórico no mesmo ano. No final da década de 1970, foi aberto processo de tombamento do prédio do Museu, com parecer favorável da museológa Lygia Martins Costa. Esse processo encontra-se extraviado (Processo 995-T).

constante é a insistência de Rodrigo Melo Franco em solicitar aos proprietários e entidades a relação das peças tombadas.

Definir o que constitui os acervos é mais complicado do que no caso das coleções, pois é difícil um museu ter seu acervo fechado, sendo frequente a incorporação de peças, por compra ou doações. Dessa maneira, aqueles que foram tombados por completo, a maioria com um simples arrolamento, e outros sem qualquer listagem ou registro, resultam em situações bastante difíceis para sua gestão e fiscalização por não se saber com precisão o que está realmente tombado nos museus. Quando não há inventário à época do tombamento, é ainda mais complicada a identificação das peças. E, de fato, não houve por parte do Iphan a iniciativa de estabelecer uma política de parceria com essas instituições para criar procedimentos de identificação dos conjuntos, até mesmo com a finalidade de auxiliar o trabalho de fiscalização, que é dever institucional do órgão com relação a todo patrimônio tombado.

---

18 Processo 0040-T-38. Coleção: Etnográfica, Arqueológica, Histórica e Artística pertencente ao Museu Coronel David Carneiro. Sobre esse museu, encontramos sua caracterização feita nas publicações do IPHAN: "O Museu Coronel David Carneiro, [...] foi, no seu início, o resultado de um conjunto de coleções dispersas, organizadas pelo engenheiro civil David Carneiro. A primeira coleção, por este, formada, a de minerais, data de 1914. A segunda, de numismática, iniciada dois anos mais tarde, que no começo progrediu pouco. Em 1923, David encontrou muitas armas e objetos históricos na Lapa, recordações da Revolução Federalista, e teve a idéia de formar uma aploteca." *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.1, p. 169-170, 1937. David Carneiro também colecionava condecorações e medalhas militares. O Museu foi inaugurado em 1926, e reunia todas essas coleções. Em 1938, Rodrigo Melo Franco de Andrade enviou notificação de tombamento paras as coleções do proprietário, sendo o acervo inscrito nos três Livros do Tombo somente em 1941, pois o proprietário não respondeu ou não recebeu a notificação enviada em 1938. David Carneiro foi delegado regional do IPHAN no Paraná, e teria auxiliado também no tombamento do acervo do Museu Paranaense, inscrito nos três Livros em 1941. Frisamos que o Museu David Carneiro foi extinto e em 1996, e suas peças quase foram vendidas pelos herdeiros em leilão, embargado pelo IPHAN. A Superintendência Regional do Paraná inventariou o acervo entre 1998 e 2000. Em 2002, ele foi comprado pelo governo do estado do Paraná e incorporado ao acervo do Museu Paranaense, também tombado pelo IPHAN em 1941.

19 Processo 240-T-41. Museu de Armas "General Osório" – na residência do colecionador. Porto Alegre/RS. Inscrito nos Livros 2 e 3, em 1942. O pedido de tombamento partiu do colecionador, e o processo tem parecer de tombamento, feito por Francisco Marques dos Santos, no qual destaca que as peças possuem valor por serem antigas e raras. Em 1966, esse acervo foi doado pelo proprietário ao Museu Júlio de Castilhos, tombado pelo IPHAN em 1938. Em 1970, foi transferido para a Fundação Parque Histórico Marechal Manoel Luís Osório.

20 Processo 818-T69. Acervo do Museu de Arte Sacra – São Paulo/SP. Nesse processo, há uma solicitação do Condephaat pedindo que seja apressado o tombamento, que se encontrava seriamente ameaçado na unidade de suas coleções e na integridade dos conjuntos. Não é citada qual seria a ameaça. Em consulta ao arquivo da 9ª SR/SP, encontramos um ofício de Luis Saia, argumentando que esse acervo não havia sido tombado ainda porque Rodrigo de Melo F. Andrade tinha uma espécie de acordo entre os museus e

Caracterização Geral dos acervos e coleções tombados

Do conjunto dos processos analisados, conferimos que há uma concentração de coleções e acervos tombados nas regiões Sudeste e Sul, sendo essas as regiões que concentram maior número de museus do Iphan e a maior parte dos museus brasileiros[21].

Como se vê no Gráfico II, a maioria das coleções e dos acervos tombados se concentra no Rio de Janeiro e em São Paulo. Essas estatísticas são semelhantes a outros tipos de bens inscritos, cuja maior concentração está no Rio de Janeiro. Nesse estado, encontram-se três coleções e dois acervos. Em São Paulo, encontramos quatro acervos tombados, dois pertencentes ao governo do estado – Museu Paulista e Mac/Usp –, e dois a entidades particulares – Masp e Museu de Arte Sacra. A concentração de tombamentos nesses estados pode ser explicada pelo fato de reunirem o maior número de colecionadores e negociantes de obras de arte, que, como mencionamos, desde o início, preocupou o serviço de patrimônio, pela dispersão e venda no comércio de obras de arte. Podemos conferir essa preocupação na seguinte fala de Rodrigo Melo Franco: "De fato, a evasão de obras de valor artístico do território do estado, facilitada durante tão longos anos pelo desinteresse local, foi impressionante e funesta." (Andrade, 1987, p. 47). O que sucedeu, porém, foi que esses bens passaram aos colecionadores do Rio e de São Paulo, sobretudo aos negocian-

---

colecionadores particulares: "É que nesse período [1937-1967], seguindo a sábia orientação de Rodrigo M. F. Andrade, se pressupunha uma espécie de acordo entre cavalheiros estabelecido entre a D.P.H.A.N e os responsáveis por importantes coleções existentes nos museus e outras instituições e colecionadores particulares. A tarefa prioritária de salvar do perecimento completo documentos importantes da arte nacional absorvia as disponibilidades humanas e financeiras do órgão que recebera do governo a incumbência de preservar o patrimônio de arte do país." In: Of. 122, de 09/09/1969. Acervo do Museu de Arte Sacra, Mitra Arquidiocesana-SP. Pasta MTSP4. 1.2. Arquivo da 9ª SR/SP. Essa passagem é interessante e dá margem a pensarmos porque não são processados muitos tombamentos de coleções de obras de arte. Inferimos que seja por esse "contrato" estabelecido entre colecionadores e o órgão de Patrimônio. Tanto que, na gestão seguinte à de Rodrigo de Melo F. Andrade, são tombados quatro acervos de coleções de arte, inclusive esse. Seria por causa do fim do contrato com a saída de Rodrigo do órgão? O acervo do Museu de Arte Sacra foi inscrito em 1969 no Livro 3, e o tombamento abrange todo o acervo de documentos antigos. Não consta a relação das peças e nem do arquivo. O curioso é que os catálogos do Museu enviados para a biblioteca da 9ª SR não citam que o acervo é tombado, mas é menciona-se que o edifício é tombado pelo patrimônio nacional. Esse caso ilustra como o IPHAN só tem acesso ao inventário do Museu por meio dessas publicações dos catálogos, o que também ocorre para o Masp e o MAC.

21 Consultar Guia dos Museus Brasileiros. Disponível em: <www.museus.gov.br/noticias/guia-dos-museus-brasileiros/>. Acesso em: 2 jun. 2010.

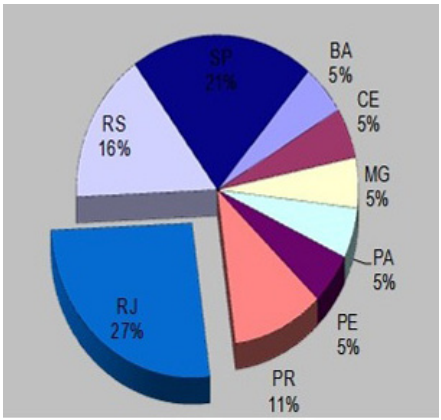


GRÁFICO II Tombamentos por estados.
Fonte: Arquivo Central/IPHAN/RJ[22].
Obs.: Processos de tombamento 1937-1979.

tes de antiguidades, que os venderam muitas vezes a interessados estrangeiros, fazendo com que saíssem do Brasil (Costa, 2002, p. 55).

A museóloga Lygia Costa também afirma que as coleções mais importantes se concentram no Rio de Janeiro e em São Paulo, sendo que, no Rio, elas se caracterizam por um forte embasamento histórico e por pertencerem a museus federais. Em São Paulo, notamos a "tendência mais acentuada pelo fenômeno artístico e subordinado às administrações estadual, municipal e particular" (Costa, 2002, p. 42). Essas questões e preocupações deram origem à criação da Lei n 4845/1965 – Lei de saída de obras de Arte.

Curioso é o fato de encontrarmos apenas um acervo tombado em Minas Gerais, o do Museu Mariano Procópio. Talvez possamos inferir que a pouca quantidade de tombamentos em Minas tenha por razão a criação de vários museus regionais[23], os que reúnem acervos de artes menores ou aplicadas: "O patrimônio de bens culturais móveis de Minas, a que temos de nos referir aqui, corresponde, pois, ao acervo de obras de artes que se chamavam menores, ou seja, a ourivesaria, a marcenaria, a cerâmica e outras obras de arte aplicada" (Andrade, 1987, p. 78), acervos esses presentes nos museus do Ouro, da Inconfidência, do Diamante etc. No entanto, Lygia Costa afirma que esses museus foram criados, primeiramente, para preservar o prédio tombado e depois o acervo neles instalados: "Outros museus se seguiram no intuito de se

22 Excluímos deste gráfico os casos de bens integrados, como fazendas, igrejas e casas. Listamos as coleções, acervos e museus propriamente ditos.

23 Sobre a política museológica no SPHAN e a instalação de museus regionais do órgão em Minas, conferir a tese de Letícia Julião (2008).

defender um monumento tombado, restaurado e sem utilização determinada ou apropriada e, concomitantemente, bens culturais móveis desprotegidos" (Costa, 2002, p. 301).

A região Sul apresenta um número expressivo de coleções tombadas, constando três no Rio Grande do Sul e duas no Paraná, e todas possuem natureza comum, ou seja, constituem-se de acervos museológicos que reúnem conjuntos de objetos, sobretudo de natureza arqueológica e etnográfica[24].

Observamos que a região Norte apresenta apenas uma inscrição – as coleções arqueológicas e etnográficas do Museu Goeldi. E, no Nordeste, encontramos três coleções – na Bahia, em Pernambuco e no Ceará. A região Centro-Oeste não apresenta coleção ou acervo tombado.

As coleções tombadas entre as décadas de 1930, 1940 e 1950, reúnem objetos de diversas naturezas, que se caracterizam por representar aspectos da região onde estão alocadas.

Já as coleções e acervos acautelados entre 1960 e 1970, caracterizam-se por reunir objetos de Belas Artes e Arte Erudita, e são os acervos do MAC, Masp e Museu de Arte Sacra, em São Paulo, e os Museus Chácara do Céu e Museu do Açude, no Rio de Janeiro.

Outra característica observada para esses conjuntos é que, na época do tombamento, a maioria pertencia a entidades particulares, e, no caso das instituições públicas, foram tombados, em sua maioria, pelo poder estadual, conforme o gráfico a seguir:

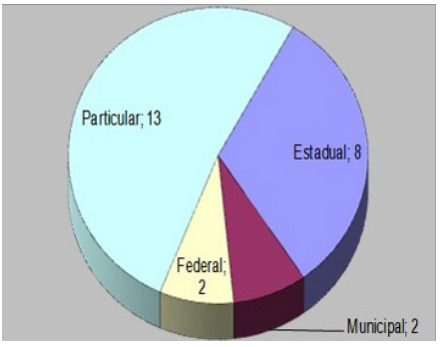


GRÁFICO III Ente de guarda.
Fonte: Arquivo Central/IPHAN/RJ.
Obs.: Processos de tombamento 1937-1979.

24 Esses artigos reforçam os laços de identidade do gaúcho, por exemplo, a forte presença de peças tidas como folclóricas. Recolha de objetos análogos aos preceitos dos Institutos Históricos da região Sul, quase gabinetes de curiosidade: "[...] impressão de um depósito misto de antiguidades, objetos de uso pessoal de vultos heróicos e estranhezas do tipo fósseis, animais, borboletas, pássaros empalhados, igaçabas e membros humanos mumificados" (NEDEL, 1999, p. 153).

No entanto, se esses conjuntos, no momento do tombamento, pertenciam a entes privados, houve uma tendência desses acervos particulares migrarem para instituições públicas. No total de 25 conjuntos tombados, quase metade era de entes privados. Atualmente, esses acervos pertencem a instituições museológicas públicas, conforme podemos notar no gráfico a seguir:

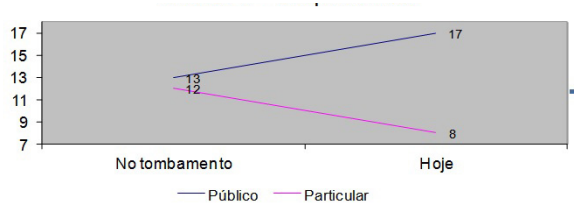


GRÁFICO IV Proprietários. Fonte: Arquivo Central/IPHAN/RJ. Obs.: Processos de tombamento 1937-1979.

Essa tendência é observada no caso dos museus privados criados por colecionadores. Após sua morte, os acervos tendem a ser desmembrados pelos herdeiros, ou comprados, e até doados, aos poderes públicos. Como exemplo, podemos citar o Museu David Carneiro, que foi incorporado ao Museu Paranaense, e o Museu Vitor Bresani, que hoje pertence à Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Os Processos Arquivados

Optamos por trabalhar, de forma sucinta, com os processos arquivados de coleções e acervos, pois, em sua maioria, são de particulares. Uma característica peculiar nesses processos arquivados é que muitos chegaram a ter um tombamento provisório. No entanto, não foram inscritos nos Livros do Tombo, pois a estratégia era fazer a notificação de tombamento para impedir a venda do conjunto, geralmente espólio de família, que seria leiloado por herdeiros dos colecionadores. Assim, o tombamento foi usado como estratégia para auxiliar na compra ou aquisição de peças pelo poder público, quando se encontravam em ameaça de dispersão.

Como caso ilustrativo, citamos o processo *Nove telas de Eliseu d'Angelo Visconti*[25], que apresenta poucos dados, e não se sabe sequer a data certa de sua abertura. No referido processo, consta apenas cópia do of. 994, de 23/7/1951, endereçado ao Dr. Juiz da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões, sobre a deliberação do Sphan em inscrever nos Livros do Tombo 8 telas e um vaso de cerâmica

25 Processo 448-T-? – Nove telas de Eliseu d'Angelo Visconti. Arquivo Central/IPHAN/RJ.

de Eliseu Visconti, solicitando providências no sentido de não ser procedida a venda judicial dos objetos que pertenciam ao espólio de Dona Deolinda de Andrade Visconti.

O ofício não logrou resposta, sendo o processo arquivado em 25/9/1962, por determinação de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, alegando que as obras foram entregues na repartição por ordem do juiz, no entanto não consta nenhum documento sobre essa decisão. Ao que tudo indica, as peças ficaram no Sphan até serem transferidas ao Museu Nacional de Belas Artes. Há dois recibos feitos a mão e assinados por dois funcionários do Museu, confirmando o recebimento das peças, em abril de 1963. Não sabemos se os quadros foram entregues ao Sphan após a data do ofício, de 1951, ou somente em 1962, quando Rodrigo Melo Franco de Andrade arquivou o processo por ter conseguido o que queria, ou seja, não deixar as peças se dispersarem por meio de vendas ou leilão: "Tendo sido as obras referidas de Eliseu Visconti entregues à guarda desta repartição, por determinação do Dr. Juiz competente, arquive-se o processo, por falta de objetivo."

Nota-se que, como foram incorporadas ao museu, considerou-se o tombamento desnecessário. Atualmente, o MNBA estuda a possibilidade de tombar suas coleções, e queria incorporar essas telas ao seu inventário geral, mas é preciso resolver a pendência de doação exclusiva ao Museu, pois as peças constam como cedidas pelo Iphan, que também não é seu proprietário. Como o Museu está com a guarda das peças há anos, não seria difícil resolver a questão junto a área jurídica, alegando seu usucapião.

Outro caso ilustrativo é o da *Coleção Cerâmica Arqueológica*, pertencente a Sr.ª Ilse Liebold, que a estaria vendendo[26]. O pedido foi feito por solicitação de Paulo Duarte, em 1960, que considerou a coleção uma preciosidade. Duarte tentou comprá-la para o Museu Paulista, mas a proprietária recebeu ofertas maiores de um comprador dos E.U.A., além do interesse do Museu de Etnologia de Berlim pelas peças. Rodrigo Melo Franco de Andrade enviou notificação de tombamento, visando impedir a saída dos bens do país, mas a proprietária não respondeu. Em 1962, o processo foi arquivado sem maiores dados, indicando que a coleção foi vendida ao Museu Paulista.

A partir desses e de outros casos, gerou-se, na instituição, a prática de não se realizar o tombamento de acervos de museus, salvo como excepcional me-

26 Processo 611-T-60. *Coleção de Cerâmica Arqueológica Belém/PA*. Arquivo Central/IPHAN/RJ.

dida, isso por recomendação de Lucio Costa, que seria contrário à inscrição de acervos ou coleções que já integrassem instituições oficiais. Desse modo, as coleções adquiridas por algum museu não precisariam de tombamento, pois já estariam protegidas nesses locais. Curioso é que o órgão tombou, na sua primeira década, sobretudo acervos e coleções que estavam abrigadas em museus, conforme analisamos neste capítulo, sendo um dos exemplos a *Coleção Balbino de Freitas*, no Museu Nacional.

Considerações Finais

Nossa intenção foi percorrer os processos de tombamento ao longo de duas gestões do órgão de patrimônio. Detivemo-nos, sobretudo, nas primeiras décadas de atuação do Sphan, para tentar identificar a prática de tombamento das coleções, que acreditamos ter sido articulada nesse período. Posteriormente, notamos certo recuo das políticas relativas aos acervos, decorrente da interação com outros instrumentos de proteção, como a estruturação de museus, o inventário, a formulação da Lei de Arqueologia (Lei nº 3.924/61)[27] e a Lei de Saída de Obras de Arte (Lei nº 4.845/65)[28], bem como outras orientações no próprio discurso dos técnicos envolvidos em uma estrutura burocrática mais consolidada, perseguindo outras demandas mais latentes. O contexto do colecionismo e a ameaça do comércio vão ficando menos evidentes, em parte solucionados pela Lei de Saída de Obras de Arte.

O tombamento de coleções esteve ligado a uma época em que as diretrizes do órgão não estavam definidas; seguiam-se as recomendações dos personagens envolvidos, naquele momento, em salvar do perecimento e da perda objetos que simbolizavam a memória nacional.

Se o tombamento foi mesmo usado para impedir a dispersão das coleções, notamos, na prática, que, em poucos casos, elas ficaram no mesmo local de origem; pouco se sabe o que realmente está tombado; poucos estão inventariados; e a maioria sobre as quais não se possuem dados está vinculada a

27 A Lei nº 3.924/61 complementa o Decreto-lei nº 25/37 na proteção dos bens arqueológicos, principalmente no que tange ao controle da pesquisa arqueológica. Sobre a Lei de Arqueologia, conferir: SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Os desafios da proteção legal: uma arqueologia da Lei nº 3.924/61. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 59-74, 2007.

28 A Lei de Saída de obras de Arte só protege as obras produzidas no Brasil até o fim do período monárquico. As obras produzidas após 1889 podem circular, sem impedimentos, para fora do país, salvo se forem tombadas – precisarão de liberação pelo Conselho Consultivo..

superintendências regionais, que não dispõem de condições ou planejamento para realizar tais ações. Muitos objetos foram deslocados para outras instituições, alguns se perderam e coleções inteiras quase foram vendidas em leilão, como foi o caso do acervo tombado do Museu David Carneiro, quase leiloado, mas que, com a intervenção do Iphan, foi adquirido pelo governo do estado do Paraná e incorporado ao acervo do Museu Paranaense, também tombado.

Não podemos negar que os bens arquitetônicos constituem a maioria dos bens tombados; por outro lado, também não podemos desconsiderar que não foi só esse tipo de bem que mereceu proteção e políticas preservacionistas. É certo que os bens arquitetônicos gozaram de melhor tratamento, tendo em vista a maior parte do corpo técnico ser composta por arquitetos. Tentamos explanar nessas páginas que, em meio ao conjunto de bens edificados, foram movidas ações para a proteção e preservação de bens móveis, tais como a criação de museus e a aplicação do tombamento de acervos e coleções, demanda ainda recorrente nas práticas do órgão e confirmada pelos processos em estudo, que envolvem esses bens e que incluem os museus federais, por exemplo.

Referências

Andrade, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*: coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

_____. *Brasil*: Monumentos Históricos e Arqueológicos. México: D. F, 1952.

Anderson, Benedict. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005.

Blom, Phillip. *Ter e manter*: uma história íntima de colecionadores e coleções. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Cardoso, Rafael. Coleção e construção de identidades: museus brasileiros na encruzilhada. In: Bittencourt, José Neves; Benchetrit, Sarah Fassa; Tostes, Vera Lúcia. *História representada*: o dilema dos museus. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. (Livro do Seminário Internacional).

Castro, Sonia Rabello de. O Estado na preservação de bens culturais. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 1991.

Costa, Lygia Martins. De museologia, arte e políticas de patrimônio. Rio de Janeiro: Iphan, 2002.

Dicionário Aurélio Digital. *O Dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. rev. atual. 1. impr. Curitiba: Editora Positivo. 2004.

Fonseca, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ufrj; Iphan, 2005.

Gonçalves, José Reginaldo S. *A retórica da perda*: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da Ufrj, 2002.

_____. *Antropologia dos objetos*: coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro: Minc, Iphan, Demu, 2007.

Julião, Letícia. Pesquisa Histórica no Museu. In: *Caderno de diretrizes museológicas*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, 2002. p. 89-101.

_____. Apontamentos sobre a história do museu. In: *Caderno de diretrizes museológicas*. 2. ed. Brasília: Minc, Iphan, Demu; Belo Horizonte: SEC, SUM, 2006.

_____. *Enredos museais e intrigas da nacionalidade*: museus e identidade nacional no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

Meneses, Ulpiano Bezerra de. Parecer sobre coleção e acervo. In: *Processo 21575/1980* – Condephaat. São Paulo, 4 jul. 1980 (Mimeografado.).

_____. Do teatro da memória ao laboratório de história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, jan./dez. 1994.

Ministério da Cultura (MinC). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Museus e Centros Culturais. *Caderno de diretrizes museológicas I*. 2. ed. Brasília; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Super-intendência de Museus, 2006.

Nedel, Letícia Borges. *Paisagens da Província*: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta. 1999. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

Pomian, Krzysztof. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. p. 52-54.

Poulot, Dominique. Nação, museu, acervo. In: Bittencourt, José Neves; Benchetrit, Sarah Fassa; Tostes, Vera Lúcia. *História representada*: o dilema dos museus. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. (Livro do Seminário Internacional).

Santos, Mariza Veloso Mota. Nasce a Academia Sphan. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 24, 1996.

Sena, Tatiana da Costa. *Patrimônio cultural móvel*: estudo de tombamento de acervo e coleção no Iphan. 2009. Trabalho final (Especialização) – Programa de Especialização em Patrimônio Pep/Iphan, Iphan/Copedoc, Rio de Janeiro, 2009.

Telles, Felipe Bottona da Silva. *A coleção Dias da Rocha no Museu do Ceará*. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009.

Wagner, Júlia. Nem heróico nem moderno: a constituição do "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" na gestão de Renato Soeiro no Iphan (1967-1979). In: Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação (Copedoc) (Org.). *Patrimônio*: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Iphan, 2009. v. 3, p. 369-398.

Índice de Figuras

p. 11 Residência na Rua 16, Setor Central. Casa com platibanda. Goiânia/GO.
Fonte: Levantamento de campo.

p. 43 Estado atual das instalações da Usina Santa Maria (Areia/PB).
Fonte: Anna Cristina A. Ferreira (2009)

p. 67 Ruínas do Engenho de Murucutu (Belém/PA).
Fonte: Arquivo Central do IPHAN/RJ.

p. 85 Posteamento em arandelas na rua do Giz e do tipo convencional na rua Afonso Pena (São Luís/MA). Fonte: Jusyanna Flávia de Souza e Silva (2008)

p. 109 Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Ivaporunduva/SP.
Fonte: Arquivo Central do IPHAN/RJ, Série Inventário. A.d., jun. 1962.

p. 133 Planta de Cabo Frio em 1837. Extraída da Carta Corographica da Província do Rio de Janeiro, segundo os reconhecimentos feitos pelo Coronel Conrado Jacob de Niemeyer [e outros], 1839. Fonte: Biblioteca Nacional, Cartografia.

p. 155 Fachada principal da Igreja Nossa Senhora da Conceição de Viamão.
Fonte: Arquivo IPHAN/RS.

p. 181 Mestre de rapadura no engenho Dois Irmãos, em Barbalha, CE.
Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves (2009).

p. 201 Detalhe trilhos. São João del Rei/MG.
Fonte: Arquivo Central do IPHAN/RJ. Processo de tombamento.

p. 235 Detalhe. Museu Coronel David Carneiro (Curitiba/PR). Interior – acervo.
Fonte: Arquivo Central do IPHAN/RJ, Série Inventário.

Impresso no Rio de Janeiro, em 2015,
por Rotaplan Gráfica e Editora Ltda.,
para a Coordenação-Geral de Documentação e Pesquisa,
Departamento de Articulação e Fomento,
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.